

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

SARITA MERCEDES FERNANDEZ

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR:
O CASO DO GRUPO MULHERES DA TERRA - VIAMÃO/RS**

Porto Alegre

2019

SARITA MERCEDES FERNANDEZ

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR:
O CASO DO GRUPO MULHERES DA TERRA - VIAMÃO/RS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel

Coorientadora: Prof. Dra. Daniela Garcez Wives

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Mercedes Fernandez, Sarita
Estratégias de Reprodução Social na Agricultura
Familiar: O Caso do Grupo Mulheres da Terra -
Viamão/RS / Sarita Mercedes Fernandez. -- 2019.
232 f.
Orientador: Lovois Andrade Miguel.

Coorientador: Daniela Garcez Wives.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Agricultura local. 2. Sustentabilidade. 3.
Desenvolvimento Rural. 4. Sistemas de produção. 5.
Reprodução social. I. Andrade Miguel, Lovois, orient.
II. Garcez Wives, Daniela, coorient. III. Título.

SARITA MERCEDES FERNANDEZ

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR:
O CASO DO GRUPO MULHERES DA TERRA - VIAMÃO/RS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: 26 de julho de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel – Orientador
UFRGS

Prof^a. Dr^a. Daniela Garcez Wives – Coorientadora
UFRGS

Prof. Dr. Álvaro Fernández-Baldor Martínez
Universitat Politècnica de València

Prof. Dr. Egon Roque Fröhlich
FACCAT (Faculdades Integradas de Taquara)

Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva
UFRGS

Dedico este trabalho

Ao meu pai e à minha mãe, que me geraram permitindo essa viagem que é a vida, no seio da mãe terra. Ao meu marido, Francisco, pois sem ele, não poderia ter concluído essa caminhada que é a construção de uma tese. Às Mulheres da Terra, que com a sua mística e luta trabalham a terra, respeitando as suas ofertas, colhendo frutos de saúde diários, abençoados por Deus.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é o resultado da força de muitas pessoas, imprescindíveis para que eu pudesse chegar até aqui, depois que atravessei e queimei algumas pontes virtuais, que teimavam em me amedrontar. Começou no processo de seleção para o Doutorado, após ter tido alguns erros de percurso anteriores, em outro curso de Doutorado, que não tinha nada a ver comigo, nem com as minhas ideias de desenvolvimento, já pautadas pelo Mestrado em Desenvolvimento Rural, concluído em 2010, no PGDR. Porém, até os erros nos ensinam e foram necessários para a evolução do meu ser, não é Marlise dal Forno?

Então, AGRADEÇO:

O meu companheiro, Francisco Mendes, que em todas as batalhas e momentos de provação, e nas alegrias, esteve ao meu lado, incondicionalmente. Inclusive agradeço por ele cuidar, carinhosamente, dos meus pais idosos, quando eu tive que me dedicar integralmente ao meu trabalho e estudos para a tese. Ele foi quase meu “HD externo”, para que eu pudesse me lembrar de todos os compromissos diários.

O meu orientador, Lovois de Andrade Miguel, e a minha coorientadora, Daniela Garcez Wives, pelo seu apoio incondicional, antes de estar no Doutorado e, depois, no curso desse trabalho e, na vida, afinal, vocês estão entre os meus amigos mais queridos. Obrigada por tudo, sempre!

O professor Sérgio Schneider pelo apoio financeiro, ao me ofertar atividades remuneradas no início do meu Doutorado, em 2015, e tantos outros trabalhos que permitiram a conclusão do Mestrado e os estudos na área do Desenvolvimento Rural. Ele sempre foi um incentivador! Muito obrigada!

As queridas colegas de curso, e o “nosso grupo estudioso” que permitiu apoio nas disciplinas e, intensa troca de saberes e informações, ao longo da caminhada. Obrigada, Marianela Zuñiga, Carla Redin, Diana Manrique e Natália Valderrama! Somos irmãs, para sempre!

A Tânia Cruz, por me apoiar, aconselhar e por ter me conduzido durante oito anos, nas mais diversas disciplinas que tive a sorte de partilhar com colegas maravilhosos, tutores, servidores e professores, do PLAGEDER.

Em tempo, agradeço a amizade e os conselhos da Eliane Sanguiné, agora em outras terras, mas sempre próxima do coração.

O grupo Mulheres da Terra, em especial, que me acolheu carinhosamente durante a pesquisa de campo, e permitiu a realização dessa pesquisa.

Além disso, não poderia deixar de agradecer a UFRGS e o PGDR/CISADE, pelo ensino de qualidade, democrático e pautado pela fraternidade entre todos, com professores, que ficarão para sempre em minhas mais alegres e carinhosas recordações.

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) por ter financiado parte dos meus estudos, dois anos, do Doutorado em Desenvolvimento Rural.

Quero agradecer os professores que participaram da minha banca de qualificação, pelas contribuições inestimáveis, e da minha defesa de tese. Obrigada, Daniela Kuhn (qualificação), Álvaro Martínez, Leonardo Xavier, Egon Fröhlich.

Agradeço a Deus e aos mentores de luz que permitiram a concentração e *insights* necessários para concluir essa pesquisa.

Já sinto saudades de tudo e de todos!

RESUMO

O acesso à terra arável e à água, pelos agricultores, e aos alimentos, pelos consumidores, vem sendo profundamente transformado pelo sistema agroalimentar, essencialmente baseado em combustíveis fósseis e *commodities*. Esse contexto promove resultados insustentáveis, dentro de um modelo que exclui as próprias relações sociais que seriam a sua base de permanência, ao longo do tempo. Ao lado desses problemas vêm surgindo numerosas alternativas, muitas vezes apoiadas pela mobilização da sociedade civil, tentando promover uma economia, baseada na solidariedade e responsabilidade, através da construção social de mercados. Esse processo de conexão entre agricultores e consumidores, em cadeias curtas, propicia um contato direto, reintegrando natureza e sociedade. Em virtude de preencher a principal lacuna investigada nesse trabalho, a análise do sistema social de unidades produtivas agrícolas familiares, foram utilizados; o enfoque sistêmico e o estudo de caso, centrais para a metodologia desse estudo com abordagem qualitativa. O foco dessa pesquisa se deteve em compreender as estratégias de reprodução social de agricultoras, fornecedoras dos alimentos do Grupo Mulheres da Terra, que estão inseridas em grupos de produção/consumo responsável, tendo por base os fatores influentes internos e externos às unidades produtivas agrícolas, de acordo com as mudanças do contexto local. Os principais resultados apontam que a teoria de sistemas, nesse trabalho também utilizada como metodologia de estudos de UPA's, auxiliou a descrição e a análise dos fatores externos, atuais, que influenciam as estratégias de reprodução social familiares. À guisa de conclusão é possível afirmar que os fatores externos influenciam as estratégias de reprodução social familiares, no seio do sistema social e refletem direcionamentos para condução, ou recondução dos sistemas produtivos, influenciando e, mesmo, remodelando os cultivos e criações das propriedades analisadas.

Palavras-chave: Agricultura local. Sustentabilidade. Desenvolvimento Rural.

ABSTRACT

Farmers' access to arable land and water and food to consumers have been profoundly transformed by the agri-food system, which is essentially based on fossil fuels and commodities. This context promotes unsustainable results, within a model that excludes the very social relations that would be their basis of permanence over time. Alongside these problems are numerous alternatives, often supported by the mobilization of civil society, trying to promote an economy based on solidarity and responsibility through the social construction of markets. This process of connection between farmers and consumers, in short chains, provides a direct contact, reintegrating nature and society. Due to filling the main gap investigated in this work, the analysis of the social system of family agricultural production units was used; the systemic approach and the case study, central to the methodology of this study with qualitative approach. The focus of this research was to understand the strategies of social reproduction of women farmers, food suppliers of the Women of the Earth Group, who are part of responsible production / consumption groups, based on the internal and external influential factors, according to changes in the local context. The main results point out that the systems theory, in this work also used as UPA's study methodology, helped the description and analysis of the current external factors that influence family social reproduction strategies. In conclusion, it is possible to state that external factors influence family social reproduction strategies within the social system and reflect directions for the conduction or renewal of productive systems, influencing and even remodeling the crops and creations of the properties analyzed.

Keywords: Local agriculture. Sustainability. Rural development.

RESUMEN

El acceso de los agricultores a tierras cultivables, agua y alimentos para los consumidores ha sido profundamente transformado por el sistema agroalimentario, que se basa esencialmente en combustibles fósiles y commodities. Este contexto promueve resultados insostenibles, dentro de un modelo que excluye las relaciones sociales que serían su base de permanencia en el tiempo. Junto a estos problemas, existen numerosas alternativas, a menudo apoyadas por la movilización de la sociedad civil, que intentan promover una economía basada en la solidaridad y la responsabilidad por medio de la construcción social de los mercados. Este proceso de conexión entre agricultores y consumidores, en cadenas cortas, proporciona un contacto directo, reintegrando la naturaleza y la sociedad. Debido a rellenar el espacio principal investigado en este trabajo, el análisis del sistema social de las unidades de producción agrícola familiar; se utilizó el enfoque sistémico y el estudio de caso, central para la metodología de esta investigación con enfoque cualitativo. El objetivo de este trabajo fue comprender las estrategias de reproducción social de las mujeres agricultoras, proveedoras de alimentos del Grupo de Mujeres de la Tierra, que forman parte de grupos de producción / consumo responsables, según los factores influyentes internos y externos, y de acuerdo con los cambios en el contexto local. Los principales resultados señalan que la teoría de sistemas, en este trabajo también utilizada como metodología de estudio de las UPA's, ayudó a la descripción y análisis de los factores externos actuales que influyen en las estrategias de reproducción social familiar. A modo de conclusión, es posible afirmar que los factores externos influyen en las estrategias de reproducción social familiar dentro del sistema social y reflejan las direcciones para la conducción o renovación de los sistemas productivos, influyendo e incluso remodelando los cultivos y la cría de animales de las propiedades analizadas.

Palabras llave: Agricultura local. Sostenibilidad. Desarrollo rural.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Quadro de conceitos utilizados pelo enfoque sistêmico nos estudos sobre sistema social e de produção	29
Figura 2 - Organização do estabelecimento agrícola em relação aos fatores internos e externos.....	32
Figura 3 - Representação do sistema social de uma UPA. 1. Sistema social elaborado por WIVES (2013) adaptado de BROSSIER et al. (1990), e 2. nova proposta de representação do sistema social da presente pesquisa.....	33
Figura 4 - Representação da abrangência e encadeamento, em nível da Unidade de Produção Agrícola, dos conceitos de Sistema de Produção e Sistema Social.	37
Figura 5 - Representação esquemática do escopo de investigação da tese revelando, uma UPA, influenciada por fatores internos e externos que determinam estratégias de reprodução social provocando mudanças no Sistema Social (foco de análise) e de Produção.....	38
Figura 6 - Evolução do conceito de Consumo Responsável.....	60
Figura 7 - Seis pilares do Movimento de Soberania Alimentar.....	68
Figura 8 - Localização de onde se encontram as UPA's do Grupo Mulheres da Terra, em Viamão, Rio Grande do Sul, Assentamento Filhos de Sepé, Rodovia RS 040. ..	71
Figura 9 - Localização de onde se encontram as UPA's do Grupo Mulheres da Terra, lotes de moradia e de produção, do assentamento Filhos de Sepé, em Viamão, Rio Grande do Sul.	72
Figura 10 - Entrevista inicial, feira do Campus Vale da UFRGS, informante-chave do grupo Mulheres da Terra, Viamão.....	82
Figura 11 - Foto da entrevista inicial, na feira do Campus Vale da UFRGS, com informante chave do assentamento Filhos de Sepé, Grupo "Mulheres da Terra".	83
Figura 12 - Etapas da análise de diagnóstico realizada nos sistemas social (SS) e de produção (SP) das UPA's.	84
Figura 13 - Participação das mulheres no PAA de 2009 a 2016.....	88
Figura 14 - Participação das mulheres no PAA de 2009 a 2017.....	88
Figura 15 - Foto de UPA do grupo Mulheres da Terra, com a implantação de agrofloresta.	90
Figura 16 - Itinerário técnico de produção e entrega dos alimentos das feiras e cestas dos grupos de produção/consumo responsável.....	91

Figura 17 - Zoneamento do município de Viamão. Zona I, de relevo colinoso e, zona II, áreas de várzea.....	94
Figura 18 - Vista do Assentamento Filhos de Sepé, a partir do litoral Norte do Rio Grande do Sul.	96
Figura 19 - Corte esquemático do sistema laguna/barreira IV.	97
Figura 20 - Mosaico vegetacional da área da planície costeira.....	97
Figura 21 - Mapa da rota dos tropeiros abrangendo a região de Viamão.	100
Figura 22 - Produção (ha) da safra de arroz orgânico no assentamento Filhos de Sepé, nas safras, 2013/2014 (1280 ha), 2014/2015 (1284 ha) e 2015/2016 (1600 ha). ...	105
Figura 23 - Produção total de alimentos orgânicos, em quilos, no Assentamento Filhos de Sepé, na safra de 2013/2014.	106
Figura 24 - Família da informante chave (MT1) e suas atividades que possibilitam a reprodução social familiar.....	110
Figura 25 - Família da informante chave (MT2) e suas atividades que possibilitam a reprodução social familiar.....	113
Figura 26 - Família da MT3, com a pesquisadora, e suas atividades que possibilitam a reprodução social familiar.....	115
Figura 27 - Família da MT4 e suas atividades que possibilitam a reprodução social familiar.....	117
Figura 28 - Família da MT5 e suas atividades que possibilitam a reprodução social familiar.....	120
Figura 29 - MT6 e suas atividades que possibilitam a reprodução social familiar. ...	122
Figura 30 - MT7 e suas atividades que possibilitam a reprodução social familiar. ...	124
Figura 31 - MT8 e suas atividades que possibilitam a reprodução social familiar. ...	125
Figura 32 - MT9 e suas atividades que possibilitam a reprodução social familiar. ...	126
Figura 33 - MT10 e suas atividades que possibilitam a reprodução social familiar. ...	128
Figura 34 - Fatores influentes externos ambientais, fontes de informações sobre preservação da natureza e práticas agrícolas sustentáveis, conforme a Escala de Likert 1-muito baixo, 2-baixo, 3-médio, 4-alto, 5-muito alto, média de acordo com as UPA's das Mulheres da Terra (MT1 a MT10).....	131
Figura 35 - Fatores influentes externos ambientais, riscos e variações locais do clima, conforme a Escala de Likert 1-muito baixo, 2-baixo, 3-médio, 4-alto, 5-muito alto, média de acordo com as UPA's das Mulheres da Terra (MT1 a MT10).....	135

Figura 36 - Fatores influentes externos políticos, conforme a Escala de Likert 1-muito baixo, 2-baixo, 3-médio, 4-alto, 5-muito alto, média de acordo com as UPA's das Mulheres da Terra (MT1 a MT10).	137
Figura 37 - Fatores influentes internos e externos socioculturais, baseados na orientação instrumental de Gasson (1973) e conforme a Escala de Likert 1-muito baixo, 2-baixo, 3-médio, 4-alto, 5-muito alto, média de acordo com as UPA's das Mulheres da Terra (MT1 a MT10).	140
Figura 38 - Fatores influentes internos e externos socioculturais, baseados na orientação social de GASSON (1973) e conforme a Escala de Likert 1-muito baixo, 2-baixo, 3-médio, 4-alto, 5-muito alto, média de acordo com as UPA's das Mulheres da Terra (MT1 a MT10).	142
Figura 39 - Fatores influentes internos e externos socioculturais, baseados na orientação expressiva de Gasson (1973) e conforme a Escala de Likert 1-muito baixo, 2-baixo, 3-médio, 4-alto, 5-muito alto, média de acordo com as UPA's das Mulheres da Terra (MT1 a MT10).	144
Figura 40 - Fatores influentes internos e externos socioculturais, baseados na orientação intrínseca de GASSON (1973) e conforme a Escala de Likert 1-muito baixo, 2-baixo, 3-médio, 4-alto, 5-muito alto, média de acordo com as UPA's das Mulheres da Terra (MT1 a MT10).	145
Figura 41 - Matriz FOFA do cenário atual do Grupo Mulheres da Terra.	146
Figura 42 - Fator interno da UPA, renda total, das famílias das mulheres, MT1 a MT10, de acordo com os resultados da Escala de Likert.	154
Figura 43 - Elos da cadeia convencional de alimentos em que o setor agropecuário, onde estão os agricultores, se distancia do contato direto com os consumidores. .	159
Figura 44 - Cadeia curta de produção/consumo onde há o contato direto entre as agricultoras e parceiros consumidores do Grupo Mulheres da Terra.	160
Figura 45 - Mapa das feiras orgânicas brasileiras.	168
Figura 46 - Mapa dos grupos de consumo responsável no Brasil, 2019.	169
Figura 47 - Comportamento consumo consciente do Instituto Akatu, em que destacamos a compra de orgânicos.	170
Figura 48 - Arroz orgânico comercializado pela cooperativa COOPAN.	172
Figura 49 - Alimentos disponíveis na feira do Cantegril, em Viamão.	174

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Complexidade: sistemas complexos e suas correntes teóricas	24
Quadro 2 - Variáveis ligadas aos valores (GASSON, 1973) no trabalho de Wives (2013).....	43
Quadro 3 - Fatores externos das UPA's que influenciam as estratégias de reprodução social do Grupo Mulheres da Terra.	75
Quadro 4 - Fatores internos das UPA's que influenciam as estratégias de reprodução social do Grupo Mulheres da Terra.	76
Quadro 5 - Fator externo técnico-econômico, produção orgânica, influenciado pela ação externa do INCRA.....	130
Quadro 6 - Fatores internos técnico-econômicos, “transporte realizado pela própria família” e “transporte realizado por membro do grupo”, influenciados pelo contexto externo das UPA's.....	132
Quadro 7 - Quadro das feiras orgânicas de Porto Alegre e Viamão, em 2019.....	167

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAFN'S	Alternative Food Networks
ADSA	Análise de Diagnóstico de Sistemas Agrários
APA	Área de Proteção Ambiental
BM	Banco Mundial
CIRAD	Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement
CGU	Controladoria Geral da União
CMA	Cúpula Mundial sobre Alimentação
CNOP	Coordination National of Organisations Paysannes
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COPERAV	Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão
COOTAP	Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre
CORSAN	Companhia Riograndense de Saneamento
CSA's	Consumer Supported Agriculture
FAE	Feira dos Agricultores Ecologistas de Porto Alegre
FAO	Food and Agriculture Organization
FEEng	Fundação Empresa Escola de Engenharia
FEI	Friends of the Earth International
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FOFA	Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças
FSN	Food Sovereignty Network
GIA	Grupo de Integração Agroecológica
GPCR's	Grupos de Produção e Consumo Responsável
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFRS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
INCOBRASA	Industrial e Comercial Brasileira S/A
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INRA	Institut National de la Recherche Agronomique

IPC	International Planning Committee for Food Sovereignty Rome
IRGA	Instituto Rio-Grandense do Arroz
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MT	Mulheres da Terra
NEA	Núcleo de Economia Alternativa
OCS	Organizações de Controle Social
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
ROPPA	Rede de Agricultores e das Organizações de Produtores Agrícolas da África Ocidental
SIGRA	Sistema Integrado de Gestão Rural de ATES
SISAN	Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional
SAU	Superfície Agrícola Útil
SP	Sistema de Produção
SS	Sistema Social
ST	Superfície Total
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UPA's	Unidades Produtivas Agrícolas
WFF	World Forum of Fish Harvesters and Fish Workers
WFFP	World Forum of Fisher Peoples
WWM	World Women's March

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	OBJETIVOS DA PESQUISA	21
1.2	OBJETIVO GERAL.....	21
1.2.1	Objetivos específicos.....	21
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	22
2.1	A UNIDADE PRODUTIVA AGRÍCOLA, SISTEMA DE PRODUÇÃO E SISTEMA SOCIAL: ELEMENTOS TEÓRICOS	22
2.2.	FATORES INTERNOS E EXTERNOS E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL EMERGENTES: AÇÃO EXTERNA E REAÇÃO INTERNA	38
2.2	ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	44
2.3	REDES ALIMENTARES ALTERNATIVAS (ALTERNATIVE FOOD NETWORKS – AAFN’S)	50
2.4	SOBERANIA ALIMENTAR EM GRUPOS DE PRODUÇÃO/CONSUMO RESPONSÁVEL: UM MOVIMENTO DE EXISTÊNCIA OU DE CONTRATENDÊNCIA À GLOBALIZAÇÃO?	61
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO DE CASO	69
3.1	O CAMPO EMPÍRICO DA PESQUISA.....	69
3.2	PESQUISA QUALITATIVA	72
3.3	NATUREZA DA PESQUISA	79
3.4	AS ETAPAS DA ESCOLHA DO ESTUDO DE CASO	81
3.5	O ESTUDO QUALITATIVO E A UTILIZAÇÃO DA ABORDAGEM SISTÊMICA COMO APORTE TEÓRICO E METODOLÓGICO.....	83
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	86
4.1	DESCRIÇÃO DO ESTUDO DE CASO: “O GRUPO MULHERES DA TERRA”	86

4.2	LEITURA DE PAISAGEM, RESGATE DA HISTÓRIA LOCAL, E DESCRIÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS AGRÍCOLAS DO GRUPO MULHERES DA TERRA.....	92
4.2.1	Leitura de paisagem	93
4.2.2	Resgate da história local	98
4.2.3	As unidades produtivas agrícolas do grupo “mulheres da terra”	107
4.3	FATORES EXTERNOS E AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS DO GRUPO “MULHERES DA TERRA”	129
4.4	MATRIZ FOFA DO GRUPO “MULHERES DA TERRA”	146
4.4.1	Forças	147
4.4.2	Fraquezas	148
4.4.3	Oportunidades	149
4.4.4	Ameaças	149
4.5	MULHERES EM AÇÃO: A CONTRIBUIÇÃO DA MULHER NA COMPOSIÇÃO DA RENDA E NAS DECISÕES FAMILIARES.....	150
4.6	FEIRAS ORGÂNICAS E GRUPOS DE PRODUÇÃO/CONSUMO RESPONSÁVEL: O PAPEL DA VENDA DIRETA AO CONSUMIDOR NAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL FAMILIAR	158
4.7	VOCÊ SABE DE ONDE VEM SEU ALIMENTO?	171
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
	REFERÊNCIAS	200
	APÊNDICE A - ROTEIRO PARA O ESTUDO DAS UPAS	222
	APÊNDICE B - QUADRO RESUMO DAS ENTREVISTAS COM AS FAMÍLIAS DO GRUPO “MULHERES DA TERRA”	231
	ANEXO A - REPORTAGEM SOBRE O EFEITO DO PNAE PARA O ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ	232

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre a segurança alimentar e nutricional e o movimento de soberania alimentar vem servindo de base e criando alternativas para agricultores familiares, em todo o mundo. Sobretudo, o movimento de soberania alimentar vem defendendo o patrimônio local de produção que inclui sementes de plantas nativas, métodos e técnicas locais de produção, preservando a produção de alimentos típicos da cultura local que, muitas vezes, são substituídos, por comida industrializada. Esse conjunto de questões envolve também uma Agricultura sustentável que, em geral, aponta para uma reaproximação de consumidores e agricultores, criando laços de proximidade, confiança e reciprocidade, já um pouco esquecidos pelas linhas de produção de *commodities* agrícolas. Teóricos como Polanyi (2000), Sabourin (1999), Abramovay (2004) e, outros, utilizam a reciprocidade como um elo entre os mercados, assim eles podem ser vistos como construções sociais.

Dados governamentais têm indicado que a agricultura, do tipo familiar, voltada para mercados locais, é um dos principais meios de abastecimento de alimentos frescos, produzidos em cadeias curtas e longas, e que compõem os pratos da comida brasileira (BRASIL, 2015). Embora, a produção de *commodities* venha com o objetivo de suprir a demanda mundial de alimentos, de disponibilidade em relação a uma demanda crescente; os mercados locais, ou mercados de proximidade, são configurados pelo acesso local aos alimentos sazonais. Esses também contribuem para o estabelecimento dos preços dos produtos alimentares, em geral, mais baratos, e podem incluir propostas de cultivo orgânico, e/ou agroecológico. Esse panorama também contribui para a movimentação da economia local, que é também enriquecida pela troca de informações entre agricultores e consumidores.

Dentro dessa proposta de produção/consumo sustentável surgem, por volta de 2005, os Grupos de Produção e Consumo Responsável (GPCR's) brasileiros. Esses grupos nasceram a partir de uma proposta que reaproxima o contato direto entre agricultores familiares e consumidores, tendo como objetivo a redução da desigualdade, por meio da garantia da reprodução social desses grupos (INSTITUTO KAIRÓS, 2010).

Essas redes de produção/consumo ainda guardam muitas interrogações no sentido da sua organização estrutural, na compreensão do seu funcionamento e na

caracterização dos fatores que visam garantir a reprodução social dos atores envolvidos.

Buscar compreender quais são os fatores internos e externos, para além da motivação política, que influenciam as estratégias de reprodução social, dos agricultores desses grupos, pode contribuir para entender a dinâmica dos mercados, em cadeias curtas de produção, assim como, para a elaboração de metodologias de estudos, baseados em análises complexas.

Os fatores internos e externos que determinam o funcionamento dos sistemas produtivos, em geral, assim como no caso dessa pesquisa do grupo “Mulheres da Terra”, influenciam diretamente as atividades desenvolvidas no interior das unidades de produção agrícola (UPA's). Eles podem ser de origem econômica, técnica, política, ambiental e sociocultural (BRANDT, 1980). Nas UPA's eles podem atuar, diferentemente, com maior ou menor ênfase, dependendo da conjuntura da região, onde as propriedades estejam localizadas.

Esse processo de conexão entre agricultores e consumidores, em cadeias curtas, propicia um contato direto, reintegrando natureza e sociedade. Mior (2006) explicita que a globalização tende a ignorar a estrutura da própria agricultura, reforçando o papel das cadeias longas, de *commodities* e, de outro lado, a abordagem da localização, de cadeias curtas, volta-se para a diversidade local, em função de alternativas que utilizam pouco, ou nenhum, insumo químico, externo às unidades de produção agrícola.

Desse modo, podemos verificar que os GPCR's podem ter comportamentos diferentes, de acordo com a localidade da qual eles façam parte. Os dois pontos convergentes de troca de informações são os locais de entrega das cestas de produtos e a troca de vivências, que ocorrem nas próprias unidades de produção agrícola, dos agricultores integrantes dessas redes, ou nas feiras e cooperativas de produção/consumo. A situação política, econômica, cultural, social e mesmo a preocupação com a conservação da natureza podem ter pesos diferentes, quando da eleição de prioridades dos grupos, em diferentes localidades e regiões globais.

Os Grupos de Produção/Consumo Responsável podem ser uma alternativa para a reprodução social da agricultura familiar, incentivando práticas agroecológicas e a Soberania Alimentar. São compostos por redes solidárias de produção e consumo que podem estabelecer novas formas de comercialização, que favorecem os

pequenos agricultores e os consumidores que se beneficiam, por meio da aquisição de alimentos saudáveis, vindos de uma proposta que apoia um desenvolvimento rural sustentável.

Assim, nesse cenário, a compreensão das escolhas dos agricultores ligados a essas redes, quando tomam as suas decisões, pode ser entendida como uma estratégia de reprodução social familiar. Por essa razão, no presente trabalho, procurou-se, evidenciar a ação dos fatores externos sobre as decisões familiares, norteados pelas estratégias de reprodução social. O problema central da pesquisa consiste em estudar o sistema social de Unidades Produtivas Agrícolas, de agricultores familiares, inseridos em Grupos de Produção/Consumo Responsável, utilizando os fatores influentes internos, mas com foco sobre os externos ao sistema, para explicar as estratégias de reprodução social desses agricultores.

A compreensão das estratégias de reprodução social de agricultores familiares se configura por um complexo mecanismo de interação entre fatores influentes internos e externos que irão impactar na configuração e adaptação dos sistemas socioprodutivos. Como os agricultores reagiram às influências dos fatores externos às UPA's? O que ocorreu no sistema social de UPA's quando os agricultores precisaram renovar as suas ações para recondução da trajetória familiar, causando efeitos também nos sistemas produtivos, a partir da ação dos fatores influentes externos? Que novos caminhos foram traçados a partir desses fatores que puderam modificar as estratégias das famílias, readaptando os sistemas produtivos?

Essas questões foram trabalhadas na tese que, do ponto de vista teórico, pretende preencher lacunas sobre o estudo de unidades produtivas agrícolas, tendo por base a abordagem de sistemas. A motivação central é relacionar os fatores externos que determinam essas estratégias de sobrevivência dos agricultores, em redes alimentares alternativas, a partir do estudo de caso do grupo "Mulheres da Terra", estabelecendo uma metodologia que permita compreender como os agricultores respondem às influências externas que provocam mudanças socioprodutivas internas em suas UPA's.

Convém esclarecer também o porquê da escolha dessas redes alimentares para o estudo. Primeiramente, porque são modelos alternativos, formados desde a década de 1990, por esse motivo, ainda pouco estudados no Brasil. Além disso, os

grupos de produção/consumo responsável denotam iniciativas caracterizadas pela localização e participação social. Essas redes podem propiciar novas fontes de desenvolvimento rural sustentável, em nível local, além da garantia de reprodução social dos agricultores familiares.

Renting; Marsden e Banks (2003), também verificaram a relação direta entre a teoria e a prática do desenvolvimento rural, em cadeias curtas emergentes, que se distanciam do modelo globalizado, proporcionando novas fontes de alimentação local, como no caso da presente pesquisa, dos GPCR's. Eles recomendam que sejam realizados estudos na área do Desenvolvimento Rural para responderem algumas questões, ainda não profundamente esclarecidas, a partir da inserção dessas alternativas.

Esse estudo analisa novos arranjos sociais para a busca de um alimento saudável, acessível localmente e com preço justo, produzido por famílias locais, por meio de relações diretas, entre agricultores e consumidores, incluindo relações de confiança.

Além disso, estudos baseados em estratégias de reprodução social, sob uma visão sociológica, de Rosa de Luxemburg (1913), Bourdieu (1972), Ladurie (1972) e outros, e na abordagem comportamental de Simon (1947), são seminais para o entendimento das escolhas dos agricultores e alguns desses autores foram revisitados nessa pesquisa, objetivando estudar fatores externos que influenciam as mudanças do sistema social de UPA's à luz da abordagem sistêmica.

Sabendo ser impossível ter o conhecimento total de um sistema, para o estudo do "local"¹ é preciso estabelecer metodologias que contemplem uma visão de todo, mas não totalizantes, que permitam sua utilização como ferramenta de análise para diferentes situações e condições empíricas encontradas a campo. A solução não é matemática, existem inúmeros fatores externos, a serem considerados e, que se apresentam de forma diversa, de acordo com a localidade e comunidade/atores envolvidos nos estudos.

¹ Porção pequena do espaço geográfico que, quando está associada à escala de relação cartográfica ou matemática, permite uma visualização das relações em um detalhamento maior do que em relação a uma escala global (VERDUM; FONTOURA, 2009, p. 39).

Então, estabelecer metodologias que apresentem a possibilidade de replicação, em comunidades distintas, pode ser a chave para a elaboração de políticas e programas direcionados ao público-alvo de projetos locais de desenvolvimento rural.

1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

São os seguintes os objetivos da pesquisa.

1.2 OBJETIVO GERAL

Compreender as estratégias de reprodução social de agricultoras, fornecedoras dos alimentos do Grupo Mulheres da Terra que estão inseridas em grupos de produção/consumo responsável, tendo por base os fatores influentes internos e externos às UPA's, levando em consideração as ações da família no sistema socioprodutivo, de acordo com as mudanças do contexto local.

1.2.1 Objetivos específicos

- a) identificar e caracterizar os fatores significativos externos que influenciam as estratégias de reprodução social de agricultores familiares, em Grupos de Produção/Consumo Responsáveis;
- b) descrever fatores internos e externos que modificam a gestão de UPA's das famílias integrantes de Grupos de Produção/Consumo Responsáveis.
- c) Analisar como são elaboradas as estratégias de reprodução social frente aos fatores influentes externos ao sistema social e que são retroalimentados, internamente, nos sistemas produtivos de unidades produtivas familiares.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura desse trabalho buscou tratar dos temas dos principais autores que realizam estudos sobre: elementos teóricos da abordagem de sistemas, complexidade, estratégias de reprodução social, redes alimentares alternativas, soberania alimentar e a existência e resistência, ao modelo de produção de *commodities*.

2.1 A UNIDADE PRODUTIVA AGRÍCOLA, SISTEMA DE PRODUÇÃO E SISTEMA SOCIAL: ELEMENTOS TEÓRICOS

A compreensão dos fenômenos, relacionados ao meio agrícola, deve ser apoiada por outras áreas, como a Biologia, a Física, ou a Cibernética. Essas disciplinas, por meio da análise de fatores, interligados, nos ajudam a compreender os sistemas complexos existentes na sociedade e na natureza. Porém, até meados do século XX, o todo era considerado apenas como a soma das partes; então surgiram algumas transformações e quebras desse paradigma, em virtude da complexidade dos sistemas, que fugiam à interpretação cartesiana dos eventos, tais como, os estudos de climatologia, do funcionamento da mente humana, assim como da área rural, dependente de muitas condições complexas.

A busca pela origem da vida foi então sendo relegada, não ao esquecimento, mas à compreensão da complexidade dos sistemas vivos, da sua teia de relações, à compreensão global das pedras fundamentais que norteiam os processos científicos. Assim surgia a Teoria dos sistemas e o estudo da complexidade. Como escreve Morin (1977):

O ser humano faz parte dum sistema social, no seio dum ecossistema natural, que por sua vez está no seio dum sistema solar, que por sua vez está no seio dum sistema galáctico: é constituído por sistemas celulares, os quais são constituídos por sistemas moleculares, os quais são constituídos por sistemas atômicos. Existe, pois, neste encadeamento, cruzamento, imbricamento, sobreposição de sistemas, e na necessária dependência duns em relação aos outros, como, por exemplo, na dependência que liga um organismo vivo, no planeta Terra, ao Sol, que o rega de fótons, à vida exterior (ecossistema) e interior (células e eventualmente microrganismos), à organização molecular e atômica, um fenómeno e um problema chaves. O fenómeno é aquilo a que nós chamamos natureza, que é precisamente esta extraordinária solidariedade de sistemas encadeados, edificando-se uns sobre os outros, pelos outros, com os outros, contra os outros: a natureza,

são os sistemas de sistemas em rosários, em cachos, em pólipos, em arbustos, em arquipélagos. Assim, a vida é um sistema de sistemas, não só porque o organismo é um sistema de órgãos, que são sistemas de moléculas, que são sistemas de átomos, mas também porque o ser vivo é um sistema individual que participa dum sistema de reprodução, porque um e outro participam dum ecossistema, o qual participa da biosfera... (MORIN, 1977, p. 96-97).

Então, como afirma Morin (1977), nós, os seres humanos, a natureza e todos os sistemas que nos rodeiam apresentam uma complexidade, às vezes, difícil de ser interpretada. Por essa razão muitos estudiosos passaram a se debruçarem sobre os enigmas e controvérsias que uma linguagem matemática não conseguia explicar, os sistemas complexos.

Os estudos sobre sistemas complexos foram desenvolvidos por diversos teóricos, e, em períodos históricos diferentes, entre eles: Weaver; Wiener (Cibernética), Van Neumann, Von Foerster (Matemática); Prigogine (Termodinâmica); Atlan (Biofísica), Bachelard; Simon; Gasson; Hayek² e outros. Esses estudiosos passaram a discutir os inúmeros processos e variáveis envolvidas no entendimento de sistemas biológicos, físicos ou sociais. E, para compreender a evolução dos estudos de sistemas complexos e suas principais características, foi organizado um quadro teórico, Quadro 1.

Weaver (1948) destaca uma pergunta que parece simples de ser respondida. Do que depende o preço do trigo? Depende de uma série de variáveis, diz ele, mas que estão presentes em sistemas complexamente ordenados. Análises, puramente matemáticas, podem não responder, ou não chegarem às diversas direções das respostas possíveis para essa questão (WEAVER, 1948, p. 539). Simon (1962) diz que, *“grosso modo, sistemas complexos são compostos de um grande número de variáveis que interagem, mas não de forma simples”* (SIMON, 1962, p. 468).

Morin e Le Moigne (2000) afirmam que o pensamento complexo pode ser representado por um *“edifício de muitos andares”*, em que *“a base está formada a partir de três teorias (informação, cibernética e sistema) e comporta as ferramentas necessárias para uma teoria da organização”* (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 204).

Conhecer as partes de um processo não significa conhecer o conjunto na sua totalidade. A reação que pode ocorrer no contato entre as partes de um determinado

² Exemplos de autores que estudam o tema, por essa razão não são encontrados nas referências do trabalho.

sistema, são “emergências”, que reproduzem novas qualidades, novos sentidos, novas formas de organizar um processo. São as qualidades de autoprodução, autorreprodução, autodesenvolvimento, e mesmo o surgimento de novas relações de comunicação.

Como os processos de produção biológicos são sempre contínuos, não permitem que as partes se tornem independentes do todo. Assim, o processo de produção pode ser parcializado além do limite de exigências próprias das atividades, que são necessariamente conexas. Isso impossibilita, por exemplo, a produção paralela das várias partes de um determinado ciclo produtivo, permitindo apenas que se façam de maneira integrada e/ou simultânea (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 25).

Quadro 1 - Complexidade: sistemas complexos e suas correntes teóricas

AUTORES	IDEIAS (IPEA, 2014, p. 7- 8)
Mitchell (2009)	Sistema complexo: “ <i>um sistema que exhibe comportamento emergente e auto-organizável não trivial</i> ”.
Anderson (1972), Langton (1986) e Von Neumann (1986)	“ <i>realçam a interação entre as partes</i> ”.
Simon (1973)	“ <i>confirma a noção de Anderson (1972), Langton (1986) e von Neumann (1986), valorizando as hierarquias</i> ”.
Rosenblueth e Wiener (1945)	“ <i>falam da importância de descrever o mínimo (necessário), a essência do fenômeno, de modo que a modelagem possa ocorrer</i> ”.
Kolmogorov (1965), Shannon (1948), Chaitin (1966) e Gell-Mann e Lloyd (2004)	Shannon define os conceitos basilares da <i>informação</i> , Gell-Mann e Lloyd voltam a ressaltar a importância das escalas e estabelecem o conflito de escolhas, básico, dos cientistas.
Turing (1952).	“ <i>é possível distinguir padrões, classes de comportamento, em sistemas complexos</i> ”.
Wolfram (1984)	“ <i>confirma os padrões de Turing e percebe que os sistemas se auto-organizam</i> ”.
Langton (1986)	“ <i>demonstra que esses padrões observáveis que se auto-organizam ocorrem em casos reais na natureza (e na sociedade). Esta auto-organização leva ainda à emergência de fenômenos, já percebidos antes por Anderson (1972), Turing (1952), Von Neumann (1966) e Hopfield (1982).</i> ”
Minsky (1961) e Turing (1950)	“ <i>exploram os conceitos de auto-organização, adaptação e modelagem a partir de estudos sobre aprendizagem e evolução nos campos da computação e inteligência artificial, em conjunto com a teoria da informação de Shannon (1948)</i> ”
Waddington (1942)	“ <i>estuda a relevância da adaptação, por meio das mudanças dinâmicas de sistemas auto-organizáveis</i> ”.
Furtado e Sakovski (1990)	As propriedades centrais em sistemas complexos são: interação entre agentes (homogêneos ou heterogêneos) e o ambiente; propriedades emergentes, a auto-organização; importância da não linearidade, das escalas e das hierarquias; regras e

AUTORES	IDEIAS (IPEA, 2014, p. 7- 8)
	seu determinismo, os padrões observados; ênfase na dinâmica e retroalimentação; e noções de adaptação, aprendizado e evolução.
Mitchell (2009, p. 13)	Definição do termo sistema complexo: um sistema em que grandes redes de componentes, sem controle central, e com regras simples de funcionamento, incentivam um comportamento coletivo complexo, com um sofisticado processamento de informação e adaptação através da aprendizagem, ou evolução (MITCHELL, 2009, p.13).

Fonte: elaborado a partir de Furtado e Sakovski (1990) e Mitchell (2009).

Os fatores que constituem essa comunicação ampliam o todo, continuamente, diz Morin, sob a égide do pensamento sistêmico e de uma visão não linear, que contrapõe o reducionismo. Ele afirma que “*somos produtos e produtores no processo da vida*”, “*produzimos a sociedade que nos produz*” (MORIN, s/d, p. 5).

O conhecimento das partes de um sistema utiliza abstrações que se direcionam para construções de determinados contextos, “*a compreensão de dados particulares exige a ativação da inteligência geral e a mobilização dos conhecimentos de conjunto*” (MORIN, s/d, p. 12).

Morin (1977), em sua obra *O método: a natureza da natureza*, afirma que o sistema é mais do que a simples soma de suas partes, “*é formado por componentes, de modo isolado, ou justaposto, que incluem a sua organização, a própria unidade global (o “todo”) e as qualidades e propriedades novas, emergentes, da organização e da unidade*” (MORIN, 1977, p. 103).

O autor continua explicando, que “*podemos chamar de emergências às qualidades, ou propriedades de um sistema, que apresentam um caráter de novidade em relação às qualidades, ou propriedades dos componentes*”, esses últimos podem ser “*considerados, isoladamente, ou dispostos de maneira diferente em um outro tipo de sistema*” (MORIN, 1977, p. 104).

Tentando trazer essa explicação de Morin, sobre as emergências, para o campo do desenvolvimento rural e, mais propriamente, para o entendimento da complexidade dos sistemas agrícolas, pode-se dizer, por exemplo, que uma nova tecnologia, oriunda do contexto onde está inserida uma unidade produtiva agrícola, podemos pensar aqui em um município onde esteja localizada uma propriedade rural, reproduz novidade para aqueles agricultores que vinham utilizando sempre o mesmo

tipo de técnica para um determinado cultivo. Essa novidade tecnológica pode reproduzir diferentes resultados, de acordo com uma série de fatores, comuns em determinada localidade, mas dispostos diferentemente em outro município. Fatores culturais, políticos, econômicos, ambientais, podem ser elementos chave que irão reproduzir diferentes respostas às emergências dos sistemas em questão.

Heylighen, Cilliers e Gershenson (2007) explicam que, no início do século XX, Bergson, Teilhard e Whitehead, e mais profundamente Smuts (1926) conceituaram o holismo, em que o todo de um sistema aberto é maior que a soma de suas partes. Esse “todo maior” se refere, precisamente, às propriedades emergentes de suas partes. Os autores usam o exemplo do sal de cozinha, que tempera nossas comidas e, que é formado pela união de duas moléculas, uma de sódio (Na), mais uma de Cloro (Cl). O sódio é um metal que provoca reações violentas, e o cloro é um gás venenoso. Esses elementos sozinhos são mortais, porém, quando se unem, formam uma substância considerada comum em nossos cotidianos. Ou seja, quando as partes do todo estão unidas, no conjunto, modificam as reações químicas e promovem outros resultados, que expandem os resultados iniciais. Os autores continuam a explicação e enfatizam que *“de fato, em um exame mais minucioso, praticamente todas as propriedades que nos são importantes na vida cotidiana, como a beleza, a vida, o status, a inteligência, acabam se tornando emergentes”* (HEYLIGHEN; CILLIERS; GERSHENSON, 2007, p. 5-6).

A independência de cada sistema aberto³ é obtida a partir do estabelecimento de seus limites. Essa fronteira que individualiza um sistema pode ser arbitrado por um objetivo de pesquisa, ou uma reunião de características de um grupo, associação, empresa, ou propriedade agrícola. No estudo de caso dessa tese, são as características do grupo de mulheres, praticantes de um tipo de agricultura, em um

³ A ideia de sistema aberto sugere imediatamente uma série de conceitos fundamentais que nos ajudam a dar ao holismo uma base mais precisa. Primeiro, cada sistema possui um ambiente, do qual é separado por um limite. Este limite dá ao sistema sua própria identidade, separando-a de outros sistemas. Matéria, energia e informação são trocadas através desse limite. Fluxos recebidos determinam a entrada do sistema, fluxos enviados determinam a sua saída. Isso nos fornece uma maneira simples de conectar ou acoplar diferentes sistemas: basta que a saída de um sistema seja usada como entrada por outro sistema. Um grupo de sistemas acoplados, por meio de diferentes relações de entrada-saída, forma uma rede. Se esta rede funcionar de uma maneira suficientemente coerente, nós a consideraremos como um sistema independente, um super sistema, que contém os sistemas iniciais como seus subsistemas (HEYLIGHEN; CILLIERS; GERSHENSON, 2007, p. 6).

mesmo local, que fornecem o limite do sistema. Heylighen, Cilliers, Gershenson (2007) completam que:

A ideia de sistema aberto sugere imediatamente vários conceitos fundamentais que nos ajudam a dar ao holismo uma base mais precisa. Primeiro, cada sistema tem um ambiente, a partir do qual é separado por um limite. Este limite dá ao sistema sua própria identidade, separando-o de outros sistemas. Matéria, energia e informação são trocadas através desse limite. Fluxos recebidos determinam a entrada do sistema, fluxos enviados determinam a sua saída (HEYLIGHEN; CILLIERS; GERSHENSON, 2007, p. 6).

Então, não é somente a presença de números, das pesquisas de modelagem matemática que podem fornecer a precisão e a base sólida de uma investigação, considerada holística, mas a presença de elementos, as emergências, que entram e saem dos sistemas, também fornecem uma explicação para fatos encontrados nos resultados científicos, a exemplo de estudos que utilizam o enfoque sistêmico.

No Brasil, em meados de 1980, e ainda no final do período pós ditadura militar, começa a ser conhecida a abordagem sistêmica, e na década de 1990 começam a ser desenvolvidos projetos que aplicavam essa nova teoria por instituições de extensão rural. Essa abordagem surgiu como um contraponto ao modelo instaurado de desenvolvimento como "crescimento econômico", povoado pelos mais diversos especialistas que transmitiam seus conhecimentos para um público considerado vazio de saberes, e fortemente aliado à ciência positivista, pautado pela difusão de tecnologias. Froehlich (2010) aponta que:

O conhecimento e a tecnologia nesta visão **(do conhecimento especializado)**⁴ são concebidos como "coisa", passíveis de reprodução, transmissão, translocação, sem perderem suas capacidades originais. A melhor representação desta ideia de tecnologia é a "caixa-preta", ou seja, sofisticadas "engrenagens" de origem distante e funcionamento não raro estranho aos seus "beneficiários", sempre dependentes de assistência exógena. Sua materialidade se dá pela presença ostensiva de "bugigangas" científicas, como se vê nos processos de mecanização e quimificação da agricultura (FROEHLICH, 2010, p.6).

Froehlich (2010, p.5) se refere à formação desses profissionais especializados da época como "*a formação de ciências agrárias que subsidiou a intervenção no rural do modelo da "industrialização a qualquer custo"*". Então era necessária essa mudança

⁴ Grifo e complemento da autora da tese.

de paradigma da extensão para barrar os inúmeros projetos de desenvolvimento rural fracassados, polarizados pelo descontentamento dos agricultores e dos técnicos que gerenciavam essas ações.

A realização de um diagnóstico, amparado pelo enfoque sistêmico, pode prever uma série de observações, alicerçadas por distintas disciplinas que, no seu conjunto, promovem explicações sobre as unidades produtivas agrícolas de uma determinada localidade. Os fatores internos e externos que influenciam as respostas, no interior das UPA's, então emergem reproduzindo novas qualidades, promovendo um todo maior que o todo.

A compreensão de uma unidade produtiva, ou de um grupo de unidades produtivas precisa dessa visão despojada de ideias preconcebidas, ou seja, é necessário explorar e analisar as ações desempenhadas pelos agricultores, bem como o modo que exploram o meio em que vivem. Somente depois dessa visão encadeada e complexa será possível analisar o cenário produtivo de um determinado período de tempo, pois pelas constantes emergências desse sistema, certamente ele sempre se apresentará com novidades, ainda não percebidas, ou descritas anteriormente.

Basicamente, uma unidade produtiva agrícola familiar é formada pelo sistema social, o lócus da tomada de decisão da família, que determina como o sistema de produção deverá funcionar e se articular para o cumprimento do itinerário técnico dos cultivos e do modo de condução, ou manejo, das criações.

Dufumier (1996), Landais, Lhoste e Milleville (1987) e Sebillote (1990) desenvolveram os conceitos de sistema de produção, sistema de cultivo, sistema de criação e sistema de transformação, e sistema social, assim como os de modo de condução e itinerário técnico, nesse trabalho organizamos e adaptamos esses conceitos.

Voltando o foco para as pesquisas desenvolvidas na área do Desenvolvimento Rural, o que vem sendo estudado, com maior ênfase, é a compreensão da complexidade de sistemas de produção. Autores como, Mazoyer e Roudart (1997) e Dufumier (1996), em seus estudos sobre sistemas agrários e de produção, são expoentes nas discussões que envolvem esse tema.

Figura 1 - Quadro de conceitos utilizados pelo enfoque sistêmico nos estudos sobre sistema social e de produção



Fonte: adaptado de Dufumier (2007); Landais, Lhoste, e Milleville (1987) e Sebillotte (1990).

Wives (2013) aponta que:

O enfoque baseado nos estudos sobre sistemas de produção iniciou-se em países de influência francófona, a partir dos anos 1960. Nesses países, a pesquisa em sistemas de produção surge da ampliação do enfoque sistêmico às modalidades de intervenção no meio rural. Os pesquisadores dessa abordagem foram, em grande medida, influenciados pelas Ciências Sociais, levando em consideração aspectos mais abrangentes como a noção de sistemas agrários (WIVES, 2013, p. 18).

Estudos da complexidade no rural como o de sistemas agrários são desenvolvidos pelos círculos de investigação científica francesa e baseados no contexto de quatro instituições principais, de acordo com Gautier e Kull (2015). A ORSTOM (Office de la Recherche Scientifique et Technique Outre-Mer); que

desenvolveu uma tradição interdisciplinar de estudos de territórios de comunidades, ou pequenas regiões em países em desenvolvimento, baseados no conceito de “terroir”⁵. Em 1998, essa instituição mudou seu nome para IRD (Institut de Recherche pour le Développement). A segunda instituição citada pelos autores é L’Institut National Agronomique Paris-Grignon (INA P-G), que recentemente formou a AgroParisTech, uma das grandes escolas francesas que trabalha com a corrente francofônica⁶ e determinou o conceito de sistemas agrários, desenvolvido por Marcel Mazoyer, antecedido por René Dumont, formando uma sólida escola francesa de agricultura comparada. Os autores, citando Mazoyer e Roudart (1998) e Dufumier (2006), afirmam que:

Esta escola de pensamento investiga as especificidades e semelhanças entre diversas formas de agricultura contemporânea em todo o mundo. Enfatiza o desenvolvimento de determinadas sociedades e analisa as ligações entre os elementos remanescentes e novos dos sistemas agrários. Procura extrair lições para compreender o desenvolvimento agrícola, incluindo aqueles interpretados como “crises” ou “revoluções”, mas evitando generalizações, ou modelagem excessivamente simplificada⁷ (GAUTIER; KULL, 2015, p. 79).

A terceira instituição citada por Gautier e Kull (2015) é o INRA (Institut National de la Recherche Agronomique) pioneiros na pesquisa interdisciplinar do mundo rural e voltados, inicialmente, para o desenvolvimento de variedades e técnicas com

⁵ O *terroir*, na ampliação do conceito desenvolvido por geógrafos franceses, é um conjunto de terras sob a ação de uma coletividade social congregada por relações familiares e culturais e por tradições de defesa comum e de solidariedade da exploração de seus produtos. Disponível em: http://revistaadega.uol.com.br/artigo/o-terroir-e-a-identidade-cultural_6122.html Consultado em: 04 MAR 2017.

⁶ Nas áreas de influência da língua inglesa, esse anseio (de ver a propriedade como um todo) foi materializado no corpo conceitual do *farming systems approach*; nas áreas de influência francesa a nova concepção teórico-metodológica foi designada como *l’approche systemique*. Essas duas abordagens, embora emergidas da mesma problemática, constituíram-se em vertentes diferentes e em certa medida complementares. O enfoque anglofônico era mais centrado nos aspectos biológicos da produção, tais como as interações entre as diferentes explorações na propriedade, os consórcios de culturas, as rotações, etc. Visava a gerar soluções que permitissem ao agricultor sair-se melhor num contexto externo à propriedade que era dado. A **abordagem francofônica** pressupunha planos, ou políticas de desenvolvimento regional, incluindo aspectos gerenciais. No Brasil, essas abordagens foram inicialmente utilizadas no começo dos anos 1980, na EMBRAPA - Semiárido, na EPAGRI e no IAPAR, sendo chamadas no seu conjunto de abordagem sistêmica (KHATOUNIAN, 2001, p. 59).

⁷ This school of thought investigates the specificities of, and similarities between, the diverse forms of contemporary agriculture worldwide. It emphasizes the historical agricultural development of given societies and analyses the linkages between the remnants of former agrarian systems and the elements of new ones. It seeks to draw overarching lessons to understand agricultural development, including those interpreted as “crises” or “revolutions”, but avoiding broad generalizations or overly simplified modeling (MAZOYER; ROUDART, 1998; DUFUMIER, 2006 apud GAUTIER; KULL, 2015, p. 79).

abordagem técnica e microeconômica, setoriais, nos anos 1960 e 1970, no entanto, estas abordagens constituíram análises que se voltaram ao global (GAUTIER; KULL, 2015, p. 79-80). A quarta instituição é o CIRAD (Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement) que atua junto aos Ministérios da Agricultura, dos Negócios Estrangeiros e do Ensino Superior e da Investigação. O Instituto centraliza seus estudos na produção industrial de culturas para fins alimentares, testaram melhorias e técnicas de cultivo, em laboratórios, ou em parcelas experimentais, estendendo e aplicando os resultados em grandes fazendas modernas ou, mais frequentemente, em propriedades de agricultura familiar (GAUTIER; KULL, 2015, p. 80).

Essas escolas contemplam um pensamento sistêmico que, para Capra (1996) constituem mudanças de uma visão mecanicista em Descartes e Newton para uma holística, incluem problemas não, meramente intelectuais, estes alcançam proporções de uma intensa crise emocional e, poder-se-ia dizer, até mesmo existencial. O autor utiliza um conceito de ecologia, em um sentido mais amplo, onde há a independência fundamental de todos os fenômenos, onde os indivíduos e as sociedades estão inseridos e dependem dos processos cíclicos da natureza. Os termos empregados diferem, onde o autor faz alusão a uma bicicleta para explicar a diferença:

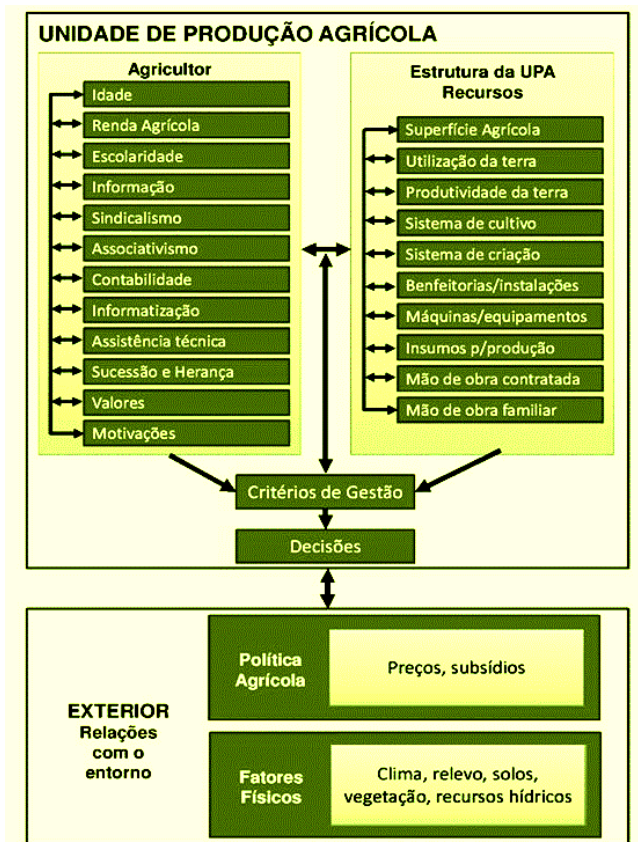
Uma visão holística, digamos, de uma bicicleta, significa ver a bicicleta como um todo funcional e compreender, em conformidade com isso, as interdependências das suas partes. Uma visão ecológica da bicicleta inclui isso, mas acrescenta-lhe a percepção de como a bicicleta está encaixada no seu ambiente natural e social - de onde vêm as matérias-primas que entram nela, como foi fabricada, como seu uso afeta o meio ambiente natural e a comunidade pela qual ele é usado, e assim por diante. Essa distinção entre "holístico" e "ecológico" é ainda mais importante quanto se tratam sobre sistemas vivos, para os quais as conexões com o meio ambiente são muito mais vitais (CAPRA, 1996, p.20).

Estudos amparados pela abordagem de sistemas, em Unidades Produtivas Agrícolas, têm sido realizados principalmente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, desde a década de 1990, procurando expandir o conhecimento de fatores, relacionados aos sistemas de produção e sistemas sociais das propriedades agrícolas, também em projetos de pesquisa sobre a evolução e diferenciação de sistemas agrários do Rio Grande do Sul (MIGUEL, 2014; ARAUJO, GIEHL; FELICIANO, 2010).

Wives (2013), em recentes estudos sobre o sistema social de propriedades agrícolas, aponta para fatores que explicam como é composto o sistema social de uma UPA. A autora entende que “*precisar diferentes objetivos, em situações diferentes, passa primeiramente pelo entendimento dos distintos fatores, externos e internos, envolvidos*” (WIVES, 2013, p. 16). Sua tese apresenta como deve ser a organização do estabelecimento agrícola em relação aos fatores internos e externos, de acordo com RODRIGUEZ OCAÑA (1996) e ANDREATTA (2009), Figura 2.

Wives (2013) trabalha com a ideia de BROSSIER et al. (1990) sobre o sistema social, dividindo-o em sistema fim e sistema de condução, apoiada na teoria de tomada de decisões. E orienta que “*o sistema de condução de BROSSIER et al. (1990) é o locus da tomada de decisão, é o lugar onde uma estratégia é definida, elaborando a gestão operacional dos meios de produção da UPA*” (WIVES, 2013, p. 133).

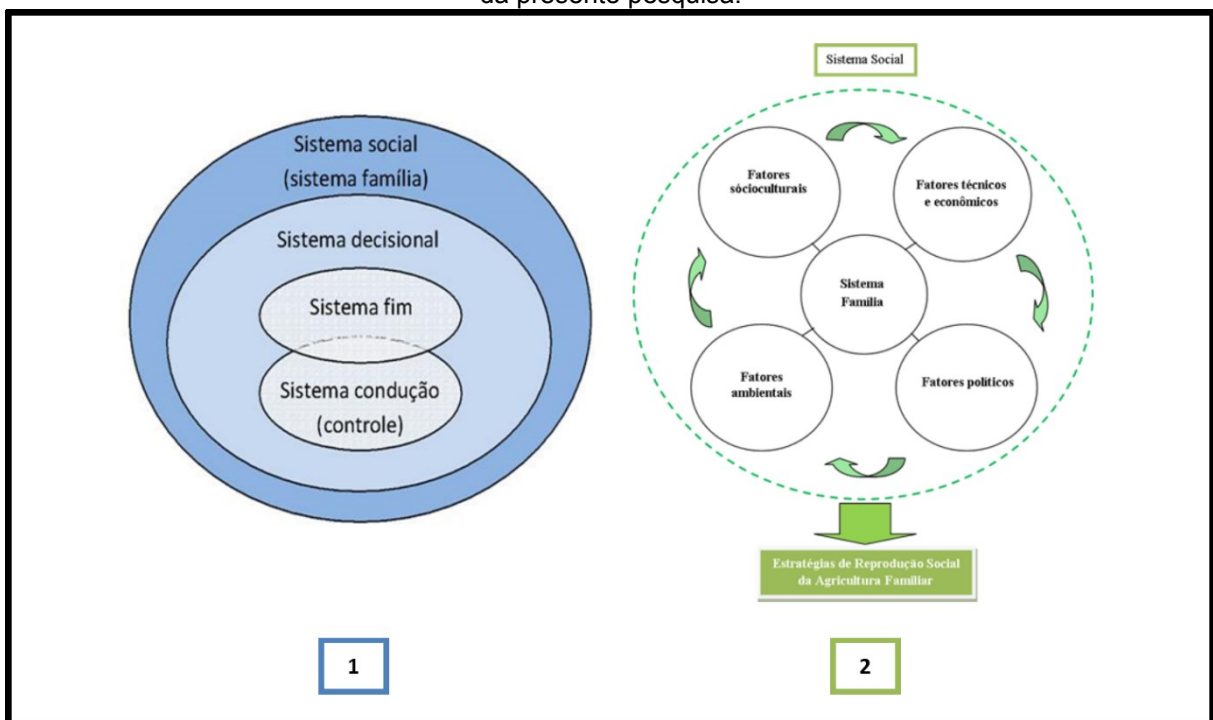
Figura 2 - Organização do estabelecimento agrícola em relação aos fatores internos e externos



Fonte: Adaptado por WIVES (2013) com base em RODRIGUEZ OCAÑA (1996) e ANDREATTA (2009).

Do ponto de vista teórico e metodológico da presente pesquisa o estudo do sistema social das UPA's, considerado aberto, é influenciado por fatores internos e externos, que promovem a elaboração das estratégias de reprodução social de agricultores familiares, reconfigurando a representação do sistema social da UPA, conforme a Figura 3. O sistema de produção será considerado apenas como um dos elos existentes, tendo em vista a amplitude de estudos já realizados e o necessário enfoque de análise do sistema social.

Figura 3 - Representação do sistema social de uma UPA. 1. Sistema social elaborado por WIVES (2013) adaptado de BROSSIER et al. (1990), e 2. nova proposta de representação do sistema social da presente pesquisa.



Fonte: elaborado pela autora, adaptado de WIVES (2013).

Embora possam ser traçadas relações entre o sistema social e de produção, é preciso ter em mente que as novas informações externas podem ser trabalhadas, primeiramente, dentro do sistema social, onde está a família que determina as ações necessárias. Brossier et al. (1990) indicam, que o sistema decisional pode se equivar ao sistema família.

No sistema de condução (controle) pode existir uma estratégia que visa organizar as condições e os recursos disponíveis articulando as ações que se traduzem na tomada de decisão. As atitudes tomadas no lócus da tomada de

decisão “*podem ser rapidamente alteradas de acordo com as mudanças no cenário, ou nos meios de produção*”. Wives (2013, p. 134) conclui: “*se por um lado o sistema de fins tem alguma permanência no tempo, por outro, o sistema de controle é essencialmente um processo contínuo e rápido de adaptação*”. Ou seja, é no seio do sistema de controle que são traçadas as estratégias de reprodução social frente às alterações de contexto vivenciado pela família, em sua unidade de produção agrícola.

A UPA que inclui o sistema social e de produção, é composta por fatores internos e externos, que incluem variáveis socioculturais, técnicas, econômicas, ambientais e políticas (CHIA; HAMDAN, 1999), todas elas estão continuamente interagindo e mudando, de acordo com as informações que as famílias têm acesso. O fluxo é contínuo, informações entram e saem a todo o momento e assim vão surgindo rupturas que provocam mudanças de toda ordem.

O ambiente externo é caracterizado como sendo o conjunto de questões de força maior, externas à entidade ou organização que está sendo analisada, neste caso, as unidades de produção agropecuária, e que está fora do seu controle (ARAÚJO; GIEHL; FELICIANO, 2016, p. 11).

Esse exercício de levantamento dos fatores externos que se destacam, obedecendo um determinado período de tempo, o período da pesquisa, e o porquê de se tomarem certas decisões, é devido à racionalidade limitada discutida por Simon (1970). O autor explica que:

O problema de descobrir que fatores são importantes, e que fatores não o são, numa dada situação, é tão essencial para a escolha acertada como o conhecimento das leis empíricas que governam os fatores que são finalmente designados como fundamentais (SIMON, 1970, p. 86).

Simon (1970) postula que a racionalidade é limitada porque é impossível para o ser humano conhecer todas as possibilidades para uma dada questão a ser resolvida. Decidimos com base em informações que conhecemos, por essa razão, a comunicação entre as pessoas se faz tão importante, o conhecimento é compartilhado, permitindo uma tomada de decisão que ofereça o menor risco.

Rodriguez Ocaña (1996) indica que fatores externos à propriedade que merecem destaque são as políticas públicas, as condições dos mercados, os

aspectos climatológicos, os aspectos fisiográficos⁸ da paisagem, entre outros. O ambiente interno, mais “controlável” compreende, então, o conjunto de questões internas das UPA’s, envolvendo fatores que emergem da relação entre os fatores internos e externos e determinam as estratégias de reprodução social dos agricultores familiares. O que são essas estratégias de reprodução social?

As UPA’s, em sistemas abertos, são influenciadas por fatores internos e externos, surgidos ao longo do tempo, retrabalhados pelos agricultores, remodelando suas atividades produtivas e itinerários técnicos, de acordo com as estratégias de reprodução social adotadas, como já vimos anteriormente nessa seção. Algumas dessas questões já foram evidenciadas no trabalho de Wives (2013), a partir do conhecimento das razões e dos fatores internos que influenciam a tomada de decisão de agricultores, concebida no interior do sistema família, ou sistema social.

Uma das motivações científico-acadêmicas da escolha desse tema da pesquisa visa esclarecer lacunas ainda existentes no estudo do sistema social de UPA’s. Metodologias de análise que empregam a teoria de sistemas para compreensão do sistema social, de unidades produtivas agrícolas, ainda demandam estudos complementares e que, ao mesmo tempo, avancem para a compreensão da reprodução social das famílias envolvidas.

Wives (2013) estudou os fatores influentes internos na tomada de decisão de agricultores familiares, ampliando a visão do sistema social, ou sistema família (CHIA; HAMDAN, 1999), de UPA’s. A autora baseou-se nos regimes de orientação de Gasson (1973), para a definição dos fatores internos da tomada de decisão e, na visão elaborada por Brossier et al. (1990), do sistema social.

Os regimes de orientação de Gasson se baseiam nos valores dominantes que podem estar associados às atividades agrícolas e estão de acordo com quatro orientações, não esgotadas. São eles: a instrumental, a social, a expressiva e a intrínseca (GASSON, 1973, p.527).

Brossier et al. (1990), entendem que o sistema social é um sinônimo de sistema decisional, ou é o sistema onde ocorre a tomada de decisão dos agricultores. O “responsável pela UPA”, ou a responsável pela UPA, estaria ligada, fortemente, à

⁸ Representação, ou detalhamento da paisagem: vegetação, recursos hídricos e relevo.

família e por esse motivo aí se dariam as relações básicas que imprimem as estratégias de reprodução social da célula familiar. Então, o sistema decisional está localizado no interior do sistema de exploração familiar e baseia-se nos fatores: terra, trabalho e capital.

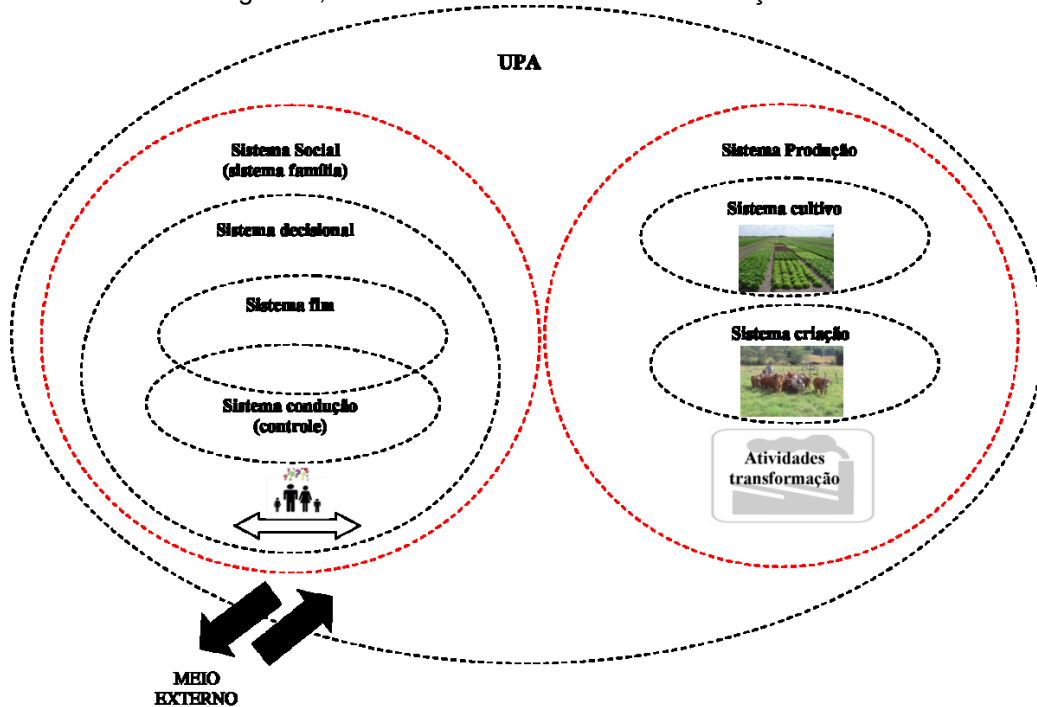
Wives esclarece que:

O núcleo familiar foi ao longo dos anos de 1970, 1980, e 1990, ganhando importância dentro de alguns estudos, e passou a ser entendido como um ponto crítico. O aprofundamento teórico nesse período veio posteriormente constituir as bases para definição elaborada por BROSSIER et al. (1990) do sistema social (WIVES, 2013, p. 30).

O sistema fim inclui a família e seus projetos, em longo e curto prazo, e o sistema controle diz respeito às operações e definição de objetivos familiares, Figura 4.

Na presente pesquisa objetiva-se ampliar esse olhar de Wives (2013), identificando fatores externos que contribuem para as estratégias de reprodução social, em UPA's de agricultores familiares, por meio do estudo de um caso específico. As principais implicações teóricas e práticas visam ampliar a compreensão do sistema social de UPA's, bem como a construção de cenários que expliquem como os agricultores traçam o caminho da reprodução social familiar, em UPA's de GPCR's.

Figura 4 - Representação da abrangência e encadeamento, em nível da Unidade de Produção Agrícola, dos conceitos de Sistema de Produção e Sistema Social.

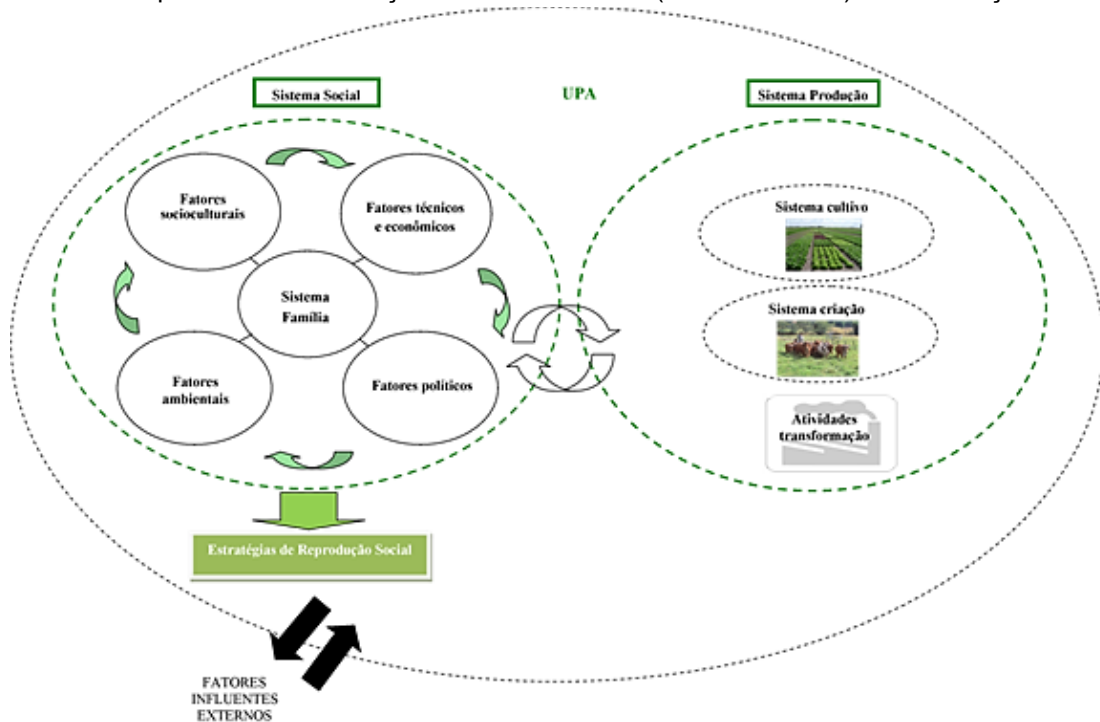


Fonte: Adaptado de MIGUEL (2009) e WIVES (2013).

Wives (2013) diz que Brossier et al. (1990) afirmam: “o indivíduo é um ser social”. Desta forma, segundo a autora, “assumem também que as decisões dos gestores estão atreladas, ou determinadas, em alguma medida, pelo ambiente ao qual estão inseridos” (WIVES, 2013, p. 32).

O escopo da tese, Figura 5, demonstra que fatores internos e externos são responsáveis pela elaboração das estratégias de reprodução social dos agricultores familiares, por meio do fluxo de decisões retroalimentadas nas unidades de produção agrícola. Porém, como já foi exposto, anteriormente, o foco dessa pesquisa são os fatores externos que influenciam as estratégias de reprodução social, além da elaboração de metodologia capaz de proporcionar a coleta das variáveis mais importantes para a interpretação das ações, elaboradas pelas agricultoras e agricultores, no sistema social.

Figura 5 - Representação esquemática do escopo de investigação da tese revelando, uma UPA, influenciada por fatores internos e externos que determinam estratégias de reprodução social provocando mudanças no Sistema Social (foco de análise) e de Produção.



Fonte: elaborado pela autora, adaptado de Wives (2013).

Para contemplar o levantamento exploratório das variáveis ligadas aos fatores externos que interferem nas estratégias de reprodução social dos agricultores, foi realizado um levantamento bibliográfico de estudos que estão baseados em fatores internos e externos que influenciam as mudanças ocorridas em UPA's, como segue.

2.2 FATORES INTERNOS E EXTERNOS E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL EMERGENTES: AÇÃO EXTERNA E REAÇÃO INTERNA

As mudanças que ocorrem em UPA's decorrem da influência de fatores, sejam eles de origem interna, ou externa. A ação desses fatores provoca alterações de conduta na tomada de decisão de agricultores, resultando em alterações que remodelam os sistemas de produção das propriedades.

Davis (1988) descreveu uma série de fatores gerenciais que promovem influências no processo de tomada de decisão, no interior e exterior dos sistemas produtivos de UPA's. E, Dutra, Machado e Rathmann (2008) listam as cinco categorias apresentadas pelo autor.

1) Os fatores operacionais, onde se enquadram aspectos como a mão de obra, os recursos e meios de produção com seus respectivos custos, as habilidades dos produtores e funcionários; 2) Os fatores organizacionais, os quais estão relacionados às questões internas das organizações - como a imagem, aos problemas motivacionais e envolvimento de seus participantes, de sua estruturação e até mesmo às suas políticas internas; **3) Os fatores externos, que se relacionam ao ambiente exterior à organização, como a avaliação de questões legais, da dinâmica de mercado, dos competidores e de aspectos regulatórios, necessária para a tomada de decisão com menor grau de incerteza;**⁹ 4) As considerações informacionais, que se relacionam a disponibilidade de informações ao decisor no momento em que as mesmas sejam necessárias e; 5) Os objetivos gerenciais, os quais constituem-se do último nível, logo sendo o mais abrangente, e por isso capaz de influenciar de maneira determinante o processo decisório (DUTRA; MACHADO; RATHMANN, 2008, p. 9).

A tomada de decisão ocorre no sistema social, ou decisional, das UPA's, como já foi mencionado anteriormente, balizada por condições internas e externas. Dutra, Machado e Rathmann (2008) apontam que, segundo o CIMMYT (1991) *as condições internas que influenciam a decisão, ligadas aos objetivos dos agricultores, são o risco, as preferências e os ingressos e suas restrições de recursos; terra, capital e trabalho.*

As externas são *as condições de mercado (produto, insumos e crédito), as instituições e as políticas públicas.* Os autores indicam que *as principais fontes de incertezas são o clima, os aspectos ligados a pestes, pragas e doenças e as condições de mercado* (DUTRA; MACHADO; RATHMANN, 2008, p. 9).

Araújo, Giehl e Feliciano (2016) indicam que *“as variáveis são previamente definidas, cabendo aos gestores das unidades avaliá-las, enquanto ameaça, ou oportunidade, atribuindo-lhes a importância (matriz SWOT¹⁰)”*, em cinco dimensões, que representam o ambiente externo; mudanças na sociedade, mudanças governamentais, mudanças econômicas, mudanças tecnológicas e mudanças nos mercados e fornecedores (ARAÚJO; GIEHL; FELICIANO, 2016, p. 11).

Biassio e Silva (2015), também utilizando a matriz SWOT, desenvolveram uma pesquisa *“estruturada com dados sobre vantagens e desvantagens dos sistemas produtivos e identificação dos seus pontos fortes e fracos, bem como das oportunidades e ameaças relacionadas pelos agricultores”*. E, de acordo com a

⁹ Grifo da autora.

¹⁰ A matriz SWOT (FOFA, em português) foi utilizada inicialmente pela Universidade de Stanford. A sigla representa os seguintes termos: Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*). (Significado de SWOT, 2018).

conjuntura, seja ela a nacional, ou a local, os fatores, elencados pelos agricultores, poderiam ser outros. A conclusão dos autores também retrata a relação dos fatores externos, ligada à conjuntura atual.

As percepções apresentadas no presente artigo, por exemplo, certamente guardam relação com a conjuntura atual, marcada por incertezas no ambiente econômico e político, o que tende a conferir um viés mais negativo aos fatores não controláveis (relacionados principalmente ao ambiente externo), em especial aqueles associados ao ambiente político e macroeconômico (BIASSIO; SILVA, 2015, p. 32).

Hilgert et al. (2013) analisando fatores internos e externos de empreendimentos solidários, entre eles os que ofertam alimentos orgânicos, listaram algumas variáveis importantes que também podem ser encontradas em cooperativas e grupos de produção/consumo responsável. As variáveis foram compostas, utilizando a matriz SWOT, onde os fatores internos dizem respeito às fortalezas (*“qualidade de vida, renda, e relação entre os cooperados tiveram uma avaliação semelhante, não por acaso, com a manutenção da agricultura familiar ou das pessoas que realizam o trabalho na atividade”*) e fraquezas (*“a maior fraqueza dos empreendimentos é a falta de capital de giro, também foi identificada como fraqueza a gestão por parte de associados, a mão de obra disponível, a desconfiança entre os atores, o trabalho árduo”*). Os fatores externos foram identificados como oportunidades (*mercado local, a sensibilização da população, relações com instituições públicas, privadas e programas governamentais que entram em um viés de fortalecimento dos Empreendimentos de Economia Solidária*) e ameaças (*concorrência desleal por parte de grandes empreendimentos em relação aos pequenos, dificuldade de acesso aos recursos existentes, utilização de veneno, transgênicos, produção em grande escala e grandes cooperativas*). Os autores concluem que as ameaças *“estão ligadas às condições sociais, ambientais, culturais e ao apoio, ou não, das esferas de poder a esses empreendimentos”* (HILGERT et al., 2013, p. 4-10).

Khatounian (2001) atenta para as estratégias dos agricultores. Ele escreve: *“as estratégias dos agricultores, embora coerentes com sua lógica e objetivos, não são imutáveis, nem inteiramente lógicas, nem necessariamente as mais adequadas”*. Ele orienta que o agricultor faz ponderações ligadas às informações das quais dispõe, dentro do seu contexto local. O autor continua explicando que *“por essa razão, a*

inserção de elementos externos na reflexão sobre o sistema pode abrir caminhos para sua evolução” e que *“muitas das mudanças necessárias rumo à sustentabilidade dependem da capacidade técnica de compreender o sistema”* (KHATOUNIAN, 2001, p.83).

Nunes e Muniz (2012) destacam que *“fatores externos (como os preços dos produtos, clima, existência de mercado para os produtos, política de crédito e financiamento, transporte e disponibilidade de mão de obra na região”* são expoentes para os agricultores e concluem que *“a atividade agrícola é pouco atraente, pois exige alto investimento e é um negócio repleto de incertezas e riscos”* (NUNES; MUNIZ, 2012, p.145).

São essas incertezas e riscos que atuam no contexto familiar, no momento da tomada de decisão e podem estar relacionadas, principalmente, aos fatores externos, que podem, muitas vezes, influenciar o desempenho e as estratégias de reprodução social dos agricultores, no interior de suas unidades produtivas.

A incerteza e o risco tornam a tomada de decisões desafiadora e frustrante. Cada decisão tem, pelo menos, duas alternativas, cada uma das quais tem algumas consequências futuras - não tomamos decisões sobre o passado (NELSON, 1997, p. 1). O autor continua: *“A incerteza refere-se a uma situação em que as consequências incluem uma série de resultados possíveis, independentemente da sua conveniência. O risco refere-se à possibilidade de resultados adversos associados a uma ação.”* (NELSON, 1997, p. 4).

A tomada de decisão, ocorrente no sistema social, ou sistema família, é um desafio, tendo em vista os fatores de risco que ela transmite. Nelson esclarece que:

Alguns dos possíveis resultados têm consequências negativas, que os gestores procuram evitar. Porque o futuro é imprevisível, o risco não pode ser eliminado, mesmo se isso fosse desejado. Eliminar o risco também eliminaria os lucros potenciais. O gerenciamento bem-sucedido, de fazendas e pequenas propriedades, depende da adoção dos riscos compatíveis com os objetivos e a posição financeira do empreendimento. A chave do sucesso é a escolha dos riscos certos (NELSON, 1997, p. 4).

Hardaker (2000) define o risco como um conhecimento imperfeito, onde as probabilidades dos possíveis resultados são conhecidos. A incerteza existe somente quando essas probabilidades não são conhecidas.

Os riscos agrícolas não são independentes, mas estão ligados uns aos outros e como parte de um sistema que inclui todos os instrumentos, estratégias e políticas disponíveis, destinadas a gerir o risco. Uma abordagem holística é, assim, necessária. Primeiro, os agricultores enfrentam uma incerteza natural considerável e o risco. Estes ocorrem devido a elementos incontroláveis, como; clima, pragas, doenças e desempenham um papel fundamental na produção agrícola. Segundo, existe o que pode ser amplamente definido como a incerteza do mercado e os riscos da agricultura (AIMIN, 2010, p. 153).

Aimin (2010) aponta, ainda, que “*em terceiro lugar vem o fator risco familiar*”, levando em consideração doenças e acidentes e, “*em quarto lugar, estão as políticas econômicas, com impactos em todos os setores por meio dos efeitos sobre impostos, taxas de juros, taxas de câmbio, regulação, prestação de bens públicos*”, e assim por diante.

Gasson entende que um agricultor individual pode se esforçar para obter uma renda garantida, porém em função do risco associado, opta por um rendimento menor do que poderia ser alcançado. Essa *preferência de risco pode ser colorida talvez, afirma ela, por necessidades da família, pelo compromisso com a manutenção da unidade produtiva e por investimento em segurança. Os lucros, considerados máximos, podem também ser evitados em função de escolhas que incluem comportamentos duvidosos, ilegais ou antiéticos.* A autora também traz os contrastes dos estudos de Simon (1957), sobre a racionalidade limitada, em que o autor fala da complexidade do mundo real onde não podem ser esperados conhecimentos perfeitos e maximização de comportamentos, estes são substituídos por “satisfação” (GASSON, 1973, p. 522).

A autora trabalha com quatro regimes de orientação¹¹, não esgotadas. São eles: o instrumental (obtenção do máximo de renda; obtenção de rendimento satisfatório; salvaguarda de rendimento para o futuro; expansão do negócio; obtenção de condições de trabalho harmoniosas - horas, segurança, ambiente). O social (ganho de reconhecimento, prestígio como agricultor; sentido de pertencimento à comunidade agrícola; continuação da tradição familiar; trabalho conjunto com outros membros da família; manutenção de boas relações com os trabalhadores). O Expressivo (sentir orgulho da propriedade; ganhar autorrespeito por fazer um trabalho que vale a pena; exercer habilidades e aptidões especiais; ter chance de ser criativo e original; enfrentar um desafio, alcançando um crescimento objetivo e pessoal). E o quarto é o

¹¹ Os valores e as motivações do processo de tomada de decisão dos agricultores.

intrínseco (usufruir as tarefas de trabalho; ter preferência por uma vida saudável, ao ar livre, agricultura; valorar a atividade, valor do trabalho árduo; ter independência - liberdade de supervisão e organização do tempo; ter o controle em uma variedade de situações)

Wives (2013) utilizou, em sua pesquisa, baseada nos regimes de orientação de Gasson (1973) as variáveis ligadas aos valores que estão expostas no Quadro 2. Os fatores dos regimes de orientação elencados pela autora foram: 1. Criatividade, 2. Remuneração, 3. Trabalho, 4. Satisfação, 5. Família e 6. Social. Também foram elaborados fatores de informação: 1. Mídia, 2. Extensão, 3. Relações pessoais, 4. Agricultores, 5. Cooperativa/Associação, 6. Família, 7. Aprendizagem, 8. Mudança no Sistema e 9. Experiência Pessoal.

Quadro 2 - Variáveis ligadas aos valores (GASSON, 1973) no trabalho de Wives (2013).

Orientação Instrumental	Orientação Social
Maximizar lucro	Ter prestígio social (status)
Pensar em expandir o negócio (empreendedorismo)	Relacionar-se com a comunidade
Ter condições agradáveis de trabalho	Continuar a tradição da família
Obter um bom rendimento (satisfatório)	Trabalhar em família
Garantir renda para o futuro	Ter bom relacionamento com os trabalhadores
Orientação Expressiva	Orientação Intrínseca
Ter satisfação em se sentir o proprietário	Satisfação com o trabalho agrícola
Ter satisfação em trabalhar na sua propriedade	Desfrutar do trabalho agrícola e ao ar livre
Exercer habilidades e aptidões especiais	Valorizar o trabalho duro
Poder ser criativo no trabalho	Ter independência nas decisões
Ter flexibilidade em termos de um calendário	Aceitar e controlar situações de risco
Alcançar os objetivos	

Fonte: Wives (2013), baseado em Gasson (1973).

O estudo de Wives conclui que:

Em relação aos regimes de orientação de valores observou-se que as variáveis com médias mais elevadas e um maior consenso entre os respondentes estão ligadas a valores baseados em trabalhar na sua

propriedade (orientação expressiva), satisfação em se sentir o proprietário (orientação expressiva), desfrutar o trabalho agrícola e ao ar livre (orientação intrínseca), garantir renda para o futuro (orientação instrumental), obter um bom rendimento (orientação instrumental), trabalhar em família (orientação social), continuar a tradição da família (orientação social) e condições agradáveis de trabalho (orientação instrumental) (WIVES, 2013, p. 137).

As pesquisas apresentadas retratam um cenário complexo único, no momento em que são analisados os fatores intervenientes nos processos de decisão, que modelam novas estratégias de reprodução social. Desse modo, em determinados contextos econômicos, sejam eles de riqueza, ou pobreza, são importantes os estudos que exploram metodologias de análise, holísticas, que contemplam a compreensão de cenários emergentes nos sistemas sociais, como base para o entendimento da complexidade dos estudos do rural.

Os trabalhos aqui citados também permitem verificar que, de acordo com o caso em que sejam aplicadas metodologias de análise, em unidades produtivas agrícolas, os fatores internos e externos elencados podem variar amplamente. Percebe-se que, geralmente, os estudos têm utilizado a matriz SWOT para o estabelecimento das variáveis, que respondem aos fatores internos.

Esses fatores internos e externos variam, também, de acordo com o tipo de agricultura desempenhada nas comunidades e de acordo com o mercado em que os agricultores pretendem trabalhar, influenciando as estratégias de reprodução social das famílias.

2.3 ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR

Os trabalhos de Ladurie (1972) e Bourdieu (1972) são obras seminais nos estudos da reprodução social. Os autores estudaram a reprodução conectada às estratégias de matrimônio e de herança das famílias. Viret (2008) entende a reprodução familiar, ou reprodução social, como um processo de continuidade das famílias e dos seus laços de parentesco, em um dado território.

Brumer e Anjos (2008), seguindo uma linha semelhante de pesquisa, orientaram seus estudos de reprodução social, sob o enfoque de processos de sucessão, alertando a importância da determinação da direção dos processos de

trabalho para o desempenho de unidades produtivas, a partir de Bourdieu (1994) e Almeida (1986) que, ao falar sobre como se compõe a economia doméstica, afirma:

O papel principal atribuído à estrutura do grupo familiar (o grupo doméstico que é uma família) não é, porém, o de determinar a direção do processo de trabalho, e sim, na teoria da economia camponesa, o de determinar a força de trabalho e o nível de consumo - derivando-se daí o desempenho produtivo dessas unidades econômicas (ALMEIDA, 1986, s/p.).

Em 1994, Bourdieu, escreveu um trabalho intitulado “*Stratégies de reproduction et modes de domination*” esclarecendo que a reprodução social não se dá apenas pela posse do capital financeiro, mas antes pelo capital cultural, que assegura vantagens, tendo em vista a incorporação de capacidades cognitivas. Ele explica que:

Toute société repose sur la relation entre les deux principes dynamiques, qui sont inégalement importants selon la société l'un dans les structures objectives et, plus précisément, dans la structure de la distribution du capital et dans les mécanismes qui tendent à en assurer la reproduction, l'autre dans les dispositions (à la reproduction); et c'est dans la relation entre ces deux principes que se définissent les différents modes de reproduction, et en particulier les stratégies de reproduction qui les caractérisent¹². ... la reproduction de ce corps social qu'est la famille (ou la « maison ») et constituant un système. (BOURDIEU, 1994, p. 3).

Rosa de Luxemburg (2003), com obra publicada em inglês, em 1951, originalmente publicada em russo, em 1913, considera que a reprodução social está ligada a condições técnicas e sociais que determinam as relações entre o homem e a natureza, e entre os próprios indivíduos das comunidades.

On the other hand, at all stages of social development, the process of production is based on the continuation of two different, though closely connected factors, the technical and social conditions—on the precise relationship between man and nature and that between men and men. Reproduction depends to the same degree on both these conditions (LUXEMBURG, 2003, p. 4).¹³

12 Toda sociedade repousa na relação entre dois princípios dinâmicos, que são inegavelmente importantes, de acordo com as estruturas objetivas da própria sociedade, a distribuição da estrutura de capital e os mecanismos que tendem a assegurar a reprodução. Em outras disposições (para reprodução); e que se relacionam com estes dois princípios é que se definem os diferentes modos de reprodução, particularmente as estratégias reprodutivas que os caracterizam. ...A reprodução deste corpo social é a família (ou a “casa”) e constitui um sistema. Tradução da autora, 2017.

13 Por outro lado, em todas as fases de desenvolvimento social, o processo de produção baseia-se na continuação de dois diferentes fatores, embora intimamente ligados, às condições sociais e técnicas – numa precisa relação entre o homem e a natureza e entre homem e homem. A reprodução depende no mesmo grau, de ambas as condições (LUXEMBURG, 2003, p. 4). Tradução da autora, 2016.

Brumer e Anjos (2008) explicam que Luxemburg (2003, p. 4):

... considera que a noção de reprodução teria uma abrangência no plano da sociedade como um todo e sua essência estaria no ciclo produção-consumo. A autora entende por reprodução a continuidade da produção de bens para o consumo ao longo do tempo, que varia historicamente, com base, por um lado, na articulação entre tecnologia, matéria-prima e trabalho; e por outro, nas formas sociais de produção, incluindo a organização social, ou seja, a relação do homem com a natureza e a relação dos homens entre si.

Almeida (1986) refere que a reprodução social está ligada à “*subsistência da família com seus próprios recursos*”. O elo sociedade/natureza se reproduz em diversas direções. O autor explora o conceito, enfatizando que,

[...] no lugar da ideia opaca de funcionalidade macroeconômica da família rural para o capital aparece a ideia de reprodução da família para si (no ciclo longo e curto) articulada com sua inserção na sociedade capitalista. Uma maneira de expressar tudo isso é dizer que famílias adotam estratégias micro (de curto e longo prazo) como resposta a pressões econômicas e políticas (preços, leis) (ALMEIDA, 1986, p. 67).

O autor acrescenta que os ciclos, curto e longo, são distintos, e que a reprodução social vista como um ciclo curto, estudada por; Santos (1978); Heredia (1979); Meyer (1979); Moura (1978); Neves (1981); Garcia Júnior (1983), Seyferth (1985); Woortmann (1984); Brandão (1982); compreende uma:

(...) unidade familiar que se reproduz no ciclo anual, combinando trabalho, recursos naturais e conhecimento tradicional para atender ao consumo familiar e para repor os insumos necessários ao reinício do processo: trata-se do que se tem chamado de reprodução, mas de uma reprodução de ciclo curto, anual (ALMEIDA, 1986, p. 67).

E, a reprodução de ciclo longo, estudada por; Stolcke (1988); Sigaud (1981); Oliveira (1983); compreende “*um ciclo geracional*”, ou seja, como as famílias se perpetuam realizando suas atividades em UPA's, ao longo das gerações, por meio do nascimento, casamento, morte e herança.

Embora existam correntes tendo como elementos centrais, o mercado e o lucro, a centralidade da família não deve ser desprezada, tendo em vista as estratégias de reprodução social de UPA's que seguem um modelo familiar de produção. O que seria esse modelo familiar e como ele se caracteriza nesse trabalho?

O termo “agricultura familiar” traz consigo “novas significações”, Altafin (2007). A autora esclarece que foi a partir da instauração do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, e pela Lei nº 11.326, de 24 de julho, de 2006, a qual estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, que foi operacionalizado o conceito, no Brasil, mesmo diante de um público muito heterogêneo pertencente à dita categoria.

Existem duas vertentes que consideram o conceito de forma diversa, uma ligada ao “*family farming*”, dos Estados Unidos (FAO, 2014) e outra, que considera o conceito “em construção”, ligada a uma tradição camponesa. Porém, Wanderley (1996) considera que “*a agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares*” e ainda, acrescenta que “*estas transformações do chamado agricultor familiar moderno, no entanto, não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas anteriores*”¹⁴.

Atualmente, é inegável a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar, principalmente, na América Latina e Caribe (ALC). Salomón Salcedo, Ana Paula de La O y Lya Guzmán, em artigo que integra livro editado pela FAO (2014), apontam que nas décadas de 70 e 80 existia a ideia de uma agricultura familiar com uma racionalidade não capitalista. E, nas décadas de 1980 a 1990 a categoria passou despercebida, em virtude do fenômeno da globalização. Os autores alertam que, “*de este modo, la modernización de la agricultura ocurrida en ALC se sustentó en la inequidad y en la profundización de la desigualdad, favoreciendo a los agricultores ya insertos en los mercados*” (FAO, 2014, p. 19-20).

Os autores acrescentam, ainda, que a expressão “agricultura familiar” foi reconhecida no ano de 2004, por meio da Reunião Especializada da Agricultura Familiar (REAF). Essa entidade elaborou, de forma conjunta com os Estados, parceiros no Mercosul, uma definição comum do termo para a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (FAO, 2014, p. 20).

¹⁴ Mas essa discussão conceitual não é objeto da tese.

La Agricultura Familiar (incluyendo todas las actividades agrícolas basadas en la familia) es una forma de organizar la agricultura, ganadería, silvicultura, pesca, acuicultura y pastoreo, que es administrada y operada por una familia y, sobre todo, que depende preponderantemente del trabajo familiar, tanto de mujeres como hombres. La familia y la granja están vinculados, co-evolucionan y combinan funciones económicas, ambientales, sociales y culturales (FAO, 2014, p. 26).

Van Der Ploeg (2008) expõe diferenças básicas entre o modo camponês (familiar) e o modo empresarial de fazer agricultura. O autor ressalta que o modo camponês está baseado na internalização da natureza, no distanciamento dos mercados de insumos, diferenciação dos produtos em pequeno grau de mercantilização; centralidade dos processos artesanais que incluem um “saber fazer”; emprego de pouca tecnologia e pequena escala de produção; multifuncionalidade; preservação da herança cultural socioprodutiva e centralidade no incremento da riqueza social, (VAN DER PLOEG, 2008, p. 134), elementos também importantes para a reprodução social, ou familiar.

O modo empresarial, ao contrário, segundo ele é desconectado da natureza e artificializa a agricultura; tem elevada dependência dos mercados; centraliza o empreendedorismo e o emprego das tecnologias (intensificação); está voltado para o aumento de escala; rompe com os aspectos culturais do “saber fazer” artesanal; provoca a contenção e pulveriza a riqueza social (VAN DER PLOEG, 2008, p. 134).

O que impera para Van Der Ploeg (2008) é uma “recampenização”, em que agricultores empresariais se voltam novamente para suas raízes culturais, buscando a autonomia em relação aos mercados e uma menor dependência de insumos externos. O autor chama a atenção para o processo de incremento do valor agregado dos produtos e da busca por uma renda independente, por meio de recursos autocriados e automanejados (VAN DER PLOEG, 2008, p. 60).

Tomando esse contexto e o conceito de agricultura familiar da FAO (2014), como a base da presente pesquisa, é ainda importante resgatar o conceito de reprodução social da agricultura familiar foi utilizado. E, Rocha, traz uma definição que complementa o contexto teórico apresentado no texto, até o momento atual dessa pesquisa.

A reprodução social é um conjunto de práticas socioculturais e produtivas mediante as quais um grupo social busca estabelecer um equilíbrio entre as suas variadas necessidades básicas, a força de trabalho disponível e as

alternativas existentes de forma a obter os meios necessários para garantir sua reprodução enquanto grupo (ROCHA, 2011, p. 49).

As estratégias de reprodução social podem ser assim consideradas, como as ações desempenhadas pela família, levando em consideração fatores locais internos e externos, que influenciam um conjunto de práticas socioculturais e produtivas, objetivando obter os meios que visam garantir a reprodução do grupo familiar.

A noção de Reprodução Social, segundo Dowbor (1998), se contrapõe à noção de desenvolvimento como crescimento econômico, ela é mais ampla. “[..] define um processo que envolve tanto a produção como os serviços sociais, e as diversas atividades de gestão do desenvolvimento como planejamento, segurança e outros”. (DOWBOR, 1998, p. 247).

Como a sociedade se reproduz e evolui, sublinha Dowbor (1998), considerando o aspecto econômico e o social, a natureza, a sustentabilidade, e a viabilidade ambiental das tecnologias humanas.

Em termos normativos, trata-se de seguir uma fórmula tradicional, mas perfeitamente adequada: o desenvolvimento tem de ser, socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente sustentável. Segmentar este processo não é realista, e a sua integração implica numa redefinição de vários conceitos (DOWBOR, 1998, p. 419).

O cuidado com o ambiente e o respeito à reprodução da sociedade dependem, em certa medida, da solidariedade e reciprocidade, encontrada nos espaços locais. Atualmente, o local e o global passam a permear informações, normas e atividades, constantemente, padrão já estabelecido pela modernidade, onde tempo e espaço se confundem a cada momento, (GIDDENS, 1991).

Uma decisão em nível global pode afetar drasticamente o padrão de desenvolvimento de uma determinada localidade. Porém, esse espaço local tem as suas peculiaridades, em uma trama que envolve tradições de produção e consumo, envolvendo um patrimônio, a ser preservado.

A modernidade não deve, então, ser confundida com um padrão de reprodução social que leva a uma padronização de costumes, a riqueza está na diversidade encontrada, em diferentes partes do planeta. Dessa forma, o agricultor familiar local, que preserva costumes e modos de produção, pode ser valorizado pela continuidade das suas raízes, integrando redes de relações de produção/consumo, possibilitando,

muitas vezes, a manutenção das terras pelos jovens. Implicando, também, na presença de sucessão, incluindo os laços de possíveis matrimônios, de Ladurie (1972); Bourdieu (1972), ricos de aprendizado pela miscigenação das culturas.

Dessa forma, entender essas estratégias de reprodução social da agricultura familiar, conhecendo os fatores responsáveis por esse processo, é também, uma forma de desvelar as “maneiras” pelas quais essas famílias se perpetuam ao longo das gerações.

O acesso aos mercados, por agricultores familiares, habituados a técnicas que são perpetuadas por gerações, moldando os chamados produtos “coloniais”, pode também ser estimulado, provendo os meios necessários para a definição de estratégias. Entende-se então que, um agricultor, voltado para agricultura comercial, poderá ter objetivos diferentes daqueles planejados por um agricultor familiar, que decide produzir e vender seus produtos para mercados em cadeias curtas, ou em redes alimentares alternativas, próximo tópico do referencial teórico a ser apresentado.

2.4 REDES ALIMENTARES ALTERNATIVAS (ALTERNATIVE FOOD NETWORKS – AAFN’S)

As transformações da sociedade, com a chegada do mundo moderno, trouxeram igualmente uma série de alterações na dieta humana, provocando mudanças nos regimes alimentares. Autores como Friedmann e McMichael, na década de 80, criaram uma abordagem para explicar os diferentes períodos que caracterizam os regimes alimentares. Os autores dividiram esses períodos em três momentos, conhecidos como os três regimes alimentares. Esses períodos foram marcados por rupturas importantes, como também afirmam Burch e Lawrence (2005). O primeiro regime, de 1870 a 1914, é caracterizado pela força propulsora dos agricultores e dos Estados, também regulados por órgãos estatais, os alimentos produzidos, eram básicos, e voltados para preparação caseira. Nessa época não existiam marcas determinadas, os mantimentos eram vendidos por quilo, ou a granel.

O segundo regime, de 1947 a 1973, foi caracterizado pela chegada das companhias processadoras de alimentos, gerenciadas ainda com a intervenção estatal, típica do Keynesianismo, o “*welfare state*”. Nesse regime os alimentos já

passam por um processamento e as refeições já começam a ser consumidas fora de casa, mas não existem ainda grandes marcas disputando posições de mercado. No período de transição de 1973 até 2000, essa situação sofreu alterações, condicionando os consumidores à escolha de marcas específicas, devido à evolução do setor agroindustrial que passou a empregar métodos avançados de conservação dos alimentos.

O terceiro regime proposto pelos autores, do período dos anos 2000 até hoje, conta com a força das empresas varejistas, com o mercado típico do neoliberalismo, marcado pela não regulação do Estado, aparecendo grandes marcas como o McDonald's¹⁵, com lojas espalhadas por todo o planeta. Os alimentos são processados e manufaturados para preparação caseira, reconfigurando as dietas alimentares, nos mais diferentes locais do mundo. Não há mais o rigor de uma ritualística da preparação e consumo da comida no lar das pessoas. As grandes marcas se multiplicaram, até mesmo criando marcas próprias de hipermercados.

Os impérios alimentares vêm atrelados às grandes corporações do agronegócio, aplicando alta tecnologia de produção e industrialização dos alimentos. A comercialização em larga escala cria normas sanitárias cada vez mais exigentes, fechando portas para os produtos artesanais da agricultura familiar (CRUZ, 2009, p. 4).

Os alimentos não têm identidade, Cruz alerta que os espaços de produção não têm mais um local definido e “*as matérias-primas tornam-se anônimas, não identificadas nos alimentos finais*”. Os agricultores se tornam “*não-pessoas*”, com “*identidades e habilidades irrelevantes*” (CRUZ, 2009, p. 5).

A imposição de normas sanitárias entra em choque com o processamento familiar de produtos artesanais, como o exemplo do queijo serrano, no Rio Grande do Sul, caso estudado por Ambrosini (2007). Nesse caso fica claro que as normas sanitárias impostas pelo mercado obscurecem a produção de um queijo artesanal local, tradicional, mas que não atende às exigências da vigilância sanitária.

Nesse contexto o contato direto com o agricultor diminui, reproduzindo um desconhecimento de como os alimentos são produzidos. Há uma ruptura do regime

¹⁵ Fundado em 1948, mas nos anos 2000, com filiais em várias regiões do planeta e símbolo do *fast food* mundial.

alimentar, evidenciando a dicotomia campo-cidade, é um sistema que implica nas desconexões, apontadas por Van Der Ploeg (2008).

As grandes marcas vêm com um arsenal de marketing¹⁶ que, além de “*incentivar formas de consumo insustentáveis*”, como afirma Abramovay (2010), podem também afastar algumas possibilidades de os pequenos agricultores serem inseridos em um mercado globalizado, competitivo, com foco na exportação de *commodities*.

Agricultores, em pequenas propriedades, em geral são alijados desse cenário competitivo, em que a produção em larga escala, baseada em exportações, é tida como a principal saída para a alimentação mundial. Porém, as cadeias produtivas longas tendem a afastar o contato direto entre consumidores e agricultores. Há um uso massivo de insumos e agrotóxicos, em grandes extensões de terra, que precisam garantir a quantidade suficiente de alimentos para milhões de bocas famintas, segundo previsões e teorias de cunho Malthusiano¹⁷. Os produtos alimentícios estão disponíveis nas prateleiras dos supermercados, em qualquer hora, ultrapassando os limites de acesso da sazonalidade local, não se conhece o agricultor que os produziu, há uma ênfase nas marcas dos alimentos e nos processos conduzidos por boas práticas de fabricação. Ao mesmo tempo, o ambiente começa a dar sinais de esgotamento, pelo uso indiscriminado e constante dos recursos naturais, a entropia dos processos é, muitas vezes, desconsiderada.

A partir desse quadro contextual os preços dos alimentos foram sendo incrementados, principalmente no período de 2006 a 2008, configurando uma crise global, ou a crise “*global food*”. Headey e Fan (2010) alertam que a ação de diversos fatores, combinados, provocou esse fenômeno, como; o aumento dos preços da

¹⁶ Assim como a indústria agroalimentar mobiliza uma extraordinária máquina de poder e propaganda para difundir estilos de vida e formas de consumo insustentáveis e cada vez menos capazes de propiciar verdadeiramente bem-estar para os indivíduos, inúmeros movimentos sociais contemporâneos organizam-se em torno justamente da importância de se transformar a sociedade a partir de alterações nos padrões e no próprio sentido que o consumo representa na vida dos indivíduos (ABRAMOVAY, 2010, p. 42).

¹⁷ Thomas Malthus. O economista e demógrafo britânico Thomas Malthus ficou conhecido sobretudo pela teoria segundo a qual o crescimento da população tende sempre a superar a produção de alimentos, o que torna necessário o controle da natalidade. Disponível em: <http://www.economiabr.net/biografia/malthus.html> Acesso em: 21 dez 2016. Abramovay (2010) contesta essa visão Malthusiana, ele observa que: o Malthusianismo tornou-se expressão maldita desde, no mínimo, a segunda metade do século XIX e hoje se associa não só a uma postura política reacionária, mas a grosseiros erros de previsão (ABRAMOVAY, 2010, p.38).

energia, a depreciação do dólar, taxas de juros baixas e ajustes em carteiras de investimentos em mercadorias, que contribuíram conjuntamente, sem mencionar a crise ambiental, com efeitos climáticos negativos que incidem sobre o cultivo dos alimentos.

Nesse sentido, Vivas (2011) alerta que estamos diante de uma nova crise alimentar, porém, em 2019, estamos vivendo esse desequilíbrio com abundância de alimentos. A pesquisadora afirma que o problema central do momento corrente é o acesso aos alimentos, tendo em vista a especulação praticada nos mercados globais, em torno de matérias primas alimentares.

Dentro desse mesmo cenário, ressurgem modelos de produção alternativos, nos últimos 10 anos, em Porto Alegre e regiões próximas, como Viamão, onde os seus defensores acreditam na possibilidade da produção de alimentos locais, de acordo com a disponibilidade sazonal, sem insumos fósseis, com a presença da interação entre agricultores e consumidores, pautada por um comércio justo e solidário e, na defesa da soberania alimentar¹⁸ e trabalho cooperativo. Esses modelos alternativos, a exemplo do que será apresentado e analisado nesse trabalho “Grupos de Produção e Consumo Responsável (GPCR’s)” e feiras com venda direta ao consumidor, vêm sendo discutidos, no âmbito da academia, desde meados dos anos 80, do século passado, aliando também a problemática da Soberania Alimentar.

A inserção de agricultores familiares no mercado capitalista vem sendo dificultada na medida em que existe alta competitividade, seja à montante pelos oligopólios, ou à jusante por oligopsônios. Essa situação remete ao que já foi descrito por Van Der Ploeg (2008) como *squeeze*, que se caracteriza por estagnação de preços de produtos e, ainda que os agricultores produzam mais nesse tipo de sistema,

¹⁸ La soberanía alimentaria es el derecho de los pueblos a alimentos sanos y culturalmente adecuados, producidos mediante métodos sostenibles, así como su derecho a definir sus propios sistemas agrícolas y alimentarios. Desarrolla un modelo de producción campesina sostenible que favorece a las comunidades y su medio ambiente. Sitúa las aspiraciones, necesidades y formas de vida de aquellos que producen, distribuyen y consumen los alimentos en el centro de los sistemas alimentarios y de las políticas alimentarias, por delante de las demandas de mercados y empresas. La soberanía alimentaria da prioridad a la producción y consumo local de alimentos. Proporciona a un país el derecho de proteger a sus productores locales de las importaciones baratas y controlar la producción. Garantiza que los derechos de uso y gestión de tierras, territorios, agua, semillas, ganado y biodiversidad estén en manos de quien produce alimentos y no del sector empresarial. Conceito de soberania alimentar, segunda a Via Campesina. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/index.php/organizaciainmenu-44> Consultado em: 03 Mar 2017.

os custos também aumentam, muitas vezes, inviabilizando a produção em pequenas propriedades.

No modelo agroalimentar vigente, os produtos, da agricultura local, percorrem vários quilômetros para irem abastecer os mercados regionais, nacionais e, inclusive, internacionais, processo conhecido por “*food miles*”. Esse processo, no Brasil, ocorre frequentemente, sendo que a Agricultura vêm sendo considerada como a “âncora verde”, termo que ficou famoso, no período do plano Real, nos anos 90, tendo em vista que a Agricultura de exportação foi responsável pelo desenvolvimento da economia brasileira¹⁹.

Os problemas enfrentados por agricultores, em todo o mundo, se relacionam em alguma medida com o funcionamento do sistema agroalimentar globalizado e, Vivero Pol afirma, no início da introdução de seu artigo “*Food as Commons or Commodity? Exploring the Links between Normative Valuations and Agency in Food Transition*” que “*o alimento não é commodity!*”. Ocorrendo uma privatização, de recursos comuns por meio da legislação, preços abusivos e patentes que têm sido os maiores responsáveis pela restrição do acesso da população, principalmente a mais pobre, aos alimentos. O autor segue o trabalho tratando o alimento como “*um bem comum*”. (VIVERO POL, 2017, p. 4-5).

Porém, como afirma Mary Douglas, “*as coisas cuja posse significa riqueza não são necessárias por elas mesmas, mas pelas relações sociais que elas sustentam*”. A autora continua afirmando, que “*a pobreza é culturalmente definida, não por um inventário de objetos, mas por um padrão de exclusões, geralmente bastante sistemáticas*” (DOUGLAS, 2007, p. 19).

Esse padrão de exclusões, comentado por Mary Douglas, vem ocorrendo sistematicamente para os agricultores e consumidores do século XX e XXI. O acesso à terra arável e à água, pelos agricultores, e aos alimentos, pelos consumidores, estão sendo transformados pelo modelo do sistema agroalimentar vigente, baseado em combustíveis fósseis e *commodities*, em coisas, ou mercadorias, promovendo resultados insustentáveis, dentro de um modelo que exclui as próprias relações sociais, que seriam a sua base de permanência ao longo do tempo. Nessa visão, a

¹⁹ Nessa pesquisa não estamos desconsiderando o fato de que muitos produtos oriundos de produção orgânica e/ou agroecológicos também estejam inseridos na lógica capitalista de reprodução e seguindo rotas internacionais de comércio agropecuário.

água, a terra e o alimento, indispensáveis à vida no planeta, são vistos, então, como mercadorias, ou *commodities*. Porém, de acordo com Woortmann (1990), na visão dos agricultores, *“a terra não é mercadoria, e sim, patrimônio da família e garantir sua integridade é ponto de honra para pessoas morais, governadas pelo senso de honra”* (WOORTMANN, 1990, p. 15)

Diante desse panorama os agricultores familiares procuram estar constantemente buscando novos meios de inserção no mercado a fim de garantirem a produção desse “bem comum”, o alimento, assim como, a continuidade da família em sua terra e a sua própria reprodução social. O segundo polo, não menos atingido por essa competição, são os consumidores. Observamos muitos consumidores procurando, da mesma forma, novas alternativas para o consumo de alimentos saudáveis, com preço justo e de fonte confiável²⁰.

Ao lado desses problemas vêm surgindo numerosas alternativas, muitas vezes baseadas na mobilização da sociedade, tentando promover uma economia, baseada na solidariedade e responsabilidade, através da construção social de mercados. Essa responsabilidade ao consumir tem o objetivo de *“melhorar as relações de produção, distribuição e aquisição de produtos e serviços, de acordo com os princípios da economia solidária, soberania alimentar, agroecologia e o comércio justo e solidário”*. Dessa forma existe a valorização e a prática de atitudes éticas que visam um desenvolvimento que leva em conta o ambiente e o respeito à sociedade (INSTITUTO KAIRÓS, 2013).

Brunori, Rossi e Malandrin (2010) concluem em seus estudos que Grupos de Compras coletivas, como os de Produção/Consumo Responsável, estudados na presente pesquisa, podem ser um tipo peculiar de Redes Alimentares Alternativas, que visam atender à demanda por alimentos frescos, locais, sustentáveis e alimentos nutritivos para os consumidores, de média e baixa renda. Além de olhar para a produção de alimento local e de excelente qualidade, os GPCR's focam no alimento diário, como objetivo que pode ter um impacto muito mais radical nas estruturas da vida cotidiana.

²⁰ Contudo, o elo do consumo não será objeto de análise dessa tese.

Ferreira refere que os principais teóricos dessas “Redes Alimentares Alternativas”, ou de “*Civic Agriculture*”²¹, estão nas “*Universidades Americanas, com destaque para a Universidade da Califórnia, e nas universidades do Reino Unido, com destaque para Universidade de Cardiff*”. A autora registra ainda a “*contribuição da Universidade de Wageningen/Holanda, com estudos empíricos sobre essas redes, no contexto europeu*” (FERREIRA, 2015. p. 49).

Como surgiram essas AAFN's? Renting, Marsden e Banks (2003) afirmam que “*a criação, operação e evolução de “novas” cadeias de abastecimento de alimentos, ou “alternativas”, são dimensões-chave dos novos padrões de desenvolvimento rural que estão surgindo*” (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003, p.393).

Wiskerke (2010) afirma que os mercados locais, de contato direto entre agricultores e consumidores, e que são configurados por modelos de produção agrícola familiar, também podem promover métodos de produção agroecológicos²². E, configuram-se por produtores em busca de autonomia e consumidores que buscam alimentos saudáveis.

Essas AAFN's, ou Redes Alimentares Alternativas são definidas por Murdoch et al. (2000) como redes emergentes de produtores, consumidores e outros atores que incorporam alternativas ao modo industrial mais padronizado de suprimento alimentar (MURDOCH et al., 2000). Alguns autores também discutem o tema a partir da virada da qualidade (*quality turn*) considerando perspectivas locais (Goodman, Marsden, Ilbery, Morgan e Sonino, e outros teóricos); cadeias curtas de produção/consumo de Brunori, e o incremento da produção agroecológica e orgânica.

²¹ A *Civic Agriculture* é uma prática enraizada no território, sustentada por processos organizacionais e institucionalidades próprias, articulando-se com o desenvolvimento da capacidade de resolução de problemas (problem-solving capacity) das comunidades, fazendo com que as complexas dinâmicas coletivas tornem-se instrumentos de empoderamento local, em detrimento da competição individual (FERREIRA, 2015, p. 49).

²² Tendo-se como referência as contribuições de importantes pesquisadores, podemos definir a Agroecologia como a ciência ou disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade no curto, médio e longo prazos (ALTIERI, 1995b). Assim entendida, a Agroecologia proporciona as bases científicas para apoiar o processo de transição a estilos de Agricultura Sustentável²⁰ nas suas diversas manifestações e/ou denominações: Ecológica, Orgânica, Biodinâmica, Agroecológica, Regenerativa, Baixos Insumos Externos, Biológica, entre outras. Sob esta ótica, não podemos confundir a Agroecologia – enquanto disciplina científica ou ciência– com uma prática ou tecnologia agrícola, um sistema de produção ou um estilo de agricultura (ALTIERI, 1995a) (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 88).

O Instituto Kairós (2012), pioneiro no Brasil sobre as discussões oriundas de redes alimentares alternativas, conceitua o consumo responsável como um conjunto de hábitos e práticas que incentivam um desenvolvimento baseado na igualdade social. Essa responsabilidade ao consumir tem o objetivo de *“melhorar as relações de produção, distribuição e aquisição de produtos e serviços, de acordo com os princípios da economia solidária, soberania alimentar, agroecologia e o comércio justo e solidário”*. Dessa forma existe a valorização e a prática de atitudes éticas que visam um desenvolvimento que leva em conta o ambiente e o respeito à sociedade (INSTITUTO KAIRÓS, 2012).

Os grupos de consumo responsável no Brasil são formados e organizados em torno de uma proposta de consumo político, em que a ação da compra é uma ação política, segundo o Instituto Kairós (KAYRÓS, 2012). Embora Goodman, Dupuis e Goodman (2012) afirmem que o local também possa ser um espaço de dominação política, criando formas clientelistas e de elites pouco comprometidas com mudança social, essa articulação em redes politizadas, que se traduzem por lutas políticas globalizadas, também foi verificada por Novo Vázquez:

En definitiva, el impacto de las acciones de los consumidores, las corporaciones, movimientos sociales, empresas y asociaciones se refleja en la agenda política de los gobiernos lo que hace pensar en un cambio en el funcionamiento del sistema político ahora más global, en donde los diferentes actores involucrados juegan un papel importante de colaboración, dando lugar a una gobernanza orientada hacia objetivos específicos (NOVO VÁZQUEZ, 2014, p. 131).

Como se articulam esses GPCR's? Os GPCR's encontrados, globalmente, vêm ligados às articulações de movimentos sociais, muitas vezes inspirados pelas ideias da Via Campesina²³. Esse movimento é composto por pequenos e médios agricultores, mulheres rurais, jovens rurais e trabalhadores agrícolas, de 56 países. Foi constituído, em 1993, na Bélgica, e defende um modelo de agricultura que produz alimentos saudáveis, visando a soberania alimentar das comunidades.

²³ Movimento internacional que reúne milhões de camponeses, pequenos e médios agricultores, pessoas sem terra, povos indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas em todo o mundo. Defende a agricultura sustentável em pequena escala, como forma de promover a justiça social e a dignidade. Opõe-se fortemente ao agronegócio e às multinacionais que estão destruindo as pessoas e a natureza (informação da página oficial).

Esse processo de conexão entre agricultores e consumidores, em cadeias curtas, propicia um contato direto, reintegrando natureza e sociedade.

A relação face a face ocorre em função do contato direto entre agricultores familiares e consumidores que podem atuar em redes singulares ou capilares. As redes singulares caracterizam-se por agricultores que levam seus produtos até um ponto de encontro onde são distribuídas as cestas para os consumidores finais. Existem outras conformações de redes, como as capilares. Nessa configuração os agricultores levam seus produtos para uma central logística, como, por exemplo, uma cooperativa, a partir da qual os alimentos são distribuídos aos núcleos de consumo, que realizam a entrega aos consumidores finais (INSTITUTO KAIRÓS, 2012, p. 112-113).

A formação desses GPCR's vem sendo apoiada por universidades, tanto no Brasil, como o exemplo do GIA²⁴, da Cooperativa GiraSol²⁵ e do Grupo "Mulheres da Terra"²⁶, da cidade de Porto Alegre e Viamão, incentivadas por pesquisadores e alunos da UFRGS, assim como em alguns casos, no exterior, como exemplo temos os grupos formados e amparados pela Universidade Politécnica de Valência²⁷, na Espanha. Alguns grupos que compõem essas redes, na Espanha, onde existem diversos grupos de consumo responsáveis em atividade, são: Tuta revoluta, Eina de Bioconsum, Grup de consum Vera²⁸, Soc el que menge, El Sabinar, El cabasset d'Arrancapins, V-land Solaris, El camp de Morvedre pren el mercat, Grupo de Consumo Russafa, Grupo de consumo Patraix Tramuntana, na região de Valência.

Estudos realizados em Valência concluíram que as pessoas participantes desses grupos se apoiam em um projeto sociopolítico, que luta pela soberania alimentar, com a finalidade da transformação das relações sociais de produção, estreitando relações entre agricultores e consumidores, mais uma vez garantindo a reprodução social das famílias envolvidas. A conclusão aponta que a estratégia "*es la de ir más allá del consumo*", está presente em todos os grupos de consumo ... "*y todos los GPCR's coinciden en la necesidad de realizar acciones de difusión, formación, sensibilización, de incidencia política y de articulación en redes*" (UTÒPIKA, 2013).

²⁴ Para mais informações acessar: <http://www.ufrgs.br/gia/>

²⁵ Para mais informações acessar: <http://coopgirasol.com.br>

²⁶ Para mais informações acessar: <http://mulheresdaterraviamao.blogspot.com.br/>

²⁷ Para mais informações acessar: <https://www.facebook.com/utopikaupv/>

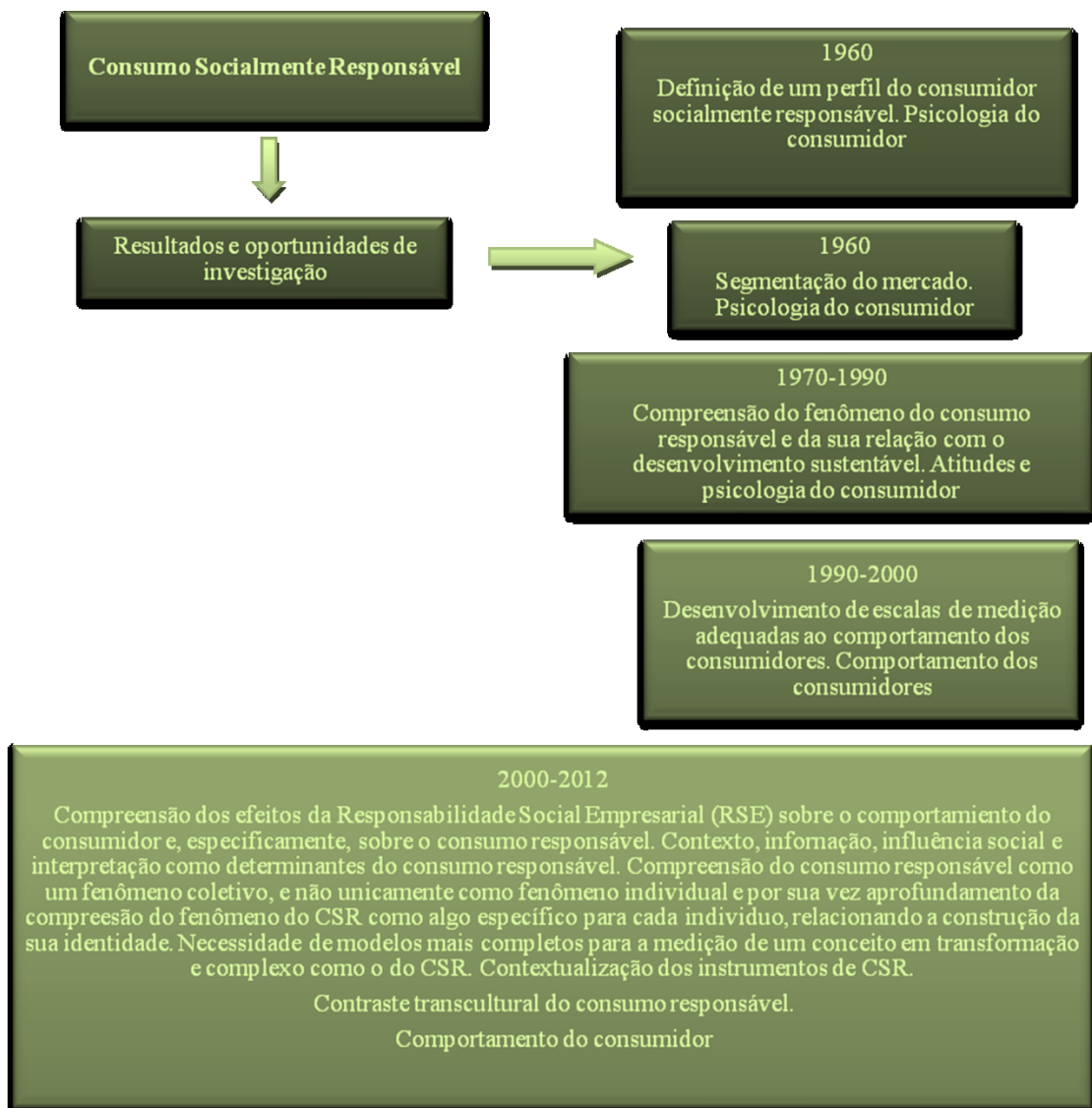
²⁸ Para mais informações acessar: <http://grupconsumvera.webs.upv.es/>

Os consumidores aderem a esses Grupos de Produção/Consumo Responsável (GPCR's) - considerando os CSA's (Consumer Supported Agriculture) citados por Starr (2010) - por diversas razões, e por outro lado, alguns críticos, defensores da globalização e industrialização, percebem esse contexto inadequadamente. Porém, a participação dos consumidores nesses grupos pode ser a chave para a expansão dessas iniciativas, que com o passar do tempo, desenvolvem ações críticas em relação à realidade do sistema agroalimentar vigente (STARR, 2010, p.8), tornando-se um movimento social, pela integração entre os participantes, agricultores e consumidores, e o aprofundamento das discussões.

O surgimento do conceito de consumo responsável evoluiu a partir das discussões sobre a psicologia do consumidor, em 1960, sendo tratado, a partir dos anos 2000, como um fenômeno coletivo, ligado ao comportamento do consumidor, Figura 6.

Em 1960 foi elaborada a definição do consumidor socialmente responsável baseado na segmentação de mercado e psicologia do consumidor. No período de 1970 a 1990, a compreensão do fenômeno do consumo responsável foi ligada à ideia do desenvolvimento sustentável. De 1990 a 2000 foram desenvolvidas escalas de acordo com o comportamento dos consumidores. E, de 2000 a 2012, houve o entendimento de que o consumo responsável é um fenômeno coletivo, complexo.

Figura 6 - Evolução do conceito de Consumo Responsável.



Fonte: adaptado de OCAMPO et al., 2014, p. 298.

Uma produção/consumo responsável²⁹ deve seguir, também, os preceitos de um desenvolvimento sustentável, garantindo identicamente a reprodução dos agricultores envolvidos nos mercados de cadeias curtas, baseados em um comércio justo, que aproxima as relações entre produtores e consumidores.

Em uma investigação de grupos de consumo na Suíça, os pesquisadores concluem que:

²⁹ Muitos pesquisadores têm tratado o tema somente considerando o polo do consumo. No presente trabalho tratamos do polo produtivo, tentando compreender por que os agricultores integram essas redes, quais os problemas enfrentados e as estratégias propostas por eles para o enfrentamento das dificuldades encontradas ao longo do ciclo socioprodutivo, mas mesmo assim abordamos o conceito do consumo responsável para o entendimento do que seria uma produção/consumo responsável.

Grupos de consumo geram um novo espaço para a discussão sobre o que consumir - quais são os critérios de consumo que contribuem para um modelo agroalimentar diferente- em que se chegam a acordos coletivos que afetam o consumo individual das pessoas. A este respeito, os grupos de consumo estão superando o modelo de consumo individual e gerando novas relações sociais necessárias para avançar para um modelo agroalimentar, além disso, para uma sociedade diferente (CEVAL, 2012).

Para além desses novos espaços de discussão, criados nos grupos de consumo, existe uma dinâmica de troca de saberes e de relações de confiança entre consumidores e agricultores, promovendo estratégias de reprodução social que podem gerar garantias para uma sociedade mais justa, igualitária e consciente de seus atos sociais.

Como já foi exposto, anteriormente, essas redes alimentares vêm alicerçadas em princípios de garantia da Soberania Alimentar, sendo importante explicar a visão de soberania desse estudo.

2.5 SOBERANIA ALIMENTAR EM GRUPOS DE PRODUÇÃO/CONSUMO RESPONSÁVEL: UM MOVIMENTO DE EXISTÊNCIA OU DE CONTRATENDÊNCIA À GLOBALIZAÇÃO?

A visão considerada por Arce (2010) e Ongeval (2012) citada por Arce, Sherwood e Paredes (2015) indica que o processo de globalização atinge atores situados localmente, retrabalhando mensagens, tecnologias, repertórios culturais e relações. Os autores revelam que movimentos cívicos, como os de Soberania Alimentar “*representam e promovem agendas alternativas de mudança, desafiando formas aparentemente dominantes e altamente autoritárias e especializadas, influenciando as comunidades em torno de um coletivo*” (ARCE; SHERWOOD; PAREDES, 2015, p.126)³⁰.

Esses autores falam de uma aparente desobediência ou “*resistência*” de comunidades à globalização, quando atuam em seus grupos. Para eles, esses grupos estão organizados “*a favor do que está em curso, em termos de comida moderna*”,

³⁰ Esse coletivo apontado pelos autores refere-se ao Colectivo Nacional Agroecológico do Equador, também conhecido como Colectivo, que parte de uma proposta de organizações não governamentais, também formadas por Grupos de Consumo Responsável.

revelando a “**existência**”³¹ de “*práticas alimentares como meio de intervenção política*” (ARCE; SHERWOOD; PAREDES, 2015, p.126).

Segundo os autores, esses grupos não estão criticando uma comida industrial, que considera os alimentos como mercadoria, mas revelando a possibilidade concreta de experiências que se distanciam desse modelo industrializado, por meio do consumo de alimentos saudáveis, colhidos “na hora”, portanto, frescos (ARCE; SHERWOOD; PAREDES, 2015, p.126). Existe, também, um outro posicionamento sobre esses movimentos que está de acordo, não como movimento de existência, e mais inclinado para a contratendência. De acordo com Portilho, Castañeda e Castro (2011), a comida também pode ser vista como um campo político:

A nova abordagem da alimentação como campo político pode ser compreendida dentro do quadro mais amplo de análise dos processos de ambientalização e politização da vida privada e cotidiana, traduzidos, em especial, na percepção e no uso do consumo como prática política, o que tem sido chamado de consumo político. Autores como Alexander, Canclini, Giddens e Beck, entre outros, têm destacado mudanças nas formas de participação na esfera pública e no repertório de ação política das sociedades contemporâneas. Nesse sentido, apontam para uma mudança das formas convencionais de participação política via instituições e ação coletiva – como sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais institucionalizados – para formas consideradas mais autônomas, menos hierárquicas e não institucionalizadas de participação, incluindo boicotes, compras responsáveis e petições on-line (PORTILHO; CASTAÑEDA; CASTRO, 2011, p. 101).

Portilho, Castañeda e Castro (2011) abordam esse tema informando que a “*prática de consumo responsável, consciente, ético ou sustentável*” é um novo modo de enfrentamento cotidiano que “*pode ser considerado sob o rótulo mais amplo de consumo político*”.

Porém, recentemente, Paredes, Sherwood e Arce (2016) voltaram a reafirmar a soberania, como um movimento cívico, de existência, no qual os atores promovem suas próprias agendas.

los movimientos cívicos representan y promueven agendas de cambio alternativas que, en determinadas circunstancias, desafían formas de autoridad y órdenes de normatividad que aparentemente son institucionalmente dominantes. Sin embargo, con sus sueños familiares y con el afecto de pertenecer a comunidades geográficas o imaginarias, los actores se organizan alrededor de ciertos intereses y generan sus propias agendas. Al encontrarse con las que trae el experto externo, el empresario industrial o

³¹ Grifo nosso.

el burócrata, estas propuestas promueven acciones que no se pueden explicar exclusivamente como una desobediencia o “resistencia” en contra de las fuerzas de dominación y de la globalización (PAREDES; SHERWOOD; ARCE, 2016, p. 17).

De fato, existem inúmeros fatores que envolvem a discussão da soberania como movimento de contratendência, ou de existência, como as mudanças em torno do consumo, o retorno do pensamento de Malthus para a academia, sobre o aumento da população versus a produção insuficiente de alimentos, a crescente urbanização, em contraste com a diminuição dos espaços rurais, a escassez dos recursos, tendo como resultado final, uma equação já conhecida que continua gerando fome, pobreza e desigualdade.

A Soberania Alimentar discutida por esses grupos ainda é um conceito em construção na academia, Xavier Garcia De La Serrana-Castillo (2003), em documento da Coleção de Soberania Alimentar do “Veterinários sem Fronteiras”, da Federação Catalã d’ONGD, define o termo como:

El derecho de cada pueblo a definir sus propias políticas y estrategias sustentables de producción, distribución y consumo de los alimentos que garanticen una alimentación sana, con base en la pequeña y mediana producción, respetando sus propias culturas y la diversidad de los modos campesinos, pesqueros e indígenas de producción agropecuaria, comercialización y gestión de recursos (SERRANA-CASTILLO, 2003, p. 24).

Os principais aspectos defendidos pela Via Campesina compreendem; o modelo camponês de produção de alimentos, a Soberania Alimentar das comunidades locais e a descentralização da produção de alimentos e cadeias de suprimentos (LA VIA CAMPESINA, 2003). Aqui podemos considerar a Soberania Alimentar como um conceito construído pelos movimentos sociais, permeado por ideias críticas em relação ao sistema agroalimentar globalizado, e Hospes (2013, p. 119) também reporta o conceito da mesma forma.

De outro lado, Starr pergunta em seu artigo se a comida local é um movimento social. Ele expõe: “But is local food a set of policies, a consumer fad, a new market, or a social movement?”³² (STARR, 2010, p. 2). O autor alerta nas conclusões de seu trabalho, que movimentos sociais não iniciam com um desempenho máximo, têm

³² Tradução da autora: Mas é a comida local um conjunto de políticas, uma moda de consumo, um novo mercado, ou um movimento social?

trajetórias longas e funcionam como um processo de reconhecimento, consulta e expansão, repetitivos, lentos, mas crescentes a cada conversação.

Considerando a soberania, como um movimento de contratendência a ideia emergente é de contraposição, ou negação, do sistema agroalimentar vigente. Porém, a soberania como um movimento de existência está posta, ou seja, é possível, já existe.

Como evoluiu esse conceito de Soberania Alimentar? O conceito de Soberania Alimentar surge a partir da luta de organizações da sociedade civil, que formaram uma rede, em nível internacional, mas que prioriza o local e as suas raízes históricas e culturais, conhecida como “La Vía Campesina”, a partir de uma Conferência ocorrida no México, em abril de 1996 (MARTÍNEZ-TORRES; ROSSET, 2015, p. 159). Esse movimento é conhecido por lutar contra a globalização, o Agronegócio e grandes companhias transnacionais e, pela defesa dos direitos dos camponeses, priorizando uma agricultura sustentável, com base nos preceitos da Agroecologia, em pequena e média escala de produção (LA VÍA CAMPESINA, 2011).

O conceito cunhado pela Via Campesina, Soberania Alimentar, em 1996, difere da SAN (Segurança Alimentar e Nutricional) da FAO³³, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura: *“el derecho de cada nación de mantener y desarrollar su propia capacidad de producir alimentos que son decisivos para la seguridad alimentaria nacional y comunitaria, respetando la diversidad cultural y la diversidad de los métodos de producción”* (SILVA e MARTÍN, 2016, p. 7). No âmbito da FAO, na década de 1990, surge um conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que postula:

Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, a todo o momento, acesso físico e econômico aos alimentos, seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e saudável (FAO, Conferência Mundial da Alimentação, 1996, p. 40). Incluindo a disponibilidade, o acesso e a utilização biológica dos alimentos, além da estabilidade [dos outros três elementos ao longo do tempo] (FAO, 2006, p. 1).

³³ A FAO é citada e utilizada na tese por ser base de dados estatísticos e conceituais para vários países do mundo. Não reflete uma posição acadêmica, ou política, sobre o tema da Soberania Alimentar da autora.

Porém, a FAO (1996) alega que é necessário um entorno; social, político e econômico; pacífico, estável e propício, como base fundamental para garantir a segurança alimentar dos povos. De forma a ampliar o conceito de segurança alimentar foi incluída a palavra nutricional que se refere às “*necessidades dietéticas e preferências alimentares, para uma vida ativa e saudável*” (FAO, 1996, p. 40).

Como já afirmado, anteriormente, para além da SAN, o conceito de Soberania Alimentar foi estabelecido, no final da Cúpula Mundial sobre Alimentação (CMA), de 1996, a partir de organizações da sociedade civil, entre elas, La Vía Campesina, de acordo com Trauger (2015).

Foi firmada uma declaração conhecida como “Benefícios para Uns, ou Alimentos para Todos” entre as organizações; La Vía Campesina, The World Women’s March (Marcha Mundial das Mulheres), World Forum of Fish Harvesters and Fish Workers (WFF) – Fórum Mundial de Pescadores e Trabalhadores da Pesca, World Forum of Fisher Peoples (WFFP)- Fórum Mundial de Pescadores, Friends of the Earth International (Amigos da Terra Internacional, International Planning Committee for Food Sovereignty Rome (IPC) – Comitê de Planejamento Internacional para Soberania Alimentar Roma, Food Sovereignty Network – Rede de Soberania Alimentar (representada pelo Fundo de Desenvolvimento, represented by the Development Fund, Noruega & Vigilantes dos Alimentos e Água, USA), Network of Peasants and Farmers of West Africa (ROPPA) – Rede de Camponeses e Agricultores da África Ocidental, Coordination National of Organisations Paysannes, Mali – CNOP -Coordenação Nacional de Organizações de Agricultores, Mali, (NYÉLÉNY, 2007, p. 18). Essas organizações são citadas na sua totalidade para perceber-se que o conceito de Soberania Alimentar foi cunhado a partir de várias organizações que se uniram, em torno de um propósito comum. Também porque se percebe a vinculação desse conceito, em várias obras, somente atribuído à Via Campesina, devido ao surgimento do termo em um de seus encontros.

Dita declaração, “Benefícios para Uns, ou Alimentos para Todos”, foi analisada pela FAO, que identificou dois obstáculos para sua execução; a falta de recursos e de vontade política. Essa ação coletiva propiciou um acordo sobre essa análise, mas as organizações afirmaram ser impossível continuar apoiando o modelo agrícola convencional globalizado, sugerindo o apoio de uma nova proposta, que primasse

pela igualdade, de acesso aos alimentos, ou de governança, descentralizando o poder de decisão (FAO, 2013, p. 3-4).

Então, o conceito de Soberania Alimentar traduziu-se como enfrentamento e contestação às políticas agrícolas neoliberais, impostas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e Banco Mundial (BM). Aponta para princípios que questionam a concentração de poder do sistema agroalimentar. Argumenta pelo direito dos povos e países em definir as suas próprias produções e políticas agrícolas, de acordo com as necessidades internas, em detrimento do modelo global.

A Soberania Alimentar é o direito dos povos à alimentação saudável e culturalmente adequada, produzida através de métodos ecologicamente racionais e sustentáveis, e seu direito a definir seus próprios sistemas alimentares e agrícolas (NIÉLÉNY, 2007, p. 9).

Embora estejam sendo utilizados conceitos cunhados pela FAO, que se disseminaram para vários países, convém esclarecer que os informes da organização, nem sempre retratam a realidade enfrentada por vários povos do planeta. Toro Sánchez e Gagliardini (2006) afirmam que a FAO trata essa problemática de forma superficial.

... los informes de la FAO se acercan a la problemática de la inseguridad alimentaria de manera superficial y en clave de mercado. El acceso a una alimentación adecuada sólo es posible, según los informes, si se dispone de las rentas suficientes para hacer frente a la compra de alimentos. De esta manera, no se contempla el autoconsumo que, por otra parte, ha supuesto la práctica tradicional de las regiones en desarrollo (e incluso, hasta no hace tanto, de gran parte de la población de países desarrollados) (TORO SANCHÉZ; GAGLIARDINI, 2006, p. 23).

Nesse ponto de tradução da luta contrária a um modelo dominante que exclui a pequena propriedade do jogo do mercado, é que surge a ideia de que o movimento soberania alimentar venha como uma contratendência, ou contramovimento. Verdadeiramente se opõe a esse modelo cunhado pelo Neoliberalismo, mas necessariamente, hoje, no ano de 2019, não representa somente essa bandeira da contrariedade.

Em 2019, percebe-se que é um movimento de existência, presente em vários países, referido no próprio site da Via Campesina como “¡*Globalizando la esperanza, globalizando la lucha!*” por um Desenvolvimento Rural Sustentável, baseado em

premissas agroecológicas, práticas solidárias, garantindo os direitos dos povos tradicionais.

La idea fue creciendo y actualmente forma un movimiento popular global promovido por una gran variedad de sectores sociales, tales como pobres urbanos, grupos medioambientales, grupos de consumidores, asociaciones de mujeres, pescadores, pastores y otros muchos. Además, cuenta con el reconocimiento de numerosas instituciones y gobiernos (LA VÍA CAMPESINA, 2011).

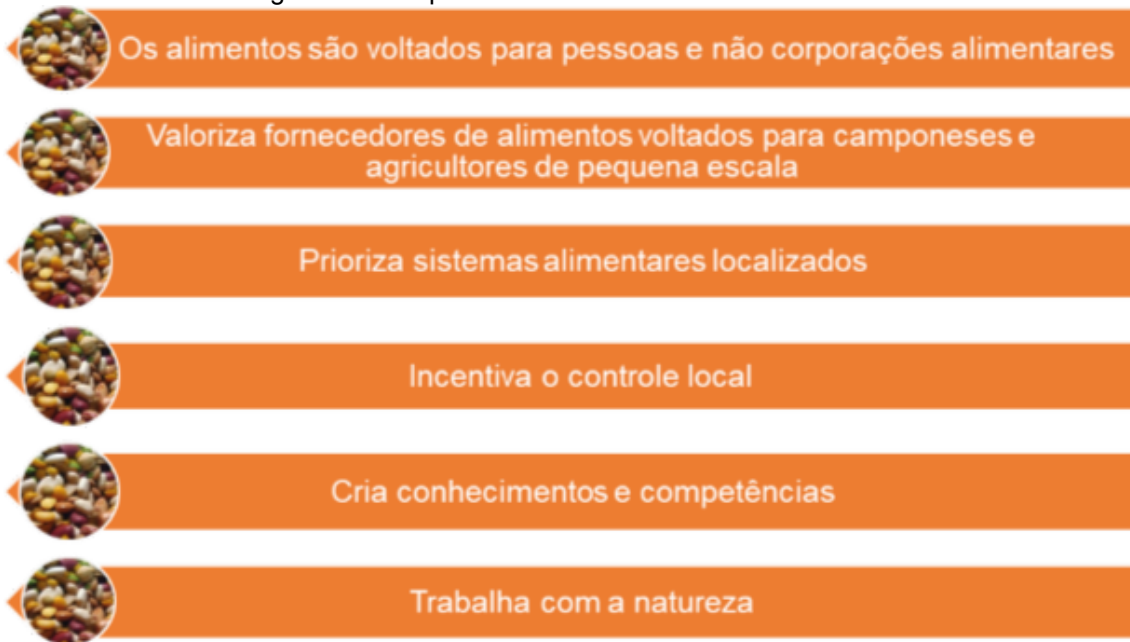
Vários autores vêm discutindo em seus trabalhos, uma variedade de alternativas sustentáveis que contrapõem o modelo agroexportador de produção, compondo reações à globalização alimentar (Allen et al. (2003); Murdoch (2000); Renting et al. (2003); entre muitos outros), apontando para uma reconexão entre agricultores e consumidores.

O que surge é um novo desafio ligado a preocupações sociais conhecidas, que passam pela qualidade ambiental, são consumidores que vêm contrapor esse modelo, introduzindo novas formas de reflexão e consumo inteligente de alimentos “alternativos,” produzidos de forma sustentável (Murdoch e Miele (1999); Weatherell et al. (2003) e reintroduzindo noções de qualidade e enraizamento social (HINRICHS (2000, 2003); Ilbery e Kneafsey (2000); Murdoch et al. (2000); Allen et al. (2003); Sage (2003); Winter, (2003)). Atualmente, essas alternativas estão concretizadas nas Américas e Europa. Percebe-se que a Soberania alimentar está enraizada em muitas dessas propostas que relocalizam os alimentos, preservando a cultura alimentar local.

O movimento de Soberania Alimentar está alicerçado por seis pilares, Figura 7.

Esses movimentos, que aqui preferimos nomear como estratégias de ação coletiva, tendo em vista as visões contrastantes entre autores, ao conceituarem movimentos sociais, podem ser divididos em três tipologias, distintas, de acordo com Collado, Montiel e Sánchez (2009).

Figura 7 - Seis pilares do Movimento de Soberania Alimentar



Fonte: adaptado de Nyéléni, 2007.

A primeira refere-se a novos estilos agroalimentares com uma agricultura que atua de forma global; a segunda são os novos cultivos sociais; povoados por formas de economia solidária e ecológica que podem alicerçar o surgimento de cooperativas de consumidores e agricultores; e um terceiro tipo ligado a novos movimentos antiglobalização e democracia radical (COLLADO; MONTIEL; SANCHÉZ, 2009, p. 2)

Nesta tese foi empregada a segunda tipologia para a Soberania Alimentar “os novos cultivos sociais; povoados por formas de economia solidária e ecológica que podem alicerçar o surgimento de cooperativas de consumidores e agricultores” utilizada por Collado, Montiel e Sánchez (2009).

Tendo por base o referencial teórico apresentado, a seguir são expostas as bases metodológicas para o estudo proposto.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO DE CASO

Como já foi exposto, anteriormente, a principal lacuna investigada nesse trabalho é a análise do sistema social de UPA's, avaliando os principais fatores internos e externos, que influenciam as estratégias de reprodução social de agricultores familiares, a partir do estudo de caso do Grupo Mulheres da Terra.

Nesse tópico são apresentados os seguintes itens: o campo empírico da pesquisa, a abordagem e a natureza da pesquisa, destacando alguns fatores, já estudados por outros autores e os elaborados para o presente trabalho, durante a pesquisa de campo.

3.1 O CAMPO EMPÍRICO DA PESQUISA

A estratégia de estudo responde às pesquisas em que as questões são precedidas pelas palavras “como” e “por quê?”, e nessa investigação a questão central é “como os fatores externos às UPA's influenciam as estratégias de reprodução social de agricultores familiares, em GPCR's?”.

Frölich e Frölich (2014, p. 59), no capítulo três, do livro “Pesquisa em Desenvolvimento Rural: Aportes Teóricos e Proposições Metodológicas”, destacam que, nas Ciências Rurais, o estudo de caso é cada vez mais empregado e “*preserva o caráter unitário do fenômeno pesquisado, podendo ser um indivíduo, um grupo, um programa, etc.*” Trata de investigações que analisam fenômenos contemporâneos, integrados em seu contexto, com verificações do cotidiano, com procedimentos múltiplos de coleta de dados.

Trata-se, na prática, de responder a perguntas do tipo: “Por que estudar este tema ou questão?”; “A quem o estudo poderá beneficiar ou interessar?”; “O tema contribui para ampliação do conhecimento na área de estudo?”; “Que utilidade me trará o aprofundamento desse tema para minha atividade profissional?” Em suma: a justificativa constitui a exposição das razões teóricas e práticas que valorizam a realização da pesquisa (FRÖLICH; FRÖLICH, 2014, p. 65).

Nessa pesquisa a motivação central foi relacionar os fatores externos que determinam as estratégias de sobrevivência dos agricultores, em redes alimentares

alternativas, a partir do estudo de caso do grupo “Mulheres da Terra”, estabelecendo uma metodologia que permita compreender como os agricultores respondem às influências externas que provocam mudanças socioprodutivas internas em suas UPA's.

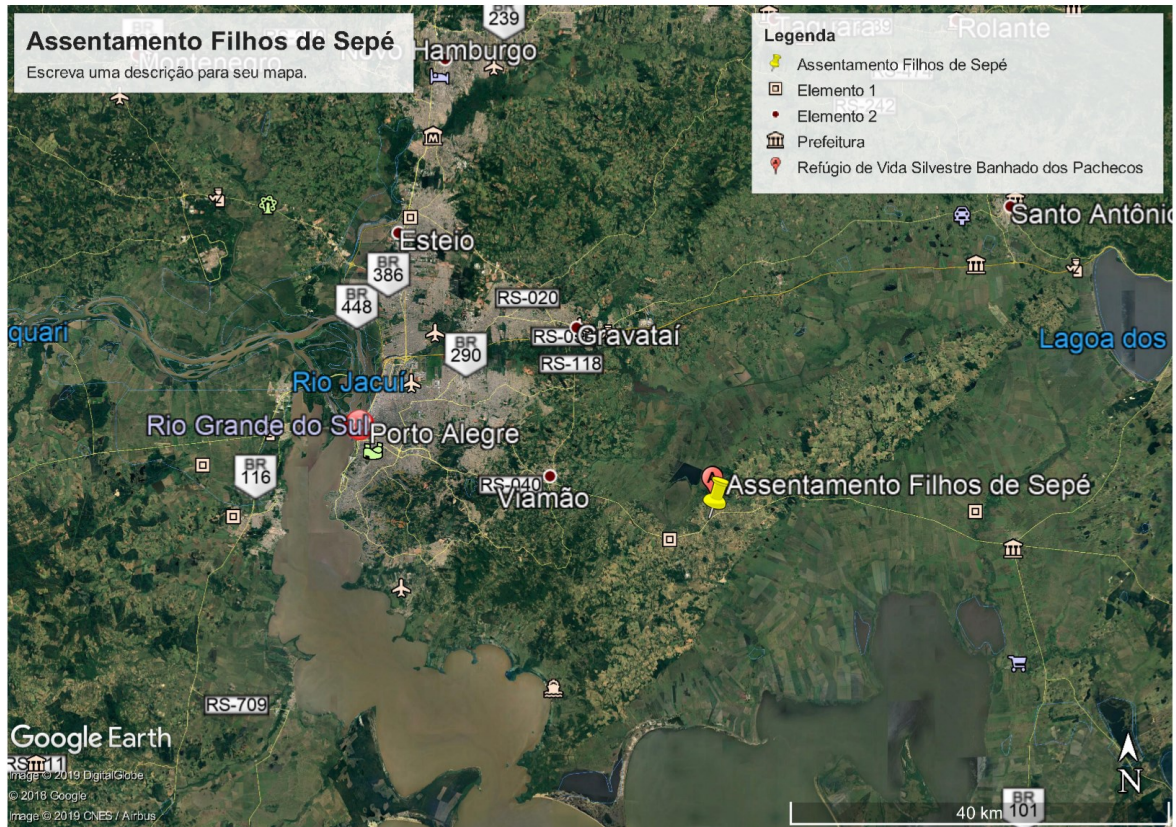
Por essa razão, para o estudo de caso, primeiramente foi realizada uma busca por grupos de produção e consumo responsável, em Porto Alegre, ou próximos ao município. Quando iniciamos essa pesquisa, em 2015, a situação político-econômica do Brasil era, ainda, estável, sob a coordenação da presidenta Dilma Rousseff, até quando foi deposta, no final de agosto de 2016. A agricultura familiar ainda tinha o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que dispunha de muitas políticas de apoio popular e as universidades federais viviam a sua plenitude, com recursos e apoio irrestrito às pesquisas de cunho social. Mas, ainda em 2016, tudo mudou, o apoio à agricultura familiar foi sendo reduzido a níveis mínimos, a tal ponto da extinção do MDA, em maio do mesmo ano. Então essa pesquisa iniciou com amplo apoio, nos seus dois primeiros anos, 2015 e 2016 e, após realizado o contato e reuniões com o grupo GIA, Girassol e Mulheres da Terra e, já, em 2017, por questões de economia e também de facilidade de acesso às unidades produtivas, foi escolhido o Grupo Mulheres da Terra para a pesquisa de campo.

O campo empírico da pesquisa foi então desenvolvido no município de Porto Alegre, onde os agricultores entregam as cestas de produtos e fazem as feiras, e Viamão, por meio da análise de UPA's que abastecem as feiras e os grupos de produção/consumo responsável.

O pré-campo, ocorreu em março de 2017, com o Grupo “Mulheres da Terra” que produz alimentos para as feiras e cestas de produtos agroecológicos para a venda direta. Essa fase inicial foi de fundamental importância tendo em vista que permitiu a comunicação semanal entre agricultores, consumidores e a pesquisadora.

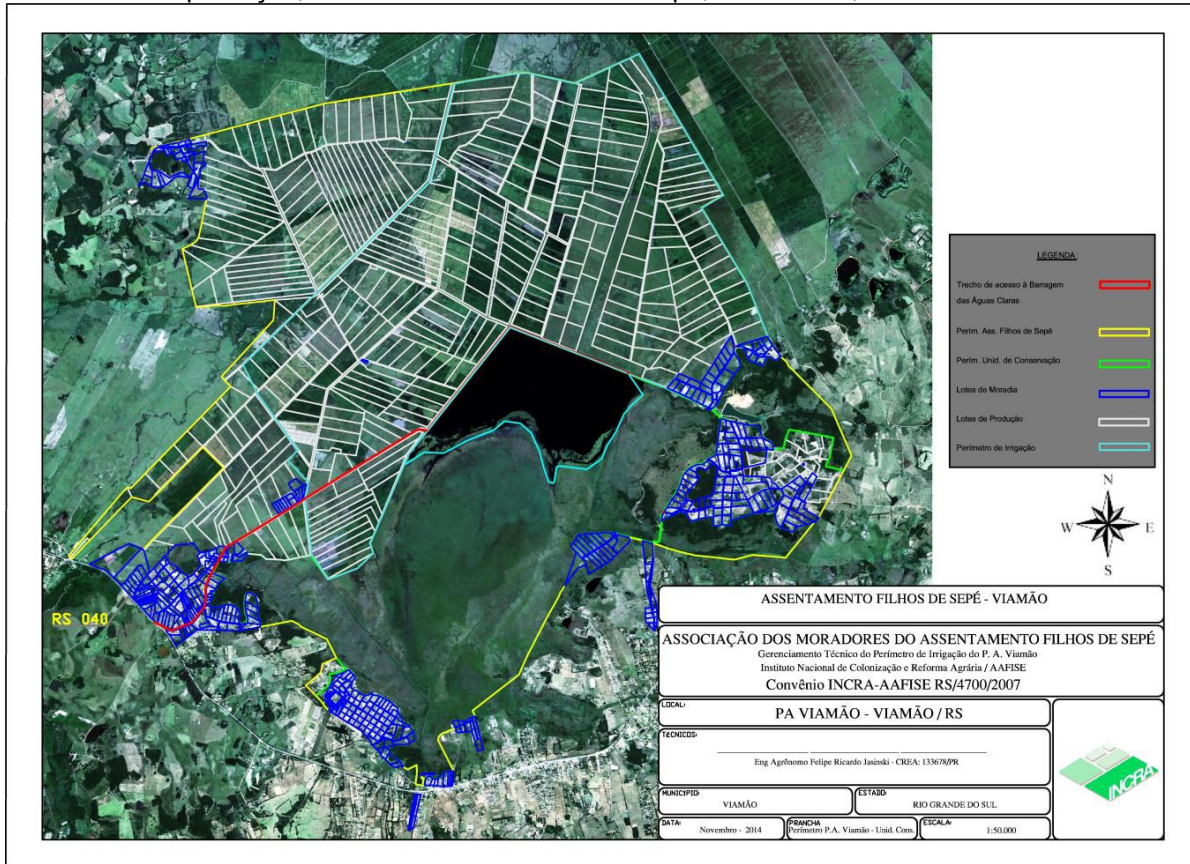
Esse grupo produz alimentos em Viamão, Figura 8, no setor “C”, do assentamento Filhos de Sepé, Figura 9, na RS 040, região próxima à cidade de Porto Alegre.

Figura 8 - Localização de onde se encontram as UPA's do Grupo Mulheres da Terra, em Viamão, Rio Grande do Sul, Assentamento Filhos de Sepé, Rodovia RS 040.



Fonte: Google Earth, 2019.

Figura 9 - Localização de onde se encontram as UPA's do Grupo Mulheres da Terra, lotes de moradia e de produção, do assentamento Filhos de Sepé, em Viamão, Rio Grande do Sul.



Fonte: INCRA/COOTAP, 2019.

3.2 PESQUISA QUALITATIVA

O estudo de caso predominou no estudo, tendo em vista que o critério qualitativo está ligado ao cuidado para a escolha de uma amostra que represente “as características da população escolhida”, Grupo Mulheres da Terra. Além disso, permite “uma leitura mais integrada dos diferentes elementos e de sua interação na construção das estratégias” (OLIVEIRA, 2007, p. 31-32).

De acordo com Lüdke e André (1986, p. 11 a 13), a pesquisa qualitativa se fundamenta em cinco aspectos:

1. A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento.
2. Os dados coletados são, predominantemente, descritivos.
3. A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto.
4. O significado que as pessoas dão às coisas e a sua vida são focos de atenção pelo pesquisador.
5. A análise dos

dados tende a seguir um processo indutivo (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 11 a 13).

O quinto aspecto merece destaque pois o processo indutivo dispensa a formulação de hipóteses de pesquisa, apesar de não dispensar um cuidadoso quadro teórico, para o desenvolvimento das análises. Pode ser comparado a um funil, como afirmam Lüdke e André (1986), “*no início há questões, ou focos de interesse muito amplos, que no final se tornam mais diretos e específicos*”, como ocorreu nessa pesquisa (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 13).

No total da amostra, do grupo Mulheres da Terra, temos dez unidades produtivas, atualmente, com superfície total de, aproximadamente, 18 hectares, por família. Essas dez unidades produtivas pertencem às mulheres do grupo e, por essa razão foram descritas, individualmente. Dessa forma foi possível destacar o sistema social e de produção de cada UPA que compõe o estudo de caso.

Em março de 2019, foi realizada a complementação da caracterização das famílias das agricultoras do Grupo, que produzem alimentos para feiras e grupos de produção/consumo responsável. Cabe ressaltar, novamente, o que já foi apresentado no item 7.1, que nesse ano, de finalização do Doutorado, o contexto social, econômico, e ambiental foi afetado. As agricultoras do grupo foram influenciadas por diversas mudanças, muito distintas daquelas da fase inicial da pesquisa, sem o apoio de políticas voltadas para a agricultura familiar. O MDA era responsável pelas políticas de reforma agrária, e principalmente, pela promoção do desenvolvimento sustentável no Brasil. Além disso, o MDA tinha como responsabilidades fundamentais a promoção da identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras ocupadas pelas comunidades tradicionais, como os ribeirinhos e quilombolas, que já se encontram com poucas esperanças de adquirirem a sonhada terra para produção de alimentos. Agora, em 2019, os agricultores agroecológicos vêm enfrentando muitas dificuldades, a partir da liberação de vários agrotóxicos, que afetam o ambiente, o que impacta diretamente as atividades desenvolvidas pelo grupo, com a possível contaminação dos seus cultivos e criações, ambos orgânicos. Nesse cenário houve, ainda, o desmonte do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), responsáveis pela elaboração de políticas públicas relacionadas à alimentação, principalmente

centradas na alimentação saudável e livre de agrotóxicos. Então, sob esse novo contexto foram traçados os principais fatores externos que influenciam as estratégias de reprodução social do grupo Mulheres da Terra.

As famílias das agricultoras, sendo três delas, a MT1, a MT2 e a MT3, informantes-chave, participaram ativamente na confirmação dos fatores que influenciam as estratégias de reprodução social, possibilitando entender a dinâmica do sistema social das UPA's.

Os fatores externos, elencados para a pesquisa, foram agrupados de acordo com as estratégias de reprodução social, e discutidos no grupo focal, Quadro 3.

Os fatores internos foram agrupados de acordo com variáveis de comportamento, ligadas às estratégias familiares, em primeiro plano e, em um segundo plano, às técnicas, ligadas ao sistema de produção, todas elas foram adaptadas ao caso, de acordo com as orientações; expressiva, instrumental, intrínseca e social de GASSON (1973), Quadro 4. Os fatores socioculturais internos são utilizados para o entendimento das decisões no seio do sistema social das unidades produtivas, por essa razão são descritos, em conjunto com os externos.

Os fatores tiveram a sua elaboração apoiada por condicionantes externos que ocorreram durante a condução do estudo de campo e que podem indicar tendências futuras de redes alimentares alternativas, de Porto Alegre, Viamão e entorno, no período de março de 2017 a março de 2019. As estratégias de reprodução social apresentadas no trabalho estão associadas a um comércio justo e solidário, distante das forças do mercado capitalista, de cadeias longas.

Quadro 3 - Fatores externos das UPA's que influenciam as estratégias de reprodução social do Grupo Mulheres da Terra.

FATORES EXTERNOS	
Ambientais	<p>Fontes de informação técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> * Agricultores orgânicos de fora do assentamento * Cooperativa * Escritório especializado * Experiências anteriores * Mídia (internet, tv, jornal, etc) <p>Riscos e variações locais do clima</p> <ul style="list-style-type: none"> * Chuvas * Desmatamento * Geadas * Temperatura * Ventos
Políticos	<ul style="list-style-type: none"> * Influência de políticas governamentais que atrapalham o desenvolvimento da produção * Participação em programas governamentais (PRONAF, PAA, PNAE) <p>Escala de Likert</p> <ul style="list-style-type: none"> * Aceitação do modelo de produção de commodities * Influência de políticas nacionais no contexto produtivo da UPA * Participação em lutas sociais de soberania alimentar * Resistência ao modelo de produção de commodities * Retirada de políticas públicas de incentivo à agricultura familiar
Socioculturais	<p>Adaptado Orientação Instrumental de GASSON</p> <ul style="list-style-type: none"> * Acesso ao crédito agrícola * Acesso ao mercado <p>Adaptado Orientação Social de GASSON</p> <ul style="list-style-type: none"> * Participação em cooperativa/associação (aspecto sociocultural) * Retrabalho desconfiança de consumidores em relação aos produtos <p>Adaptado Orientação Expressiva de GASSON</p> <ul style="list-style-type: none"> * Orgulho/satisfação de passar seus conhecimentos, seu saber fazer, para outros grupos de agricultores * Orgulho/satisfação de participar de propostas produtivas que incluem contato direto com os consumidores <p>Adaptado Orientação Intrínseca de GASSON</p> <ul style="list-style-type: none"> * Aceitar e controlar situações de risco do meio externo * Ser reconhecido na comunidade (meio externo) por conservar a natureza
Técnico-econômicos	<ul style="list-style-type: none"> * Acesso a informações técnicas e de mercado * Certificação participativa * Participação em cooperativa (aspecto técnico-econômico) * Produção agroecológica * Mão de obra externa (da comunidade) * Transporte dos produtos

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 4 - Fatores internos das UPA's que influenciam as estratégias de reprodução social do Grupo Mulheres da Terra.

FATORES INTERNOS adaptados de (GASSON, 1973)	
ORIENTAÇÃO EXPRESSIVA	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Alcançar os objetivos da família na UPA ➤ Flexibilidade em termos de um calendário ➤ Orgulho/satisfação em produzir alimentos ➤ Poder ser criativo no trabalho ➤ Satisfação em trabalhar na sua propriedade
ORIENTAÇÃO INSTRUMENTAL	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Condições agradáveis de trabalho ➤ Empreendedorismo ➤ Garantir renda para o futuro ➤ Maximizar lucro ➤ Obter renda satisfatória
ORIENTAÇÃO INTRÍNSECA	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Desfrutar do trabalho agrícola e ao ar livre ➤ Independência nas decisões ➤ Valorizar o trabalho duro ➤ Satisfação com o trabalho agrícola
ORIENTAÇÃO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Bom relacionamento com trabalhadores ➤ Continuar tradição da família ➤ Prestígio social (status) ➤ Relação com a comunidade ➤ Trabalho em família

Fonte: elaborado pela autora.

Além da organização dos resultados, em figuras, existem também perguntas que foram feitas para as mulheres e seus maridos e que ajudam a elaboração da discussão dos resultados. Uma das perguntas mais importantes se refere às estratégias de reprodução social que vêm em primeiro lugar, na mente das mulheres. Quando perguntadas sobre o que era mais importante, seriam as estratégias de reprodução social ligadas à família, ou ao sistema de produção?

O questionário, constante no Apêndice A, orientou as entrevistas semiestruturadas individuais, desenvolvidas no decorrer de duas horas, por família, e os grupos focais³⁴, com duração média de duas horas, tendo em vista a metodologia de análise do sistema social, a partir dos fatores que influenciam as estratégias de reprodução social. Os dados levantados foram analisados por meio de questionário com perguntas abertas e fechadas³⁵, sistematizados e descritos no estudo de caso, e no trabalho com o grupo focal, por meio da participação das agricultoras do grupo

³⁴ Os grupos focais utilizam a interação grupal para produzir dados e *insights* que seriam dificilmente conseguidos fora do grupo. Os dados obtidos, então, levam em conta o processo do grupo, tomados como maior do que a soma das opiniões, sentimentos e pontos de vista individuais em jogo. A despeito disso, o grupo focal conserva o caráter de técnica de coleta de dados, adequado, a priori, para investigações qualitativas (KIND, 2004, p. 125).

³⁵ Esses dados foram organizados por unidade produtiva agrícola (UPA).

Mulheres da Terra. Além disso, a pesquisadora participou de vários momentos onde as mulheres se reuniram para discussão e planejamento de suas ações, em suas atividades cotidianas, permitindo uma análise do contexto em que as decisões são tomadas pelo grupo.

Cabe ressaltar que a técnica de grupo focal foi utilizada observando os critérios de composição com grupo específico, as “Mulheres da Terra”, formado por até 12 pessoas, sentadas em círculo, a partir da eleição dos tópicos de discussão relacionados no roteiro de entrevistas, revelando as percepções das participantes, em profundidade. A reunião do grupo ocorreu na sede do assentamento onde as mulheres se reúnem para suas discussões, em geral. A pesquisadora atuou como moderadora e, sua colega de curso de Doutorado, Marianela Zuñiga Escobar, que já conhecia o trabalho das mulheres e havia participado de momentos de observação do grupo, atuou como observadora externa, também gravando e fazendo filmagens dos grupos focais estabelecidos para a pesquisa.

GOMES e BARBOSA (1999, p.1-2) salientam que:

O moderador do grupo focal levanta assuntos identificados num roteiro de discussão e usa técnicas de investigação para buscar opiniões, experiências, ideias, observações, preferências, necessidades e outras informações. O moderador incentiva a participação de todos, evitando que um ou outro tenha predomínio sobre os demais, e conduz a discussão de modo que esta se mantenha dentro dos tópicos de interesse. O moderador não deve fazer julgamento e sim salientar as ideias relevantes e encorajar a darem segmento às perguntas.

A presença de um observador externo, que não se manifesta, mas conhece o grupo, prevenindo atitudes de desconfiança, foi fundamental na pesquisa pois, conforme GOMES e BARBOSA (1999, p. 2), “*pode haver a presença de observador externo (o qual não se manifesta) para captar reações dos participantes*”.

A partir dos resultados do grupo focal, que incluíram anotações, sumários, gravações e filmagens do grupo, foi possível analisar as principais tendências e padrões da pesquisa.

Ao analisar os resultados a equipe deve considerar: - Palavras: avalie o significado das palavras utilizadas pelos participantes. - Contexto: considere as circunstâncias nas quais um comentário foi feito, tom e intensidade do comentário. - Concordância interna: descubra se a mudança de opiniões

durante as discussões foi causada pela pressão do grupo. - Precisão de respostas: verifique quais respostas foram baseadas em experiência pessoal. - Quadro geral: defina as ideias preponderantes. - Propósito do relatório: considere os objetivos do estudo e a informação necessária para a tomada de decisão. Os relatórios de grupos focais são tipicamente: relatórios orais breves que destacam descobertas-chaves; relatórios descritivos que resumem a discussão; e relatórios analíticos que fornecem tendências, padrões, ou descobertas e incluem comentários selecionados (GOMES; BARBOSA, 1999, p. 6).

A pesquisa, quantitativa, foi utilizada somente para as variáveis dos fatores sociais, econômicos, ambientais e técnicos, mais relevantes para a construção de estratégias de reprodução social das UPA's, dos GPCR's. A escala de Likert³⁶ auxiliou no processamento das respostas das agricultoras, classificando suas escolhas em relação às variáveis elencadas para o estudo.

A análise contextual do grupo durante o trabalho de pesquisa, com o auxílio das anotações do caderno de campo facilitaram a elaboração de uma matriz FOFA³⁷ da pesquisa, ou do termo, em inglês, *SWOT*; *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças).

Ulrich Shiefer e outros (2002), explicam que: “ A análise SWOT é uma das técnicas mais utilizadas em investigação social, quer na elaboração de diagnósticos, quer em análise organizacional, ou elaboração de planos” (SHIEFER et al., 2002, p. 212).

A matriz FOFA, utilizada por diversos autores, como pode ser visto no item 3, dos Fatores Internos e Externos e Estratégias de Reprodução Social Emergentes: Ação Externa e Reação Interna, foi também analisada na discussão dos resultados e consiste em uma análise que tem o objetivo de avaliar diferentes aspectos encontrados na pesquisa de campo, que formam o cenário buscando as Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças, às quais o grupo está exposto. Que características têm o grupo que foram importantes para o sucesso das suas feiras e grupos de produção/consumo responsável? Que oportunidades podem surgir a partir

³⁶ Rensis Likert estudou as organizações e o comportamento humano. Criou uma escala de pesquisa (Escala de Likert), como um meio de medir atitudes, mostrando que é captada mais informação do que os métodos concorrentes. Para as questões em que a gradação é realizada com base na escala de Likert considera-se: 1 como muito baixo, 2 baixo, 3 médio, 4 alto e 5 muito alto. Disponível em: <http://www.historiadaadministracao.com.br/jl/gurus/71-rensis-likert> Consultado em: 09 Abr 2017.

³⁷ Embora esse estudo não seja baseado em conceitos gerenciais, da administração rural, a matriz FOFA foi utilizada, no sentido de análise do contexto, para posterior discussão dos resultados do trabalho com o grupo Mulheres da Terra, pós defesa.

desse sucesso empreendido? Que fraquezas o grupo tem e que precisam ser fortalecidas a partir de um trabalho conjunto? E finalmente, que ameaças estão presentes no cotidiano do grupo e que podem afetar negativamente o seu desempenho, a partir das estratégias de reprodução social que elas vêm adotando? As Fortalezas e as Fraquezas são fatores internos do grupo e, as Oportunidades e Ameaças, são fatores externos que podem influenciar o seu cenário produtivo futuro.

Após a defesa da tese haverá a apresentação dos resultados para as agricultoras e a matriz poderá servir de apoio para as discussões da pesquisadora, com o grupo, se elas assim decidirem. Essa ideia foi construída no sentido de facilitar a incorporação de melhorias e reparação de possíveis ameaças, que possam interferir no alcance de metas e desempenho futuro do grupo.

3.3 NATUREZA DA PESQUISA

Quanto à natureza e para contemplar os objetivos a pesquisa consiste em um estudo de caso, exploratório, e identificou os fatores relevantes, externos, que influenciam a ocorrência dos fenômenos, a sua formulação/reformulação foi realizada sempre, em conjunto, com as agricultoras do caso.

O estudo de caso conta com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta e série sistemática de entrevistas. Novamente, embora os estudos de casos e as pesquisas históricas possam se sobrepor, o poder diferenciador do estudo é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências - documentos, artefatos, entrevistas e observações- além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional (YIN, 2010, p. 17).

Yin (2010, p. 36) acrescenta que *“os estudos de caso, da mesma forma que os experimentos, são generalizáveis a proposições teóricas, e não a populações ou universos”*, por essa razão foi adotado o estudo de caso nessa pesquisa.

Frölich e Frölich (2014, p. 59), citando Yin (2010³⁸, p. 39-40) apontam que o estudo de caso *“é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos”*. Os

³⁸ YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

autores alertam que nesses estudos existem mais “*variáveis de interesse*” do que “*pontos de dados*”. Partindo de “múltiplas fontes de evidência” essas investigações permitem a triangulação de resultados e proposições teóricas.

O Quadro 5 aponta os objetivos e as respectivas ações que foram desenvolvidas para alcançá-los. O objetivo geral foi a realização de uma caracterização da amostra, o universo do estudo de caso, auxiliada pela identificação dos fatores externos que influenciam a reprodução social das agricultoras do grupo “Mulheres da Terra”. Os objetivos específicos dizem respeito à descrição e compreensão dos efeitos dos fatores externos que emergem e alteram o sistema social das UPA’s das mulheres, reproduzindo mudanças temporárias, ou permanentes, do sistema de produção adotado.

Quadro 4 - Ações e operacionalização dos objetivos específicos da pesquisa.

Objetivos Específicos	Ações
<p>1. Identificar e caracterizar os fatores significativos externos que influenciam as estratégias de reprodução social de agricultores familiares, em GPCR’s.</p> <p>2. Descrever fatores externos que modificam a gestão de UPA’s das famílias integrantes de GPCR’s.</p>	<p>1. Caracterização, da amostra, por meio dos indicadores socioeconômicos e identificação dos fatores influentes externos quanto às estratégias de reprodução social.</p> <p>2. Descrição dos fatores externos influentes a partir dos resultados obtidos no estudo de caso, por meio da interação entre as agricultoras e a pesquisadora.</p> <p>Observação direta e série sistemática de entrevistas, grupo focal. Observação e descrição de evidências - documentos, artefatos, entrevistas e observações do empírico.</p>
<p>3. Analisar como são elaboradas as estratégias de reprodução social frente aos fatores influentes externos ao sistema social e que são retroalimentados, internamente, nos sistemas socioprodutivos de UPA’s familiares.</p>	<p>3. Compreender como fatores externos influenciam as estratégias de reprodução social dos agricultores em relação ao sistema social e produtivo.</p> <p>Observação direta e série sistemática de entrevistas. Observação e descrição de evidências - documentos, artefatos, entrevistas, grupo focal e observação do empírico.</p> <p>Revisão de literatura já descrita sobre estratégias de reprodução social e sistema social de UPA’s.</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A escolha do estudo de caso foi criteriosa e atendeu determinadas características na condução do estudo exploratório, que serão descritas nos itens 3.4 e 3.5, a seguir.

3.4 AS ETAPAS DA ESCOLHA DO ESTUDO DE CASO

Esse item trata da descrição das etapas do estudo, explanando como foi o estudo exploratório e a busca do caso empírico, levando também em consideração a escassez de recursos para o trabalho de campo.

A busca do caso empírico não foi aleatória, mas baseada em fatores importantes que asseguraram o desenvolvimento da pesquisa, com a presença de características que destacam os elementos da análise: agricultura do tipo familiar, estratégias de reprodução social, cadeias curtas de produção e grupos de produção/consumo responsável. Outro elemento que se destaca é a facilidade de acesso ao campo, com poucos recursos, pela proximidade da pesquisadora com o seu local de pesquisa.

Tendo em vista esses fatores o estudo de caso teve as seguintes etapas:

- a) Primeiramente foi realizada busca na Internet sobre os grupos que se destacavam por serem de produção/consumo responsável, que estavam presentes no Rio Grande do Sul, mas preferencialmente em Porto Alegre e regiões próximas. Foi verificado que, em concordância com a revisão de literatura sobre grupos de produção/consumo responsável, nem todos os grupos estavam de acordo com as características gerais descritas pelos estudiosos do tema, principalmente o contato direto entre agricultor versus consumidor não se verificava frequentemente. Além disso, foram encontrados grupos em que os alimentos percorriam vários quilômetros para chegarem até os consumidores, inviabilizando a pesquisa, pela necessidade de muitas viagens e conseqüente ausência de recursos para sua realização, assim como descaracterizando um mercado de cadeias curtas de produção e consumo;
- b) Em seguida, foram realizados contatos prévios com os grupos mais representativos, para possível realização da pesquisa de Doutorado;

- c) Foram agendadas reuniões com os grupos, sempre tendo em vista as suas características e práticas de produção/consumo responsável, agricultura do tipo familiar, proximidade/distância em quilômetros do local da pesquisa;
- d) Nas reuniões, o projeto de tese foi apresentado, verificando as possibilidades de realização da pesquisa e as condições necessárias para o seu desenvolvimento;
- e) Após o contato com agricultores de grupos de produção/consumo de Pelotas, Porto Alegre e região e, verificadas as reais condições de estudo das áreas, e por meio de informante chave do assentamento Filhos de Sepé, foi escolhido o grupo Mulheres da Terra, Figuras 10 e 11. O grupo atua em Porto Alegre e Viamão, região próxima à residência da pesquisadora e atende as características sobre os grupos de produção/consumo responsável, já descritas no item 3, dos procedimentos metodológicos e da contextualização da pesquisa;

Figura 10 - Entrevista inicial, feira do Campus Vale da UFRGS, informante-chave do grupo Mulheres da Terra, Viamão.



Fonte: acervo da pesquisa de campo, 2019.

Figura 11 - Foto da entrevista inicial, na feira do Campus Vale da UFRGS, com informante chave do assentamento Filhos de Sepé, Grupo “Mulheres da Terra”.



Fonte: acervo de fotos da pesquisa de campo, 2018.

- f) - A partir da escolha do grupo foram definidas as visitas ao assentamento, em Viamão e, nos seus pontos de feira e entrega de cestas, em Porto Alegre;
- g) - Foram utilizados diferentes métodos de coleta de evidências: observação direta, participante, entrevista com grupo focal, entrevista individual com perguntas abertas e fechadas, mapas, fotografias, filmagens, diagnóstico socioeconômico das unidades de produção agrícola.
- h) - A partir da análise das evidências foi realizada a descrição dos resultados da pesquisa.

No item 3.5 são descritas as etapas da análise qualitativa de dados para o estudo de caso e a visão da abordagem sistêmica como aporte teórico e metodológico desse estudo.

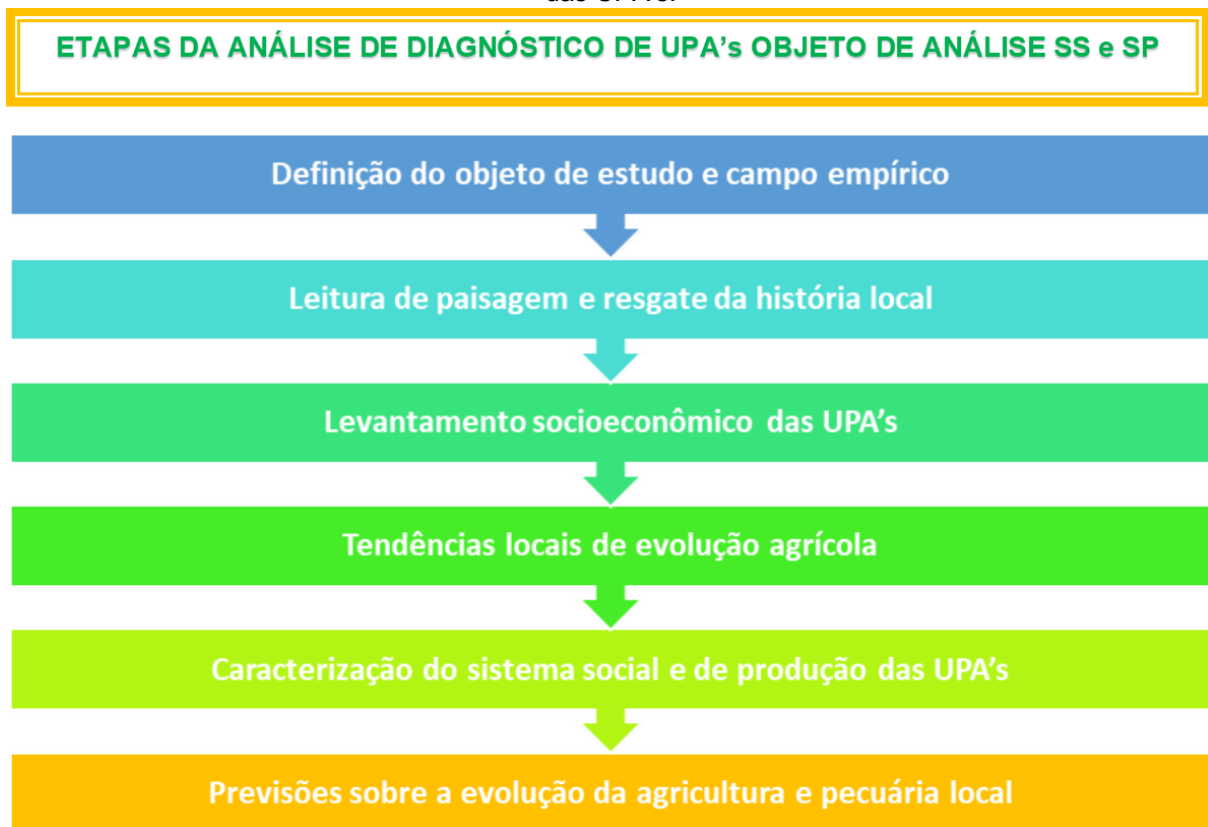
3.5 O ESTUDO QUALITATIVO E A UTILIZAÇÃO DA ABORDAGEM SISTÊMICA COMO APORTE TEÓRICO E METODOLÓGICO

A Análise de Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA) surgiu como uma importante ferramenta na compreensão de realidades agrárias que são, por si mesmas, complexas. A compreensão das transformações do rural facilita o entendimento dos fluxos de entrada e saída de informações entre unidades de produção agrícola, promovendo ações que transformam os sistemas social e de produção e, por consequência, as realidades agrícolas. Dufumier (1996), em seu livro

“Les projets de développement agricole – Manuel d’expertise”, alerta que a compreensão das tendências e contradições do ambiente agrícola visa também promover o desenvolvimento rural, prevendo as tendências futuras da agricultura. Essa ferramenta é, ao mesmo tempo, um aporte teórico e metodológico permitindo “*entender o contexto local, dos pontos de vista ambiental, econômico e social e identificar os potenciais e os obstáculos*” em projetos de assentamentos rurais (INCRA/FAO, 1999, p.7).

A ADSA pode ser aplicada em diferentes situações, desde um município até um simples grupo de agricultores, o ajuste do olhar para a interpretação dos resultados irá depender do foco de pesquisa do observador, ou observadores. Nesse estudo foi escolhido um grupo de agricultoras, que agrupam certas características comuns, conferindo o estudo de caso. Não importa o tamanho da amostra, mas sim as características qualitativas comuns encontradas. Para o desenvolvimento dessa pesquisa foi seguido o roteiro de ADSA apresentado na Figura 12.

Figura 12 - Etapas da análise de diagnóstico realizada nos sistemas social (SS) e de produção (SP) das UPA's.



Fonte: adaptado do Guia INCRA/FAO, 1999, p. 12 e 13.

A descrição do estudo de caso acompanha a definição do objeto de estudo, o campo empírico, a leitura de paisagem e o resgate da história local, com as tendências locais de evolução agrícola, as previsões sobre a evolução da agricultura e pecuária local, além dos dados do levantamento socioeconômico das unidades produtivas. A caracterização do sistema social e de produção, das UPA's, será apresentada também, na seção quatro, dos resultados e discussão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A descrição do Grupo “Mulheres da Terra”, como ele surgiu e quais são as suas principais características, é apresentada nos Itens 4.1 e 4.2. Em seguida, o item 4.3, descreve e discute a ação dos fatores externos sobre as estratégias de reprodução social das famílias entrevistadas e acompanhadas no seu cotidiano.

4.1 DESCRIÇÃO DO ESTUDO DE CASO: “O GRUPO MULHERES DA TERRA”

O Grupo “Mulheres da Terra”, ou as “Filhas de Sepé”, como pensaram em chamar o grupo, inicialmente, nasceu de um trabalho de articulação no assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) Filhos de Sepé, constituído em 1998. Essa ação foi idealizada pela Socióloga Naia Geila Innocente de Oliveira, pesquisadora da Fundação de Economia e Estatística e, pelo grupo de pesquisa da Fundação Empresa Escola de Engenharia (FEEng) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), composto pelos pesquisadores; Istefani Carísio de Paula, Júlio Carlos de Souza Van der Linden, e os professores do grupo de Economia solidária, também da UFRGS, Carlos Schmidt e Gladis Richa Bechara Kalil.

O grupo inicial Mulheres da Terra, com 18 componentes, dedicou-se a desenvolver ações com o objetivo de dar suporte ao desenvolvimento da identidade, do produto e serviço gerado a partir da produção de hortaliças orgânicas, a serem ofertadas às comunidades de Viamão e Porto Alegre. Essa experiência do grupo foi também inspirada por Matilde Cecchin, professora que organizou a Rede Mística Feminina³⁹ do Meio Popular. Matilde Cecchin, formada em Letras, com forte inclinação para desenvolver trabalhos junto a comunidades carentes, defensora de causas populares, criou a rede mística feminina no seio da luta das mulheres pela sua

³⁹ Os problemas e as alegrias de suas vidas e da minha (**das mulheres**), e a maneira como nossa educação para eles havia contribuído simplesmente não se adaptavam à imagem da americana moderna, tal como se apresentava nas revistas femininas e tal como era estudada e analisada em clínicas e salas de aula, incessantemente louvada ou condenada, desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Havia uma estranha discrepância entre a realidade de nossa vida de mulher e a imagem à qual nos procurávamos amoldar, imagem que apelidei de mística feminina, perguntando a mim mesma se outras mulheres, num círculo mais amplo, se defrontavam também com esta cisão esquizofrênica e qual seria o seu significado. Foi assim que comecei a pesquisar as origens da mística feminina e seu efeito sobre as mulheres que viviam ou haviam sido criadas segundo seus princípios. Trecho do livro da autora de “Mística Feminina” (FRIEDAN, 1971, p. 6), grifo da autora do projeto.

reprodução social e empoderamento, sempre auxiliada pelo seu irmão, Antônio Cecchin, religioso marista. Em conjunto, os irmãos implantaram a ideia da Ecologia na igreja católica, também desenvolvendo atividades junto à pastoral da Terra e aos grupos de catadores de lixo, da Ilha dos Marinheiros, em Porto Alegre.

O objetivo central do trabalho realizado, no assentamento Filhos de Sepé, foi a libertação e o empoderamento das mulheres, aliado aos princípios da Ecologia, por essa razão as ideias compartilhadas pelo grupo de pesquisadores da UFRGS, inspirados pelos irmãos Cecchin, foram muito importantes na consolidação das atividades das mulheres nas suas unidades produtivas. Nas palavras do grupo que desenvolveu esse trabalho de empoderamento “*Como condição inicial da posse da terra, as famílias ali residentes deveriam, além de cumprir a legislação vigente, plantar apenas produtos orgânicos e não transgênicos*” (PAULA; VAN DER LINDEN; PORTO, 2015).

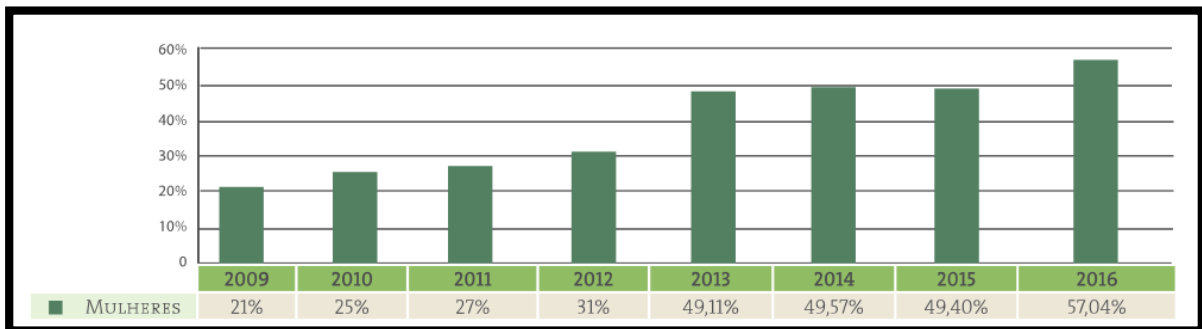
No início da implantação do assentamento as famílias produziam somente arroz, e mesmo que houvesse essa indicação do cultivo totalmente orgânico, foi necessário o aprendizado e desenvolvimento de técnicas que assegurassem plantios priorizando o cultivo ecológico. A cultura era produzida, essencialmente, pelos homens e as mulheres se ocupavam de serviços domésticos e produção para o consumo familiar. Com o passar dos anos e, auxiliadas pelo trabalho da socióloga Naia e de grupos de pesquisas da UFRGS, as mulheres começaram a pensar em atividades que gerassem renda, observando o entorno em que viviam, implantando um paisagismo produtivo nas unidades agrícolas.

Esse grupo de mulheres começou, então, a explorar as flores, frutas e horta, vendendo o excedente dos seus cultivos. Depois vieram as feiras, em Porto Alegre, que iniciaram no campus Centro, da UFRGS, e assim foram aumentando a produção de alimentos das suas hortas, e atualmente produzem para a venda de cestas de orgânicos aos consumidores de grupos de consumo responsável de Porto Alegre, principalmente, ligados à UFRGS, e para programas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Dados, da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), demonstram que a participação das mulheres em programas institucionais, como o PAA, foram incrementados, ao longo do período de 2009 a 2016. No ano de 2017 há um salto

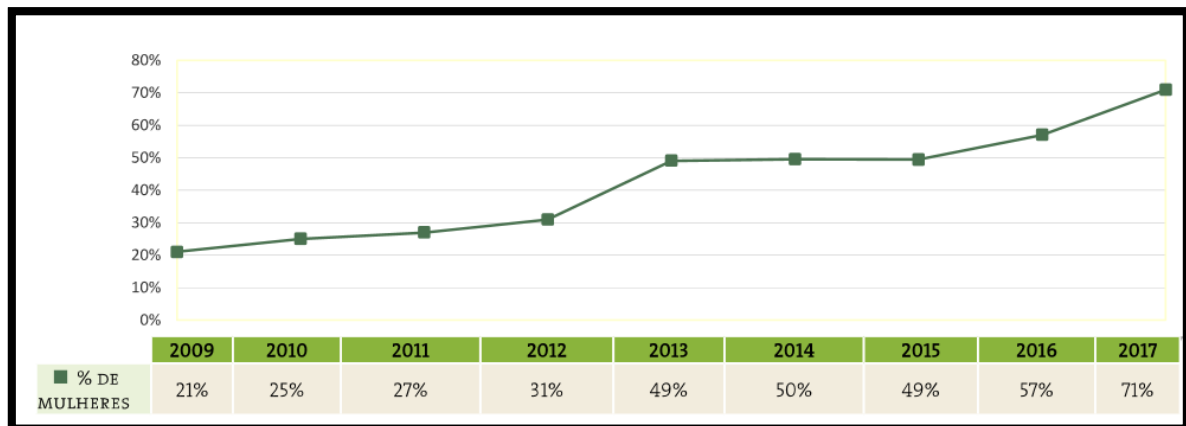
qualitativo nessa participação, incrementando a colaboração das mulheres na produção de alimentos para o PAA, de 57 %, em 2016, para 71%, em 2017, Figuras 13 e 14. Ao longo desse capítulo voltaremos a pontuar o significado das políticas públicas de incentivo à agricultura familiar, como um dos fatores externos que influenciam o incremento da renda e, conseqüentemente influenciam a reprodução social do grupo Mulheres da Terra.

Figura 13 - Participação das mulheres no PAA de 2009 a 2016.



Fonte: CONAB, 2017, p. 20.

Figura 14 - Participação das mulheres no PAA de 2009 a 2017.



Fonte: CONAB, 2018, p. 19.

Esse trabalho das mulheres é importante porque o assentamento está localizado sobre uma área de proteção ambiental, refúgio de vida silvestre, o Banhado dos Pachecos, unidade de conservação administrada pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e próxima às unidades de produção agrícola. E, mesmo antes de serem assentados, todas as agricultoras e agricultores foram orientados, para o desenvolvimento de criações e cultivos orgânicos. Porém, foi a partir de um ajuste de

conduta, em 2010, que todos foram, definitivamente, obrigados a produzir somente alimentos orgânicos. As mulheres tiveram um papel decisivo nesse processo de adequação, auxiliando a família no aprendizado e busca de conhecimentos técnicos e do “saber fazer” uma agricultura voltada à proteção ambiental e, ao mesmo tempo, buscando um equilíbrio entre o uso da terra e sua manutenção.

Atualmente, o grupo, com dez mulheres, vem desenvolvendo ações para a introdução de agroflorestas, Figura 15, e agricultura biodinâmica⁴⁰, que inclui o trabalho de todo o sistema, levando em consideração as pessoas, o ambiente e a espiritualidade dos alimentos.

⁴⁰ Na prática, a agricultura biodinâmica partilha alguns aspectos com a agricultura biológica. As unidades produtivas têm uma elevada diversidade biológica, o que minimiza o desenvolvimento de pragas e doenças. São usadas a rotação e a consorciação de culturas, bem como a fertilização orgânica e é totalmente rejeitado o uso de agroquímicos. No entanto, a biodinâmica toma em consideração outros aspectos para além dos meramente materiais. O que a distingue são três elementos fundamentais: o uso de preparados biodinâmicos para tratar o solo e as plantas, o composto usado como fertilizante e a utilização de um calendário astrológico na escolha dos momentos para realizar as atividades agrícolas. Disponível em: <http://medalimento.blogspot.com.br/2014/04/agricultura-biodinamica-arte-de-cuidar.html>. Acesso em: 02 maio 2017.

Figura 15 - Foto de UPA do grupo Mulheres da Terra, com a implantação de agrofloresta.



Fonte: Foto do acervo da autora.

Hoje, o grupo, composto por dez UPA's, participa, em conjunto, nas feiras e realiza a entrega das cestas, seja em pontos fixos semanais, de venda dos alimentos, ou mesmo com entregas domiciliares dos seus produtos. O processo produtivo das hortaliças e frutas, conta com a produção de insumos das mulheres que moram no setor "A" do assentamento. São utilizados insumos orgânicos, como cinzas, e adubo orgânico, por meio de compostagem nas próprias UPA's. São proibidos os agrotóxicos, realizando-se então o controle de ervas, manualmente, quando estão em excesso, do contrário servem como proteção para os cultivos principais. Também é realizado o controle de doenças a partir do uso de ervas que combatem fungos, bactérias e vírus, das plantas cultivadas para a venda, o itinerário técnico de produção das hortaliças até a colheita para as feiras e cestas pode ser observado a seguir, Figura 16.

Com o passar dos anos, sete mulheres que não se ajustaram às vivências e troca de experiências, em grupo, foram se afastando, ocorreram diversos fatos, como

a discordância político-ideológica, o desajuste em função da produção precisar ser orgânica, sem o uso de defensivos e adubos químicos, utilizados largamente no Brasil, desde a Revolução Verde. Fatores internos de tomada de decisão que incluem relações de confiança e senso de grupo também foram alinhados como causadores dessa dispersão de elementos do grupo.

Figura 16 - Itinerário técnico de produção e entrega dos alimentos das feiras e cestas dos grupos de produção/consumo responsável.



Fonte: elaborado pela autora.

Embora nem tudo seja perfeito, assim como o mundo não é, o grupo “Mulheres da Terra” têm sonhos, como é o sonho de todas as pessoas que amam o que fazem e gostariam de ter uma agricultura voltada à produção de “*comida de verdade*”, como elas gostam de falar. Os “consumidores”, palavra que também insistem ter uma conotação muito voltada aos mercados de *commodities*, de cadeias longas, devem ser considerados “*parceiros*”, que colaboram em todos os momentos do processo de produção das verduras, frutas, legumes, além de produtos transformados, em pães, chimias, manteigas, queijo, arroz orgânico e tantos outros que existem, ou que ainda serão inventados pela criatividade dessas mulheres. Falam também que “*comer é um ato político*” que pode ser experimentado pelo abandono do mercado de cadeias longas, traçando novos caminhos para esses parceiros que podem comer sem a preocupação com o uso de agrotóxicos e aditivos alimentares, “*tudo é natural*”, elas

falam, “*nossa saúde só melhorou depois que viemos prá cá*”, referindo-se ao assentamento e aos seus cultivos e criações. *Esse mercado que privilegia comida industrial é sinônimo de dependência e de exploração dos pequenos*, elas acrescentam. Cada uma com sua história de vida, vindo de diferentes lugares do Rio Grande do Sul, cada uma sendo a autora de sua própria redenção e luta diária, pelo direito de viver e ser feliz, lembram a música do Milton Nascimento, do álbum Clube da Esquina 2, de 1978⁴¹.

Após essa breve explanação da história do grupo, que também pode ser acompanhada no quadro resumo das entrevistas, Apêndice B, apresentamos, no próximo tópico, a leitura de paisagem, o resgate da história local, do município e do assentamento, e os detalhes de cada unidade produtiva, no tópico 4.2.

4.2 LEITURA DE PAISAGEM, RESGATE DA HISTÓRIA LOCAL, E DESCRIÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS AGRÍCOLAS DO GRUPO MULHERES DA TERRA

O trabalho que utiliza o aporte sistêmico deve sempre começar com uma descrição do local onde está localizada a unidade, ou as unidades de produção agrícola. É, no local, onde se encontram os pressupostos e informações para a realização de uma boa análise de UPA's. Conhecer fatos históricos e geográficos que fornecem pistas para o entendimento da situação agrícola, do zoneamento agroecológico, de um dado município, são fundamentais para traçarmos os elementos do desenvolvimento de áreas rurais.

Esse estudo foi iniciado a partir das informações sobre o município de Viamão, sua história, colonização, aspectos geográficos e de conservação da natureza, muito importantes, porque o assentamento Filhos de Sepé, em que o grupo Mulheres da

⁴¹ Maria, Maria É um dom, uma certa magia Uma força que nos alerta Uma mulher que merece Viver e amar Como outra qualquer Do planeta... Maria, Maria É o som, é a cor, é o suor É a dose mais forte e lenta De uma gente que ri Quando deve chorar E não vive, apenas aguenta... Mas é preciso ter força É preciso ter raça É preciso ter gana sempre Quem traz no corpo a marca Maria, Maria Mistura a dor e a alegria ...Mas é preciso ter manha É preciso ter graça É preciso ter sonho sempre Quem traz na pele essa marca Possui a estranha mania De ter fé na vida... Mas é preciso ter força É preciso ter raça É preciso ter gana sempre Quem traz no corpo a marca Maria, Maria Mistura a dor e a alegria ...Mas é preciso ter manha É preciso ter graça É preciso ter sonho sempre Quem traz na pele essa marca Possui a estranha mania De ter fé na vida ... (NASCIMENTO; BRANT, 1978).

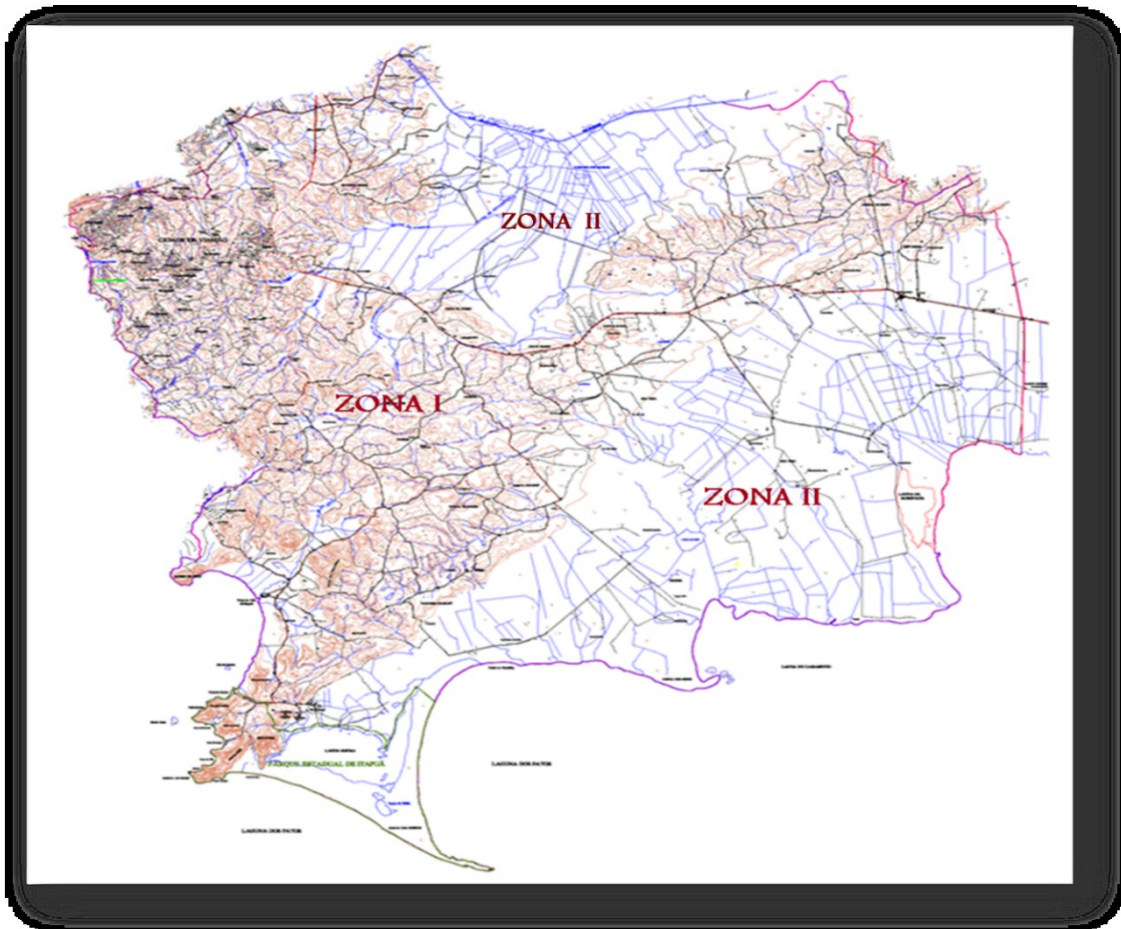
Terra atua, está localizado em uma área de proteção ambiental. A leitura de paisagem também fornece detalhes que explicam a forma como a agricultura é praticada e como são utilizados os recursos pelos agricultores e agricultoras.

4.2.1 Leitura de paisagem

A leitura de paisagem serviu de base para desvendar os detalhes do relevo que são utilizados na tese porque apresentam a indicação de como a área foi e, continua sendo explorada, pelos cultivos e criações agrícolas, além de primordialmente explicarem como o homem explorou esse meio até o momento atual.

Com a finalidade de caracterização do relevo de Viamão/RS foi arbitrado um zoneamento em que a zona I é composta por áreas pouco elevadas, com vegetação esparsa remanescente (colinosa) e, a zona II, por áreas típicas de campo do bioma pampa (campos ou várzeas), Figura 17. É precisamente na zona II onde se localizam os lotes de produção do Grupo “Mulheres da Terra”.

Figura 17 - Zoneamento do município de Viamão. Zona I, de relevo colinoso e, zona II, áreas de várzea.



Fonte: adaptado do mapa de relevo da Secretaria de Agricultura (Viamão, [2018]).

Em Viamão, na Zona II, onde está localizado o assentamento, situa-se uma área de proteção ambiental do Banhado Grande, em torno dela está a planície costeira do Rio Grande do Sul. Essa região é composta por restingas, que segundo Leite (2011), possibilitaram o isolamento de corpos flúvio-lacustres do mar. De acordo com o autor, existem poucos registros da vegetação que predomina no local, mas esses vegetais estão sob a influência do Banhado Grande. Existe a presença de gramíneas, no sentido Leste-Oeste, e de florestas com sinais evidentes de desmatamento, no sentido norte-sul. Porém, na área de estudo, ainda se percebe vegetação preservada e, por meio do plantio de árvores pelos assentados, agroflorestas.

Ao mesmo tempo, surgem planícies denominadas como os “Campos de Viamão”, no município como um todo, que se constitui por um relevo colinoso, na Zona I, com solos arenosos e areno-argilosos. É nesse cenário que a vegetação se apresenta como primitiva, situando-se em “Área de Formação Pioneiras”, de influência

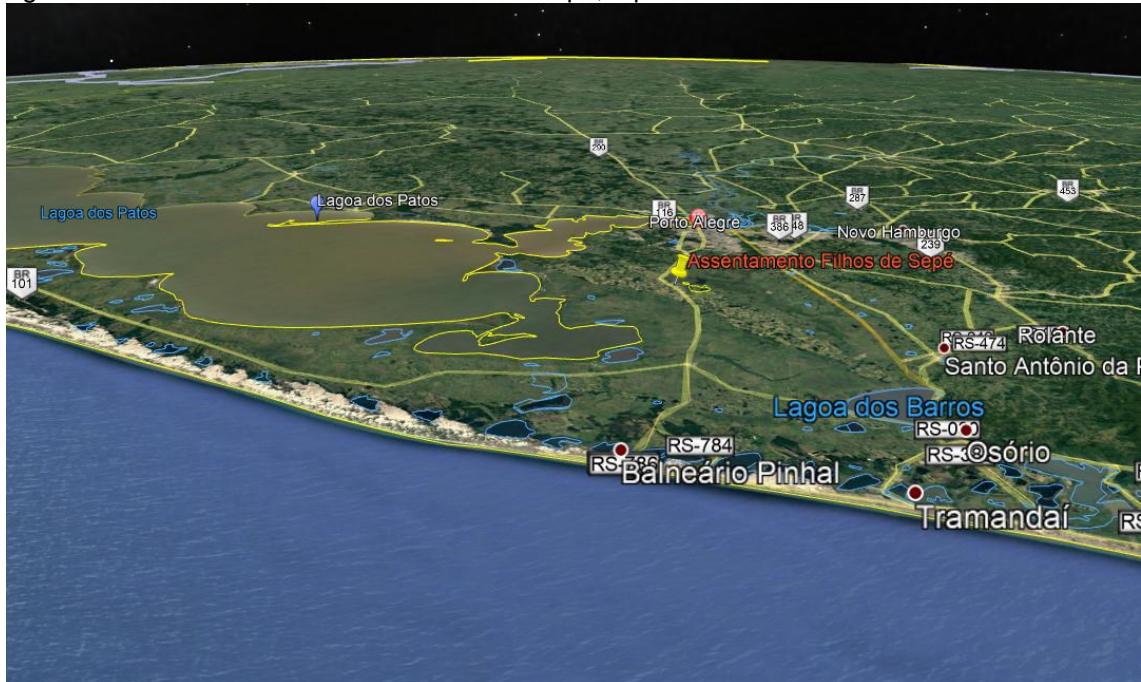
fluvial. A vegetação da área de banhados e várzeas, Zona II, é considerada paludal e de solos alagadiços, com terreno arenoso, Leite (2011).

Schäfer, Lanzer e Scur (2013), em recentes estudos sobre a planície costeira do Rio Grande do Sul afirmam que:

O sistema Laguna/Barreira corresponde ao último grande evento transgressivo de idade Holocênica, 5.100 anos atrás, com o nível do mar atingindo cotas aproximadas de 5 m acima do nível atual. Esta elevação resultou na formação de um cordão litorâneo que caracteriza o máximo da transgressão holocênica e de planícies de cordões litorâneos regressivos. Os sedimentos associados à Barreira IV estão representados por areias praias quartzosas, de granulação fina a muito fina, com concentrações de minerais pesados em pontos específicos e por areias eólicas, que compõem o campo de dunas de largura variável entre 2 e 8 km. O sistema lagunar está representado por sedimentos areno-siltico-argilosos, alguns com elevado teor de matéria orgânica, depositados em um conjunto complexo de ambientes e subambientes que incluem corpos aquosos costeiros (lagoas e lagunas), sistemas aluviais (rios meandantes e canais inter-lagunares), sistemas deltaicos e sistemas de pântanos e turfeiras (SCHÄFER; LANZER; SCUR, 2013, p. 28).

A partir da observação da Figura 18 percebe-se que existem semelhanças da área do assentamento, se comparada com a descrição utilizada pelos autores Schäfer, Lanzer e Scur, (2013, p. 28). Em primeiro plano, avistando-se o oceano Atlântico, as praias do Balneário Pinhal e Tramandaí, um sistema de lagoas, Lagoa dos Barros e Lagoa dos Patos, e terrenos alagadiços, entremeados por vegetação típica dos biomas Mata Atlântica e Pampa, até o ponto onde se localiza a área de estudo.

Figura 18 - Vista do Assentamento Filhos de Sepé, a partir do litoral Norte do Rio Grande do Sul.



Fonte: elaborado pela autora a partir do Google Earth, 2019.

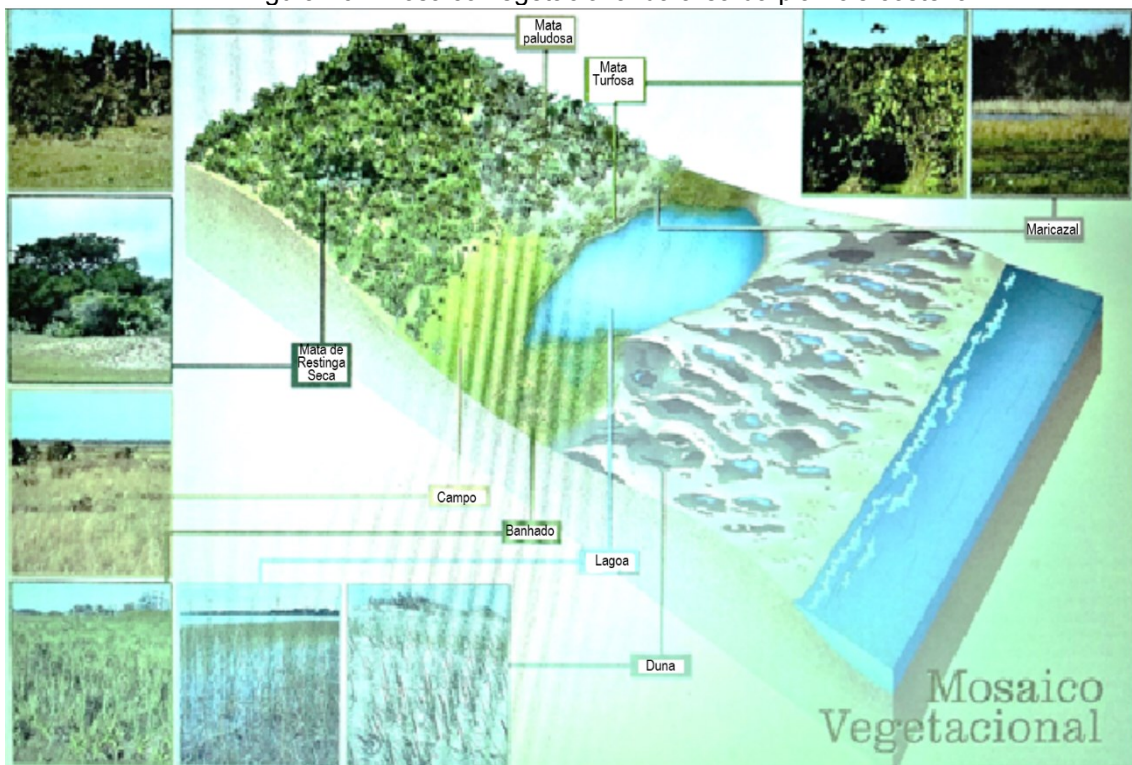
Ainda, os mesmos autores, Schäfer, Lanzer e Scur (2013, p. 28), apresentam um corte, a partir do mar, em direção às partes do relevo mais elevado, na região da planície costeira do Rio Grande do Sul, que evidencia a distribuição do modelo geológico do sistema laguna/barreira, datado de 5.100 anos atrás, também evidenciando o mosaico vegetacional presente na área. Também fica evidenciado o relevo encontrado na área, Figura 19.

Figura 19 - Corte esquemático do sistema laguna/barreira IV.



Fonte: Adaptado de Schäfer; Lanzer; Scur, 2013, p. 28.

Figura 20 - Mosaico vegetacional da área da planície costeira.



Fonte: Schäfer, Lanzer e Scur, 2013, p. 49-50.

Percebe-se que na região do entorno onde se localiza o assentamento ocorrem os tipos de vegetação citados por Schäfer, Lanzer e Scur (2013), Figura 20.

A partir da leitura de paisagem e com o objetivo de entender como o município se desenvolveu desde a ocupação indígena, a seguir serão apresentados os principais momentos da história da ocupação agrícola de Viamão, o resgate da história local.

4.2.2 Resgate da história local

O resgate da história local é de vital importância para a compreensão da evolução da agricultura em determinada região. Dessa forma descrevemos a evolução do município de Viamão, onde está situado o assentamento Filhos de Sepé, sede do grupo “Mulheres da Terra”.

De acordo com a Prefeitura de Viamão (2011), o município foi um:

Distrito criado com a denominação de Viamão, por provisão de 14-09-1741, subordinado ao município de Porto Alegre. Elevado à categoria de vila com a denominação de Viamão, por lei provincial nº 1247, de 11-06-1880, desmembrado de Porto Alegre. Foi sede provisória do governo da antiga capitania em 1763. Constituído do distrito sede. Instalado em 16-10-1880 (VIAMÃO, 2011, p. 1).

Os primeiros habitantes que ocuparam a região do município de Viamão foram os índios, partindo da Amazônia para o Sul. Conforme (KUHN, 2002, p. 10) os guaranis, considerados exímios ceramistas, desceram até a bacia do Rio da Prata, impulsionados pelas águas dos rios, ocupando áreas dos Campos de Viamão. Praticantes da caça e coleta, os índios retiravam da natureza os recursos de que necessitavam, realizando também uma agricultura de derruba-queimada (coivara). Com meios de produção totalmente manuais, seus cultivos agrícolas destinavam-se ao autoconsumo.

Mais tarde, por volta de 1626, chegaram os padres jesuítas, que vieram para a região com a função de catequizarem os índios, alterando profundamente seus costumes e a sua relação com o ambiente. Kuhn (2002) aponta dois motivos para o desaparecimento do sistema agrário guarani, a mestiçagem entre os índios e portugueses, vindos de Laguna, e a dizimação das tribos, com a redução das suas terras, mesmo havendo resistência.

Com a intensificação dos ataques dos bandeirantes, os padres jesuítas se transferiram para o lado ocidental do rio Uruguai, levando alguns índios missioneiros,

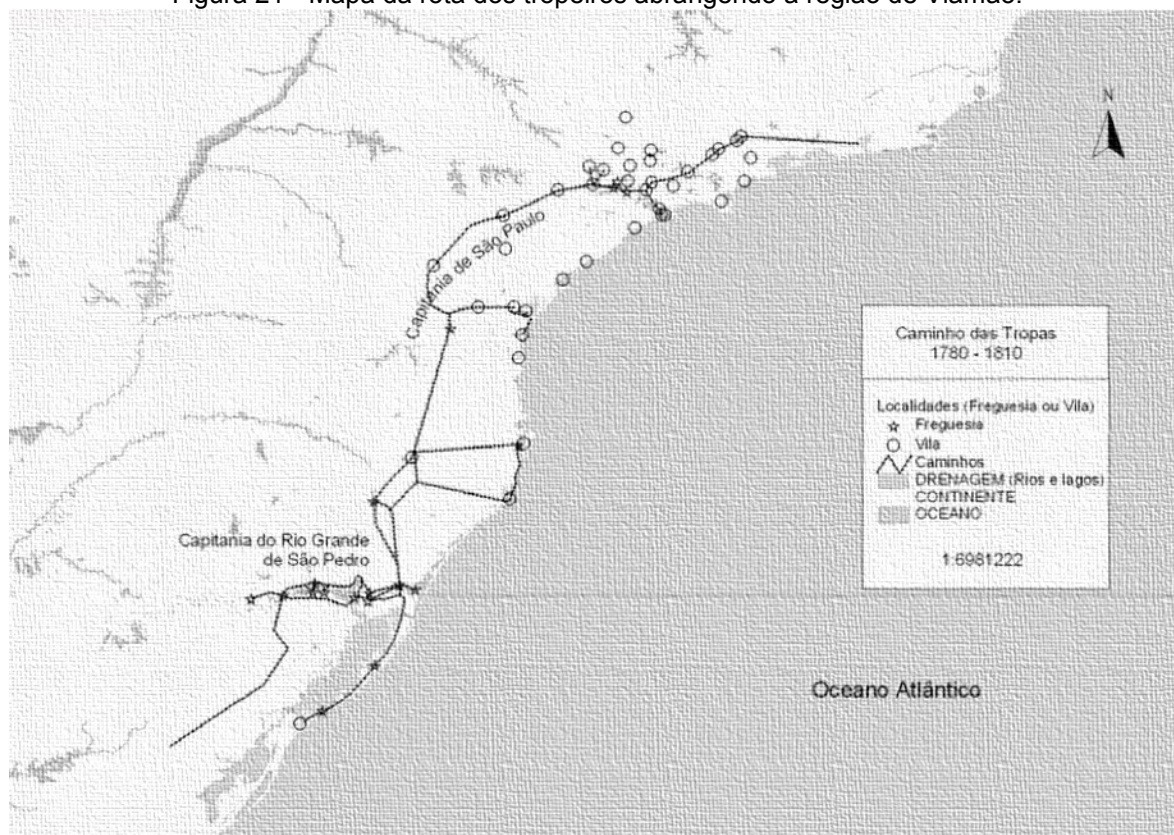
mas deixando na região do Tape, hoje Tapes, uma boa parte do gado de suas estâncias (KUHN, 2002, p. 39).

O caminho percorrido por bandeirantes portugueses, índios e gaúchos, a fim de conduzir o gado xucro, deixado solto nas estâncias, era encontrado nos Campos de Viamão, que foi considerado como “reserva de gado” (KUHN, 2002, p. 49).

No século XVII essa captura de boi xucro, denominado “chimarrão”, por indígenas e “gaúchos”, se dá pelo Caminho Novo de Vacaria até a altura de Lajes, Santa Catarina, onde se junta ao caminho de Viamão. Uma nova fase foi caracterizada pela introdução da criação de gado extensiva, tropeirismo e a concessão de sesmarias.

O fenômeno do Tropeirismo introduziu as sesmarias, na região de Lombas/Morro Grande – Viamão, onde foram entregues, oficialmente, 62 lotes, criando a primeira leva de posse de sesmarias. Dessa forma numerosos povoados foram sendo criados, embriões de cidades hoje existentes, formadas ao longo do Caminho dos Tropeiros, Figura 21.

Figura 21 - Mapa da rota dos tropeiros abrangendo a região de Viamão.



Fonte: Gil, 2009, p. 15.

Em 1747, Viamão se torna a capital do Rio Grande do Sul e mais tarde, devido a conflitos entre a Câmara e o governador José Marcelino de Figueiredo, o conselho se mudou de Viamão para Porto Alegre que, então, transformou-se na nova capital da capitania, como se verifica na passagem escrita por Gil (2009). “*Viamão se conservou sede do governo até 1773. Nesta época, a sede foi transferida para Porto dos Casais, atual Porto Alegre*”, IBGE (s/d).

Viamão parece mesmo ter sido uma região. E não apenas do ponto de vista dos curitibanos. É comum a referência, nas escrituras públicas de Porto Alegre, na década de 1780, apontar o local como Porto Alegre de Viamão. Fundada em 1772, Porto Alegre ainda não tinha a força de capital que o governador Marcelino de Figueiredo queria e mesmo com todo o seu esforço ela seguia sendo parte da periferia viamonense. Mesmo com o passar dos anos, com o crescimento de sua importância e com o debilitamento de Viamão, Porto Alegre continuaria, junto com sua antiga “metrópole” a fazer parte de uma mesma região, que abarcava também as localidades de Triunfo, Caí, Anjos e Santo Antônio da Patrulha (GIL, 2009, p. 62).

Atualmente, o município é composto por oito distritos: Viamão, Águas Claras, Capão da Porteira, Espigão, Itapuã, Passo da Areia, Passo do Sabão e Viamópolis (IBGE, s/d).

O desenvolvimento do município foi pautado pela pecuária que passou por duas fases (KUHN, 2002): a fase do ouro das “Geraes” (Minas Gerais) e a produção de charque. Os bovinos, antes conduzidos pelos tropeiros para Minas Gerais passam a ser conduzidos para o centro do Brasil e são direcionados abatidos e, convertidos em charque, para o comércio local interno, do Rio Grande do Sul, por meio do acesso que possuíam, ao longo de rios e lagos.

A extração sistemática dos gados sulinos determinou a formação de estâncias – inicialmente locais de descanso para os gados – nos campos de Viamão e no Estreito. Inicialmente, as estâncias eram humildes ranchos de adobe, cobertos de palha, com uma roça de subsistência e alguns currais para os gados, povoadas pelos estancieiros e alguns cativos e peões. Mais tarde, o esgotamento das vacarias do Mar e dos Pinhais determinou a formação dos primeiros criatórios na região. Apenas então o termo “estância” tornou-se sinônimo de fazenda pastoril (MAESTRI, 2010, p. 24-25).

A partir daí percebe-se nas estâncias de criação de gado uma evolução nas práticas de manejo da criação dos bovinos, em decorrência das características desse novo formato de mercado.

Essas estâncias são descritas por Jacomini (1999), em seu livro, “Os Primórdios da História de Santa Isabel”, de 1999.

A partir da atividade dos tropeiros, foram sendo criadas estradas, formando “estanças” (O mesmo que estâncias, sinônimo de fazenda para as denominações utilizadas hoje), pousos necessários para o descanso dos tropeiros, fundando povoados reunidos nas “estanças” dos tropeiros que se transformariam em vilas e, mais adiante, em cidades. Nessas condições de fundação estão as cidades de Viamão, Santo Antônio da Patrulha, Osório, entre outras (JACOMINI, 1999, s/p).

O desaparecimento das estâncias está conectado ao enfraquecimento do comércio de charque na região (GOMES; TERRES; AZAMBUJA, 2002). E, ainda no século XX, com o surgimento dos frigoríficos no Rio Grande do Sul, há uma crescente oferta de bens e serviços, aliadas às imposições de mercado, que permitiriam a melhora nos sistemas de criação de bovinos, com a inserção de raças europeias, do tipo carne.

No início do século XX, em 1903, a partir do cultivo de arroz irrigado e da mecanização da irrigação (GOMES; TERRES; AZAMBUJA, 2002), para além da criação de bovinos de corte, entre os cultivos, já iniciados, em meados do século XVIII, se destaca a cultura de arroz. Inclusive, o Brasil, até a metade do século seguinte, se tornaria um grande produtor e exportador desse grão. Existem referências anteriores, no RS, datadas de 1832, sobre o cultivo do arroz de “montanha”, ou arroz de sequeiro, em áreas de coxilhas, com razoável altitude, mas sem a mesma importância do arroz irrigado.

A ocupação da região de Viamão ocorreu nas partes altas, colinosas, Zona I, das propriedades que se estabeleceram a partir da criação extensiva do gado de corte. As demais áreas baixas, de várzeas, Zona II, são compostas de alagadiços sazonais e de turfeiras fossilizadas. Essas áreas alagadas, drenadas para o cultivo do arroz, a partir de 1930, passaram a ser utilizadas por orizicultores, por meio de arrendamento das terras de fazendeiros locais. A região de relevo colinoso foi onde se desenvolveu a criação de gado e mandioca, como força de trabalho empregada nessas lavouras de arroz.

A partir da mecanização agrícola, o gado, utilizado para tração animal nas lavouras, passa a ficar sem sentido como força de trabalho. É nesse momento que os agricultores de pequenas e médias propriedades, passam a priorizar o gado leiteiro, transformando a região numa das mais importantes bacias leiteiras do Estado. A bacia leiteira devido a sua importância para a região foi agraciada, no ano de 2007, com a primeira festa do arroz com leite, nos dias 4, 5 e 6 de maio.

Dados mais atualizados, da prefeitura de Viamão, de 2014, indicam que existem 103 produtores ativos, 1.300 vacas leiteiras, com média produtiva de 18 litros/dia, 70 % do leite é produzido na região da Costa do Ouveiro, Itapuã (Prefeitura Municipal de Viamão, 2014).

No decorrer desse intervalo, de 1970 até os dias atuais, também se observa a ampliação e a renovação da rizicultura irrigada, com a introdução de novas variedades e insumos, a motomecanização, o plantio direto e variedades de arroz transgênicas, assim como, de modo oposto aos cultivos convencionais, são encontradas lavouras de arroz irrigado, orgânico.

E, nas propriedades remanescentes da região colinosa existe a fruticultura, sobretudo pomares de citrus e caqui, além de uvas de mesa e para vinhos e sucos,

com predominância do cultivo de olerícolas, no entorno urbano. Também tem sido cultivada a cevada, o milho e a cana de açúcar, como silagem para o gado leiteiro, além do feijão, aipim, nozes, oliveiras e batata doce.

O arroz produzido em Viamão, em sistema orgânico, teve um desenvolvimento de técnicas apropriadas para o cultivo agroecológico, beneficiando assentamentos do Rio Grande do Sul, entre eles se destacando o assentamento Filhos de Sepé. Até o momento da elaboração final dessa tese, em 2019, ainda existe um maior incentivo aos agricultores e agricultoras que produzem orgânicos, em Viamão, especialmente, nos Assentamentos, com as políticas e apoio governamental, além do apoio de instituições como o Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA) e das universidades públicas, principalmente, o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) e a UFRGS, que promoveram o avanço técnico e o estímulo para a troca de informações entre os atores.

Atualmente, percebe-se, na região, a implantação sucessiva de lavouras de arroz orgânico, em áreas de estabelecimentos agrícolas que praticavam pecuária extensiva, mas entraram em decadência e foram convertidas, pela reforma agrária governamental, em assentamentos.

A área do assentamento Filhos de Sepé, conta com 9.450 ha, informações locais apontam que, na década de 50, essas terras pertenciam ao senhor Mário de Azevedo, que explorava as terras a partir da criação de bovinos de corte, produção de arroz para autoconsumo da família, além de estimular a caça esportiva nas áreas de banhado (DIEL, 2011). A família Bopp, que comprou a propriedade, dos Azevedo, permaneceu na área por apenas seis anos, de 1954 a 1959. Nesse pequeno espaço de tempo promoveram desmatamentos para a expansão do cultivo de milho e feijão, porém a criação do gado de corte não tinha expressividade.

Diel (2011) explica que:

No período de 1959 a 1985 a área tornou-se propriedade de Breno Alcaraz Caldas. Nesta época foram iniciadas as obras de macrodrenagem na área do banhado. Foram construídos dois canais, um direcionando as águas da Nascente Águas Claras para aumentar a área de cultivo irrigado, e outro no sentido transversal da área com objetivo de irrigação e construção de uma estrada que passou a ligar as extremidades da fazenda através do banhado (DIEL, 2011, p.53).

Após esse período, Diel (2011) conta que a fazenda foi ocupada por novos donos, a família Ribeiro, o senhor Renato Bastos Ribeiro, então proprietário da INCOBRASA Agrícola S. A., produtora de óleos vegetais, que explorou o local de 1985 a 1998. Nessa época a área explorada, de 1950 ha, foi utilizada para o cultivo de arroz e, outra área de 2500 ha com soja, ambos irrigados, em plantios convencionais.

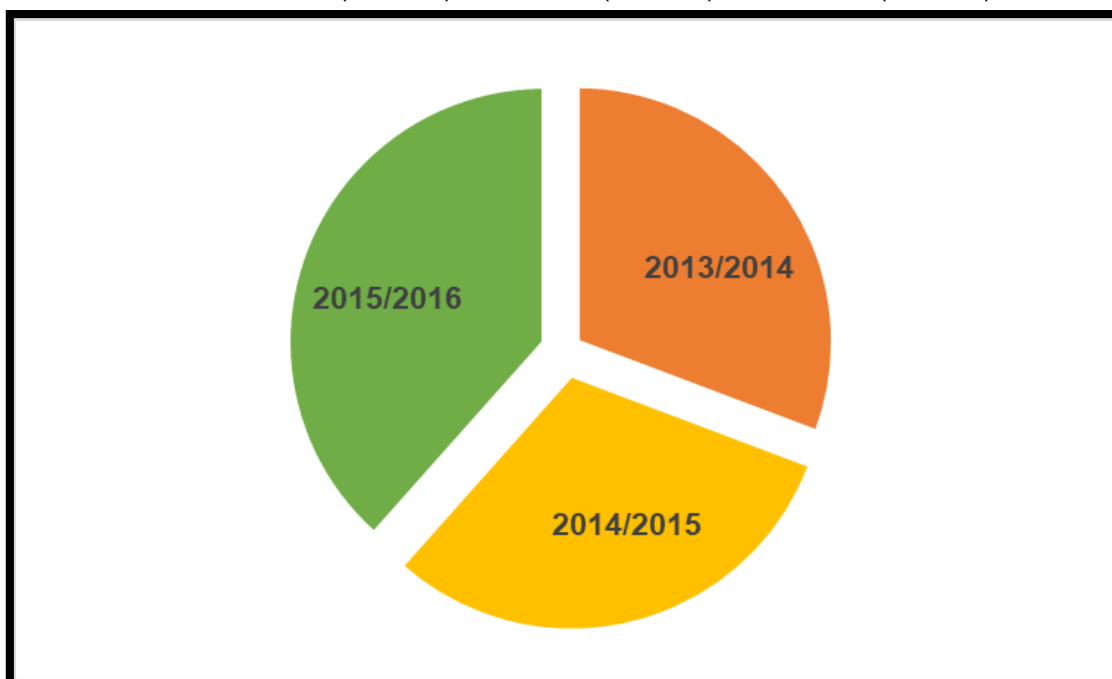
O autor continua a descrição revelando que:

O INCRA/RS realizou um relatório de levantamento de dados da fazenda Incobrasa Agrícola S.A (chamada então de fazenda Santa Fé) nos meses de janeiro e agosto do ano de 1998, o “Laudo de Avaliação do Imóvel Rural” constou de uma caracterização da fazenda que incluiu um detalhamento estudado para fins de reforma agrária. Em 23 de outubro do mesmo ano foi criada a APA do Banhado Grande, pelo fato de que a referida área se inseria integralmente nesta APA, intensificaram-se, naquele momento, as considerações para a constituição do futuro assentamento e daí discorreu uma série de discussões com os órgãos competentes pelo zelo da legislação ambiental com participação da UFRGS. Como resultado destas discussões, o INCRA ficou responsabilizado de apresentar estudos mais aprofundados sobre o modelo produtivo do assentamento (DIEL, 2011, p. 54).

Após a instalação das famílias, no assentamento, em 1998, foi sendo desenvolvida a produção de arroz, inicialmente convencional e depois, orgânico, além dos cultivos de olerícolas para autoconsumo. Com o passar do tempo, os cultivos foram aprimorados pelas constantes formações dos agricultores junto aos órgãos de apoio, governamentais e de universidades públicas, e pela incessante busca de informações atualizadas sobre o cultivo sustentável de alimentos.

A produção de arroz no assentamento Filhos de Sepé teve, no período de 2014-2015, um total de 1.280 ha cultivados. Atingindo, em 2018, 1600 ha cultivados, de acordo com Beling (2017, p.106), Figura 22. O mesmo ocorre em outros assentamentos da reforma agrária do RS, onde foram produzidas 125.000 sacas de arroz orgânico, destacando-se o Estado, como o maior produtor de arroz orgânico da América Latina (FEDRIZZI; MÜLLER; CAMPANI, 2018, p. 1).

Figura 22 - Produção (ha) da safra de arroz orgânico no assentamento Filhos de Sepé, nas safras, 2013/2014 (1280 ha), 2014/2015 (1284 ha) e 2015/2016 (1600 ha).

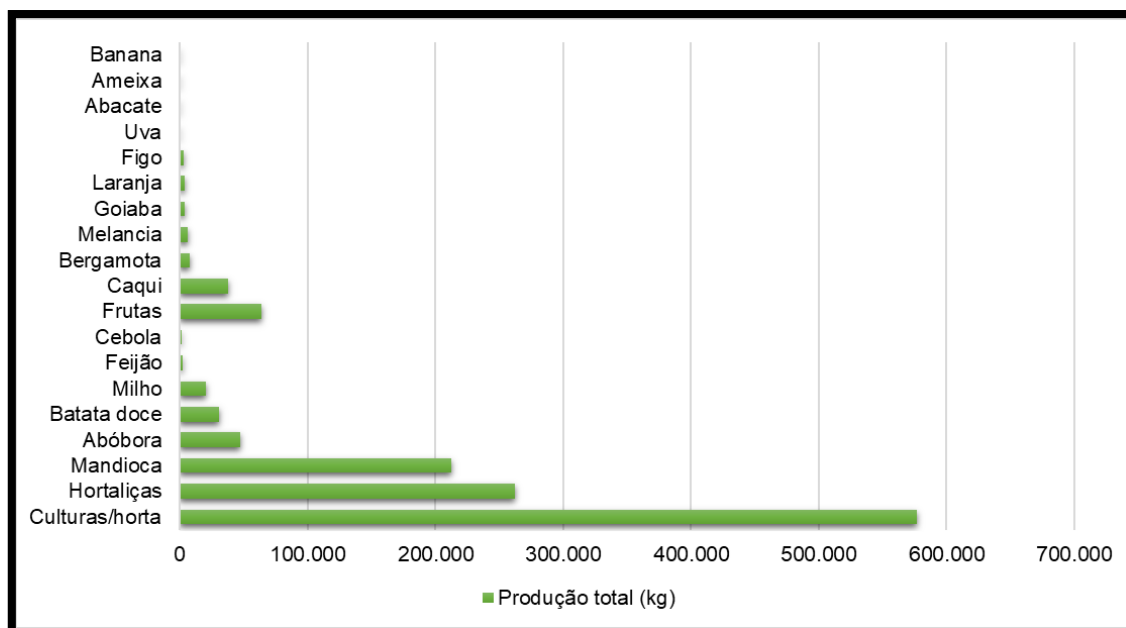


Fonte: adaptado de Beling, 2017, p. 106.

No ano de 2009, com a criação da Lei 11.947/2009, que tem por determinação a utilização dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a alimentação escolar, a partir de compras de produtos produzidos pela agricultura familiar, o assentamento foi incentivado a cultivar hortaliças em maior quantidade a fim de atender o volume de compras dos alimentos para a merenda dos alunos.

Esse auxílio governamental também inspirou o grupo Mulheres da Terra a expandirem suas produções para as feiras e grupos de produção/consumo responsável. A produção de alimentos orgânicos, mais diretamente relacionados à produção de hortaliças e frutas, em 2013, pode ser acompanhada por dados obtidos pelo Sistema Integrado de Gestão Rural de ATES (SIGRA), por Machado et al. (2016), Figura 23. Destacam-se as produções de hortaliças, 262.024 quilos, nas culturas da horta e, a produção de Caqui, 37.840 quilos, no cultivo de frutíferas.

Figura 23 - Produção total de alimentos orgânicos, em quilos, no Assentamento Filhos de Sepé, na safra de 2013/2014.



Fonte: Machado et al., 2016, p. 6-7, a partir dos dados de SIGRA, 2013.

A situação socioeconômica do grupo “Mulheres da Terra” começou a mudar, em 2009, com a aprovação da Lei 11.947/2009⁴², que estabelece o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), determinando a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar, a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁴³, Anexo I. Porém, as mulheres não se apoiam somente nessas políticas públicas, tendo em vista que as mudanças de contexto socioeconômico e político podem passar, de um momento de abundância,

⁴² O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. O PNAE é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), e também pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae> Acesso em: 07 Abr 2019.

⁴³ Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa> Acesso em: 06 Abr 2019.

para um de privação, em pouco tempo. Por essa razão o grupo tem buscado alternativas para a comercialização dos seus alimentos, e com o apoio da UFRGS, e do Núcleo de Economia Alternativa (NEA), foi criado o CONTRAPONTO⁴⁴. Dessa forma os alimentos cultivados podem ser transformados, agregando valor aos produtos e disseminando o consumo responsável, pautado por uma produção igualmente responsável. Além do Contraponto todos os produtos também fortalecem a Cooperativa de Trabalhadores de Assentamentos da Região de Porto Alegre (COOTAP).

Após essa breve descrição da história local vamos descrever os principais aspectos relativos à cada uma das unidades produtivas agrícolas das mulheres, individualmente e, no próximo tópico 4.2.3 realizamos a descrição e discussão dos resultados obtidos a partir do grupo focal. As mulheres tiveram sua identidade preservada, foram identificadas como Mulheres da Terra (MT), com o auxílio de um número identificador.

4.2.3 As unidades produtivas agrícolas do grupo “mulheres da terra”

A seguir são descritas as dez unidades produtivas agrícolas que compõem o estudo de caso “Mulheres da Terra”. São descritas nessa fase as perguntas iniciais do questionário aplicado, individualmente, em que cada mulher e seu núcleo familiar fornecem detalhes importantes sobre a condução de seus lotes de exploração agrícola, destacando-se o sistema social e o sistema de produção das UPA's.

4.2.3.1 Unidade produtiva agrícola da integrante do Grupo Mulheres Da Terra Lote 1 “Mt1”

⁴⁴ O Contraponto – Entreposto de Cultura, Saúde e Saber é um espaço de comercialização solidária, situado no Campus Central da UFRGS. Oferece produtos nos segmentos alimentação, privilegiando orgânicos e integrais, artesanato e confecção. Surgiu a partir da demanda de comercializar os produtos de empreendimentos de economia solidária acompanhados pelo NEA/ITCP. Instiga reflexões sobre os padrões de produção, circulação e aquisição, proporcionando novas formas de interação entre trabalhadores e consumidores no ambiente acadêmico. Visando à sustentabilidade, a arquitetura do espaço – projetada por arquitetos da UFRGS – foi concebida com a utilização de materiais e tecnologias sustentáveis, seguindo os conceitos da bioconstrução e da arquitetura efêmera. Objetiva difundir princípios e valores da economia solidária, como cooperação, comércio justo, consumo responsável, segurança alimentar, sustentabilidade e respeito ao trabalho humano. É gerido coletivamente por representantes dos doze empreendimentos que integram o projeto e por membros do NEA/ITCP. Disponível em: <https://contrapontoufrgs.wordpress.com/quemsomos/> Acesso em: 07 Abr 2019.

A MT1 autointitula-se como “*louca, bruxa, revolucionária, cozinheira, confeitadeira, sei lá, mas todas estas estão dentro de mim, Mulher*”. Essa é a sua forma alegre e irreverente de se apresentar.

O sistema social da UPA da MT1 é composto pela sua família, eles trabalham juntos na propriedade, feiras e grupos de produção/consumo responsável. A MT1 informa que é casada, no papel, e seu marido sempre foi agricultor, ela faz somente 20 anos que se integrou na agricultura, acompanhando o cônjuge em acampamentos, em busca de terra, até a obtenção da posse no assentamento Filhos de Sepé. A MT1 é natural do município de Uruguaiana e, seu marido, veio de Santiago, ambos do RS.

Eles têm filhos; um menino de 16 anos, uma menina especial de 21 anos e, o mais velho, de 22 anos. Tomam as decisões pertinentes à família e ao sistema de produção, em conjunto.

As propriedades, da MT1 e do filho, são consideradas familiares, a mão de obra é somente da família e a produção é para autoconsumo e venda direta ao consumidor, 70 % nas feiras e 30 % para grupos de produção/consumo responsável.

A maior parte da família tem ensino médio completo, com exceção da filha especial. A MT1 e seu marido gostariam que os filhos continuassem estudando, porém eles preferem trabalhar a terra, por enquanto.

A família tem uma renda mensal estimada em quatro a cinco salários mínimos, vindos de fonte agrícola e, um salário mínimo, de auxílio saúde, da filha especial, de fonte não agrícola.

Fazem uso de planilhas para o controle dos ganhos e dos gastos das UPA's, porém não garantem um capital de giro para seguirem expandindo a produção de hortaliças. Nunca fizeram cálculos para dimensionar o significado do autoconsumo dos alimentos produzidos nas UPA's, mas imaginam que deva ser em torno de um salário mínimo o que eles economizam, sem haver a necessidade de fazerem compras vultosas em supermercados.

A saúde no município que já era precária, agora, sem o programa Mais Médicos, está lastimável, segundo a MT1.

O sistema de produção tem os cultivos realizados em dois lotes, um lote é da MT1 e outro de seu filho mais velho, de 22 anos. A informante chave MT1 e sua família

moram no setor C do assentamento. O lote é trabalhado como agroflorestal⁴⁵, a casa e as frutíferas ficam cercadas de árvores nativas, flores, e plantas medicinais, além dos animais domésticos; cães e gatos. Criam suínos para autoconsumo e para a venda, em torno de 15 leitões por ano, sob encomenda, também garantem, com essa prática, a produção de subprodutos, ou produtos de transformação, como a banha e o salame. Criam em torno de 100 aves somente para consumo de ovos e carne. Participam da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP). A Figura 24 apresenta um mosaico da família e de suas atividades de reprodução social.

A MT1 se encarrega de atividades produtivas que agregam valor aos alimentos cultivados, a transformação dos produtos em subprodutos alimentares, faz pães integrais, veganos, e adora trabalhar na cozinha preparando pratos de todos os tipos para consumo da família, de eventos, ou encomendas. Também produz congelados e está começando a investir em flores e plantas alimentícias não convencionais, com venda destacada nas feiras. Além disso participa, com o marido, das feiras e entregas de cestas para consumidores responsáveis, ou parceiros, como o grupo prefere chamá-los.

O marido da MT1 transporta os alimentos para o grupo, para a feira da UFRGS, campus Vale e para as demais feiras de fora da universidade. A MT1 afirma que ela não gosta das atividades ligadas ao cultivo de olerícolas, dedicando-se às atividades de transformação dos alimentos e de toda a articulação do grupo, na busca de novas feiras e novos meios de colocação dos produtos no mercado.

⁴⁵ Sistemas agroflorestais são formas de uso ou manejo da terra, nos quais se combinam espécies arbóreas (frutíferas e/ou madeiras) com cultivos agrícolas e/ou criação de animais, de forma simultânea, ou em sequência temporal e que promovem benefícios econômicos e ecológicos. Os sistemas agroflorestais, ou agroflorestas, apresentam como principais vantagens, frente a agricultura convencional, a fácil recuperação da fertilidade dos solos, o fornecimento de adubos verdes, o controle de ervas daninhas, entre outras coisas (CI FLORESTAS, 2019). Disponível em: <http://www.ciflorestas.com.br/texto.php?p=sistemas> Acesso em: 01 Mai 2019.

Figura 24 - Família da informante chave (MT1) e suas atividades que possibilitam a reprodução social familiar.



Fonte: acervo da informante chave, 2019.

As terras de todos os agricultores do grupo têm, em média, 18 ha, e a família dispõe exatamente de 18 ha, em cada lote, com uma superfície total de 36 ha. Porém, a superfície agrícola útil, ou seja, a que é efetivamente cultivada com olerícolas tem, em torno, de 10 hectares, sendo que a soma da produção dos dois lotes totaliza 10 ha de hortas. Além das olerícolas existe a produção de frutas; em torno de 2,5 ha de Caqui e 1,5 ha de banana, além de 1 ha de frutíferas diversas, formando um pomar. Também se encontra uma área de 1,5 ha de reflorestamento, 4,5 ha de vegetação nativa e 1 ha de benfeitorias, em cada um dos dois lotes. Todos os cultivos são orgânicos e são certificados via Organizações de Controle Social (OCS⁴⁶). A família

⁴⁶ Cadastramento que possibilita ao agricultor familiar comercializar seus produtos diretamente ao consumidor (venda direta) e participar de Programas Governamentais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), venda institucional. Para se cadastrar, o agricultor familiar deve ser legalmente reconhecido. O documento oficial atual para o reconhecimento legal é a Declaração de Aptidão ao PRONAF da Agricultura Familiar (DAP) e deve estar unido em uma Organização de Controle Social (OCS) que poderá ser constituída a partir de um grupo informal de produtores ou envolver uma entidade, como associação ou cooperativa. Para o cadastro da OCS, ela deve estar ativa, possuir formas de controle e registro de informações que sejam capazes de assegurar a qualidade orgânica dos produtos e identificar claramente que produtor é responsável por cada produto. Além disto, devem estar descritas as formas de controle social que serão adotadas pelo grupo. Os produtores assinam um Termo de Compromisso juntos,

não possui máquinas próprias para o cultivo, utilizam o maquinário de vizinhos. As terras da família têm 90 % do relevo, do tipo plano e, 10 %, apresenta suaves ondulações. A UPA têm água de nascentes próprias e de companhia estatal, a CORSAN. A rede de luz é fornecida via INCRA, existindo 148 relógios que marcam o consumo em todo o assentamento. Ela e sua família têm planos, de em um futuro próximo, implantarem a agricultura biodinâmica⁴⁷.

4.2.3.2 Unidade Produtiva Agrícola Da Integrante Do Grupo Mulheres Da Terra Lote 2 “MT2”

O sistema social da UPA da informante chave MT2 é do tipo familiar. Ela mora com a família no assentamento, desde 1999, após a concessão de uso e assinatura da carta de anuência. Ela veio do município de Passo Fundo, foi casada e seu ex-marido também é natural do mesmo município, mas continuam amigos e moram próximos um do outro. Porém, o marido já constituiu nova família. Ela informa que tem 56 anos, estudou 11 anos, tem segundo grau incompleto, e trabalha a terra, com o auxílio dos filhos, um de 32 anos, que ajuda mas tem terra e trabalha em outro

comprometendo-se a atender à Lei nº 10.831/03, ao Decreto Nº 6.323/07 e aos demais regulamentos da produção orgânica em vigor. Como grupo, todos se responsabilizam por todos. Após cadastramento da Organização de Controle Social (OCS), o produtor será inserido no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos e receberá uma Declaração de Cadastro de Produtor vinculado a OCS (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, s/d) Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/acoes_e_programas/cartas_de_servico/desenvolvimento_agropecuário_cooperativismo_e_associativismo_rural/producao-organica Acesso em: 04 Mai 2019.

⁴⁷ A Agricultura Biodinâmica é um modelo agrícola de produção, que nasceu em 1924, através de um ciclo de oito palestras proferidas por Rudolf Steiner, criador da Antroposofia. Assim como na Agricultura Orgânica, a Agricultura Biodinâmica não utiliza adubos químicos, venenos, herbicidas, sementes transgênicas, antibióticos ou hormônios. A diferença, é que, além disto, ela busca a individualidade agrícola, procurando a integração e harmonia entre as várias atividades de uma propriedade como horta, pomar, campo de cereais, criação animal e florestas nativas. O ponto central da Agricultura Biodinâmica é o ser humano que conclui a criação a partir de suas intenções espirituais baseadas numa verdadeira cognição da natureza. Trabalha também com o conhecimento do ciclo cósmico, pois para os agricultores biodinâmicos, o reino vegetal não se emancipou das forças cósmicas, sendo um reflexo do que se passa no Cosmo. Para intensificar as relações e forças terrestres e cósmicas que agem nas plantas, a Biodinâmica usa preparados homeopáticos feitos de minerais, esterco bovino e plantas medicinais, promovendo assim, a vitalidade nos alimentos. Os agricultores usam o Calendário Astronômico Agrícola como uma importante ferramenta de orientação para os melhores momentos de se trabalhar a terra: plantio, tratos culturais, colheita etc. Buscam a cura da terra, a produção de alimentos com a verdadeira vitalidade, o respeito ao meio ambiente, ao agricultor com suas tradições e ao consumidor (ORGANICS NET, 2016). Disponível em: <http://www.organicnet.com.br/2016/03/conheca-mais-sobre-a-agricultura-biodinamica/> Acesso em: 01 Mai 2019.

assentamento, e outro de 25, a filha tem 22 anos e trabalha fora, na área de saúde. A filha, recentemente, foi agraciada com uma bolsa de estudos para cursar Enfermagem.

A atividade de maior expressão econômica para a família são as feiras, e somente 5 % do faturamento tem origem nos grupos de produção/consumo responsável. A única fonte de renda não agrícola vem da atividade da filha, da área de saúde. O trabalho na propriedade ocorre diariamente, mas conseguem se organizar e todos os membros da família têm momentos de lazer. Não utilizam planilhas para organização da produção, fazem apenas anotações sobre os cultivos. Existe um controle de qualidade dos lotes realizado pelas mulheres do grupo. Não controlam as finanças no sentido de terem capital de giro para manutenção da UPA. A renda agrícola alcança dois a três salários mínimos, mensais, desconsiderando o salário, não agrícola, da filha. Consideram que economizam 80 % de sua renda por não terem que comprar todos os itens de alimentação em supermercados. Participam da cooperativa COOTAP e, por essa razão, têm acesso a informações técnicas e de mercado sobre o arroz. A MT2 afirma que eles têm acesso à escolarização no município, mas que os serviços de saúde são precários. O município fornece serviços de água, luz, telefone e internet.

O sistema de cultivo sempre respeitou os preceitos da agroecologia e vieram morar em Viamão com esse propósito. Produzem uma grande variedade de alimentos, tais como: abacate, abóbora cabotiá, abóbora de doce, acerola, aipim, alecrim, alface, araquá, arroz, bergamota, berinjela, beterraba, brócolis, cebolinha, cenoura, chuchu, couve flor, couve, laranja, manjeriço, maracujá, nabo, pepino, pimentão, pimentas, rabanete, repolho, romã, salsa, tomate, e muitas outras, de acordo com a sazonalidade dos alimentos. Também estão trabalhando a terra com o intuito de continuidade de implantação de agrofloresta.

Além disso, a MT2 também tem atividades de transformação dos alimentos cultivados, faz:ucas, pães, bolachas, bolos e pastéis. O sistema de produção inclui a transformação dos alimentos e garante parte da renda que integraliza a renda total da propriedade.

O relevo da propriedade é plano, tem um total de 18 ha, e a SAU é de 17 ha. Criam três suínos e 30 galinhas, mas o destino das criações é somente para autoconsumo.

Figura 25 - Família da informante chave (MT2) e suas atividades que possibilitam a reprodução social familiar



Fonte: acervo da informante chave e da autora da pesquisa, 2019.

Possuem máquinas que auxiliam os trabalhos de plantio do arroz e das olerícolas. O transporte do arroz para comercialização é realizado pela cooperativa e o das olerícolas pelos cônjuges da MT1 e MT3. A certificação dos produtos é realizada por OCS.

4.2.3.3 Unidade Produtiva Agrícola Da Integrante Do Grupo Mulheres Da Terra Lote 3 “MT3”

O sistema social da UPA da MT3 é formado pelo casal que têm dois filhos, do primeiro casamento, eles auxiliam na UPA. Um dos filhos é formado em Agronomia,

pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)⁴⁸. Esse filho cursou a faculdade na Universidade Federal da Fronteira Sul.

A MT3 é natural do município de Três Passos e seu marido veio de Itatiba, no Rio Grande do Sul. Trabalham na agricultura em tempo integral e sempre realizaram atividades rurais, mesmo antes de virem tomar posse dos lotes no assentamento. Os filhos já participam das atividades diárias dos pais, inclusive, buscando a formação técnica para aprimorar os conhecimentos agrícolas, indicando que as terras também serão trabalhadas pelos filhos. Um mosaico da família e de suas atividades de reprodução social são apresentados na Figura 26. Eles têm acesso à educação no município, mas os filhos buscaram formação superior junto aos municípios de atuação do PRONERA⁴⁹. O filho formado em Agronomia, afirma que *“a vida da família melhorou 100% após virem para o assentamento, que não consegue avaliar a melhoria das condições de reprodução social, pois trabalhavam assalariados e, hoje, têm seu próprio negócio, além disso a família fica reunida o tempo todo, ganhando qualidade de vida”*. A maior fatia da renda vem da feira, cerca de 80 %, mas também têm retorno dos grupos de produção/consumo responsável, em torno de 20 %. Controlam os ganhos e os custos da produção em planilhas e preocupam-se em formar capital de giro para a continuidade das atividades agrícolas. A renda gira em torno de quatro a cinco salários mínimos.

Poupam boa parte da renda pois não têm que fazer compras vultosas em supermercados. Participam da cooperativa COOTAP, COPERAV (Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão) e também buscam informações técnicas de produção junto à UFRGS, tiveram apoio importante da universidade para a constituição dos grupos de produção/consumo responsável e da mídia dos alimentos, inclusive com a elaboração de site para pedidos de cestas de produtos.

⁴⁸ Por meio do PRONERA, jovens e adultos de assentamentos têm acesso a cursos de educação básica (alfabetização, ensinos fundamental e médio), técnicos profissionalizantes de nível médio, cursos superiores e de pós-graduação (especialização e mestrado). O Programa também capacita educadores para atuar nos assentamentos e coordenadores locais - multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. As ações do programa, que nasceu da **articulação da sociedade civil**, têm como base a diversidade cultural e socioterritorial, os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática e o avanço científico e tecnológico. Disponível em: http://www.incra.gov.br/educacao_pronera Consultado em: 10 Abr 2019.

Figura 26 - Família da MT3, com a pesquisadora, e suas atividades que possibilitam a reprodução social familiar



Fonte: acervo da informante chave e da autora da pesquisa.

O sistema de produção do lote da MT3, no setor C, é voltado ao plantio de olerícolas orgânicas, mas a família tem mais um lote, de produção de arroz, dos filhos. Uma informação importante fornecida pela informante chave MT1, é que o marido da MT3, deixou o cultivo convencional de alimentos em função da sua própria saúde, que estava sendo drasticamente afetada pelo uso de agrotóxicos, por essa razão, atualmente, ele só produz e come alimentos orgânicos. A SAU é de dois hectares, no total, porém, no setor C, na UPA onde mora a família, são 16 ha.

Plantam olerícolas orgânicas, em geral, obedecendo a sazonalidade dos cultivos. O marido da MT3 faz o transporte dos alimentos para a feira da UFRGS, campus Centro, e demais feiras de fora da universidade. Levam para a feira todos os tipos de alimentos cultivados pelas mulheres do grupo. Também entregam cestas para grupos de produção/consumo responsável.

Produzem olerícolas, em geral, obedecendo a sazonalidade dos cultivos, além de arroz orgânico. Também criam galinhas e porcos para autoconsumo. O

assentamento fornece água, da barragem, para o arroz e também têm acesso à água da Corsan. O transporte do arroz para comercialização é realizado pela cooperativa e o das olerícolas pela própria família. A certificação dos produtos é realizada por OCS.

4.2.3.4 Unidade Produtiva Agrícola Da Integrante Do Grupo Mulheres Da Terra Lote 4 “Mt4”

O sistema social da UPA da MT4 é formado por ela que é natural de Nonoai e, seu marido, de Cruz Alta. Eles moram no assentamento desde a sua implantação, mas dedicavam-se prioritariamente ao cultivo do arroz orgânico. Ela trabalhava fora, como cuidadora de idosos. Afirma que faz apenas dois anos que implantou a horta e está convivendo fortemente e interagindo com o grupo Mulheres da Terra.

Após essa implantação da horta começaram a ver resultados positivos e, a partir do final de 2018, início de 2019, começaram a trabalhar somente com as olerícolas. Ela e ele têm filhos, mas não moram na UPA, o casal e suas atividades de reprodução social podem ser observadas na Figura 27. Eles ainda estão na faixa dos quarenta anos, em pleno vigor da juventude, e por essa razão ainda não se preocupam com a sucessão da propriedade.

Figura 27 - Família da MT4 e suas atividades que possibilitam a reprodução social familiar



Fonte: acervo da MT4 e da autora da pesquisa.

Praticamente consomem 100% do que produzem, economizando o que ganham com a venda dos alimentos produzidos na horta, sua renda gira em torno de quatro a cinco salários mínimos. Ambos têm o ensino médio e percebe-se que gostam do que fazem e se orgulham em dizerem que são agricultores. Têm acesso à educação, mas o atendimento médico do município é precário, depois que o programa “Mais Médicos” foi desativado, em 2019⁵⁰. Esse fator vem sendo lamentando não só

⁵⁰ El Ministerio de Salud Pública de la República de Cuba, comprometido con los principios solidarios y humanistas que durante 55 años han guiado la cooperación médica cubana, participa desde sus

pelos assentados, mas por muitos brasileiros que diante das represálias do presidente eleito, Jair Messias Bolsonaro, viu os médicos cubanos irem embora do país. Fazem uso de planilhas para a programação dos cultivos e para o controle dos custos da produção. Preocupam-se com o capital de giro para seguirem na agricultura. Participam da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP).

No sistema de cultivo da UPA, ela e o marido, estão bem organizados e têm muito capricho no cultivo da horta; eles afirmam que é tudo orgânico, até o esterco das aves.

A terra tem 17 ha, sendo 1,8 ha cultivados com olerícolas, obedecendo a sazonalidade dos alimentos. Afirma que o arroz, em torno de 14 ha, dava muito trabalho e o dinheiro “empatava” os ganhos e os custos. Participam da COOTAP e COPERAV.

inicios en agosto de 2013 en el Programa Más Médicos para Brasil. La iniciativa de Dilma Rousseff, en ese momento presidenta de la República Federativa de Brasil, tenía el noble propósito de asegurar la atención médica a la mayor cantidad de la población brasileña, en correspondencia con el principio de cobertura sanitaria universal que promueve la Organización Mundial de la Salud. Este programa previó la presencia de médicos brasileños y extranjeros para trabajar en zonas pobres y apartadas de ese país. La participación cubana en el mismo se realiza a través de la Organización Panamericana de la Salud y se ha distinguido por ocupar plazas no cubiertas por médicos brasileños ni de otras nacionalidades. En estos cinco años de trabajo, cerca de 20 mil colaboradores cubanos atendieron a 113 millones 359 mil pacientes, en más de 3 mil 600 municipios, llegando a cubrirse por ellos un universo de hasta 60 millones de brasileños en el momento en que constituían el 80 por ciento de todos los médicos participantes en el programa. Más de 700 municipios tuvieron un médico por primera vez en la historia. La labor de los médicos cubanos en lugares de pobreza extrema, en favelas de Río de Janeiro, São Paulo, Salvador de Bahía, en los 34 Distritos Especiales Indígenas, sobre todo en la Amazonía, fue ampliamente reconocida por los gobiernos federal, estatales y municipales de ese país y por su población, que le otorgó un 95 por ciento de aceptación, según estudio encargado por el Ministerio de Salud de Brasil a la Universidad Federal de Minas Gerais. El 27 de septiembre de 2016 el Ministerio de Salud Pública, en declaración oficial, informó próximo a la fecha de vencimiento del convenio y en medio de los acontecimientos en torno al golpe de estado legislativo-judicial contra la presidenta Dilma Rousseff que Cuba “continuará participando en el acuerdo con la Organización Panamericana de la Salud para la aplicación del Programa Más Médicos, mientras se mantengan las garantías ofrecidas por las autoridades locales”, lo cual se ha respetado hasta este momento. El presidente electo de Brasil, Jair Bolsonaro, con referencias directas, despectivas y amenazantes a la presencia de nuestros médicos, ha declarado y reiterado que modificará términos y condiciones del Programa Más Médicos, con irrespeto a la Organización Panamericana de la Salud y a lo convenido por esta con Cuba, al cuestionar la preparación de nuestros médicos y condicionar su permanencia en el programa a la reválida del título y como única vía la contratación individual. Las modificaciones anunciadas imponen condiciones inaceptables e incumplen las garantías acordadas desde el inicio del Programa, que fueron ratificadas en el año 2016 con la renegociación del Término de Cooperación entre la Organización Panamericana de la Salud y el Ministerio de Salud de Brasil y el Convenio de Cooperación entre la Organización Panamericana de la Salud y el Ministerio de Salud Pública de Cuba. Estas inadmisibles condiciones hacen imposible mantener la presencia de profesionales cubanos en el Programa. Ver mais em: <http://www.granma.cu/cuba/2018-11-14/declaracion-del-ministerio-de-salud-publica-14-11-2018-09-11-05> Acesso em: 15 Abr 2019.

4.2.3.5 Unidade Produtiva Agrícola Da Integrante Do Grupo Mulheres Da Terra Lote 5 “Mt5”

O sistema social da MT5 tem uma história de longa data na agricultura, e nas lutas do Movimento Sem Terra. Em 1998 vieram com a família, Figura 28, para o assentamento Filhos de Sepé. Ambos são naturais do município de Nonoai. Percebe-se que ela coordena e decide, com autoridade, o que deve ser realizado na UPA.

Moram em sete pessoas na casa 1, a MT5, o marido, um filho, uma filha e o genro, metalúrgico, mais duas crianças. Além disso, na casa dois, do filho, moram cinco pessoas. A MT5 tem uma filha que também tem lote, porém separado, a MT6.

Quase toda a família tem ensino médio completo, o município tem escolas de ensino médio suficientes, inclusive uma escola técnica, bem antiga e conhecida, a ETA. Eles têm acesso precário à saúde, mas têm disponibilidade de outros serviços básicos, como a luz, água, e telefone celular, com acesso à Internet.

A renda média, mensal, gira em torno de quatro a cinco salários mínimos. Fazem uso de anotações dos ganhos e custos da produção, mas sobra pouco para o capital de giro, “*a família é grande*”, como diz o marido da MT5. Eles têm água, luz, maquinário e implementos agrícolas para trabalharem a terra.

A produção é voltada, principalmente, para autoconsumo e venda nas feiras, somente 5% é destinado aos grupos de produção/consumo responsável.

Participam da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP)

Figura 28 - Família da MT5 e suas atividades que possibilitam a reprodução social familiar



Fonte: acervo da autora da pesquisa.

No sistema de produção orgânico eles cultivam 12, 25 ha com uma horta, completa, além de um pomar próximo à residência e têm 18 ha, no total, com relevo plano a suave ondulado. Além do cultivo de olerícolas e frutíferas também criam gado de corte e gado de leite visando, principalmente, o autoconsumo. O marido da MT5 alega que eles estão produzindo novidades para as feiras, como a batata Yacon e o inhame que já teve uma produção de 2000 kg, em 2018.

4.2.3.6 Unidade Produtiva Agrícola Da Integrante Do Grupo Mulheres Da Terra Lote 6 “Mt6”

A MT6 tem 34 anos, ela nasceu em Arroio dos Ratos, mas os pais vieram de Nonoai. O sistema social da UPA é constituído pela MT6, seu marido e filha pequena.

A MT6 chegou ao assentamento ainda criança e seguiu aprendendo, interagindo e gostando de cultivar a terra, cozinhar, e ir para a feira. Está presente nas feiras da UFRGS, sempre na companhia do pai, marido da MT 5. É uma mulher, inicialmente, de poucas falas, mas muito ativa, sempre comparece às reuniões do grupo e gosta de mostrar a organização da sua terra, herdou o capricho da mãe e do pai. A Figura 28 mostra um mosaico das principais atividades de reprodução social da família.

Alegam que a saúde era bem atendida, inclusive vinha um médico, quinzenalmente, no assentamento, mas agora tudo mudou, não vem ninguém. A produção da MT6 é voltada, principalmente, para autoconsumo e venda nas feiras, somente 5% é destinado aos grupos de produção/consumo responsável.

Não fazem uso de anotações dos ganhos e custos da produção, e ainda sobra pouco dinheiro para o capital de giro da produção, mas eles têm percebido que há boas chances para a expansão da produção e incremento de novidades para melhor atendimento dos parceiros das feiras. Participam da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP) e todos os cultivos são orgânicos e certificados via Organizações de Controle Social (OCS).

A família tem uma renda média, mensal, que varia entre dois a três salários mínimos e o fato de produzirem quase tudo o que comem, tem um efeito positivo, pois o que ganham nas feiras é revertido para a compra de bens elementares ao conforto de todos.

No sistema de produção, ela e o marido, dedicam-se ao cultivo de olerícolas e também têm gado de corte e aves para autoconsumo, além do gado de leite, todos os alimentos são orgânicos. Sempre fazem queijos do leite ordenhado, pois o alimento tem boa aceitação pelos consumidores.

Cultivam um hectare com olerícolas, medicinais, plantas alimentícias não convencionais, flores. Dois hectares são destinados para pastagens dos animais, vacas e galinhas.

Figura 29 - MT6 e suas atividades que possibilitam a reprodução social familiar



Fonte: acervo da MT6 e da autora da pesquisa.

A SAU e a ST (Superfície Total) da terra são de três hectares, cedidos pelo pai da MT6. Toda a extensão das terras é plana, facilitando o manejo dos cultivos e criações. Eles utilizam as máquinas e implementos da família para o cultivo da terra e têm acesso à água e luz, pelo município, ambos têm telefone celular com acesso à Internet.

4.2.3.7 Unidades Produtivas Agrícolas Das Integrantes Do Grupo Mulheres Da Terra Lotes 7, 8 E 9 “Mt7”, “Mt8” E “Mt9”

Os sistemas sociais da MT7, MT8 e MT9 estão organizados, em conjunto, porque a família abastece somente a feira da Faculdade de Agronomia da UFRGS, que ocorre nas terças feiras, das 9 h às 14 h, Figura 30. A feira ocorre na avenida Bento Gonçalves, 7712, em Porto Alegre, distante apenas 20 km do local onde são produzidos os alimentos.

A MT7 atua, em conjunto com sua família, nos lotes das mulheres MT8, Figura 31, e MT9, Figura 32, no abastecimento da feira da Agronomia, e também em feiras fora do grupo Mulheres da Terra. A MT7 é mãe da MT8 e a MT9 é casada com o irmão da MT7. Elas produzem tudo o que consomem e vendem nas feiras, ainda não oferecem cestas na modalidade de produção/consumo responsável.

A MT7 é natural de Braga, no norte do Rio Grande do Sul, assim como seu marido. A MT8 é de Braga e seu marido veio de Corrientes, Argentina. E a MT9 é de Piratini e seu marido de Braga.

Relatam que produzem quase tudo o que comem, no máximo, compram 5% de produtos em supermercados. Controlam os ganhos e os gastos fazendo anotações e pelo talão do produtor, tentam deixar parte do dinheiro que ganham para ter capital de giro, mas “é difícil sobrar dinheiro”, embora comprem e vendam gado, além da manutenção das hortas, que embora sejam orgânicas, sempre têm algum custo envolvendo o manejo do cultivo das hortaliças. Participam da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP) e todos os cultivos são orgânicos e certificados via Organizações de Controle Social (OCS).

As famílias têm uma renda média, mensal que varia entre três a quatro salários mínimos, da MT7 e MT8, e de dois a três, da MT9. A economia que fazem dispensando compras em supermercados alegram as famílias, que podem investir em utensílios que promovem maior conforto do núcleo familiar.

No sistema de produção das UPA's MT7, MT8 e MT9 são produzidos e, vendidos na feira da Agronomia, os seguintes alimentos: Aipim, Alfaces; mimosa, lisa, crespa, americana; Arroz agulhinha branco, Arroz agulhinha integral, Arroz cateto integral, Banana, Batata-doce, Cenoura, Dente de Leão, Espinafre, Feijão, Inhame,

Laranja, Limão, Ora-pro-nóbis, Radite, e Rúcula. Além de produtos coloniais, como o *chips* de mandioca, ovos, pães; de aipim, cenoura, couve e integral; e pães veganos.

Figura 30 - MT7 e suas atividades que possibilitam a reprodução social familiar



Fonte: acervo da MT7, da autora da pesquisa, e da página do Facebook da Feira da Faculdade de Agronomia da UFRGS.

As terras são assim divididas, para as hortas: a MT7, tem 2,0 ha, a MT8, tem 3,4 ha e a MT9, tem 2,0 ha. A MT7 e a MT8, tem 14 ha, cada uma, utilizadas para a criação de gado de corte e de leite. A MT9 pretende, em um futuro próximo, criar gado em 18 ha.

Figura 31 - MT8 e suas atividades que possibilitam a reprodução social familiar



Fonte: acervo da MT8, da autora da pesquisa.

Figura 32 - MT9 e suas atividades que possibilitam a reprodução social familiar



Fonte: acervo da MT9 e da autora da pesquisa.

As terras são planas, o que facilita o manejo dos cultivos e criações. Elas têm acesso aos serviços básicos de água, luz e saúde do município de Viamão.

4.2.3.8 Unidade Produtiva Agrícola Da Integrante Do Grupo Mulheres Da Terra Lote 10 “MT10”

O sistema social da UPA da MT10 está constituído pela MT10, seu marido e seu filho. Eles moram no assentamento, mas somente ela trabalha no lote durante a semana, o marido, que é filho da MT5, trabalha fora em uma serraria, Figura 33. Porém, ele já está percebendo que os outros agricultores que se integraram mais ao grupo e cultivam hortaliças têm tido mais progresso material.

Ela é de Santiago e, o marido, é natural de Arroio dos Ratos.

Eles têm acesso aos serviços básicos do município, mas também alegam que a saúde está sendo atendida precariamente.

Os produtos da MT10 e família são comercializados na feira do Campus Vale, da UFRGS, nas quintas feiras, por enquanto enviam poucos alimentos.

Produzem tudo para autoconsumo, como primeira finalidade, vendem somente o excedente. A família tem uma renda média, mensal, que varia entre dois a três salários mínimos, mas compensam esse fator por produzirem a maior parte dos alimentos que consomem.

Participam da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP).

Figura 33 - MT10 e suas atividades que possibilitam a reprodução social familiar



Fonte: acervo da autora da pesquisa.

O sistema de produção adotado inclui o arroz, 13 ha; 1,0 ha de frutas; 1,0 ha com o cultivo de eucaliptos e criação de gado de corte e de leite, e porcos para consumo, além de criação de abelhas e apenas 0,5 ha de horta.

A pequena horta tem a produção de verdes, pepino, melão, melancia e tomate. Utilizam o maquinário dos vizinhos para os cultivos.

As terras são planas, o que facilita o manejo dos cultivos e criações. A certificação dos alimentos orgânicos é realizada via OCS.

O item 4.3, a seguir, apresenta os resultados, de conjunto, das discussões realizadas no grupo focal. O levantamento dos principais fatores externos que afetam a reprodução social familiar foi elaborado a partir das discussões com as mulheres,

no grupo focal. Além disso, foram discutidos fatores internos socioculturais, baseando os resultados nos estudos de Gasson (1973).

Esses resultados do grupo focal também terão as discussões agrupadas de acordo com a matriz SWOT, sigla para Forças (Strengths), Fraquezas (Weakness), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats). A matriz FOFA, em português, facilita a visualização de cenários, destacando os fatores externos (oportunidades e ameaças) e os internos (forças e fraquezas) de uma organização, ou no caso desse trabalho, servirão de base para conhecermos as estratégias do grupo “Mulheres da Terra”.

4.3 FATORES EXTERNOS E AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS DO GRUPO “MULHERES DA TERRA”

Os fatores externos, que se encontram no contexto das unidades produtivas agrícolas, podem influenciar diretamente as estratégias de reprodução social familiares. No contexto do estudo, do grupo “Mulheres da Terra” foi observado que, em primeiro plano, a família se preocupa com a sua estrutura social, vital, de sobrevivência, para assim decidir o processo de gestão e planejamento de seus cultivos e criações. A obtenção da renda, a partir de bons resultados do sistema de produção, é importante, mas não é vista no sentido de maximização dos lucros, a qualidade de vida, o acesso a uma boa alimentação, em um ambiente de trabalho que preza a sustentabilidade ambiental, são priorizados pelas famílias.

Wives (2013, p. 76 a 77) expõe resultados indicando que a propriedade “[...] *envolve múltiplos significados para além das relações de produção e mercantis, transparecendo, sobretudo, o seu “lugar”, o seu “lar”, no sentido de pertencimento, com expectativas de longo prazo*”. A autora complementa explicando que assim “*existe uma lógica de manter a coesão familiar e seus projetos*”.

Esse resultado reforça a ideia de que as UPA's podem ser, em um plano teórico, subdivididas pelo sistema social e de produção, onde as estratégias de reprodução social, decididas pela família, podem explicar as relações entre os fatores internos e externos das propriedades agrícolas.

Dessa forma, tentando entender como os fatores externos influenciam essas estratégias de reprodução social, do grupo estudado, nesse intenso movimento,

cíclico, de entrada e saída de informações, que alteram o seu modo de pensar, tomar decisões e agir, no sentido de interagir no sistema produtivo, seguimos relatando os principais resultados obtidos na pesquisa, começando com os fatores externos mais expressivos.

As dez mulheres do grupo produzem os alimentos a partir de práticas conservacionistas, orgânicas, que foram sendo, gradualmente, incorporadas, e impostas pelo termo de ajuste de conduta do INCRA, Quadro 5.

Quadro 5 - Fator externo técnico-econômico, produção orgânica, influenciado pela ação externa do INCRA

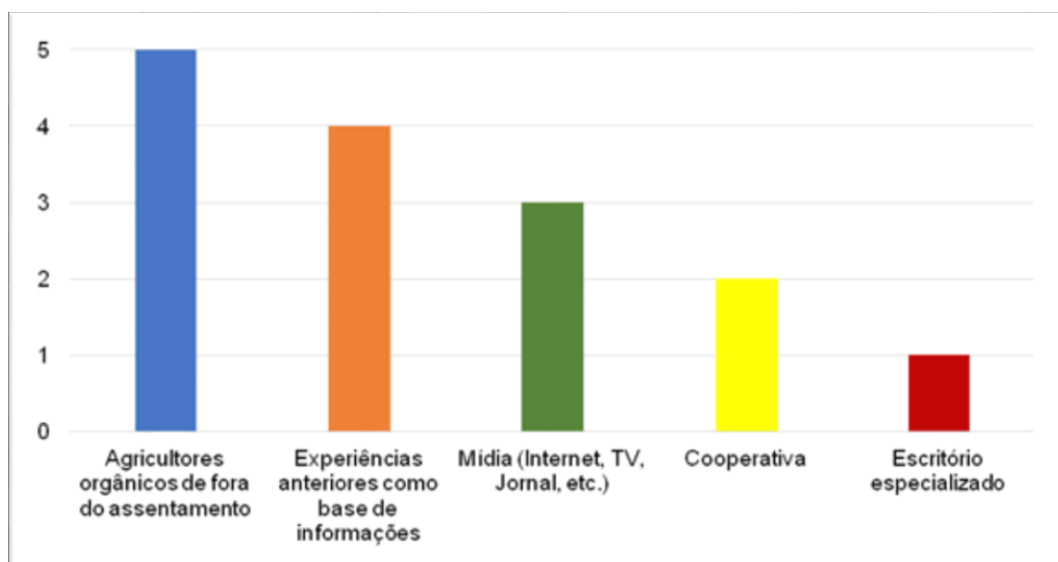
FATORES TÉCNICO- ECONÔMICOS	MT1	MT2	MT3	MT4	MT5	MT6	MT7	MT8	MT9	MT10
Produção orgânica	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da pesquisa de campo.

Esse fator externo, produção orgânica, foi de significativa importância, pois a partir da força externa do INCRA e de decisões familiares e troca de saberes entre as agricultoras e outros parceiros, integrados em cultivos orgânicos, houve o remodelamento dos sistemas produtivos e de criação, antes convencionais, hoje com práticas voltadas à sustentabilidade. É necessário ressaltar que a área do assentamento, como já foi visto no item do resgate histórico, outrora, foi utilizada preconizando o modelo de produção convencional e, hoje, temos um ambiente mais equilibrado, com um modelo produtivo que preza pela conservação e sustentabilidade.

Essa base de conhecimentos sobre a preservação da natureza e para a realização de práticas agrícolas sustentáveis ocorre, principalmente, pela troca de saberes entre as agricultoras e agricultores do grupo e de outros assentamentos, bem como de agricultores orgânicos da região, que vêm se organizando em feiras e trocando informações sobre os cultivos e criações orgânicas, sendo esse o principal acesso a informações técnicas e de mercado, (Figura 34).

Figura 34 - Fatores influentes externos ambientais, fontes de informações sobre preservação da natureza e práticas agrícolas sustentáveis, conforme a Escala de Likert 1-muito baixo, 2-baixo, 3-médio, 4-alto, 5-muito alto, média de acordo com as UPA's das Mulheres da Terra (MT1 a MT10)



Fonte: elaborado pela autora.

Outros meios são informações veiculadas por mídias, como internet, tv, jornal, revistas técnicas e etc. A cooperativa e escritórios especializados têm baixa participação para a construção dos saberes ecológicos, como entidades promotoras, essencialmente, de conhecimento sobre a Olericultura, (Figura 34). Porém, as mulheres, e suas famílias, e como já foi observado, tiveram e ainda têm acesso a informações técnicas e de mercado, voltadas para os cultivos e criações orgânicos, entre os seus pares⁵¹.

Essa situação pode ser explicada pelo relato das mulheres, durante as atividades do grupo focal, elas afirmam que se sentem pouco assistidas pela cooperativa no sentido de orientação técnica das atividades desenvolvidas no cultivo de olerícolas. A cooperativa se dedica mais às atividades relacionadas ao cultivo de arroz orgânico, assim como auxilia a certificação OCS.

Um fator interno, mas que sofre influência externa, pela dependência de combustível a base de petróleo, é o transporte dos alimentos para as feiras e entregas de cestas. Somente três famílias são responsáveis pelo transporte dos alimentos da maioria dos produtos que vão para as feiras, Quadro 6, mas isso já está sendo

⁵¹ Troca de saberes entre as agricultoras e agricultores do grupo e de outros assentamentos, bem como de agricultores orgânicos da região.

discutido no âmbito do grupo, tendo em vista que outros atores vêm sendo introduzidos para não haver o privilégio de determinados agentes, em detrimento dos outros.

Quadro 6 - Fatores internos técnico-econômicos, “transporte realizado pela própria família” e “transporte realizado por membro do grupo”, influenciados pelo contexto externo das UPA’s

FATORES TÉCNICO-ECONÔMICOS	MT1	MT2	MT3	MT4	MT5	MT6	MT7	MT8	MT9	MT10
Transporte realizado pela própria família	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Transporte realizado por membro do grupo	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados da pesquisa de campo.

A crise de combustíveis, ocorrida em maio de 2018, no Brasil, em virtude da greve dos caminhoneiros⁵², também introduziu incertezas no grupo, quanto ao transporte dos alimentos. O relato da informante chave MT1 é explícito, nesse sentido:

[...] estamos assim aleatórios e estamos dependendo do que pode né, não dá mais para passar as barreiras, caminhão do marido da MT3 não passa nas barreiras, tem que ir até Itapuã para poder fazer feira, tá complicado, mas a gente tá se organizando entre nós, tá meio complicado, mas temos mais coisas, muito ruins, que vão vir para frente, tá se desenhando no país, mesmo assim a gente tá fazendo a feira, conversando e se organizando para melhores formas, possíveis. (MT1, informação verbal, maio de 2018).

O depoimento da MT1 revela a apreensão do grupo em relação a questão do transporte dos alimentos, assim como ao contexto socioeconômico e político do país, em que a greve dos caminhoneiros foi um fator externo bastante limitante na época.

⁵² A greve dos caminhoneiros no Brasil em 2018, também chamada de Crise do Diesel, foi uma paralisação de caminhoneiros autônomos com extensão nacional iniciada no dia 21 de maio, no Brasil, durante o governo de Michel Temer, e terminou oficialmente no dia 30 de maio, com a intervenção de forças do Exército Brasileiro e Polícia Rodoviária Federal para desbloquear as rodovias. Algumas tentativas de continuidade do movimento ainda ocorreram, como a liderada no Distrito Federal pelo caminhoneiro Wallace Landim, alcunhado de "Chorão", mas não tiveram adesão. Os grevistas se manifestaram contra os reajustes frequentes e sem previsibilidade mínima nos preços dos combustíveis, principalmente do óleo diesel, realizados pela estatal Petrobras com frequência diária, pelo fim da cobrança de pedágio por eixo suspenso e pelo fim do PIS/Cofins sobre o diesel. O preço dos combustíveis vinha aumentando desde 2017 e sua tributação representa 45% do preço final, sendo 16% referente ao PIS/COFINS, de competência da União Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Greve_dos_caminhoneiros_no_Brasil_em_2018 Acesso em: 14 Jun 2019.

Foi um fator emergente que provocou pequenas alterações, discutidas pelas famílias, quanto ao planejamento dos lotes a serem entregues para as feiras, porém tão logo acabou a greve, houve o rearranjo das entregas e tudo continuou como antes.

Outra questão que também se relaciona a esse resultado se refere ao termo, em inglês, *Food Miles*. Van Passel (2013) traz o conceito que auxilia essa discussão:

Food miles, or food kilometers, measure the distance that food travels from farm gate to plate (consumption); the larger the distance, the larger the impact on our environment. Originally, the environmental impact of food miles was broadly conceptualized (SAFE Alliance, 1994; Subak, 1999). In that context, reducing food miles implies the need for food systems grounded in local ecologies (Murdoch et al., 2000). Local food systems are often described as systems that reduce food miles (Coley et al., 2009; Edwards-Jones et al., 2008). (VAN PASSEL, 2013, p. 3)⁵³.

Caminhões percorrendo grandes distâncias para entregar alimentos é o que mais vemos no Brasil. Em todos os momentos foram veiculadas notícias alarmantes sobre a falta de comida nas prateleiras dos supermercados, em todos os recantos do país. O que se percebe na produção/consumo responsável é o inverso, poucos quilômetros distanciam a comida, do prato do consumidor.

Outro fator importante, com forte influência sobre os cultivos hortícolas das UPA's do estudo, é a certificação dos produtos orgânicos. Todo o grupo participa da Cooperativa da COOTAP, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e, a MT3 e a MT6, da COPERAV, por essa razão, podem ser certificadas pela própria comunidade, é chamada certificação participativa de Organização de Controle Social.

Essa certificação realmente funciona no grupo, ocorrendo a exclusão daquelas que vendem qualquer tipo de alimento suspeito, ou fora do padrão orgânico de produção. Segundo informações do site do MST, a COOTAP:

Tem em suas principais linhas de produção o arroz orgânico, cultivado por cerca de 600 famílias em 22 assentamentos e 16 municípios gaúchos; o leite in natura e em pó, que envolve a produção de 96 famílias; e as hortaliças,

⁵³ As Milhas de alimento (Food Miles), ou quilômetros de alimento, medem a distância que a comida percorre desde a porta da unidade produtiva até o prato (consumidor); quanto maior a distância, maior o impacto em nosso ambiente. Originalmente, o impacto ambiental das milhas alimentares foi amplamente conceituado (SAFE Alliance, 1994; SUBAK, 1999). Nesse contexto, reduzir as milhas alimentares implica a necessidade de sistemas alimentares baseados em ecologias locais (MURDOCH et al., 2000). Sistemas alimentares locais são frequentemente descritos como sistemas que reduzem as milhas alimentares (COLEY et al., 2009; EDWARDS-JONES et al., 2008; VAN PASSEL, 2013, p. 3, tradução nossa).

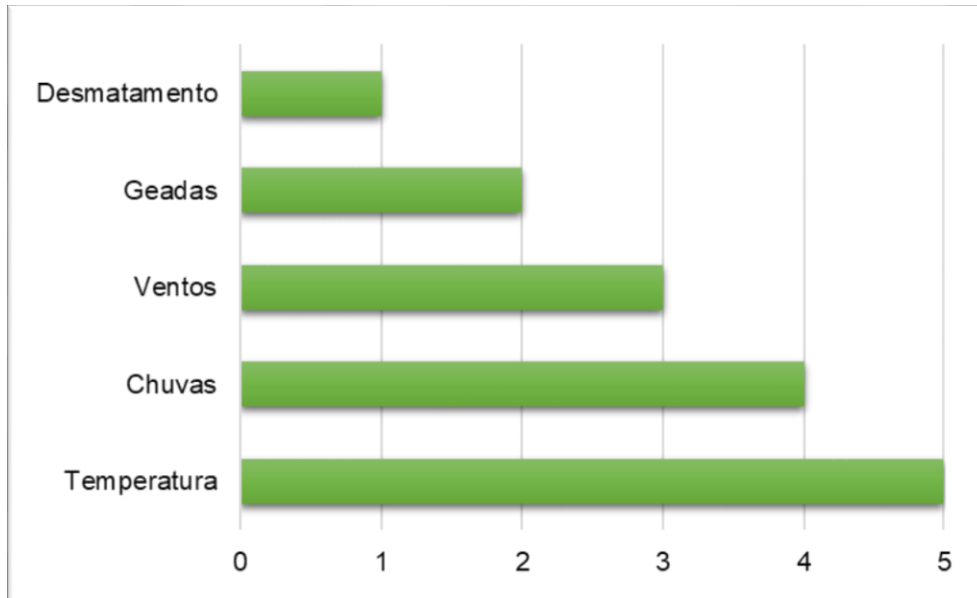
que chegam especialmente aos mercados institucionais e em feiras, públicas e particulares, da região Metropolitana, a partir do trabalho de cerca de 200 famílias. Além disto, parte destes alimentos é comercializada na Feira Nacional da Reforma Agrária, na Feira Latino-Americana de Economia Solidária e no Mercado Público de Porto Alegre. Mas, com a atual conjuntura brasileira, uma das preocupações da cooperativa diz respeito às vendas institucionais, uma vez que alguns governos municipais, através de articulação política, passaram a dar preferência aos produtos com agrotóxicos, em vez dos orgânicos, para alimentar os estudantes, em algumas situações deixando de cumprir a Lei nº 11.947 (PNAE), que recomenda a aquisição de pelo menos 30% dos produtos da agricultura camponesa e familiar para a merenda escolar (MST, 2017).

O grupo, praticamente, não utiliza mão de obra externa da comunidade, mas coopera agindo, em conjunto, quando é necessário fazer um mutirão para realizar as feiras e entregas de cestas. A não utilização de mão de obra externa está de acordo com a definição da FAO (2014) que orienta o conceito da agricultura familiar, preconizando o trabalho da família nas unidades produtivas.

A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, artigo terceiro, relativo ao agricultor familiar e empreendedor familiar rural, requisito II, também compreende a utilização, predominante de mão-de-obra da própria família, nas atividades econômicas dos estabelecimentos, ou empreendimentos (BRASIL, 2006).

Outros fatores externos, que influenciam as UPA's, são os ambientais que se convertem em riscos para a manutenção das hortas e criações. O fator que mais tem impactado as plantações é a variação de temperatura, que chegou a níveis extremos, muito quentes, secando as plantas das hortas, além das fortes chuvas, causando um certo prejuízo, no início de 2018. Porém, as geadas, não têm sido um fator extremo. O desmatamento não é um problema atual no assentamento pois ele é composto por uma área de preservação ambiental, e todas e todos, os agricultores, são obrigados a cuidarem e zelarem as terras, priorizando a sustentabilidade e equilíbrio da natureza, (Figura 35).

Figura 35 - Fatores influentes externos ambientais, riscos e variações locais do clima, conforme a Escala de Likert 1-muito baixo, 2-baixo, 3-médio, 4-alto, 5-muito alto, média de acordo com as UPA's das Mulheres da Terra (MT1 a MT10)



Fonte: elaborado pela autora.

A linha de produção de *commodities* agrícolas também vem tendo importância nas discussões do grupo, no assentamento, ou nas próprias feiras, onde têm sido promovidos debates sobre o tema. Contudo, na tese, do ponto de vista teórico, tínhamos uma ideia de existência dos grupos de redes alimentares alternativas, mas foi verificado que o grupo Mulheres da Terra tem, ainda, uma posição de resistência ao modelo de produção de *commodities*, (Figura 36). Para além dessa resistência se verifica um consumo político, e um certo temor por parte das mulheres em relação aos mercados de cadeias longas, de alimentos para exportação, e de todo o poder exercido por marcas de alimentos.

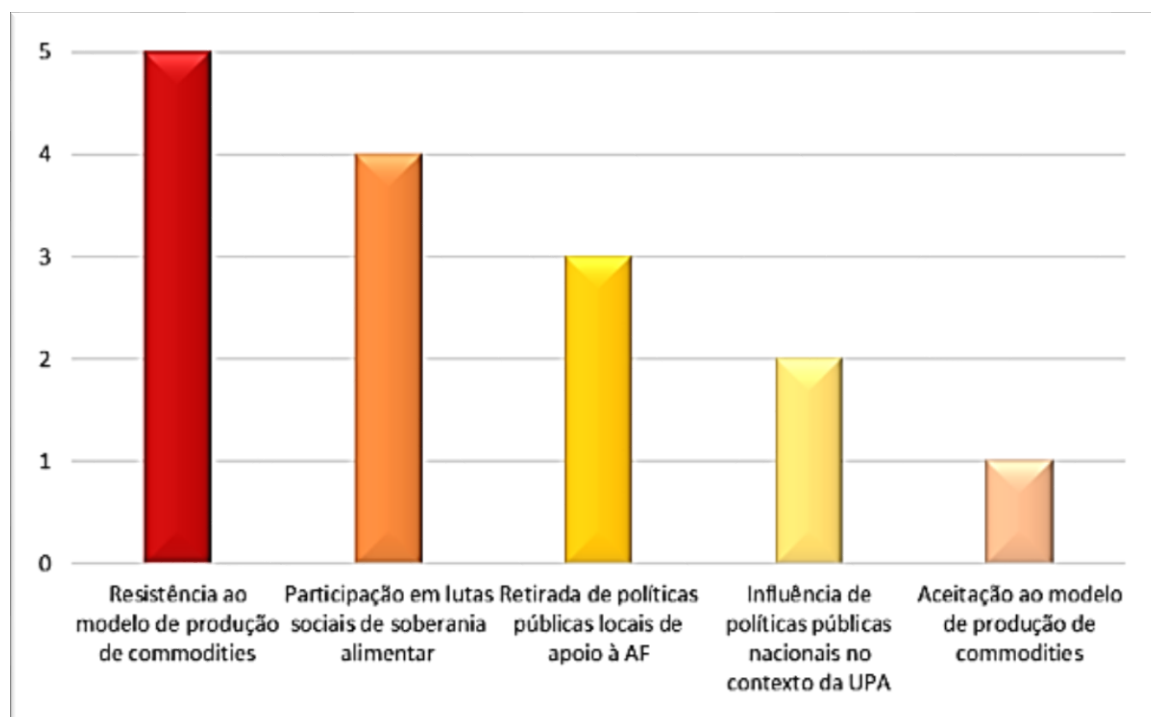
Essa resistência ao modelo de produção de *commodities* vem sendo alicerçada pelo sindicalismo da agricultura familiar, de acordo com Picolotto (2007):

O modelo de agricultura proposto pelo sindicalismo da agricultura familiar fundamenta-se na construção da oposição entre a produção de *commodities* para exportação e a produção de “alimentos” para o consumo interno. Segundo esta perspectiva, enquanto o setor do agronegócio (patronal) dedica-se à produção de *commodities* para exportação, a agricultura familiar se responsabiliza pela produção de alimentos para o “povo” brasileiro. Esta pretensão é explicitada no lema da Fetraf: “Agricultura Familiar: as mãos que alimentam a nação”, aparecendo também em cartazes de Congressos da Agricultura Familiar, organizados pela Fetraf-Sul (PICOLOTTO, 2007, p. 66).

Além disso, atualmente, esse consumo político vem sendo debatido na academia. Portilho, Castañeda e Castro (2011, p. 101) entendem que “*o consumo político passa pela percepção e uso das práticas e escolhas de consumo sob forma participativa da esfera pública*”. Os consumidores em suas escolhas cotidianas do que comem, vestem, bebem, exercem algum tipo de influência global. É um novo tipo de “ação política” que se relaciona localmente e globalmente, ao mesmo tempo. Os autores comentam que:

Ao considerar essas transformações, os próprios conceitos de consumo e de sociedade de consumo são repensados pelas ciências sociais, uma vez que categorias tradicionalmente atribuídas a eles, como individualismo, insaciabilidade, superficialidade, anomia e alienação, são contrapostas à observação empírica de processos que associam as práticas de consumo a valores como solidariedade, responsabilidade, participação social e cidadania. Com isso, o consumo deixa de ser apenas uma forma de reprodução das estruturas sociais reinantes para se tornar também, e cada vez mais, um instrumento e uma estratégia de ação política que incorpora valores como solidariedade e responsabilidade socioambiental (PORTILHO; CASTAÑEDA; CASTRO, 2011, p. 101).

Figura 36 - Fatores influentes externos políticos, conforme a Escala de Likert 1-muito baixo, 2-baixo, 3-médio, 4-alto, 5-muito alto, média de acordo com as UPA's das Mulheres da Terra (MT1 a MT10)



Fonte: elaborado pela autora.

Essas mulheres também se empenham nas lutas pela soberania alimentar e por uma alimentação saudável e com preço justo, Figura 36. O que seria essa alimentação saudável, do ponto de vista das mulheres? Uma comida elaborada nas casas das famílias, composta por verduras, legumes e frutas, orgânicas, com a utilização de insumos orgânicos para a produção e livres de agrotóxicos. Além disso, essa comida deve ter um preço justo, segundo elas. O preço justo que as mulheres alegam diz respeito ao valor dos alimentos vendidos nas feiras, o que não se percebe nas grandes redes de supermercados brasileiros.

Uma pesquisa da ORGANIS⁵⁴ (2017), Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável, de 2017, aponta que 64 % dos produtos orgânicos comercializados, no Brasil, são adquiridos nas redes de supermercados, contra apenas 26 % nas feiras locais. Para se ter uma ideia desse preço, 1 kg de banana orgânica, adquirido nas feiras das Mulheres da Terra, custa R\$ 5,00 Reais; em

⁵⁴ Consumo de produtos orgânicos no Brasil: Primeira pesquisa nacional sobre o consumo de orgânicos. Disponível em: https://www.organicnewsbrasil.com.br/wp-content/uploads/2017/06/Pesquisa-Consumo-de-Produtos-Org_nicos-no-Brasil-Palestra-07Jun-1.pdf Acesso em: 07 Abr 2019.

contraposição; 1 kg de banana orgânica, adquirido em supermercados de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, custa, em média, R\$ 8,00 Reais. Relembrando que as feiras proporcionam também um contato direto dos agricultores com os consumidores, em cadeias curtas de produção, que são certificadas de forma participativa.

As cadeias curtas podem auxiliar a continuidade da agricultura local, promovendo o incremento do consumo dos produtos da agricultura familiar. Porém, o novo governo, em exercício no ano de 2019, vem retirando incentivos importantes, e já se verificam no assentamento sintomas dessa ausência, se percebe o temor das mulheres pela implantação de políticas, cada vez mais ligadas ao apoio de cadeias longas de produção de commodities.

Além da retirada de incentivo das políticas locais há também normativas de ordem nacional que podem oferecer riscos e incertezas para agricultoras e agricultores familiares, como por exemplo o amplo apoio ao uso de agrotóxicos. E, também por essa razão, as mulheres têm aversão ao modelo de produção de *commodities*, devido ao uso indiscriminado de insumos fósseis, agrotóxicos e pela introdução de sementes transgênicas, que inviabilizam o cultivo de sementes crioulas, adaptadas ao clima regional.

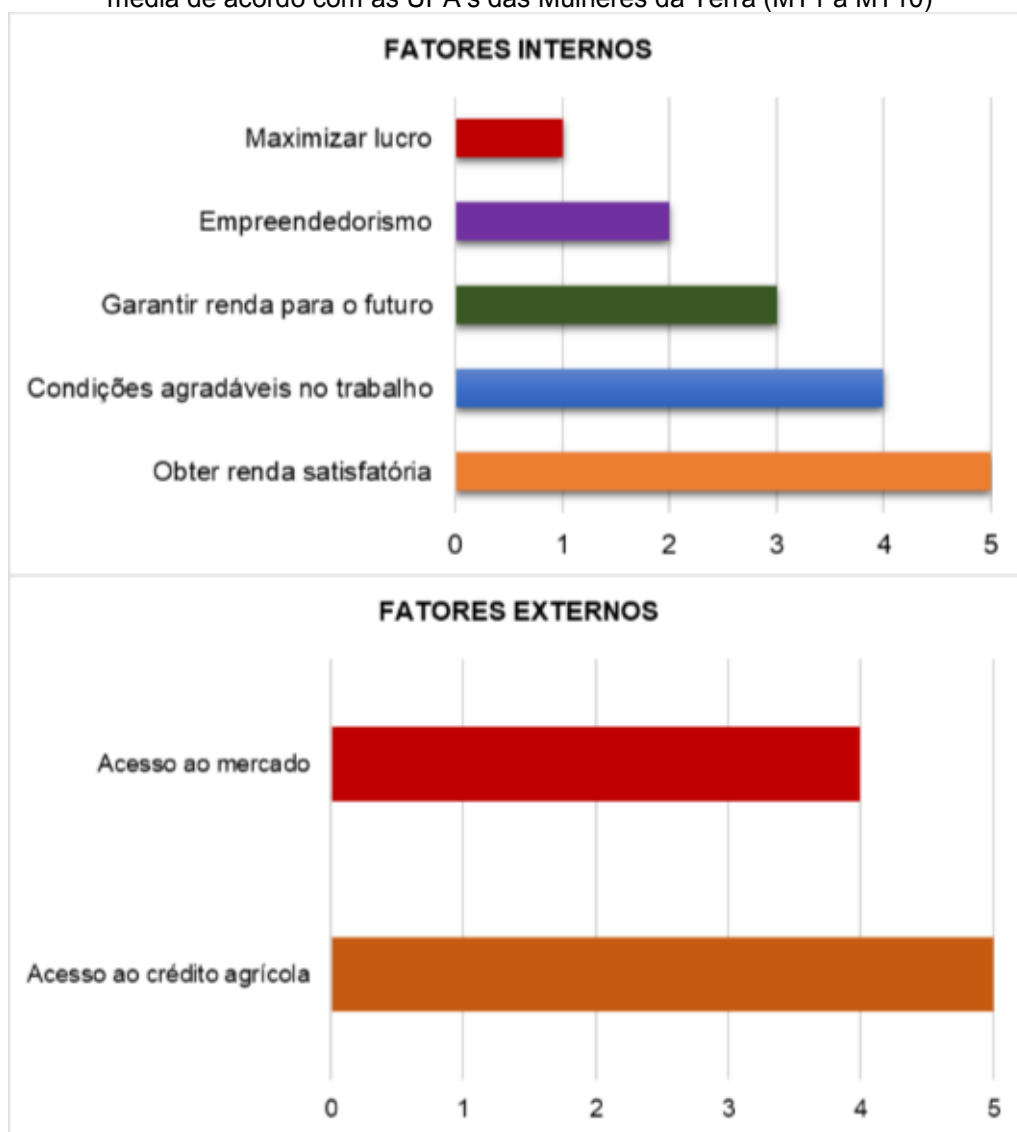
Relembrando que a orientação instrumental, de Gasson (1973), Figura 37, está ligada aos aspectos psicológicos que norteiam as decisões familiares. As mulheres colocaram, em primeiro lugar, no valor mais alto da escala, obter uma renda satisfatória. As condições agradáveis no trabalho realizado ao ar livre, sem poluição, tiveram a segunda classificação, indicando que realmente a renda é importante, mas não é o principal objetivo dessas agricultoras, por essa razão a maximização do lucro ficou com a nota mais baixa da escala. Barbosa Júnior e Coca (2015) explicam que na unidade familiar de produção as relações sociais têm uma lógica diferente, que não prioriza a maximização dos lucros.

Na unidade familiar de produção, os camponeses desenvolvem relações sociais que diferem das que são geradas em propriedades capitalistas, pois nelas não se têm por objetivos a reprodução do trabalho assalariado e a maximização dos lucros. Na unidade camponesa de produção, o trabalho familiar é multidimensional, não obedecendo a especializações produtivas, ou seja, existe um equilíbrio entre agricultura, extrativismo e o beneficiamento (quando ocorre) dos gêneros primários (BARBOSA JÚNIOR; COCA, 2015, p.18).

Garantir renda para o futuro também não foi uma preocupação prioritária, inclusive se verifica que o grupo não tem se preocupado em formar capital de giro para a manutenção dos negócios agrícolas, o empreendedorismo também não se destaca, mas se percebe que o grupo vem buscando, cada vez mais, alternativas e diversificação dos meios de produção para a garantia da sobrevivência da família.

Vemos, ainda, que os fatores externos que mais afetaram a orientação instrumental do grupo foram o acesso ao mercado e ao crédito agrícola, reiterando a preocupação das mulheres pela sua reprodução e continuidade na terra que receberam para exploração agrícola, garantindo os meios básicos de sobrevivência familiares.

Figura 37 - Fatores influentes internos e externos socioculturais, baseados na orientação instrumental de Gasson (1973) e conforme a Escala de Likert 1-muito baixo, 2-baixo, 3-médio, 4-alto, 5-muito alto, média de acordo com as UPA's das Mulheres da Terra (MT1 a MT10)



Fonte: elaborado pela autora.

O grupo também valorizou a relação com a comunidade, grau 5 na escala de Likert, Figura 38, sobre a orientação social de Gasson (1973). Para agricultores que priorizam a venda direta essa resposta parece ser a mais natural, precisamente porque o contato direto entre agricultores e consumidores, em cadeias curtas, é um imperativo para criar relações de reciprocidade entre os parceiros dos GPCR's.

O segundo aspecto mais importante é o fato de o trabalho ser realizado pela própria família, característica comum em muitas propriedades da agricultura familiar. A mão de obra externa, quando é utilizada, só aparece em um caso, da MT3.

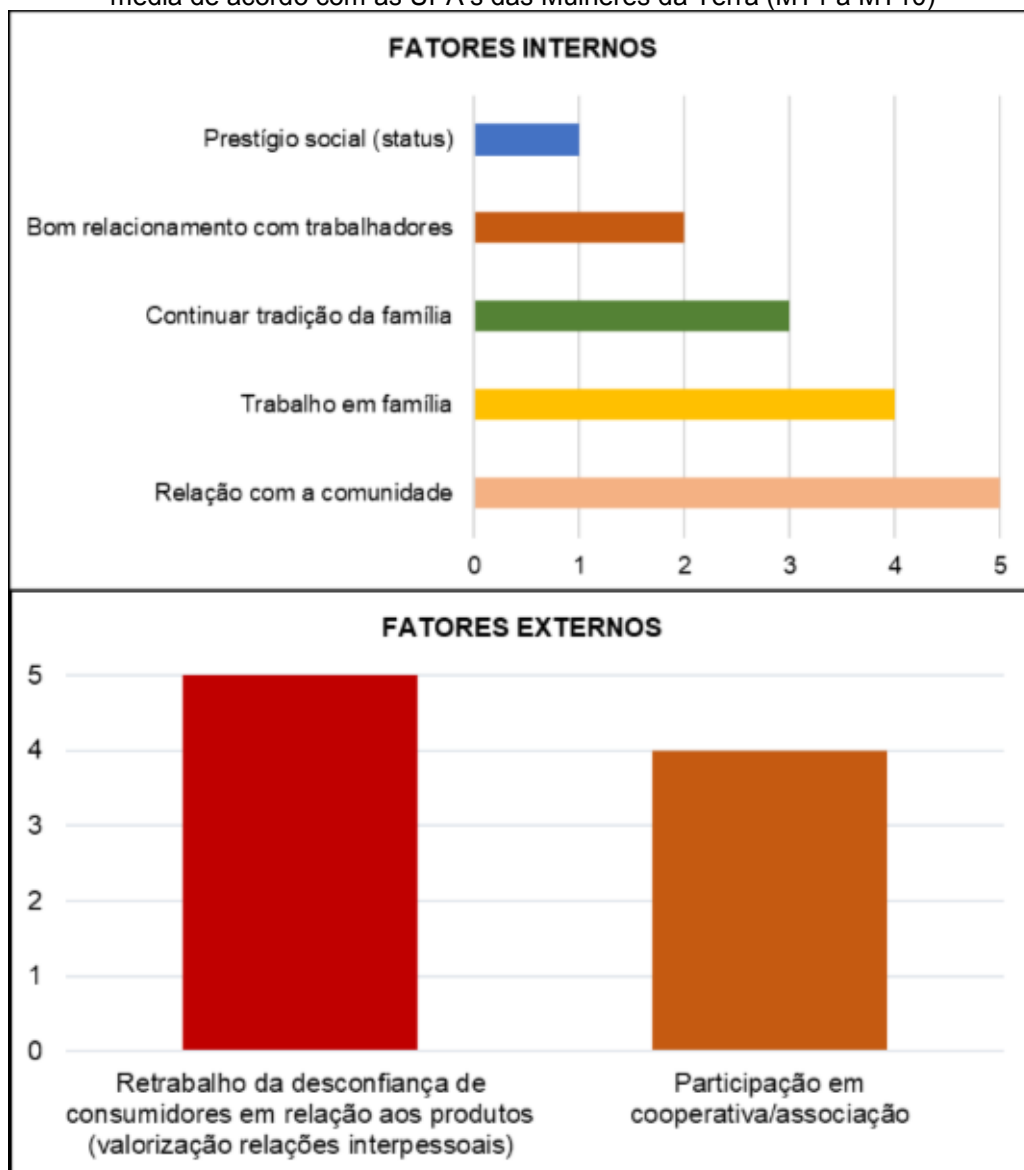
Não se percebe uma preocupação com a sucessão familiar, tendo em vista que as agricultoras são assentadas e alguns, de seus filhos, já têm a própria terra, no assentamento. Porém, há rumores de que ser dona da terra pode ser mais prejudicial do que ter apenas a posse. Explicando melhor, há o temor, por parte, das informantes chave, que ao receberem “o papel” das terras, as agricultoras e agricultores, cedendo à pressão da comunidade que dispõe de mais recursos, vendam os seus lotes. Dessa forma seria destruída toda a articulação já construída, desde que o assentamento se formou, em 1998.

Ainda, em relação, à orientação social de Gasson (1973), tivemos, “bom relacionamento com trabalhadores” e “o prestígio social” com as notas mais baixas”, 2 e 1, respectivamente. Esse resultado não surpreende porque entre as famílias, apenas a MT3 tem um empregado e, todas as mulheres não se preocupam com destaque social, por essa razão a atribuição das notas mais baixas para a orientação social de Gasson (1973) é para essas duas variáveis.

O “retrabalho da desconfiança gerada em função da veracidade sobre os produtos serem orgânicos” recebeu destaque nos fatores externos de orientação social, baseados em Gasson (1973). Ou seja, quando há suspeita sobre um produto ser verdadeiramente orgânico, o grupo se mobiliza no sentido de averiguar a autenticidade dos produtos, devolvendo essas informações nas feiras e pontos de venda direta dos alimentos.

A participação na cooperativa também foi um ponto que se destacou nos resultados obtidos, como já foi observado, anteriormente, o papel da cooperativa é fundamental para apoiar os trabalhos das agricultoras junto à comunidade, mesmo que não seja fonte prioritária de informações sobre os cultivos de olerícolas orgânicas.

Figura 38 - Fatores influentes internos e externos socioculturais, baseados na orientação social de GASSON (1973) e conforme a Escala de Likert 1-muito baixo, 2-baixo, 3-médio, 4-alto, 5-muito alto, média de acordo com as UPA's das Mulheres da Terra (MT1 a MT10)



Fonte: elaborado pela autora.

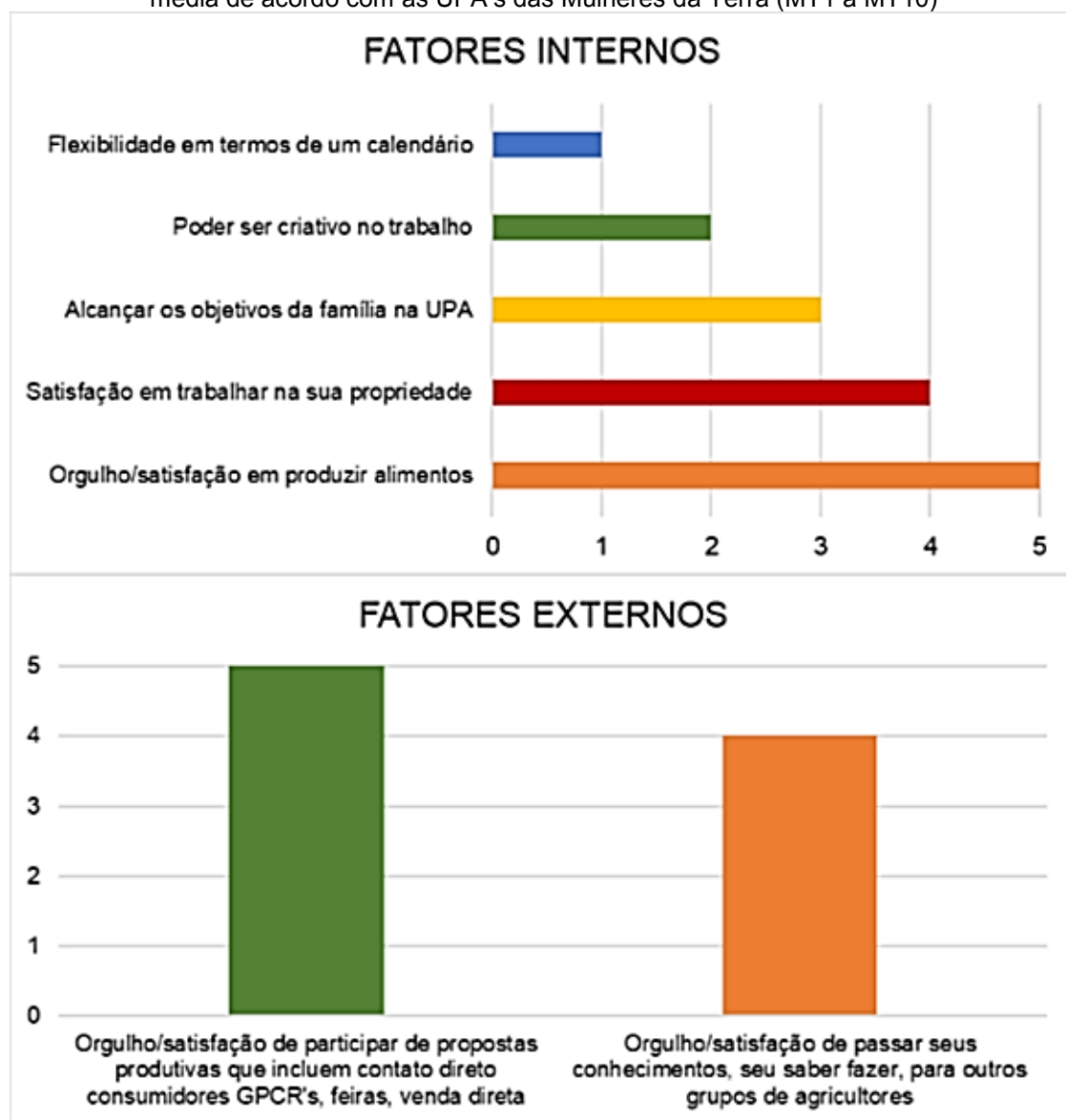
As variáveis ligadas à orientação expressiva, pautadas por Gasson (1973), que mais se destacam nesse trabalho são o “orgulho/satisfação em produzir alimentos” e a “satisfação em trabalhar na sua propriedade”, duas características que se destacam em trabalhos ligados à agricultura familiar, como por exemplo, em meu trabalho de dissertação, sobre os agricultores familiares que produziam fumo, e não conseguiam se autodenominarem como fumicultores e, ainda, tinham vergonha de não estarem produzindo alimentos. O contrário ocorreu com o grupo Mulheres da Terra, em que o orgulho de serem agricultoras é ponto chave em suas vidas. A satisfação em trabalhar

na sua propriedade é mais do que um simples estado de espírito das agricultoras, é o fruto de uma conquista dos assentados, que não tinham terras para cultivar e, hoje, tem espaço disponível para traçarem suas estratégias de reprodução social.

O “alcance dos objetivos familiares” teve uma nota média e as variáveis, “poder ser criativo no trabalho” e “flexibilidade em termos de um calendário” foram indiferentes. Nesse ponto tivemos uma nota média e duas indiferentes porque elas tiveram que escolher entre outras variáveis mais importantes, mas elas tiveram certa dificuldade para graduarem essas características, para elas todas foram importantes. Porém, todas essas características podem ser destacadas para a agricultura do tipo familiar, em que alcançar os objetivos familiares pode significar a sobrevivência da família e a qualidade de vida. A criatividade e a flexibilidade do calendário dos cultivos também se destacam, do contrário, elas não estariam engajadas no sentido de criarem e implantarem novidades nas suas atividades diárias, bem como terem a perfeita noção da sazonalidade dos alimentos.

Os fatores externos que se destacaram são o “orgulho/satisfação de participar de propostas produtivas que incluem o contato direto com os consumidores nas feiras, GPCR’s, venda direta na propriedade”; e “orgulho/satisfação de passar seus conhecimentos, seu saber fazer, para outros grupos de agricultores”. Essas variáveis realmente expressam os sentimentos das agricultoras e agricultores, em relação ao trabalho agrícola que desempenham, e também estimulam relações de reciprocidade e confiança, Figura 39. Além da promoção do contato direto entre as agricultoras e seus parceiros, os consumidores, se percebe que o fato de passarem adiante os conhecimentos adquiridos sobre seus cultivos, e mesmo sobre receitas de comidas que deram certo, as envaidecem.

Figura 39 - Fatores influentes internos e externos socioculturais, baseados na orientação expressiva de Gasson (1973) e conforme a Escala de Likert 1-muito baixo, 2-baixo, 3-médio, 4-alto, 5-muito alto, média de acordo com as UPA's das Mulheres da Terra (MT1 a MT10)

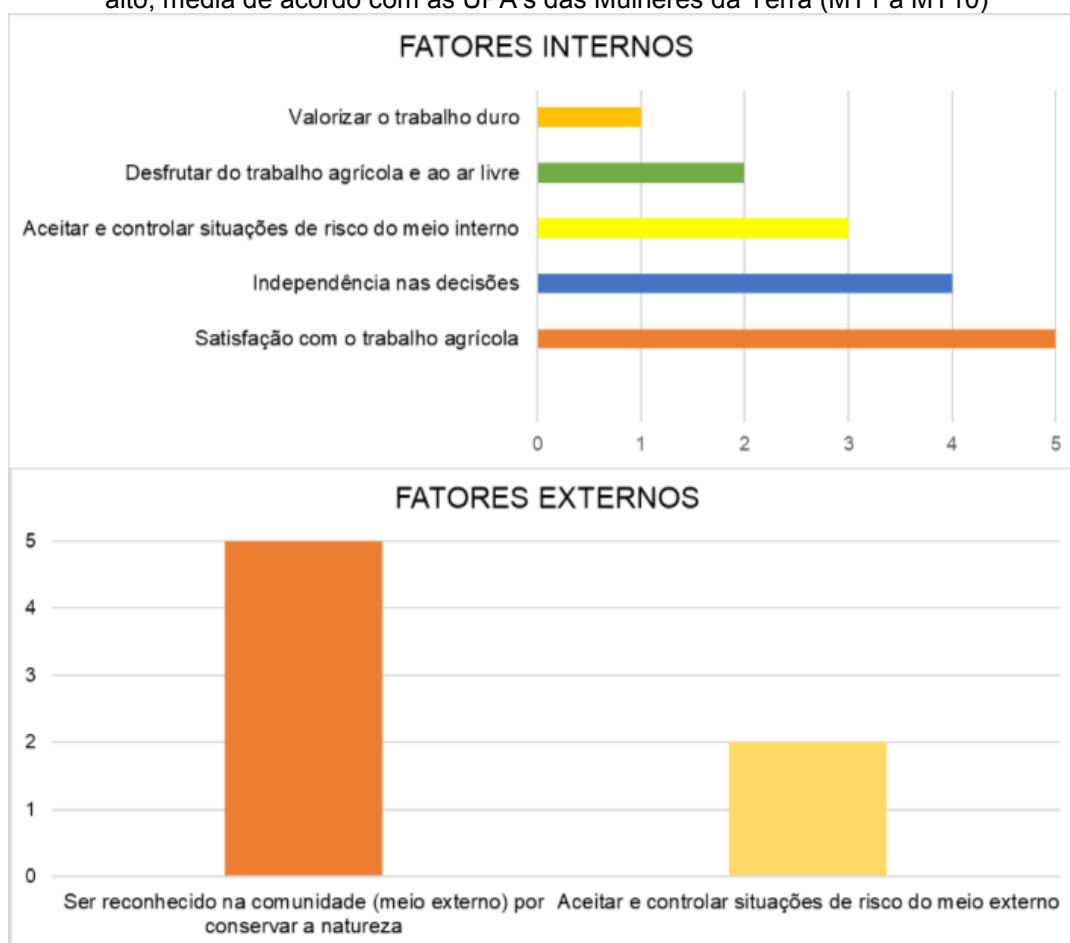


Fonte: elaborado pela autora.

E, finalmente, quanto aos regimes de orientação alicerçados por Gasson (1973) temos a orientação intrínseca, que está ligada à valorização do trabalho na agricultura. Destacam-se na pesquisa a “satisfação com o trabalho agrícola”, e a “independência nas decisões”. Os esposos e filhos das mulheres dizem que depois delas reconhecerem o seu valor, o seu empoderamento para a realização das atividades nas UPA's, tudo mudou, começou até a sobrar dinheiro para fazerem compras de roupas, calçados e eletrodomésticos, e que elas amam o que fazem. “Aceitar e controlar situações de risco do meio interno da UPA” teve um valor médio, essa

situação pode ser explicada pelo fato das mulheres poderem ter atitudes empreendedoras, mas ainda preferirem se destacar mais no mercado, com as vendas diretas.

Figura 40 - Fatores influentes internos e externos socioculturais, baseados na orientação intrínseca de GASSON (1973) e conforme a Escala de Likert 1-muito baixo, 2-baixo, 3-médio, 4-alto, 5-muito alto, média de acordo com as UPA's das Mulheres da Terra (MT1 a MT10)



Fonte: elaborado pela autora.

“Desfrutar do trabalho agrícola e ao ar livre” e “valorizar o trabalho duro” tiveram as menores médias, porém não devem ser desprezados, o primeiro se liga ao fato das mulheres apreciarem desfrutar de um ambiente trabalhado de forma sustentável, e o último, pelo “trabalho duro” ser gerador de esforço físico para as atividades diárias, mas elas não apresentam aversão no sentido de terem que realizar capinas e outras atividades que promovam desgaste físico, muitas encaram essas tarefas como um exercício, (Figura 40).

Os fatores externos que mais se destacaram durante as conversas, no grupo focal e nas observações diárias do trabalho das agricultoras, foram “ser reconhecido na comunidade, meio externo ao assentamento, por conservar a natureza” e “aceitar e controlar situações de risco do meio externo”. As agricultoras e agricultores do assentamento têm muito orgulho de promoverem ações sustentáveis que impactam a comunidade, para eles é um diferencial e uma luta diária, pelo fato de acreditarem que precisam manter as suas terras livres de agrotóxicos e insumos químicos. Esses últimos podem ser destacados como riscos do meio externo que eles precisam aceitar, no sentido da discussão equilibrada de seus pontos de vista, junto à comunidade e, ao mesmo tempo, controlar, para não serem atingidos provocando um desequilíbrio sistêmico em seus cultivos e criações, orgânicos.

4.4 MATRIZ FOFA DO GRUPO “MULHERES DA TERRA”

Após a apresentação dos resultados do trabalho de campo, também apresentamos a matriz FOFA, construída do ponto de vista da pesquisadora sobre o objeto de estudo, (Figura 41).

Figura 41 - Matriz FOFA do cenário atual do Grupo Mulheres da Terra

MATRIZ FOFA		AMBIENTE EXTERNO
FORÇAS	OPORTUNIDADES	
Área rural próxima área urbana	Alimentos sazonais	
Cadeias curtas de produção	Alternativas de Consumo responsável	
Certificação OCS	Feiras	
Conhecimento técnicas agroecológicas	Mercado local	
Diversificação culturas	Parceria com Universidades/Institutos	
Empoderamento feminino	Preservação soberania alimentar local	
Presença cooperativa	Produtos orgânicos	
FRAQUEZAS	AMEAÇAS	
Pouca articulação interpessoal no grupo	Autoritarismo governamental	
Pouca busca de parcerias para comercialização	Concorrência produtos convencionais	
Pouca divulgação do grupo	Instabilidade contexto político	
Pouca organização para gestão produtiva	Posse definitiva da terra	
Pouca organização para projetos/financiamentos	Redução apoio políticas públicas da AF	
Pouco/inexistente capital de giro	Transporte dependente de combustível fóssil (Food Miles)	

Fonte: elaborado pela autora.

Esse grupo apresenta forças, oportunidades, fraquezas e ameaças. A construção de uma matriz FOFA, durante a pesquisa, permitiu evidenciarmos alguns pontos que devem ser levados em consideração para o estudo desse caso. Essa

matriz deve ser utilizada agora porque, a cada ano, poderemos ter alterações dessa realidade, profundamente enraizada no contexto interno e externo das UPA's. Esse contexto sofre a ação econômica, política, social e ambiental do município de Viamão, onde são desenvolvidos os cultivos e, do município de Porto Alegre, onde é realizada a maior parte das feiras orgânicas.

4.4.1 Forças

Foram percebidas forças, ligadas ao ambiente interno das UPA's, do grupo, que devem ser destacadas;

- a) a área rural é próxima da área urbana, em mercados de cadeias curtas, esses dois quesitos são fundamentais pela economia e logística de entrega dos produtos, comercializados pela agricultura familiar;
- b) as agricultoras já detêm as técnicas agroecológicas, embora estejam caminhando para o equilíbrio do ambiente ser mais adequado aos preceitos da agroecologia;
- c) a certificação OCS é participativa e por essa razão não há o encarecimento dos produtos devido aos custos de uma certificação orgânica, habilitada pelo estado ou por mecanismos regionais, que por essa razão seria mais onerosa;
- d) a diversificação das culturas é natural, tendo em vista que as agricultoras trabalham com alimentos sazonais e mais adaptados ao clima regional;
- e) o trabalho cooperativo é uma outra força a ser considerada, e que também auxilia a certificação ser participativa. Quanto mais os agricultores se unem, mais usufruem de vantagens no sentido das estratégias de reprodução social adotadas pelo grupo;
- f) e, o empoderamento das mulheres tem sido essencial para que elas decidam o rumo das suas vidas e imprimam o seu jeito de gerir as suas UPA's, embora se perceba que trabalham bem com toda a família, com igualdade de gênero.

4.4.2 Fraquezas

O levantamento das fraquezas também consistiu em um importante instrumento de avaliação do desempenho das UPA's do grupo:

- a) a articulação interpessoal tem sido prejudicada principalmente devido a questões políticas divergentes, mas também por haver algumas mulheres que não atendiam aos termos de ajuste de conduta do INCRA. Essas discussões provocaram um certo desgaste que desencadeou o desligamento de membros do grupo;
- b) a busca de parcerias ainda tem sido fraca, tendo em vista que as mulheres são multitarefas e não há, ainda, uma gestão para alcançar outros pontos possíveis para feiras, e mesmo parceria com restaurantes vegetarianos, ou veganos, com boa aceitação dos produtos orgânicos;
- c) ainda não há uma divulgação eficiente dos trabalhos do grupo, como por exemplo, elas não têm um vídeo que fale de suas experiências e demonstre seus alimentos, a exemplo de outros grupos que já adotaram essa forma de divulgação;
- d) a gestão da produção também se relaciona à divulgação, muitas vezes elas não conseguem programar entregas semanais de determinados alimentos, não há uma organização de escala semanal, cada uma manda o que tem em casa, mas aquele alimento que teve destaque em uma feira, pode não estar presente nas outras, denotando um planejamento frágil da sua produção, ou escalonamento inadequado, seja pela falta, ou excesso de algum tipo de produto da horta e pomar, impactando também a oferta de alimentos;
- e) não há um preparo das mulheres quando surgem oportunidades de participação em projetos e prêmios, elas ainda não têm um registro formal de todas as atividades do grupo;
- f) vejo o último ponto como um destaque entre as fraquezas, a maioria das mulheres não têm e não projetam um capital de giro para investirem nas suas UPA's, feiras e formação. Essa situação pode levar a uma descontinuidade do grupo, caso ocorra alguma emergência financeira.

4.4.3 Oportunidades

As oportunidades, ligadas ao ambiente externo das UPA's do grupo, são:

- a) a existência de outros alimentos sazonais que elas ainda não cultivam e podem vir a plantar e diversificar ainda mais a sua produção;
- b) a implementação de novos grupos de produção/consumo responsável, com uma melhor exploração do mercado local, incrementando iniciativas de venda direta;
- c) a continuidade de parcerias com universidades, institutos e outras instituições, interessadas na aquisição de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos;
- d) a própria preservação da soberania alimentar local pode ser um meio de continuar a oferta de alimentos saudáveis e a continuidade da produção de alimentos orgânicos, com valor diferenciado no mercado.

4.4.4 Ameaças

As ameaças que afligem as UPA's do grupo do estudo, mas que podem afetar outras redes de alimentação alternativa também vêm do ambiente externo. São elas:

- a) o autoritarismo governamental e a instabilidade do contexto político brasileiro, que podem vir a causar problemas sérios para essas redes alimentares alternativas;
- b) políticas públicas que estavam surgindo, no sentido de apoiar esse tipo de movimento de preservação dos valores culturais, éticos e ambientais, por meio da própria lei dos alimentos orgânicos, além dos programas e políticas voltadas para a agricultura familiar, como o PAA e PNAE, estão sofrendo um resfriamento do apoio governamental;
- c) a existência de um mercado predominantemente constituído por alimentos convencionais, dispostos nas prateleiras dos supermercados e que oferecem uma certa facilidade e conforto de acesso pelos consumidores, também se configura como uma ameaça, e uma forte concorrência;
- d) a presença de poucos consumidores dispostos a saírem de suas casas e frequentarem feiras ao ar livre, sem ar condicionado e lojas de

- departamentos, oferecendo mercadorias bonitas, aos olhos interessados e curiosos por novidades, da nova geração;
- e) o transporte dependente de combustíveis fósseis é e continuará a ser um obstáculo para os mercados de cadeias curtas e longas, no Brasil. A força e as ações propositivas, de um grupo maior de pessoas, podem auxiliar na criação de um novo modelo para o transporte dos alimentos;
- f) e, por fim, mas não entendendo que são apenas esses pontos que destacamos na pesquisa, os principais, para outros grupos que trabalham com essas alternativas, a posse definitiva da terra, pode ser uma ameaça fatal. As agricultoras acreditam que a posse definitiva da terra poderá causar um esvaziamento, não só no grupo, mas no assentamento como um todo, devido ao repasse das terras para outras pessoas de fora do assentamento, inclusive aquelas desconectadas de propostas de cultivo orgânicas.

Essa matriz FOFA foi construída no sentido de pontuar aspectos importantes da pesquisa com a finalidade de visualização dos aspectos internos e externos às UPA's do grupo, considerados mais importantes, sintetizando os resultados para posterior discussão com as mulheres.

4.5 MULHERES EM AÇÃO: A CONTRIBUIÇÃO DA MULHER NA COMPOSIÇÃO DA RENDA E NAS DECISÕES FAMILIARES

A mulher, no Rio Grande do Sul, tradicionalmente, ocupou uma posição pouco valorizada nas unidades produtivas agrícolas. Seu papel era quase invisibilizado pela atuação, predominantemente, masculina, nas decisões e tarefas, das propriedades. Silva e Schneider (2010) consideram essa situação:

Boa parte dos estudos sobre mulheres rurais realizados no Brasil sempre tendeu a considerá-las a partir de seu lugar dentro da unidade de produção, focalizando sua condição de trabalhadoras não remuneradas e com baixa valorização. Ainda que esses estudos tenham revelado aspectos relevantes relacionados à situação de desigualdade das mulheres, como a sua importância nas atividades agrícolas e seu papel na reprodução social das famílias rurais, permanecem lacunas quanto a situações opostas e alternativas a essa desigualdade (SILVA; SCHNEIDER, 2010, p. 183-184).

Os autores, que trabalham os temas; do gênero, trabalho rural e pluriatividade, na agricultura familiar, no Brasil, afirmam que *“torna-se importante saber como as mudanças nas relações de trabalho e de produção afetam a sociabilidade e a organização social das famílias rurais”*. Eles consideram que existem *“raros estudos sobre as alterações nas posições de poder e nos papéis sociais que afetam homens e mulheres, jovens e adultos no meio rural”* (SILVA; SCHNEIDER, 2010, p. 184).

Esse cenário pouco se alterou, até o momento, existem estudos sobre as relações de poder, mas acima de tudo, existem raros trabalhos que enfoquem a tomada de decisão de mulheres, no âmbito da produção agrícola.

Essa falta de visibilidade da mulher está caracterizada tanto do ponto de vista de socialização e interação, no urbano e no rural, como nas pesquisas, e estatísticas sobre o tema, no Brasil.

Bourdieu (2012) trata essa questão da mulher e da sua invisibilidade como uma violência simbólica⁵⁵.

A dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte. Por conseguinte, a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico⁵⁶, sobre o sentido das práticas. E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se vêem envolvidas esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. Por conseguinte, seus atos de conhecimento são, exatamente por isso, atos de reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal e que "faz", de certo modo, a violência simbólica que ela sofre (BOURDIEU, 2012, p. 45).

Porém, se verifica, no Censo de 2010, do IBGE, que as mulheres rurais contribuem com 42,4% do rendimento familiar (Censo, 2010). E, ainda, que 16% dos

⁵⁵ A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto (BOURDIEU, 2012, p. 47).

⁵⁶ Relativo à doxa, conjunto de ideias e juízos tidos como naturais. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/dóxico/> Acesso em: 10 mai 2019.

estabelecimentos familiares já são comandados por mulheres (Censo, 2006). Dados da FAO (2019) apontam que somente 30% das terras tituladas do planeta pertencem a mulheres, sendo que elas acessam menos de 10 % dos créditos agrícolas disponibilizados. No Censo Agropecuário de 2017, IBGE (2017), se percebe que 4.100.900 unidades produtivas pertencem a homens e, apenas, 945.490 a mulheres. No Rio Grande do Sul são 743.628, de posse de homens e 103.246, de mulheres, ou seja, a mulher não ocupa uma posição de igualdade em relação ao homem, quanto à titularidade de terras.

Silva e Schneider (2010) explicam, a partir da violência simbólica de Bourdieu (2012), esse véu invisível que cobre as mulheres a ponto de não serem percebidas como verdadeiras promotoras do desenvolvimento de localidades rurais. Por esse motivo, nossa pesquisa tentou captar a importância do trabalho da mulher no ambiente rural e também, urbano, pois o trabalho se desenvolve nesses dois planos, ora nos trabalhos rurais, nas UPA's, em Viamão, ora nos trabalhos das feiras e entregas de cestas, em Porto Alegre.

Dentre as perguntas formuladas para as entrevistas individuais com as famílias, uma versou sobre o papel do trabalho da mulher na UPA. Essa pergunta foi feita somente aos maridos, ou aos filhos, homens, das mulheres do grupo.

Todos os maridos e filhos foram unânimes em dizer que as mulheres garantem 100 % da UPA, seja com as suas atividades nas hortas, nas feiras, nos grupos de produção/consumo responsável, bem como, na tomada de decisão familiar. Essa garantia de 100% da UPA diz respeito à participação efetiva das mulheres na composição da renda familiar e na tomada de decisão sobre o manejo da UPA. Então, nesse estudo, a mulher passa de uma condição de invisibilidade, para outra, de visibilidade e parceria, contínuas.

O trabalho da mulher nas propriedades sempre foi importante, mesmo que não considerado como significativo pelos homens. Um exercício que, outrora, era silencioso, mas hoje passa a ter voz, principalmente se estivermos tratando de mulheres, em assentamentos rurais, da reforma agrária.

As mulheres participam ativamente da luta pela terra, das discussões políticas, das decisões referentes ao sistema social e de produção das UPA's, além de continuarem exercendo um papel de proteção da reprodução social familiar.

Essa resposta não é surpreendente, nos tempos atuais, porém ao longo da trajetória de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, as mulheres normalmente foram mesmo, alijadas, dos processos decisórios em relação às atividades rurais que promovem a soberania alimentar e a segurança econômica, a renda das UPA's.

Deere (2018) aponta que:

A capacidade das mulheres rurais de aproveitarem e se beneficiarem diretamente de qualquer aumento potencial nos recursos direcionados ao setor agrícola de pequeno porte provavelmente dependerá de uma série de variáveis intervenientes. Dentre elas, estão a participação das mulheres nos processos decisórios nas fazendas e seu controle sobre qualquer aumento da produção e renda. Os indicadores sobre segurança da posse de terra das mulheres e, especificamente, de sua propriedade da terra, são, assim, incompletos: faltam informações complementares sobre o processo decisório agrícola de acordo com gênero (DEERE, 2018, p. 8).

Deere (2018) se refere aqui, ao pouco número de trabalhos publicados e de estatísticas sobre o processo decisório rural, cruzando os dados com questões de gênero, revelando que ainda existe um campo em aberto sobre a temática. Strate e Costa (2018) discutem esse tema e alertam que, atualmente, as mulheres são “atrizes fundamentais” e participam nas decisões familiares. As autoras afirmam que:

No Brasil, as mulheres rurais têm uma longa trajetória de lutas para conquistar seu reconhecimento como trabalhadoras rurais e como cidadãs. Nesse percurso estão as lutas para serem aceitas como sindicalizadas, pelo acesso à previdência e à licença maternidade, para ter documentos. Essas lutas desembocaram na reivindicação por renda, o que questiona o homem como representante da família, e incluem a demanda para que as mulheres participem em todos os momentos da produção e comercialização (STRATE; COSTA, 2018, p.3735 a 3736).

Em recente trabalho da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Bojanic (2017) informa que as mulheres têm um papel central na produção de alimentos, elas “*são as responsáveis por mais da metade da produção de alimentos do mundo*”, diz o autor. E, além disso, “*elas exercem também um importante papel na preservação da biodiversidade e garantem a soberania e a segurança alimentar ao se dedicarem a produzir alimentos saudáveis*”. Mas, o mesmo autor alerta que “*apenas 30% são donas formais de suas terras, 10% conseguem ter crédito e 5% recebem assistência técnica*”.

Nosso trabalho também confirma esses dados da FAO, levantados por Bojanic (2017). As “Mulheres da Terra” ainda não são donas formais dos seus lotes de terra, elas também têm muita dificuldade para acessarem crédito rural e na elaboração de projetos de inserção de renda na propriedade. Além disso, elas precisam buscar informações entre os parceiros, agricultores orgânicos, pois não se percebeu um apoio contínuo dos órgãos de extensão rural, nas UPA’s que compõem o grupo.

Em nossa pesquisa foi perguntado às mulheres sobre sua faixa de renda mensal. Embora a renda seja um fator, considerado interno às UPA’s, mas que é importante para apoiar as discussões sobre o sistema social da propriedade, ligado a aspectos econômicos, à faixa de renda. A partir da média, das dez UPA’s do grupo Mulheres da Terra, temos o resultado da renda, mensal, das famílias, na Figura 42.

Figura 42 - Fator interno da UPA, renda total, das famílias das mulheres, MT1 a MT10, de acordo com os resultados da Escala de Likert



Fonte: elaborado pela autora.

Percebe-se que a maioria das famílias têm a sua renda total, média, girando em torno de dois a três salários mínimos, em seis lotes e; de quatro a cinco salários mínimos, em quatro UPA’s. Essa renda gerada teve o papel importante da mulher, da sua atuação na pequena propriedade, seja ligada ao trabalho braçal, ou aos aspectos decisórios sobre as estratégias de reprodução social da família, embora os homens também participem ativamente das atividades agrícolas nas UPA’s. As famílias do grupo participam ativamente de todas as atividades diárias das UPA’s; as mulheres, maridos e filhos realizam as atividades em parceria constante. Cada um se dedica às atividades que mais lhes trazem satisfação, até a capina e o manejo da horta é

compartilhado. Esses dados são apoiados não somente na coleta da faixa de renda das famílias, mas também nas observações de campo, nas UPA's, e nas feiras.

Os trabalhos de Alan Bojanic, agrônomo e representante da FAO indicam, também, que:

Como parte desse processo de entender e estudar as mulheres rurais, a FAO tem constatado que, quando as produtoras conseguem ter acesso igual ao dos homens a recursos produtivos e financeiros, oportunidades de renda, educação e serviços, há um aumento considerável na produção agrícola e uma redução significativa no número de pessoas pobres e com fome (BOJANIC, 2017).

Então, nosso trabalho confirma essa tendência verificada por Bojanic (2017), nos estudos da FAO. As Mulheres da Terra desempenham um papel fundamental que não se dedica apenas à renda da propriedade, mas à proteção do ambiente explorado agricolamente pelas famílias assentadas. Elas, no seu trabalho diário, buscaram novas formas de exploração do meio, incentivadas pelo apoio de universidades públicas, sempre procurando atender ao termo de conduta, firmado com o Estado, para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, do assentamento Filhos de Sepé, em Viamão.

Além da promoção da igualdade entre homens e mulheres, em suas estratégias de reprodução social, nas áreas rurais, a ONU vem fazendo um trabalho que se constituiu como a Agenda 2030 sobre o Desenvolvimento Sustentável. Mas, por que comentar sobre esse trabalho da ONU?

Em função de dois dos 17 objetivos apontados por essa agenda e que são fundamentais em nosso trabalho, a igualdade de gênero e a produção/consumo sustentável. A igualdade de gênero, objetivo cinco, porque ratifica a necessidade de haver um equilíbrio quando são tomadas as decisões dos homens e mulheres, que realizam as atividades rurais, em suas unidades produtivas. E a produção/consumo responsável, objetivo 12, porque é urgente que o ser humano repense suas ações que impactam o meio ambiente, principalmente as relacionadas à pecuária e à agricultura. E, também, porque nosso trabalho se dedica ao conhecimento dos fatores externos que influenciam essas redes alimentares alternativas, levando em consideração as ações da família no sistema socioprodutivo, de acordo com as mudanças do contexto local.

Ainda devemos ressaltar, reforçando essa discussão, o papel do empoderamento feminino como promotor da equidade entre homens e mulheres no campo e no caso em tela, desse estudo de caso.

O empoderamento de acordo com Romano e Antunes (2002), se transformou em conceito “da moda” a partir de 1990, entre os atores que discutiam e atuavam, principalmente, junto a bancos e agências de desenvolvimento. Porém, inclui uma abordagem mais ampla que pode estar correlacionada à participação, descentralização e capital social⁵⁷.

O termo empoderamento, no Brasil, um neologismo cunhado por Paulo Freire, vai além do sentido da palavra “empowerment”, em inglês, “dar poder”, o conceito construído pelo autor indica que os atores, agricultores, mediadores ou instituições, empoderados, são aqueles que realizam por si mesmos as mudanças e ações necessárias para sua evolução e fortalecimento.

A questão do empowerment da classe social envolve a questão de como a classe trabalhadora, através de suas próprias experiências, sua própria construção de cultura, se empenha na obtenção do poder político. Isto faz do *empowerment* muito mais do que um invento individual ou psicológico. Indica um processo político das classes dominadas que buscam a própria liberdade da dominação, um longo processo histórico de que a educação é uma frente de luta (SHOR; FREIRE, 1986, p. 72).

Schiavo e Moreira (2005) afirmam que o empoderamento é um processo de reflexão e tomada de consciência da própria condição do ator que deseja transformar sua realidade e partir para um novo processo onde tenha o poder de decidir o seu futuro, abandonando antigas práticas e formas de transformação do seu cotidiano.

Baquero (2005) afirma que o empoderamento é:

[...] processo e resultado, pode ser concebido como emergindo de um processo de ação social, no qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social e possibilitando a transformação de relações sociais de poder (BAQUERO, 2005, p. 76)

⁵⁷ O capital social implica a sociabilidade de um grupo humano, com os aspectos que permitem a colaboração e o seu uso. Os sociólogos sublinham que o capital social é formado pelas redes sociais, pela confiança mútua e pelas normas efectivas, três conceitos que não são fáceis de definir e que podem variar dependendo do ponto de vista do analista. Disponível em: <https://conceito.de/capital-social> Acesso em: 11 mai 2019.

Amartya Sen (2000) considera a liberdade de escolha como o núcleo do processo de desenvolvimento e a avaliação da apreciação do progresso deve ser realizada, em função da ampliação da liberdade das pessoas, bem como a eficácia do desenvolvimento é correlacionada pela ação livre das pessoas. O desenvolvimento ocorre a partir das capacitações necessárias para o exercício de uma liberdade plena na tomada de decisão.

Foucault (2007) define o poder não como uma “coisa”, que pode ser perdida, ou achada, mas define o termo como uma relação de forças. O sujeito pode ser aquele que está submetido, ou sujeitado à ação de outros agentes e todos os atores que detêm o poder estão submetidos a ele. O poder é um jogo de forças presentes na sociedade e, por isso, há resistência. O saber é uma forma de poder e de rejeição à submissão.

Nas pesquisas que enfocam a Agricultura, o poder e o saber, seja pelo conhecimento das técnicas de produção, ou pela detenção dos meios produtivos, têm uma constante relação de forças entre os agricultores, mediadores e instituições.

Esse trabalho revelou, que mulheres empoderadas, com o seu saber fortalecido por informações técnicas e de mercado, que podem tomar as suas decisões, livremente, garantem o sustento e a reprodução social de suas famílias. Elas não aceitam a submissão da mulher, enquanto participam de todos os processos relacionados às suas vidas. Isso não impede que cuidem e amem as suas famílias, com a mesma intensidade!

No início desse trabalho tínhamos o objetivo de descrever o papel das mulheres assentadas, antes com poucas atividades que auxiliavam a produção da renda familiar e, hoje, integradas em associações e cooperativas, ou mesmo informalmente, cumprindo um papel também como provedoras do sustento familiar, em igualdade com os homens da família, mesmo sob a ação de fatores externos, do contexto socioeconômico do município, do estado, e país.

Encontramos, em meio a esses nossos resultados, que a mulher a partir do seu trabalho, por meio do empoderamento feminino, pode fortalecer a agricultura familiar local. O empoderamento feminino, aqui, como sinônimo de liberdade para tomarem as decisões e regerem as suas próprias vidas! É como diz Shor e Freire (1986, p. 10): um empoderamento com significado de; “A) *dar poder a*, B) *ativar a potencialidade*

criativa, C) desenvolver a potencialidade criativa do sujeito, e D) dinamizar a potencialidade do sujeito”.

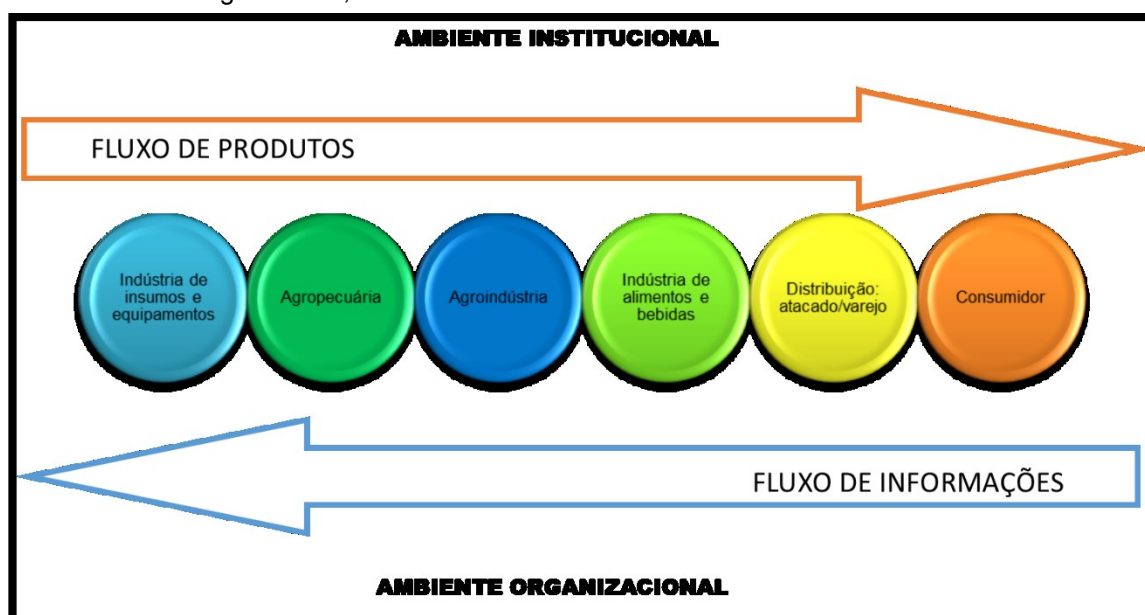
4.6 FEIRAS ORGÂNICAS E GRUPOS DE PRODUÇÃO/CONSUMO RESPONSÁVEL: O PAPEL DA VENDA DIRETA AO CONSUMIDOR NAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL FAMILIAR

As cadeias curtas de produção podem interceder diretamente na dinâmica local de desenvolvimento e a agricultura familiar se destaca nesse contexto. Entre as formas mais conhecidas de contato direto entre agricultores e consumidores figuram as feiras locais que comercializam alimentos, componentes das receitas do cardápio diário dos consumidores.

Porém, no início desse trabalho, tínhamos em mente que os Grupos de Produção e Consumo Responsável eram vitais para as famílias que compõe o grupo Mulheres da Terra, pelo caráter de novidade que apresentavam. Mas, ao contrário, percebemos que são as feiras de produtos orgânicos que exercem um papel fundamental para a reprodução social dessas famílias, do caso de estudo.

Traçando um paralelo sobre mercados, o mercado convencional de alimentos é baseado em cadeias longas de produção, elas são formadas por elos que se distanciam do contato direto, entre agricultores e consumidores, como se observa na Figura 43.

Figura 43 - Elos da cadeia convencional de alimentos em que o setor agropecuário, onde estão os agricultores, se distancia do contato direto com os consumidores



Fonte: adaptado de Batalha (1997) e Zylbersztajn e Neves (2000).

Traçamos esse paralelo no intuito de deixarmos os mercados de cadeias curtas, em evidência, facilitando o entendimento e esclarecendo a noção concreta sobre os mercados discutidos na tese. Então, em uma cadeia curta de produção de orgânicos, do grupo Mulheres da Terra, distanciada de insumos químicos e agrotóxicos, com interações diretas entre agricultoras/agricultores e seus “parceiros”, os consumidores, a organização visualizada se dá de forma oposta, e mesmo circular, (Figura 44).

Figura 44 - Cadeia curta de produção/consumo onde há o contato direto entre as agricultoras e parceiros consumidores do Grupo Mulheres da Terra



Fonte: elaborado pela autora.

O mercado é representado de forma circular porque tudo que é produzido é quase, totalmente, aproveitado, até os resíduos, nesse caso os resíduos das feiras são reutilizados para a alimentação dos animais e para a compostagem dos restos, que se transformam em um adubo orgânico utilizado nas plantações.

Mazoyer e Roudart (2010) ensinam que, com o tempo, todas as formas de agricultura se transformam. E desde o princípio a agricultura se desenvolveu pautada em dois tipos de sistemas; os sistemas pastorais e os de cultivo de derrubada-queimada. E, foi a partir da motomecanização que, as alterações mais profundas, tanto da Agricultura, propriamente dita, quanto do relacionamento mercantil, foram se

modificando. Os autores escrevem sobre a situação dos pequenos e médios agricultores, diante dessa nova realidade mercantil:

Confrontados com essa dura concorrência, atingidos pela queda dos preços, os agricultores menos equipados e os menos produtivos viram sua renda desintegrar-se. Incapazes de investir e de se desenvolver, foram condenados ao atraso e à conseqüente eliminação. Assim, dezenas de milhões de pequenas e médias propriedades agrícolas dos países desenvolvidos desapareceram desde o princípio do século. Após algumas décadas, as mesmas causas produziram os mesmos efeitos. Centenas de milhares de propriedades camponesas subequipadas dos países em desenvolvimento se viram, por sua vez, mergulhadas na crise e eliminadas, alimentando a maré montante do êxodo agrícola, do desenvolvimento da pobreza rural e urbana (MAZOYER; ROUDART, 2010, p.47).

Em meio a essas afirmações dos autores, nos surgem alguns questionamentos importantes. Qual será o futuro da agricultura familiar brasileira, que experimentou por breves momentos de sua existência, um apoio para crescer, a partir de políticas públicas governamentais do período de 2003 a 2016? E, como, esses pequenos agricultores vão continuar existindo para alimentar milhões de bocas famintas no Brasil? São perguntas que, nesse momento, nos parecem pertinentes e, mesmo, assustadoras, diante do desmonte de tudo que parecia crescer e frutificar, para uma situação de extrema desigualdade e concorrência, tanto para as famílias desses agricultores, quanto para os consumidores. Esses últimos ainda têm mercados alternativos para fugirem, um pouco, da compra de alimentos em minimercados, supermercados e hipermercados, que são transportados por vários quilômetros, até chegarem aos seus pratos, nas suas casas. As chamadas gerações “Y” e “Z”⁵⁸ parecem já terem comprado essa causa. Será que não podemos produzir, localmente, do jeito que Mazoyer e Roudart contaram em seu livro da história das agriculturas do mundo? Afinal, isso já aconteceu no passado, embora hoje tenhamos um mundo globalizado e, ainda muito arraigado à industrialização e produção de *commodities*.

⁵⁸ Geração Y e Z. Esses jovens fazem parte de um movimento social sustentável, que está mais ciente de onde e como os produtos consumidos estão sendo fabricados. Preferem comprar de empresas que têm comportamento social responsável e transparência na sua cadeia de abastecimento e produção. De acordo com um estudo feito pela Nielsen em 2015, cerca de 66% dos entrevistados disseram que estavam dispostos a pagar mais para as empresas que estão comprometidas com impacto social e ambiental positivo, acima dos 55% em 2014 e 50% em 2013. Além disso, a geração Z (dos 15 a 20 anos) tem também mostrado uma maior disposição (até de 55% em 2014 para 72% em 2015) para pagar mais por produtos / serviços que vêm de marcas que estão comprometidos com o impacto social e ambiental positivo. Disponível em: <https://www.turmadaarvore.com.br/blog/como-as-geracoes-y-e-z-lidam-com-o-meio-ambiente> Acesso em: 17 Mai 2019.

As redes alimentares alternativas têm demonstrado que outra forma de comercialização, em mercados de cadeias curtas, de venda direta, é possível. As Mulheres da Terra dizem que o foco nesse tipo de mercado, de venda direta, é a produção de um alimento saudável, em que há, efetivamente, um contato direto com os parceiros consumidores.

Além disso, durante o trabalho, no grupo focal, com as mulheres reunidas, elas disseram que com o fato de não haver atravessadores para a venda dos produtos, a produção de um alimento com preço justo, e o recebimento do pagamento no instante da compra, são facilitados.

Esse contato direto também abre portas para a comercialização e divulgação dos produtos, que são produzidos obedecendo a qualidade e a aquisição de alimentos saudáveis, pelos consumidores.

A MT1 fala:

Para uma relação direta com nossos parceiros, os consumidores, é preciso fazer um curso de Psicologia. Têm pessoas que nos tratam como se fôssemos da família. Muitas vezes as pessoas vêm nos visitar, na propriedade e nas feiras, e só querem conversar, trocar ideias, sem comprar nada. É uma relação de confiança que a gente conquista. Por essa razão temos um trabalho de relacionamento nas feiras, sempre vamos acompanhadas por, no mínimo, duas pessoas. Enquanto uma faz a venda e atende um cliente, o outro conversa, tira dúvidas sobre os alimentos, sugere receitas. Se vai só um, mal consegue vender e receber o dinheiro da compra efetuada (Fala da MT1⁵⁹, 2018).

Teóricos como Simmel, Mauss, Lévi-Strauss, Polanyi e Gouldner foram os precursores da discussão sobre a reciprocidade. Sabourin (2011) cita esses autores como a base das discussões sobre o tema. Ele destaca que *“a relação de reciprocidade, em uma estrutura bilateral simétrica, gera um sentimento de amizade; e que a estrutura de divisão simétrica dos bens dentro de um grupo gera a justiça”* (SABOURIN, 2011, p. 31).

O relato da MT1 traduz, de forma simples, a afirmação de Sabourin, a reciprocidade, esse dar e receber, de forma justa e mesmo ética, transforma as relações de tal forma que são criados laços de amizade entre os pares envolvidos nessa relação. SABOURIN (2011) completa:

⁵⁹ Fala da MT1. Trabalho de Grupo Focal. [Mai. 2018]. Pesquisadora responsável: Sarita Mercedes Fernandez. Viamão, 2018. 1 arquivo .mp3 (240 min.).

A primeira interface é a da venda direta, que permite o encontro entre produtor e consumidor, a exemplo da venda na propriedade e nos quiosques de beira de estrada, na Nova Caledônia, ou em mercados de proximidade, como os mercados de produtores da França, da África ou do Brasil. Existe uma relação de troca, mas o contato direto entre produtor e comprador permite redobrar uma relação de reciprocidade binária que gera valores afetivos: sentimento de amizade, de reconhecimento mútuo ou valores étnicos de fidelidade e de respeito (SABOURIN, 2011, p. 41).

É um mercado em que aparecem operações permeadas pela justiça, confiança e mesmo, por uma forma desvinculada do lucro, pelo lucro. Se percebe uma relação não mais de simples compra e venda de alimentos, os alimentos considerados “mercadorias”, mas antes uma imagem que se traduz por humanidade e lealdade.

Sabourin (2011) continua:

É o caso, também, das redes curtas controladas socialmente por agrupamentos de produtores ou das cooperativas de consumidores. Podemos citar o caso dos mercados e das cestas camponesas na França, ou das associações mistas entre agricultores e consumidores (AMAP). Tais situações de contato direto dão lugar a relações humanas: conversações em torno do produto, dos procedimentos, das receitas. Geram, assim, sentimentos e valores de amizade, de fidelidade e de confiança, entre produtores e consumidores (SABOURIN, 2011, p. 41-42).

Lealdade, fidelidade e confiança, qualidades essas, que se misturam expondo a reciprocidade de Sabourin (2011) e que podem garantir a existência dessas redes alimentares alternativas, no momento em que os parceiros, consumidores, apoiam os pequenos agricultores, comprando seus produtos frescos, livre de agrotóxicos. Esses alimentos isentos de uma distribuição por atravessadores, ponto fraco de muitas redes de abastecimento que fazem o preço dos alimentos extrapolarem.

Em pesquisa da FIESP⁶⁰, com a realização de 3.000 entrevistas, nos mais diversos municípios brasileiros, entre eles, Porto Alegre, no período de 27 de setembro a 10 de outubro, de 2017, os pesquisadores constataram que “*nos últimos anos, preço baixo ganhou importância no processo de compra de alimentos e hoje é considerado um dos principais drivers de escolha da categoria*” (FIESP, 2017, p. 15).

⁶⁰ Pesquisa realizada sobre o consumo de alimentos industrializados, mas aqui utilizada para referir os parâmetros atuais de consumo dos brasileiros, nos principais municípios da pesquisa da FIESP. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). A Mesa dos Brasileiros: Transformações, Confirmações e Contradições. São Paulo: FIESP/CIESP, 2017, 98 p. Disponível em: <http://hotsite.fiesp.com.br/amesadosbrasil/amesadosbrasil.pdf> Acesso em: 22 Jun 2019.

Os índices de preços altos dos produtos que fazem os consumidores buscarem alternativas de alimentos mais baratos são traduzidos, muitas vezes, apenas pelos efeitos do clima, que diminuem a oferta. Mas muitas pesquisas e notícias esquecem que esses alimentos atravessam o país, por via rodoviária, encarecendo seu preço final, além das grandes redes de supermercados que praticam preços altos, em virtude desse mesmo sistema equivocado de abastecimento e do motivo principal da obtenção de lucro.

Dados do governo brasileiro, da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, informam que, no Brasil, temos “4,4 milhões de famílias agricultoras, o que representa 84% dos estabelecimentos rurais brasileiros”, e também que a agricultura familiar “é responsável pela produção de mais de 50% dos alimentos da cesta básica brasileira” (BRASIL, 2017). Se temos tantas propriedades familiares que podem abastecer os mercados locais, por que razão não podemos incentivar esses agricultores a, cada vez mais, produzirem e abastecerem a rede local, de oferta de alimentos?

Essa agricultura, do tipo familiar se renova, apresentando novas formas de produção, orgânica e agroecológica, incentivando essas práticas para um desenvolvimento rural sustentável.

Van Der Ploeg (2014, p. 7-10) expõe dez qualidades principais da agricultura familiar. A primeira diz respeito “ao controle sobre os principais recursos que utiliza em seu estabelecimento”. A terra, as máquinas, as construções rurais, e o capital, são organizados pela família.

A segunda qualidade destacada pelo autor é que “a maior parte da força de trabalho é da família”. A MT3 afirma: “a mão de obra é da família, mas contratamos informalmente um rapaz, cinco dias por semana, também trocamos serviço entre nós, da comunidade” (Fala da MT3⁶¹, 2018).

A terceira característica apontada por Van Der Ploeg (2014) se refere ao “nexo entre a família e o estabelecimento que é central nas decisões relacionadas ao desenvolvimento do próprio estabelecimento”. É a decisão no seio do sistema social, a família decide o que vai fazer no seu sistema de produção.

⁶¹ Fala da MT3. Trabalho de Grupo Focal. [Mai. 2018]. Pesquisadora responsável: Sarita Mercedes Fernandez. Viamão, 2018. 1 arquivo .mp3 (240 min.).

A quarta ensina que *“os estabelecimentos familiares proporcionam à família agricultora uma parte, ou a totalidade, de sua renda e dos alimentos consumidos”*. O grupo, durante o trabalho de pesquisa, também confirma essa qualidade. Elas disseram que não têm noção de quanto economizam em comida porque produzem tudo o que comem, pouquíssimos itens são adquiridos de fora do assentamento.

A quinta é muito importante em nosso trabalho pois o autor afirma que *“o estabelecimento familiar não é só um lugar de produção. É também o lar da família agricultora”*. Por essa razão dividimos, teoricamente, a unidade produtiva familiar, pelo sistema social, como o centro das decisões familiares, e pelo sistema de produção, em que os alimentos são produzidos.

A sexta qualidade refere que *“a agricultura familiar é parte de um fluxo que une passado, presente e futuro, o que significa que cada estabelecimento familiar possui uma história cheia de memórias”*. Van Der Ploeg alerta para a riqueza que existe em torno da preservação das informações culturais locais.

A sétima estabelece que a UPA *“é o local onde experiências são acumuladas, onde o aprendizado tem lugar e onde o conhecimento é transmitido à geração seguinte de maneira sutil, porém determinada”*. A MT3 complementa muito bem essa afirmação de Van Der Ploeg, ela diz *“o bem maior é a nossa saúde, é a alimentação que nós temos, livre de venenos e de todas essas porcarias que usam nas indústrias convencionais”* (Fala da MT3⁶², 2018). A agricultora tem filhos que já estão atuando na produção das hortaliças orgânicas e já apresentam a fala e o conhecimento passado pelos pais sobre o cultivo de orgânicos.

A oitava destaca que *“o estabelecimento familiar é um lugar onde se vivencia e se preserva a cultura, podendo assim ser considerado um patrimônio cultural”*. Efetivamente é assim que é conservado o saber fazer essa agricultura que tenta preservar a natureza, que tem mesmo uma preocupação com a espiritualidade dos alimentos, a biodinâmica, que está baseada em uma abordagem espiritual-ético-ecológica para a agricultura.

A nona qualidade apresentada pelo autor expõe que *“a família e o estabelecimento são também partes integrantes da economia rural: estão vinculados*

⁶² Fala da MT3. Trabalho de Grupo Focal. [Mai. 2018]. Pesquisadora responsável: Sarita Mercedes Fernandez. Viamão, 2018. 1 arquivo .mp3 (240 min.).

à localidade e são portadores dos códigos culturais da comunidade à qual pertencem". Nesse ponto observamos o papel da agricultura familiar para a produção local de alimentos, em um país de dimensões continentais como o Brasil, com diferenças culturais expressivas, que traduzem uma riqueza de costumes específicos, que não podem ser perdidos, antes, edificados, nos seus locais.

A décima e última qualidade apresentada por Van Der Ploeg “o estabelecimento familiar faz parte da paisagem rural. Nele, pode-se trabalhar com a natureza, em vez de contra ela, ao se valer dos processos e dos equilíbrios ecológicos, em vez de interrompê-los” (VAN DER PLOEG, 2014, p. 7-10). Essa qualidade, de número dez, pode ser destacada nas unidades produtivas desse estudo de caso que estamos relatando. A preservação da natureza é condição essencial para que o homem siga vivendo no planeta, para tanto é necessário desenvolver, cada vez mais, sistemas de produção baseados em cultivos orgânicos. As mulheres vêm tendo contato com pessoas experientes sobre a produção orgânica e agroecológica, e mesmo com a agricultura biodinâmica. A MT1 fala:

O Tião (Sebastião Pinheiro), está falando inclusive na espiritualidade dos alimentos, ele disse que o mundo está mudando, até as estações estão sendo alteradas, o que nos resta é seguir a luz, a energia, é isso que nos resta. Coisas práticas que tu fazes e nem acreditas. A MT2, por exemplo, ela passou extrato de Cavalinha⁶³ nas árvores porque essa planta tem sílica, pedra de cristal, com o Sol e suas energias, essa sílica faz brilhar, então a energia das árvores melhora. As bergamoteiras e laranjeiras estavam com problemas sanitários e se curaram, tanto na minha casa, quanto na casa da MT2, né MT2? Simplesmente voltaram a ser “guriazinhas”, ou tu acreditas nessa energia cósmica, ou tu não acreditas, é assim na prática. Quem não acredita, não usa. Tu tens a tua religião, a tua crença, mas a Agricultura, com essas forças, no dia a dia, com a alteração das estações, tu nunca sabes como vai se comportar a planta nos canteiros. A sílica é uma proteção, ela informa os bichinhos que procurem outro refúgio, que ali naquela planta não devem ficar, que se mudem. Na prática do curso do Tião, no outro dia, depois que passamos a Cavalinha, só dava, cobra, aranha e outros animais se afastando das plantas onde aplicamos o extrato (Fala da MT1⁶⁴, 2018).

As palavras das mulheres são permeadas por um saber fazer e por um conhecimento que vem sendo passado para os seus filhos e comunidade do entorno. Esse “novo” conhecimento, que parece ser “velho”, sobre a produção de orgânicos,

⁶³ Planta do gênero *Equisetum* sp.

⁶⁴ Fala da MT1. Trabalho de Grupo Focal. [Mai. 2018]. Pesquisadora responsável: Sarita Mercedes Fernandez. Viamão, 2018. 1 arquivo .mp3 (240 min.).

no sentido de preservação de conhecimentos milenares, passados de geração para geração, reproduz a tônica local, de preservação e respeito à natureza.

Observamos que alguns dados confirmam essa tendência encontrada na pesquisa. Os números da produção orgânica de alimentos, no Brasil, vêm crescendo. Dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, informam que existem 16.030 produtores orgânicos, distribuídos nas regiões brasileiras: no Sul temos 5.483 agricultores; no Nordeste, 4.752; no Sudeste, 3.515; no Norte, 1.450 e, no Centro Oeste, 753. Atualmente, 2019, já são 17.730 agricultores orgânicos (BRASIL, 2017).

Esse número de agricultores vem aumentando, anualmente. Em Porto Alegre e Viamão, região onde foi realizada a pesquisa da tese, são 16 iniciativas que comercializam alimentos orgânicos, em funcionamento, Quadro 5.

Quadro 7 - Quadro das feiras orgânicas de Porto Alegre e Viamão, em 2019.

FEIRAS Porto Alegre e Viamão	ENDEREÇO	QUANDO	PRODUTOS
Feira Ecológica do Bom Fim	Avenida José Bonifácio, entre as ruas Vieira de Castro e Santa Teresinha	Todos os sábados, inclusive feriados, das 7 h às 13 h	Cereais, Frutas, Legumes, Verduras, Laticínios, Leguminosas, Panificados, Ovos, Flores, Outros
Feira Ecológica Três Figueiras	Rua Cel. Armando Assis, Três Figueiras (ao lado da praça Desembargador La Hire Guerra)	Sábado (Manhã), das 8 h às 13 h	Frutas, Legumes, Verduras, Panificados Ovos
FAE – Feira dos Agricultores Ecologistas	Avenida José Bonifácio, 1ª quadra, Bom Fim	Sábado (Manhã), das 7 h às 13 h	Cereais, Frutas, Legumes, Verduras, Laticínios, Leguminosas, Panificados, Ovos, Outros
Feira Orgânica Rômulo Telles	R. Rômulo Telles Pessoa - Bela Vista	Sábado (Manhã), das 7 h às 13 h	Frutas, Legumes e Verduras
GiraSol – Cooperativa de Consumo	Rua José do Patrocínio, 611, Porto Alegre (sede)	Quinta-feira, das 17 h às 18 h 30 min (Galpão do DTG da Emater e Comuna do Arvoredo) e 17 h às 19 h (sede) / Sábado (Espaço Cultural, 512).	Frutas, Legumes e Verduras
Feira de Orgânicos Mulheres da Terra	UFRGS - Agronomia	Quinta-feira (Tarde), 13 h às 18 h	Frutas, Legumes, Verduras, Leguminosas, Panificados, Outros
Feira de Orgânicos Mulheres da Terra	UFRGS - FACED	Terça-feira (Manhã e Tarde) 10 h às 16 h	Frutas, Legumes, Verduras, Leguminosas, Panificados, Outros
Feira de Orgânicos Mulheres da Terra	UFRGS – Campus Vale	Quinta-feira das 10 h às 15 h	Frutas, Legumes, Verduras, Leguminosas, Panificados, Outros
Feira Orgânica Menino Deus	Av. Getúlio Vargas, 1384 - Menino Deus	Quarta-feira (Tarde), 13 h às 19 h Sábado (Manhã), das 7 h às 13 h	Frutas, Legumes, Verduras, Panificados, Ovos, Outros
Feira Ecológica do SIMERS	R. Gen. Tibúrcio – Petrópolis	Quarta-feira (Tarde), das 13 h às 18 h	Frutas, Legumes, Verduras, Leguminosas, Ovos Panificados, Outros
Feira Orgânica da Redenção	Av. José Bonifácio – Farroupilha	Sábado (Manhã), 7 h às 12 h 30 min	Frutas, Legumes e Verduras, Laticínios, Ovos, Panificados, Outros
Feira Orgânica em Petrópolis	Rua Felizardo, 90 – Petrópolis	Sábado (Manhã), das 7 h às 12 h	Frutas, Legumes e Verduras
Feira Ecológica da Tristeza	Av. Wenceslau Escobar, 2415, Tristeza	Sábado (Manhã), das 7 h às 13 h	Frutas, Legumes e Verduras
Feira Quarta Orgânica	Av. Loureiro da Silva, 515 - Centro	Quarta-feira (Manhã)	Frutas, Legumes e Verduras
Feira Orgânica Cantegril	Av. Senador Salgado Filho, nº 6614, parada 48	Sábado 9 h às 14 h	Cereais, Frutas, Legumes, Verduras, Laticínios, Leguminosas, Panificados Ovos
Feira Orgânica Viamão	Calçada Tapir Rocha - Centro Viamão - RS	Quinta-feira, 8 h às 13 h	Cereais, Frutas, Legumes, Verduras, Laticínios, Leguminosas, Panificados, Ovos

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações do IDEC, 2019.

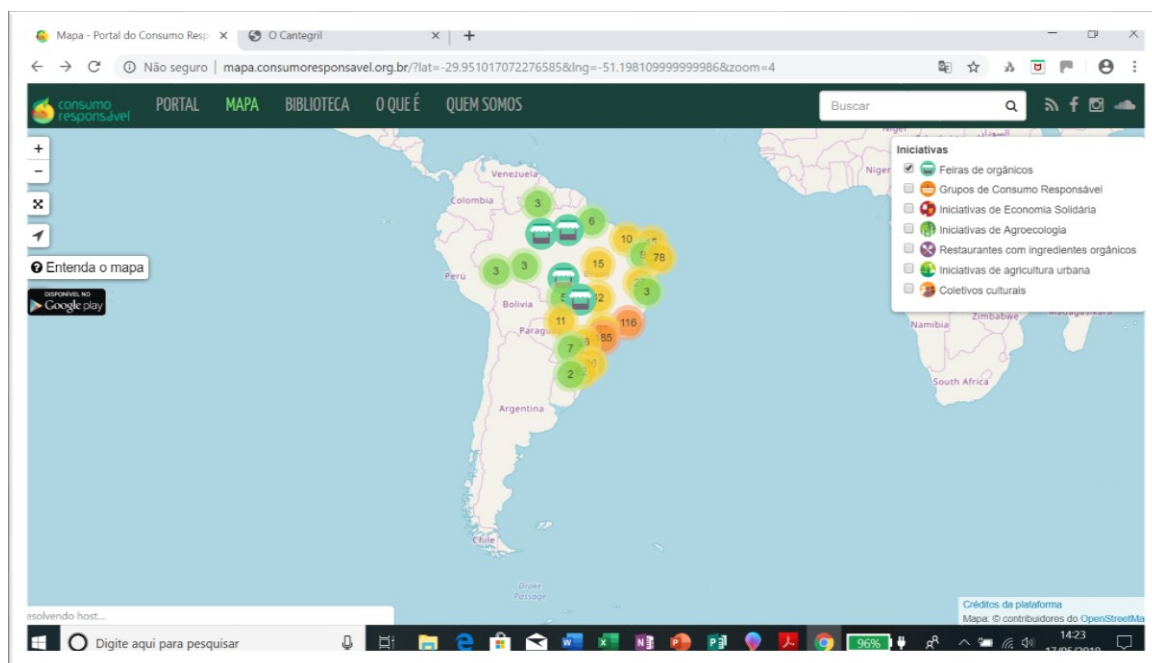
Essas iniciativas são compostas por agricultoras e agricultores familiares, assentados da reforma agrária e também por não assentados, que têm por princípio a não utilização de agrotóxicos e adubos químicos.

Em nossa investigação consideramos sempre os dois elos envolvidos, produção e consumo, porque sem os consumidores, os produtores não teriam apoio

para continuarem plantando e evoluindo o conjunto dos seus cultivos. Dessa forma também encontramos informações que nos auxiliam a vislumbrar um quadro da situação da produção e consumo de orgânicos no Brasil.

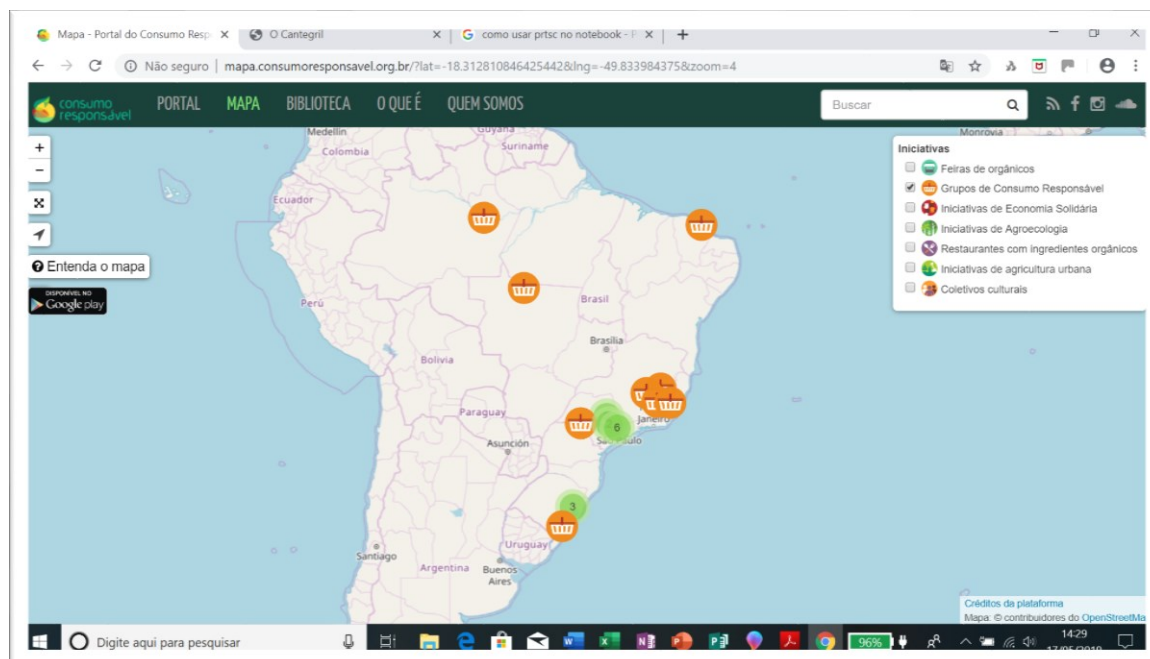
O portal do consumo responsável mapeia as feiras, Figura 45, e grupos de consumo responsável, Figura 46, existentes no Brasil. Percebe-se que esse mapeamento precisa de atualizações constantes porque, principalmente, os grupos de produção/consumo responsável, ainda apresentam certa volatilidade.

Figura 45 - Mapa das feiras orgânicas brasileiras.



Fonte: PORTAL DO CONSUMO RESPONSÁVEL, 2019.

Figura 46 - Mapa dos grupos de consumo responsável no Brasil, 2019.

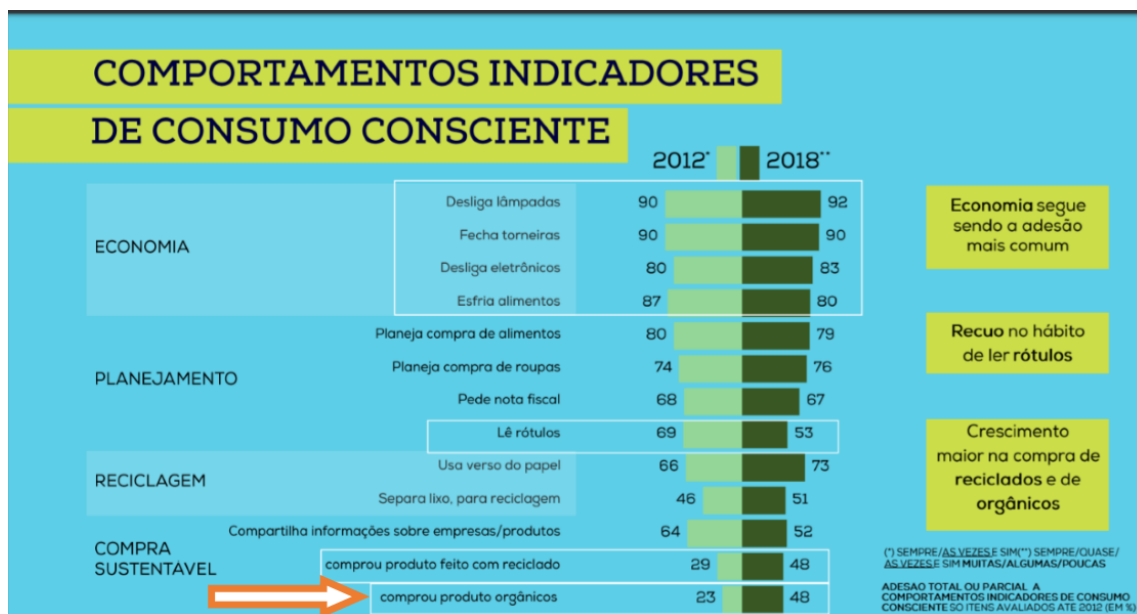


Fonte: PORTAL DO CONSUMO RESPONSÁVEL, 2019.

Para além desses mapeamentos já se tem pesquisas sobre os consumidores brasileiros que optam pelo consumo consciente, e que primam por uma alimentação saudável. O Instituto Akatu⁶⁵ desenvolveu uma pesquisa, de abordagem quantitativa, em 2018, com 1.090 entrevistas, sobre o consumo consciente. Foram 12 regiões metropolitanas, nas regiões: sul, sudeste, nordeste e norte/centro-oeste. Entre os 13 comportamentos avaliados, um versou sobre a compra de produtos orgânicos. Em pesquisa nos mesmos moldes, de 2012, o percentual de consumidores que alegaram consumir alimentos orgânicos, foi de 23 %. A pesquisa de 2018 demonstra que esse hábito apresenta mais que o dobro dos entrevistados afirmando que consomem produtos orgânicos, em um percentual de 48 %, (Figura 47).

⁶⁵ O INSTITUTO AKATU é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que trabalha pela conscientização e mobilização da sociedade para o consumo consciente. As atividades estão focadas na mudança de comportamento do consumidor e são realizadas a partir de duas frentes de atuação: Educação e Comunicação, com o desenvolvimento de campanhas, conteúdos e metodologias, pesquisas e eventos. Disponível em: <https://www.akatu.org.br/sobre-o-akatu/> Acesso em: 17 Mai 2019.

Figura 47 - Comportamento consumo consciente do Instituto Akatu, em que destacamos a compra de orgânicos.



Fonte: Instituto Akatu, 2018, p. 17.

Grande parte desse consumo de produtos orgânicos vem das feiras e se percebe que ainda existe potencial para o desenvolvimento de grupos de produção/consumo responsável, especialmente no Rio Grande do Sul, em que se percebe na pesquisa do Instituto Akatu, ser o estado que mais se destaca no quesito consumo consciente.

A pesquisa do Instituto Akatu demonstra, também, que as pessoas vêm buscando uma alimentação saudável, o foco é a alimentação fresca e nutritiva. O Grupo Mulheres da Terra vem usando as feiras para divulgação dessa modalidade de venda direta que são os grupos de consumo. Esse trabalho das mulheres, que faz parte das estratégias de reprodução social do grupo, visa divulgar seus produtos, associados à promoção do desenvolvimento rural sustentável. É uma agricultura face a face, que prima pelo contato direto entre os elos da cadeia produtiva e fortalece a relação produção/consumo responsável.

Continuando na esteira desse mesmo assunto, convém perguntarmos: Você sabe de onde vem seu alimento?

4.7 VOCÊ SABE DE ONDE VEM SEU ALIMENTO?

A produção de orgânicos no Rio Grande do Sul vem tendo destaque a partir do trabalho das pequenas propriedades da agricultura familiar, assim como pelos assentamentos da reforma agrária. Esses assentamentos vem sendo pioneiros na produção de orgânicos, inicialmente, o arroz, (Figura 48), era o ator principal, mas hoje já existem outros alimentos sendo produzidos, (Figura 49).

Figura 48 - Arroz orgânico comercializado pela cooperativa COOPAN.



Fonte: acervo da autora, 2019.

Porém, essa história não foi sempre assim. Mesmo que as famílias que receberam os seus lotes no Assentamento Filhos de Sepé, soubessem que a regra era a não utilização de agrotóxicos nas terras, no início foi difícil eles cumprirem o que prometeram. Iniciaram produzindo arroz, mas em sistema de produção convencional, utilizando agrotóxicos e adubos químicos, mesmo depois de algum tempo de terem assinado o termo de ajuste de conduta. A MT1 conta que:

A minha família, por causa de nossa atuação para o respeito ao ajuste de conduta, sofreu ameaças, se iam fazer dano eu não sei, mas vinham para a frente da minha casa e diziam que iam colocar fogo. Tivemos que sair do assentamento por um tempo e, por ironia do destino, quando eu fui presidente da associação quiseram mandar embora quem não cumpria o ajuste, daí eu falei que agora era a minha vez, que ia lavar as minhas mãos, eu disse para eles: lá atrás vocês queriam nos tirar do assentamento por acreditarmos em

uma agricultura sem veneno e, agora, eu não vou lutar por vocês, não, lavo as minhas mãos (Fala da MT1⁶⁶, 2019).

A fala da MT1 demonstra que a luta por uma agricultura sem o uso de agrotóxicos e insumos químicos foi grande e, por vezes, ameaçadora. Ela conclui que os agricultores do assentamento queriam ganhar dinheiro usando veneno, para logo após, também morrerem envenenados. Elas relatam que o assentamento ficou dividido, umas 100 famílias a favor, e o restante, eram todos contrários ao ajuste de conduta. Esse termo ocorreu por imposição para os assentados, mesmo eles sabendo que, primeiro, não podiam usar veneno, por ser uma área dedicada ao cultivo orgânico; e segundo, deviam trabalhar no coletivo. Somente faz oito anos que tudo está correndo de acordo com o estabelecido pelo INCRA.

A MT3 diz: *“somos orgânicas, falta tempo para nos considerarmos agroecológicas, esses organismos que formam uma biodiversidade levam tempo e são muito caros, em função de vivermos em um mundo capitalista”* (Fala da MT3⁶⁷, 2019).

⁶⁶ Fala da MT1. Trabalho de Grupo Focal. [Mai. 2018]. Pesquisadora responsável: Sarita Mercedes Fernandez. Viamão, 2018. 1 arquivo .mp3 (240 min.).

⁶⁷ Fala da MT3. Trabalho de Grupo Focal. [Mai. 2018]. Pesquisadora responsável: Sarita Mercedes Fernandez. Viamão, 2018. 1 arquivo .mp3 (240 min.).

Figura 49 - Alimentos disponíveis na feira do Cantegril, em Viamão.



Fonte: acervo da autora, 2019.

Outro fato revelador é a história que contam a MT2 e a MT3. A MT2 conta que não é a favor dos agrotóxicos por experiência do que viu quando trabalhou em um hospital. Ela produz somente orgânicos, por convicção:

Quando eu trabalhava num hospital morria muito nenê, daí comecei a ficar curiosa e questionei uma colega que era enfermeira chefe por que motivo morriam tantas crianças, afinal nasciam lindas, grandes, e morriam, logo

depois. Daí eu perguntei prá Mara, Mara o que é isso? Que mortandade de nenês é essa? Me conta! Ela me olhou de cantinho e ficou quieta, ela não podia falar, é claro. Um belo dia ela nos reuniu, eu e as outras funcionárias, em uma salinha e falou: olhem os prontuários das pacientes e percebam que todas as mães e pais desses bebês trabalham na área agrícola. A mãe pode até não ir para a lavoura, mas lava a roupa do marido, cheia de agrotóxico e é o que chega para se contaminarem. Quando essas mulheres engravidam contaminam seus bebês e pode ser letal, conforme a dose. Essa enfermeira estava fazendo mestrado na área da saúde e estudou justamente esse tema, por isso conhecia o motivo das mortes. Depois, por essa mesma razão, teve que sair do Brasil, perseguida pelo pessoal do agronegócio. Primeiro tentaram seduzi-la, colocaram um bonitão lá do hospital atrás dela, ela não cedeu; depois tentaram suborná-la para não divulgar esses resultados na dissertação e, por fim; quiseram matá-la, daí ela saiu do país, nunca mais tive notícias dela, não sei como está (Fala da MT2⁶⁸, 2019)..

E, a MT3, porque seu marido foi vítima dos agrotóxicos, “logo ele que defendia o uso dos venenos, agora é orgânico, por opção”, ela diz, também conta por que não usam agrotóxicos.

Meu marido adoeceu e quase morreu, por envenenamento dos agrotóxicos. Entre 2006 e 2007 ele adoeceu, então eu fui trabalhar fora. Uma das primeiras hortas do assentamento foi a nossa, meu marido gostava de horta em casa, apesar de trabalhar no arroz convencional. Depois que ele melhorou, trabalhou fora, mas quando começamos a nos unir no grupo, ele voltou para trabalhar só no lote de moradia, onde temos a horta. Isso foi em 2008, 2009, quando os primeiros PAA e PNAE surgiram. Eu ainda trabalhava fora, mas chegava e ia prá horta capinar, adoro uma enxada, enquanto eu tiver forças, vou fazer isso, gosto muito. Em 2012 nos dedicamos somente ao cultivo de orgânicos na horta e nas feiras, então a nossa vida, saúde e condição financeira mudou (Fala da MT3⁶⁹, 2018).

No Brasil, após a eleição presidencial, em 2019, a agricultura familiar passa a ter três problemas principais; a resistência de setores do agronegócio que barram a criação e a continuidade de políticas públicas específicas da agricultura familiar, como o PAA e o PNAE; o segundo problema a ser destacado é a aprovação do “PL do veneno”, Projeto de Lei 6.299/2002⁷⁰, com alterações que flexibilizam o uso desses químicos, defendido na câmara pela bancada ruralista, e o terceiro é o próprio fechamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que se encarregava do apoio

⁶⁸ Fala da MT2. Trabalho de Grupo Focal. [Mai. 2018]. Pesquisadora responsável: Sarita Mercedes Fernandez. Viamão, 2018. 1 arquivo .mp3 (240 min.).

⁶⁹ Fala da MT3. Trabalho de Grupo Focal. [Mai. 2018]. Pesquisadora responsável: Sarita Mercedes Fernandez. Viamão, 2018. 1 arquivo .mp3 (240 min.).

⁷⁰ Inteiro teor disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=41FF90D78E04F7F7157DBC2BD863D1B6.proposicoesWebExterno2?codteor=1672866&filename=PL+6299/2002 Acesso em: 18 Mai 2019.

e fomento de políticas próprias para a defesa da agricultura em pequenas propriedades.

Em nossa pesquisa quando foi perguntado às agricultoras sobre o efeito da inserção e retirada de políticas públicas que apoiam a agricultura familiar, fatores externos à propriedade, elas responderam que esses fatores poderiam causar até um abalo financeiro nas UPA's do assentamento.

A Geógrafa Larissa Bombardi, autora do livro “Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia”, discute com clareza o tema dos agrotóxicos, traçando um paralelo com a produção agrícola. A autora expõe dados reveladores sobre a produção de *commodities* agrícolas, em detrimento da produção dos principais alimentos da cesta básica das regiões brasileiras. Ela demonstra que, cada vez mais, o Brasil produz cana, soja, e eucalipto, e deixa de cultivar alimentos que abastecem as cestas básicas locais (BOMBARDI, 2017, p. 26-28).

Realmente, o Brasil, é essa âncora verde, direcionada pelas *commodities* agrícolas. Porém, o que comemos diariamente está sendo produzido pela agricultura familiar, mesmo que desde o final de 2018, início de 2019, o governo, os ruralistas e alguns setores da mídia tentem reiterar somente a importância do agronegócio para o país. Afinal, “*agro é tech, agro é pop, agro é tudo*”⁷¹!

E o arroz, o feijão, a farinha de trigo, a farinha de mandioca e o macarrão? Dados do IBGE (2008-2009) indicam que essa é a base alimentar do brasileiro, mas faltam alimentos saudáveis nessa cesta. As hortas, pomares e criações animais das localidades é que suprem a maior parte das vitaminas que os brasileiros consomem. É um caso típico de fome oculta que o povo brasileiro apresenta.

Josué de Castro, autor chave que se debruçou sobre o problema da fome no Brasil, perguntou-se, “*será a calamidade da fome um fenômeno natural, inerente à própria vida, uma contingência irremovível como a morte? Ou será a fome uma praga social criada pelo próprio homem?*” (CASTRO, 1959, p. 45).

⁷¹ A comunicação do agronegócio precisa se modernizar e mostrar toda a face tecnológica que envolve essa atividade. A avaliação é do diretor de marketing da TV Globo, Roberto Schmidt. Segundo ele, o objetivo da campanha “Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil” é conectar o consumidor com o produtor rural e ao mesmo tempo desmistificar a produção agrícola aos olhos da sociedade urbana. Disponível em: <http://www.startagro.agr.br/por-que-o-agronegocio-precisa-de-uma-comunicacao-moderna/> Acesso em: 18 Mai 2019.

Assim o autor exprime a ideia da desigualdade criada pelo próprio homem, que transforma os alimentos em mercadorias, imprimindo um desfile de categorias alimentícias, regado à *marketing*.

E, Josué, já dizia:

... não só a fome total, a verdadeira inanição que os povos de língua inglesa chamam de *starvation*, fenômeno, em geral, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais, como o fenômeno muito mais frequente e mais grave, em suas consequências numéricas, da fome parcial, da chamada fome oculta, na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de população se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias” (CASTRO, 2004, p.18).

A aprovação, por parte do governo, do “pacote do veneno”⁷² reitera essa situação. Cada vez mais agrotóxicos que lesam a saúde da população brasileira são aprovados para o uso indiscriminado na produção de *commodities* como a soja, o milho, a cana de açúcar e tantos outros alimentos, “mercadorias”.

A MT2 e a MT3, contam essa história muito bem. Pequenos agricultores são também levados a produzirem *commodities* em seus pequenos pedaços de terra, e por não terem acesso a informações técnicas de qualidade, acabam sendo envenenados pelos agrotóxicos que utilizam. Um exemplo de *commodities* agrícola que é produzida pela agricultura familiar é o Tabaco. Não é comida, mas dá renda, dizem as agroindústrias de fumo. Perguntamos a que preço esses agricultores têm renda? Porque pelos inúmeros problemas de saúde que acabam apresentando, ainda em idade em que teriam plena capacidade de trabalho, é de se pensar sobre o custo/benefício de produzir um produto, que inclusive, só serve para prejudicar a saúde de pessoas no mundo todo.

⁷² O Pacote do Veneno foi aprovado nesta segunda-feira (25/06/2018), por 18 votos a 9, na comissão especial criada para analisar os 29 projetos de lei apensados ao PL 6.299/02, que revoga a atual Lei dos Agrotóxicos. A votação ocorreu em sessão tumultuada, iniciada com mais de duas horas de atraso, com acesso proibido à população e até a assessores parlamentares. O argumento da presidenta da comissão, a ruralista Tereza Cristina (DEM-MS), foi a segurança. O substitutivo do relator Luiz Nishimori (PR-PR), também integrante da bancada ruralista, foi votado depois de mais de três horas de obstruções e requerimentos apresentados por deputados do PT, PCdoB, Psol e PSB, na tentativa de retirada do substitutivo até que fossem realizados mais debates. Todos foram literalmente tratorados pela mesa diretora. Tensa do início ao fim, a sessão teve bate-boca e provocações por parte dos ruralistas em diversos momentos. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/saude/2018/06/pacote-do-veneno-e-aprovado-em-comissao-e-vai-a-plenario-da-camara> Acesso em: 18 Mai 2019.

Somente, em 2014, de acordo com Bombardi (2017) foram comercializadas 411.343.703,00 toneladas de Glifosato, no Brasil. Esse químico é utilizado nas culturas do trigo, soja, milho, algodão e outras que têm potencial para exportação. Além disso, pesquisas de Bombardi (2017), alertam que no Brasil são utilizadas quantidades de veneno muito maiores do que na Europa. Ela compara o Brasil com a União Europeia (UE), em relação ao uso do Glifosato. O Brasil usa quantidades dez vezes maiores de Glifosato do que a UE na cultura do café, e vinte vezes mais, na cultura da cana de açúcar, por exemplo (BOMBARDI, 2017, p. 257).

O terceiro problema é o fechamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Quando surgiu esse ministério, parece que despontou um divisor de águas, em que os pequenos produtores passaram a ter vez e voz. Aliás, foi uma divisão de conceitos e de tipos de agricultura, criou-se uma clara divisão entre o agronegócio do MAPA, e a agricultura familiar, do MDA. Então, não é surpreendente que a agricultura familiar passe a ter momentos difíceis, em termos de verbas para projetos, assistência técnica, seguro agrícola, e principalmente, uma escassez de políticas públicas voltadas ao setor, após o fechamento desse ministério.

Dados do IBGE (2006), citados por Hoffmann (2014) destacam que a agricultura familiar foi responsável pela produção de muitos itens da cesta básica brasileira, mas não por 70 % do total como é afirmado correntemente, inclusive pelo governo, Tabela 1.

Tabela 1 - Produção da agricultura familiar e da não familiar no Brasil, para produtos selecionados, a partir de dados do IBGE (2006).

Produto	Produção não familiar	Produção familiar	Participação AF (%)
Arroz em casca (1.000 t)	6.484	3.204	33,1
Feijão-preto (1.000 t)	160	512	76,2
Feijão de cor (1.000 t)	595	685	53,5
Feijão-outros* (1 000 t)	184	953	83,8
Feijão-total (1.000 t)	939	2.149	69,6
Mandioca (1.000 t)	2.006	9.907	83,2
Milho em grão (1.000 t)	22.555	18.873	45,6
Soja (1.000 t)	39.731	6.465	14,0
Trigo (1.000 t)	1.760	473	21,2
Café em grão (verde) (1000 t)	1.502	919	38,0
Leite de vaca (106 litros)	8.719	11.849	57,6
Leite de cabra (106 litros)	12	24	67,1
Ovos de galinha (106 dúzias)	2.231	451	16,2

Fonte: adaptado de Hoffmann (2014) a partir de dados do IBGE (2006).

*Feijão-fradinho, caupi, de corda ou macáçar, em grão.

Porém, se ressalta que um dos principais alimentos do brasileiro; o feijão, tem 76,2 %, a mandioca; 83,2 % e o feijão, tipo fradinho; 83,8 %, da produção, realizada pela agricultura familiar. Esses percentuais não dizem respeito somente ao sistema de produção orgânico, inclui os cultivos e criações, convencionais.

Dentro desse contexto também se observa que a produção da agricultura familiar está condicionada à aquisição de terras para os cultivos e criações e esse é um velho problema enfrentado por pequenos agricultores. Porém, em nossa pesquisa se observou o contrário, as mulheres do grupo, do estudo de caso, dizem que a posse permite que as terras sejam repassadas a outras pessoas de fora do assentamento, causando um possível esvaziamento dos lotes por assentados, o que provocaria um abalo financeiro muito maior porque todos teriam que lutar contra a invasão das terras por cultivos convencionais. Além disso toda a construção de posicionamento dos agricultores, frente ao uso dos agrotóxicos, poderia ser enfraquecida.

O papel desempenhado pela reforma agrária nessa conjuntura foi decisivo para possibilitar o acesso à terra, pelas agricultoras e agricultores, e esse benefício não deve ser perdido. Mas os resultados gerados a partir dessa posse são ainda mais importantes tendo em vista que, dessa forma, a comunidade foi premiada pela oferta de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos.

E, por falar nisso, você sabe de onde vêm seus alimentos?

Essa frase, originalmente empregada em um vídeo⁷³ sobre a Feira dos Agricultores Ecologistas (FAE), que ocorre todos os sábados, pela manhã, na Avenida José Bonifácio, junto ao Parque Farroupilha, no Brique da Redenção, em Porto Alegre, se transformou em um modelo utilizado por agricultores e consumidores que aderem ao cultivo e consumo de alimentos orgânicos. Essa feira existe há quase 30 anos, começou no segundo sábado de outubro, de 1989. Iniciou sendo realizada, mensalmente, porque no começo não tinham condições de produzir muitos alimentos, tampouco havia uma organização que possibilitasse a logística para o transporte e acondicionamento dos produtos. Com o tempo, no segundo ano, a feira passou a ser quinzenal e, no terceiro ano, semanal. No início essa feira tinha o apoio da cooperativa Coolmeia, e quando ela fechou, em 2004, surgiu a Associação dos Agricultores Ecologistas Solidários do RS, a FAE de hoje (SOUVEGETARIANO, 2015).

O vídeo sobre a FAE ilustra o contato direto entre agricultores e consumidores, que primam por uma agricultura local, livre de agrotóxicos. Saber de onde vem o alimento é crucial para se ter a certeza de que não há a utilização de agrotóxicos, e cria laços importantes entre as pessoas, reunindo relações de reciprocidade e confiança.

Estamos falando, em essência, de uma agricultura do tipo familiar, que produz para venda local de alimentos, orgânicos. E a terra, o trabalho e o capital são fatores de produção que expressam garantias para os agricultores e agricultoras, locais, que desejam contribuir para que o desenvolvimento rural seja sustentável.

Essa sustentabilidade obedece ao tripé de organizações produtivas, medida em termos; sociais, ambientais e econômicos. Esse elo social não diz respeito apenas a uma garantia de reprodução social dos agricultores, mas também dos consumidores que têm acesso a uma comida saudável, que não provoca danos à saúde e ao ambiente local. Mas como sermos locais, em um mundo globalizado, repleto de opções industrializadas em que o consumidor não sabe o que come realmente?

O trabalho de Galindo e Portilho (2015) acena para dois “riscos invisíveis” quando consumimos alimentos convencionais; a presença de agrotóxicos e de transgênicos. São considerados invisíveis pelas autoras porque, nas entrevistas com

⁷³ Vídeo “Você sabe de onde vêm seus alimentos?”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xKZjzMnvt1M> Acesso em: 20 Mai 2019.

os consumidores, elas perceberam que eles, ao comprarem verduras e frutas, em supermercados, consideram esses fatores, mas mesmo assim consomem esses alimentos.

As pessoas enxergam o “tezinho”, conforme Galindo e Portilho (2015), em seu artigo “O Peixe Morre pela Boca: Como os Consumidores Entendem os Riscos dos Agrotóxicos e dos Transgênicos na Alimentação”, mas não refletem sobre o que estão comprando, e sobre os riscos que esses alimentos podem vir a causar. Alguns entrevistados até afirmam que “*a discussão dos transgênicos está lá em Brasília, que já ouviram falar de transgênicos*” mas, verdadeiramente, não sabem do que se trata. O próprio nome já diz: são os OGM’s, ou os “Organismos Geneticamente Modificados”. O que eles podem causar? Como esse processo é realizado? Não sabem dizer ao certo e ainda confundem, transgênicos, com agrotóxicos e fertilizantes (GALINDO; PORTILHO, 2015, p. 79-80).

Galindo e Portilho (2015), continuam:

Os poucos informantes preocupados com o consumo de alimentos transgênicos não fizeram qualquer relação entre estes e possíveis danos ambientais ou prejuízos aos pequenos agricultores. Tampouco emergiram preocupações sobre os possíveis danos à saúde ou demonstração de conhecimento sobre países que baniram a comercialização dos transgênicos (GALINDO; PORTILHO, 2015, p. 80).

O segundo risco da alimentação é a contaminação por agrotóxicos, segundo Galindo e Portilho (2015). Mas os resultados apontados pelas autoras, não são animadores.

Ainda que citassem os alimentos orgânicos, os informantes se mostraram constrangidos pelo preço destes, pela rede de distribuição pouco massificada e por produtos sem a devida identificação. No entanto, o reconhecimento do perigo dos agrotóxicos não pareceu suficiente para alterar certos hábitos e substituir produtos livres de riscos (GALINDO; PORTILHO, 2015, p. 82).

Vimos, em nossa pesquisa, nos resultados, no item da descrição das unidades produtivas, que as Mulheres da Terra não formam um bom capital de giro e têm pouco controle gerencial dos seus cultivos e criações, por não terem acesso facilitado a mecanismos de gestão e assistência técnica. Além disso, que todos os alimentos produzidos são sazonais e não são cultivos e criações em larga escala. Mas a

certificação dos produtos, mesmo participativa, também tem custos. É óbvio que, dessa forma, elas precisam receber um ressarcimento justo pelos seus trabalhos e terem uma renda para sobreviverem.

Então, sim, o alimento orgânico, acaba um pouco mais caro que o convencional. Mas esse “caro” carrega consigo um conhecimento das técnicas que são aplicadas nos cultivos e criações, um consumo de alimentos livres de agrotóxicos e um ambiente preservado.

Uma rede massificada de distribuição desses alimentos também leva a um maior encarecimento da comida, basta irmos a um supermercado a fim de adquirirmos orgânicos. E, ainda, esses produtos não têm a mesma confiança experimentada nas feiras, no contato direto com o agricultor e, inclusive, inviabilizam uma visita às suas UPA's, pela distância em quilômetros. Às vezes esses produtos vêm de outros estados, quando distribuídos em redes massificadas.

A identificação dos produtos, também citada por Galindo e Portilho (2015), como insuficiente, pode ser encontrada nas feiras, mas esse fator pode ser suprido, durante uma conversa com os agricultores, com uma visita às suas UPA's e mesmo como uma sugestão de melhoria de apresentação dos alimentos, em feiras locais de comercialização, no contato direto entre agricultores e agricultoras e consumidores.

Gostaríamos de ressaltar, ainda, que esse capítulo foi colocado na tese, a fim de ilustrar o posicionamento das agricultoras do grupo sobre os agrotóxicos e como elas articularam a mudança do sistema convencional, para o orgânico de produção das olerícolas. Como foi observado elas enfrentaram resistências por parte do grupo de assentados, então o futuro desse grupo ainda pode suscitar interrogações.

Finalmente, no próximo tópico, faremos uma recapitulação do que foi visto e discutido na tese, a fim de pontuarmos temas importantes que foram apresentados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão do mundo a partir de uma perspectiva sistêmica requer a quebra de preconceitos e uma visão holística dos fatos. Dessa forma tentamos conduzir essa tese, despidos de objetivos que pudessem ser extrapolados para todos os casos existentes, de uma agricultura familiar, construída a partir de mercados de cadeias curtas, com sistemas de produção, predominantemente, orgânicos.

Vimos que esses mercados podem aproximar agricultores e consumidores, voltados para uma proposta de visão de mundo em que a participação, a empatia, a reciprocidade e os laços de confiança, apresentam uma importância crucial para a longevidade dessas propostas.

Entendemos que os regimes alimentares dos povos do planeta vêm se transformando e passando por uma série de alterações que são vinculadas à globalização das informações, transmitidas de vários pontos do mundo, a partir da rede mundial de computadores e de uma constelação de sites que veiculam o modo de viver e de se alimentar das pessoas. Logicamente também percebemos que não é somente a partir da internet que os modos de vida se alteram, inclusive observando que, cada vez mais, vivemos em um Brasil de muitas etnias, que trazem consigo suas culturas alimentares e muitas receitas de família, que podem passar a constituir novidades, em termos da dieta dos brasileiros.

Friedmann e McMichael chamam esse momento atual de terceiro regime alimentar, baseado em comida industrializada, e produção de *commodities*, destinadas principalmente para a alimentação animal, tendo em vista que as proteínas têm sido consumidas em maior escala, nos tempos atuais.

Em meio a essa nova realidade surgiu o Grupo Mulheres da Terra, em Viamão, no Rio Grande do Sul, que produz comida a partir de sistema de produção orgânico, distanciado do modelo de agricultura convencional. Esse grupo se desenvolveu, desde o início, encontrando a resistência a esse “novo” modelo produtivo.

O termo “novo” é destacado porque se observarmos, atentamente, essa agricultura é baseada no velho modo de cultivar a terra, preservando o ambiente, as sementes nativas das regiões, usando fórmulas naturais para combater pragas e doenças das plantas, assim como das criações de animais. Tentando não defender um ou outro modelo de produção, mas apresentando uma série de benefícios em torno

dessa proposta de produção e consumo responsável, decidimos trabalhar com essa “nova” proposta de agricultura.

Esse tema desenvolvido na tese, em meio a esse novo contexto sociopolítico, econômico, e mesmo, ambiental, foi deveras desafiador. Foram mudanças que provocaram uma série de alterações, percebidas nessa interação campo e cidade, ou rururbana. Rostos antes esperançosos e alegres, de agricultoras, agricultores e consumidores, hoje apresentam rugas de preocupação, mas expressam também luta e resistência, e até abnegação em torno de um ideal de vida, diferente, democrático, e principalmente, regado à empatia pelos seus semelhantes. É uma maneira de encarar a vida e o mundo, ao seu redor, sob uma perspectiva distante da visão do alimento como uma simples mercadoria capitalista. Não, elas⁷⁴ dizem, os alimentos não são produtos, ou mercadorias, são bênçãos divinas que animam a alma de quem os consome, não temos clientes, temos parceiros que assumem um novo olhar perante o mundo que os rodeia.

Com certeza, essa nova maneira de encarar a vida requer uma série de novas disposições e se destaca, um olhar em direção ao semelhante, uma empatia em relação ao outro, que se coloca em seu lugar, é uma via de duas mãos, de um lado a pessoa que tem um rosto conhecido, um jeito de mexer na terra diferente e mesmo, preocupado, com a saúde e a alegria do outro. Que outro é esse? É o seu parceiro consumidor, um rosto também conhecido, que se interessa e se coloca no lugar de quem lida na terra, que faz crescer o alimento, que vai para a sua casa. E, inclusive, participa ativamente dos plantios, rodas de conversa nas feiras, bioconstrução de casas, trocam receitas de alimentos, e aprendem a consumir responsabilmente. Pode ser uma visão romântica da realidade em que vivemos, mas é a maneira como esse grupo escolheu viver e tentar transformar esse contexto atual da agricultura familiar.

Essas ideias, teorias, resultados e discussões, de cunho qualitativo, tiveram horas de partilhamento, e também de isolamento, para pensar e construir um trabalho que sirva de ponto de partida para outros que se interessem por essa forma de fazer pesquisa, que é ao mesmo tempo, atrativa e surpreendente, pelos diversos instrumentos metodológicos que ela propicia serem utilizados.

⁷⁴ As mulheres do estudo de caso, Mulheres da Terra.

O trabalho, da teoria que o alimenta aos resultados e discussão, foi organizado em capítulos. Primeiramente, apresentamos o tema e traçamos o objetivo geral que se deteve em “compreender as estratégias de reprodução social de agricultores, fornecedores dos alimentos do Grupo Mulheres da Terra, que estão inseridos em grupos de produção/consumo responsável, tendo por base os fatores influentes internos e externos às UPA’s, levando em consideração as ações da família no sistema socioprodutivo, de acordo com as mudanças do contexto local”, e os objetivos específicos foram pautados em “identificar e caracterizar os fatores significativos externos que influenciam as estratégias de reprodução social de agricultores familiares, em GPCR’s”; “descrever fatores internos e externos que modificam a gestão de UPA’s das famílias integrantes de GPCR’s e “analisar como são elaboradas as estratégias de reprodução social frente aos fatores influentes externos ao sistema social e que são retroalimentados, internamente, nos sistemas produtivos de UPA’s familiares”.

Percebemos, ao longo desse estudo que todas as teorias visitadas, foram muito frutíferas para termos a compreensão dos eventos descritos e analisados. Como poderíamos explicar essas relações em um mercado de cadeias curtas, mas precedido por cadeias longas de produção, para o entendimento dos regimes alimentares que vêm sendo adotados, mundialmente?

Entender o contexto desses regimes, em um mundo capitalista, globalizado, é um exercício bastante complexo, por isso a teoria de sistemas, também nos brindou com muitas percepções que viabilizam o entendimento de um mundo, em redes de complexidade, e serviu de base para compreendermos as relações complexas desenvolvidas nas unidades de produção agrícola, das decisões dos agricultores, no seio do sistema social, chegando às práticas e sistemas produtivos adotados pelos agricultores.

E, sem os estudos de sistema de produção, sistema de cultivo, sistema de criação, sistema de transformação, e sistema social, assim como os de modo de condução e itinerário técnico, não poderíamos compreender como funciona uma unidade de produção agrícola, teoricamente disposta.

Também aprendemos o que é um consumo político, que enfrenta o cotidiano com a ideia de resistência ao regime alimentar atual, globalizado, e capitalista e assim foi possível compreender que a mesma atitude é desenvolvida pelos grupos de

produção/consumo responsável de Porto Alegre e Viamão, estudados, verificando a relação direta entre a teoria e a prática do desenvolvimento rural, para percebermos a importância desse tema, nessas cadeias curtas, emergentes.

Entendemos as estratégias de reprodução social dos agricultores e agricultoras, no ciclo longo e curto, articuladas com sua inserção na sociedade capitalista. Mas não podemos esquecer dessa agricultura familiar, camponesa, que ainda planta para comer e vender os excedentes produtivos.

E, finalmente, mas não em tom de ausência, falamos das estratégias de reprodução social, como as ações desempenhadas pela família, levando em consideração fatores locais internos e externos, que influenciam um conjunto de práticas socioculturais e produtivas, objetivando obter os meios que visam garantir a reprodução do grupo familiar.

Assim como aprendemos o conceito de soberania alimentar, essa soberania carrega em si a cultura, as plantas e animais que fazem parte da alimentação dos povos. Quando falamos em povos, falamos de gente, essa gente de todas as cores e raças, com sua comida e seus costumes, distantes da imitação dos laboratórios que alteram a “identidade” das plantas e dos animais, e que brincam de deuses todos os dias. Essa é a soberania das sementes crioulas, que estão sendo ameaçadas diariamente, pelo uso de agrotóxicos e plantas transgênicas. Plantas que são muitas vezes levadas de seus países de origem, por estrangeiros, e manipuladas em laboratórios para, logo após, serem vendidas para esses mesmos países, cobrando royalties⁷⁵. São os efeitos de um capitalismo, cada vez mais individualista, com estados anões, governados por especialistas em lucro.

Na metodologia, observamos que o estudo qualitativo e a abordagem de sistemas, por meio da ADSA, permitiu a visualização do contexto, como um todo, sublinhando os fatores externos mais importantes, para a avaliação das unidades produtivas agrícolas, do estudo. O aspecto positivo apresentado por essa metodologia foi a possibilidade de entender e traçar fatores e perspectivas do estudo de caso. Ao

⁷⁵ Esta palavra é o plural de royalty, que significa realeza. Isso explica a origem desta forma de pagamento pelo direito de usufruir de bens, que começou quando as pessoas tinham que pagar ao rei para usar os minerais nas suas propriedades. Mais tarde a palavra continuou sendo usada para descrever essa compensação dada ao proprietário de alguma coisa, sendo atualmente muito usada no âmbito da exploração petrolífera. Disponível em: <https://www.significados.com.br/royalties/> Acesso em: 24 Mai 2019.

elencar os fatores externos, e mesmo os internos das UPA's, foi possível entender que a mudança de contexto, também muda os fatores envolvidos, de acordo com os acontecimentos, ou emergências, ao longo do tempo.

Partindo para as considerações sobre o estudo de caso, a partir da descrição das unidades produtivas, foi possível compreender que o sistema social, das dez unidades produtivas do grupo "Mulheres da Terra", é composto por uma família, com pai, mãe e filhos e apenas um lote, estava constituído pela mãe e seus filhos. As famílias têm o pai e mãe com formação no ensino médio e alguns filhos têm formação superior, ou estão cursando faculdade.

Todas as famílias adotam, como principal estratégia de reprodução social familiar, as feiras orgânicas, mas estão se articulando em relação aos grupos de produção/consumo responsável, estão em uma fase inicial de experimentação.

Todos participam de cooperativa e são certificados, em modelo participativo, via OCS, critério indispensável para a participação do grupo.

Poucos têm controle sobre a gestão da propriedade, mas alguns utilizam planilhas e anotações sobre os cultivos e comercialização.

E uma característica do grupo que merece destaque é a pouca atenção das famílias com o capital de giro, para futuros empreendimentos. Esse descaso pode ser responsável por problemas financeiros, e qualquer adversidade surgida, em meio ao contexto do município, e mais diretamente do assentamento, pode afetá-las drasticamente, inviabilizando a continuidade do grupo como um todo. É preocupante que o grupo não se organize criando capital de giro próprio para seguir conduzindo suas unidades produtivas. Pequenos agricultores, em todo o mundo, sofrem pelas dificuldades de obtenção de crédito para aquisição de máquinas, equipamentos e insumos. O grupo precisa organizar discussões para sanar esse problema, procurando caminhos de viabilização de crédito e investimentos para as UPA's.

O sistema de produção de todas as famílias é orgânico e tem a participação central da mulher nas decisões sobre os cultivos, criações e comercialização dos alimentos. A maior parte das famílias sobrevive de cultivos da horta e transformação dos alimentos, tais como; pães, bolachas, cucas, chimias, sucos e outros. Mas alguns também têm o cultivo de arroz e a criação de gado bovino e suínos.

A partir dos resultados expostos podemos perceber que as unidades produtivas das Mulheres da Terra são tipicamente familiares, com mão de obra essencialmente

familiar. São pequenas UPA's de até 18 ha que possuem um sistema de produção orgânico e caminhando para a prática integral da agroecologia. Elas atuam em mercados de cadeias curtas, face a face, produzindo alimentos sazonais e vendendo essa comida em mercados de proximidade, em que podemos observar a relação direta entre a teoria e a prática do desenvolvimento rural.

Nesse ponto precisamos reforçar a ideia dessa escola, da área do Desenvolvimento Rural, que enfatiza uma agricultura sustentável, pautada em uma visão mais complexa, que não considera o desenvolvimento somente como crescimento econômico, ou maximização de lucros, a partir da produção agrícola. Os aspectos sociais e ambientais devem figurar, nesse conjunto, não apenas com o uso do ambiente até a extinção, mas prevendo possíveis problemas causados pelo uso indiscriminado dos recursos.

Um desenvolvimento com erradicação da pobreza rural, que proporciona novas fontes e formas de agricultura, que leva em consideração o ambiente, as pessoas e não apenas o crescimento econômico. Um desenvolvimento que prioriza e reforça a capacitação das pessoas, mas leva em consideração os recursos, finitos.

Essas mulheres vieram de vários pontos do Rio Grande do Sul, com a esperança de dias melhores, explorando um pedaço de terra para plantar e garantir a reprodução social de suas famílias. Elas se preocupam com uma reprodução social mais ligada à família, à sobrevivência, e praticam uma agricultura voltada não somente ao lucro, mas antes para um desenvolvimento rural responsável, aplicando técnicas agroecológicas que trabalham o meio de forma harmônica. O grupo foi formado, priorizando o empoderamento feminino e articulando as mulheres em torno de atividades que elas gostassem e, ao mesmo tempo, que fossem alternativas para o incremento de renda das famílias.

O fator que merece destaque para a formação do grupo foi a ação de instituições como a UFRGS, o IFRS e o INCRA, além disso, uma figura humana foi imprescindível, a socióloga Naia Oliveira, que trabalhou o grupo no sentido de reprodução de uma independência, em termos de renda e, mesmo, de profissionalização da mulher no campo.

O grupo coordenado pela socióloga ainda continua, em função de inúmeros trabalhos realizados dentro do assentamento, que estimulam a continuidade da produção orgânica, pelas mulheres e suas famílias. Seguidamente são organizadas;

oficinas, seminários e dias de campo, incentivando as famílias a continuarem a se dedicar ao seu trabalho.

Os fatores internos de orientação instrumental baseadas nos estudos de Gasson (1973) que mais se destacaram, relacionados às estratégias de reprodução social econômicas, foram “obter uma renda satisfatória” e “condições agradáveis no trabalho”. Esses fatores de orientação instrumental revelam que o lucro não é o objetivo principal das famílias do grupo Mulheres da Terra, trabalhar junto à natureza, em condições agradáveis também foi apontado como um fator positivo.

Os fatores internos de orientação social, relacionados às relações interpessoais, mais expressivos para o grupo foram “relação com a comunidade” e “trabalho em família”, Gasson (1973).

O trabalho em família ocorre, diariamente, permitindo observar que existe igualdade de gênero, todos participam das decisões, sem haver a figura masculina como central, ou a eleição do homem como o centro decisor. Os homens participam, auxiliando as mulheres, inclusive nas atividades diárias, relativas ao cuidado dos lares; eles também cozinham, lavam louças e roupas, cuidam dos filhos, entre outros trabalhos que, antigamente, eram realizados somente pelas mulheres. Percebe-se que as mulheres desenvolveram suas atitudes, ao longo do trabalho de empoderamento que foi e continua sendo realizado no assentamento, elas se sentiram valorizadas enquanto pessoas que decidem o rumo de suas vidas, podendo fazer escolhas e trilharem novos caminhos. O entorno das suas casas, não foi considerado somente como um lar, onde elas cuidariam dos filhos e maridos, mas sim, como um local que pode oferecer novas alternativas de sobrevivência, impregnadas por um sentido de conservação da natureza e saúde, a partir daquilo que elas produzem, a “comida de verdade” que elas falam.

Sabemos que esse resultado é inovador e surpreendente, e que de certa forma se contrapõe a outros estudos realizados no Rio Grande do Sul, mas pode ser explicado pela essência que um estudo de caso permite perceber e entender. Será que não existem outros casos como esse no Rio Grande do Sul? E, no Brasil? Ou esse é um caso à parte? Essa é a riqueza exploratória que um estudo de caso permite avaliar.

Os fatores internos de orientação expressiva, Gasson (1973), relativos à forma como as agricultoras se expressam e à realização pessoal, são o “orgulho/satisfação

em produzir alimentos” e “satisfação em trabalhar na sua propriedade”. As mulheres se orgulham em produzir alimentos saudáveis que terão um impacto positivo para a saúde dos consumidores e o fato de terem a terra para cultivar faz parte da sua luta, junto ao MST.

Os fatores internos de orientação intrínseca, Gasson (1973), conectados à forma como as atividades agrícolas são desempenhadas, ressaltando a qualidade de vida, foram “satisfação com o trabalho agrícola” e “independência nas decisões”.

As mulheres se orgulham de serem agricultoras por essa razão estão satisfeitas com o trabalho agrícola, que gera alimentos saudáveis e ricos em saúde. A independência nas decisões é fortemente relacionada ao empoderamento adquirido pelas mulheres, ao longo do desenvolvimento das atividades no assentamento. Além disso, essas mulheres tiveram muitos momentos anteriores, vividos em torno da luta pela terra, que prepararam essa transformação das suas vidas.

Reiterando o que já foi observado, percebeu-se no trabalho que a ação externa de instituições, como o INCRA, e de políticas públicas, foi fundamental para uma mudança das técnicas agrícolas empregadas no assentamento, e continuadas pelo grupo Mulheres da Terra. Então, quando o estado age no sentido de construção e apoio à agricultura familiar, é possível colher bons resultados.

Como ponto positivo, destacamos a ação do INCRA no sentido de desapropriarem essa área para uso dos assentados, afinal dentro das terras está localizada uma área de preservação ambiental, a Área de Proteção Ambiental (APA) do Banhado Grande⁷⁶.

Como ponto negativo, podemos salientar que o INCRA deveria ter agido, desde o início, para que as famílias seguissem a orientação de produzirem sob o modelo orgânico. Como isso não ocorreu as famílias foram sujeitadas a passarem dificuldades

⁷⁶ A Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande abrange parte dos Biomas Pampa e Mata Atlântica e ocupa 2/3 da bacia hidrográfica do rio Gravataí. A vegetação original é composta predominantemente de banhados e matas de restinga, sobre o solo arenosos da Coxilha das Lombas, que é uma região de paleodunas remanescente das transgressões e regressões marinhas. Atualmente, a APA possui em seu território áreas urbanas e de atividades agropastoris, predominando o cultivo de arroz. O objetivo da criação da APA é a proteção dos banhados formadores do rio Gravataí (Banhado Grande, Banhado do Chico Lomã e Banhado dos Pachecos), compatibilizando o desenvolvimento socioeconômico com a proteção dos ecossistemas naturais preservados e recuperando as áreas degradadas. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/area-de-protecao-ambiental-do-banhado-grande> Acesso em: 22 Jun 2019.

que poderiam resultar em crimes, inclusive, haja visto que algumas mulheres relataram que receberam ameaças por seguirem o termo de ajuste de conduta.

Entre os fatores externos mais relevantes para o grupo se distingue que a realização de práticas agrícolas sustentáveis ocorre, principalmente, pela troca de saberes entre as agricultoras e agricultores do grupo e de outros assentamentos⁷⁷. Além disso, existe um fluxo de informações sobre o cultivo orgânico entre os agricultores da região, que vêm se organizando em feiras, na modalidade de venda direta ao consumidor.

O trabalho, auxiliado por ações da cooperativa pode auxiliar na questão do transporte dos alimentos, embora o grupo tenha três famílias que se encarregam de fazer essa logística de comercialização dos produtos. Essa é outra questão que merece destaque, no grupo existem três famílias que realizam o transporte dos alimentos para as feiras, mas essa logística poderia ser melhor organizada se houvesse o investimento em meios de transporte, mais adaptados, com escalas de entregas, permitindo a participação de todos os membros do grupo. Esse procedimento de somente três famílias fazerem as entregas é questionável e pode trazer problemas de concentração de poder, introduzindo desconfiança nas relações do grupo. Inclusive já aconteceram discussões em torno dessa controvérsia em que os participantes se sentiram alijados do processo de decisão das entregas dos alimentos.

Os fatores ambientais, externos, no que tange a principal atividade das famílias, foram as elevadas temperaturas e os elevados índices pluviométricos que afetam a produção.

Teoricamente acreditávamos que as mulheres tinham uma ideia já consolidada sobre as suas atividades agrícolas, uma condição de existência de um modelo de produção alternativo, porém se percebeu que elas têm uma posição de resistência ao modelo de *commodities*, ligada a um consumo político dos alimentos. Esse fator pode também estar relacionado às lutas pela soberania alimentar e por uma alimentação saudável e com preço justo, tendo em vista que a resistência ao agronegócio e essas

⁷⁷ São realizados dias de campo, seminários e visitas que proporcionam essa troca de saberes entre todos os parceiros, agricultoras, agricultores e consumidores.

lutas venham coordenadas, mundialmente, pela Via Campesina, a qual as famílias se vinculam.

Há também uma aversão ao modelo de *commodities* pelo fato da utilização de agrotóxicos em larga escala, nos cultivos convencionais lindeiros do assentamento, que podem afetar negativamente a APA do Banhado Grande.

Os agrotóxicos podem influenciar negativamente os cultivos orgânicos pela contaminação das águas, do lençol freático, ou por aplicação aérea desses químicos, afinal já vimos que há uma relação sistêmica entre os elementos da sociedade e da natureza, portanto os riscos também são sistêmicos.

Relembrando, também, que os assentados precisam seguir o TAC, do contrário podem ser convidados a deixarem o assentamento. Qualquer análise dos seus produtos, que devem ser orgânicos, pode indicar algum tipo de contaminação por agrotóxicos e isso poderia inviabilizar a continuidade dos seus cultivos, além de poder ocorrer o envenenamento dos animais e plantas da área de proteção ambiental.

A importância do trabalho das mulheres foi maximizada pelos maridos e filhos homens, indicando que elas decidem e são responsáveis pela renda da propriedade, em igualdade de gênero.

Entre os fatores externos se destacaram “a obtenção de uma renda satisfatória” e “ter condições agradáveis no trabalho realizado ao ar livre”, porém elas não se preocupam em maximização dos lucros, um fator tipicamente encontrado em trabalhos desenvolvidos que analisam cultivos convencionais, conectados à exportação de mercadorias do agronegócio. E, não poderíamos deixar de enfatizar o papel da mulher no incremento da renda das propriedades. Elas exercem suas funções com maestria e, empoderadas, seguem adiante, aplicando e remodelando seus sistemas produtivos.

Os fatores externos, elaborados durante o trabalho com o grupo focal, e de acordo com as orientações de Gasson (1973), que mais afetaram a orientação instrumental do grupo, mais relacionadas às estratégias de reprodução social econômicas, foram “o acesso ao mercado” e ao “crédito agrícola”.

Esses dois fatores são significativos para o futuro do grupo, tendo em vista que a agricultura familiar, de um modo geral, ainda carece de apoio governamental para facilitação do acesso a linhas de crédito e ao mercado. Como já foi observado, o

desmonte do MDA, enfraqueceu o apoio que vinha sendo destinado para o avanço e, mesmo, a continuidade da agricultura familiar.

A orientação social das agricultoras, relacionada às relações interpessoais, criadas pelo grupo, foram “o retrabalho da desconfiança gerada em função da veracidade sobre os produtos serem orgânicos” e “a participação na cooperativa”. Ahamos essa ação das agricultoras fundamental para seguirem conquistando mais espaço no mercado de venda direta, onde a confiança entre os agricultores e consumidores é primordial para a continuidade das relações entre eles.

Os fatores externos, construídos, baseados na orientação expressiva, Gasson (1973) que diz respeito à forma como as agricultoras se expressam e à realização pessoal foram; “o orgulho/satisfação em produzir alimentos” e “a satisfação em trabalhar na sua propriedade”. Esse orgulho em produzir alimentos reflete a forma como o grupo acredita que deva ser o contato direto, entre os agricultores e seus parceiros, os consumidores. A satisfação desses agricultores em relação a trabalharem na sua própria terra é como um prêmio alcançado pela bandeira de luta dos assentamentos do MST.

E, por fim, a orientação intrínseca, de Gasson (1973), conectada à forma como as atividades agrícolas são desempenhadas, ressaltando a qualidade de vida, foram; “ser reconhecido na comunidade, meio externo ao assentamento, por conservar a natureza” e, “aceitar e controlar situações de risco do meio externo”.

Esse reconhecimento de serem agricultoras que preservam a natureza não veio sem luta para essas mulheres, tendo em vista que mesmo os assentados queriam continuar plantando em sistemas convencionais, mesmo após saberem que vinham para um assentamento, que tinha o objetivo de produzir sob os preceitos da agroecologia.

Quanto às situações de risco do meio externo, elas são encaradas positivamente pelas agricultoras que afirmam “mataram um leão por dia” para sobreviverem.

Porém, essa característica utilizada nos processos de análise de tomada de decisão, diz respeito às pessoas que “não são avessas ao risco”, ou seja, elas podem ter medo do enfrentamento de situações adversas, mas mesmo assim as encaram quando é necessário. Pessoas que encaram os riscos são consideradas empreendedoras. Embora não tenhamos uma resposta concreta das mulheres em

relação ao empreendedorismo, em nossos resultados, podemos salientar que elas tiveram algumas atitudes empreendedoras quando implantaram a venda dos produtos, em grupos de produção/consumo responsável. As cestas eram novidades e suas vendas poderiam não dar certo, mas mesmo assim elas arriscaram e implantaram essa modalidade de venda direta.

Ainda, em tempo, gostaríamos de frisar que os fatores internos e externos, construídos ao longo dessa pesquisa são únicos e aplicáveis a esse caso. Outros casos, e outros municípios, poderão apresentar resultados muito distintos dos nossos. A metodologia pode ser empregada em vários outros trabalhos, auxiliando o diagnóstico e o levantamento de fatores que influenciam as estratégias de reprodução social das agricultoras e agricultores, em suas unidades produtivas agrícolas. É uma questão de análise de contexto, por essa razão a abordagem sistêmica nos auxiliou a relacionar os resultados obtidos.

Dentro do panorama atual em que regimes alimentares são baseadas em cultivos e criações intensivos, que geram a todo o momento doenças de plantas e animais, cada vez mais resistentes pelo uso indiscriminado e, mesmo, abusivo, de agrotóxicos, fertilizantes, mecanização, antibióticos, conservantes e uma série de outros aditivos alimentares, é imperativo conhecermos propostas que promovam um desenvolvimento rural sustentável, distante das cadeias longas de produção.

São novas iniciativas alimentares que podem desaparecer em pouco tempo, pelo descaso do estado e de uma situação política atual bastante delicada. Cabe também à ciência informar, dar a conhecer essas iniciativas, provocando diferentes respostas.

Nosso trabalho vem, nesse sentido, para divulgar essa iniciativa, que pode auxiliar a promoção do desenvolvimento local, criando meios, sejam públicos ou da sociedade civil, para o alcance de alimentos frescos, livres de agrotóxicos.

A permanência da agricultura local pode ser incentivada a partir dessas novas iniciativas em que os consumidores devem entender como os alimentos são produzidos, compreendendo que tipo de insumos são utilizados e o que eles podem causar à sua saúde. Ter o senso crítico sobre o que estamos comendo, sobre quem está produzindo esses alimentos, se essa produção causa danos ao ambiente, e havendo a preocupação sobre o tratamento dos resíduos, estaremos consumindo alimentos de forma responsável.

É o momento da ação das Organizações Não Governamentais, da sociedade civil, no sentido de fortalecimento de iniciativas mais voláteis, são as novas conexões entre agricultores e consumidores responsáveis, apoiadas por uma economia solidária.

Essas novas iniciativas só continuarão a ser ofertadas, se a outra parte da cadeia curta de produção, que é o consumidor, for responsável, no sentido de continuar apoiando a iniciativa, ou grupo formado, se mantendo fiel àquela proposta e ao agricultor que dela participa. Por essa razão nomeamos em nosso trabalho esses grupos, não como de consumo responsável, acreditando que somente havendo a responsabilidade de ambas as partes, agricultores e consumidores, em grupos de produção/consumo responsável, é que será possível a continuidade dessas novas iniciativas.

Na Europa já se percebem iniciativas solidárias desafiando o poder dos grandes mercados; será essa uma alternativa para o desenvolvimento sustentável no Brasil, apesar do contexto, polvilhado de adversidades nos tempos atuais? É uma pergunta que pode ser melhor esclarecida a partir do conhecimento da influência dos fatores externos em UPA's distribuídas, nos mais variados contextos brasileiros. Esses fatores externos, que podem ser considerados como oportunidades e ameaças, dão a tônica para a continuidade dessas propostas.

O emprego da metodologia SWOT permitiu o levantamento das principais forças e fraquezas do ambiente interno das UPA's, e assinalou as oportunidades e ameaças vindas do ambiente externo às propriedades familiares.

Dentre as forças, as que mais se sobressaem são a cooperação que as levou a formar um grupo e o empoderamento feminino, na ausência dessa construção em que as mulheres se reconhecem como responsáveis pela promoção do seu futuro, talvez a situação de melhoria de renda das suas famílias não alcançasse o nível atual de desempenho.

A inexistência de uma programação do grupo para criarem uma reserva de renda que se transforme em um capital de giro para investirem nas suas unidades produtivas é uma das principais fraquezas detectadas na pesquisa. Esse fator pode fragilizar o grupo, em algum momento, e provocar a descontinuidade das atividades de produção. Primeiramente, se recomenda que as mulheres tenham uma organização formalizada, que proporcione o aporte de recursos, a partir de projetos

de desenvolvimento local, que priorizem a diversificação de culturas e criações, e o cultivo ecológico. Outra sugestão seria a implantação de uma pesquisa mais ampla por alternativas de comercialização direta dos produtos do grupo. Além disso, a criação de um fundo de participação poderia funcionar como uma reserva de capital de giro.

Entre as principais oportunidades apontadas na pesquisa do grupo figuram; o contato com instituições que asseguram o aporte de novos conhecimentos, o cultivo de alimentos orgânicos, em que ainda existem muitas propostas a serem exploradas e, as feiras, também com muitas alternativas de comercialização dos produtos.

A redução do apoio de políticas governamentais, voltadas para a agricultura familiar, configuram um cenário que ameaça a continuidade das propostas voltadas para produção/consumo responsável, em redes alimentares alternativas, de uma maneira geral, mas também, particularmente, no grupo do estudo. Isso já vem acontecendo, pois as mulheres contavam com programas como o PAA e o PNAE, Anexo I, que foram drasticamente reduzidos para o assentamento como um todo.

A essência do nosso trabalho esteve influenciada por um desenvolvimento rural, sustentável, realizado por mulheres e homens, agricultores familiares, em mercados de cadeias curtas, gente que acredita em um mundo melhor, mais justo, onde, consumidores, desejam encontrar alimentos frescos, não em gôndolas, mas dispostos de forma colorida e saudável, e transformados em comida saborosa no prato.

É um novo paradigma que recorda os tempos de outrora, da comida de nossas avós, em um mundo que era menos globalizado e afetado pelo neoliberalismo, hoje já instaurado em nações ricas e pobres!

Esse estudo também apresentou limitações, tendo em vista que trabalhos de metodologia qualitativa podem dispensar a formulação das hipóteses, o que para alguns membros da academia pode ser considerado como falha, ou mesmo um erro dos estudantes de pós-graduação, por não permitir a generalização dos resultados. Visto de outra forma, esse requisito é dispensável nesse estudo porque, além disso, estamos tratando de apenas um caso na pesquisa, não precisamos ter uma preocupação em termos numéricos representativos.

Também gostaríamos de valorizar a metodologia do estudo que proporcionou muitas descobertas e instrumentos diversos para a análise de redes alimentares alternativas, o que não exclui outros tipos de redes, ou cadeias produtivas.

Além da metodologia, a triangulação entre três abordagens de discussão; teoria de sistemas, estratégias de reprodução social e redes alimentares alternativas, todas elas empregadas na pesquisa, se mostrou complementar, cada uma contribuindo para a conexão com a outra.

A teoria de sistemas conduz a uma visão de todo, mas não totalizante, facilitando relações multidisciplinares e interdisciplinares, e auxiliando as interpretações sobre o sistema social de unidades produtivas da agricultura familiar, foco do estudo.

As estratégias de reprodução social, abordadas em Bourdieu, passam pelos seus conceitos de *habitus* e *campo*. O *habitus* dos sujeitos das ações sendo formado pelos aprendizados que eles vivenciam, influenciados por fatores externos e internos, aos seus contextos, mas também contribuindo, a partir de sua construção interiorizada, para uma ampliação dos saberes de outros sujeitos, numa troca incessante de informações que ampliam a socialização, individualmente e coletivamente, dentro de um contexto observado. O *campo*, que se configura como a situação social dos sujeitos que é constantemente influenciada pelo *habitus* já interiorizado, a ponto de poder ser compartilhado externamente. Esse *campo* em Bourdieu pode ser compreendido como a reunião de sujeitos que vivenciam e apreendem informações similares, ou seja, dotados de um mesmo *habitus*, mas não, obrigatoriamente, exteriorizando o mesmo comportamento, podendo inclusive haver, por exemplo, uma diferenciação de acúmulo de capital, relativo às estratégias econômicas.

As redes alimentares alternativas se observadas, de um ponto de vista sistêmico, formadas por sujeitos que compartilham *habitus* e *campos*, se configuram a partir de ideias e trocas de saberes, integrando conexões cada vez, mais complexas, mas que podem ser explicadas se analisadas em seus contextos particulares.

No exemplo prático, de nossa pesquisa, escolhemos um contexto particular onde foi aplicada a teoria de sistemas, como metodologia e teoria, ao mesmo tempo. Além disso, foi possível analisar sujeitos, as Mulheres da Terra, que compartilham

habitus e *campos*, em uma rede alimentar alternativa, configurada por relações diretas entre as próprias mulheres, suas famílias e seus parceiros, os consumidores.

Esse contexto propiciou a análise de um estudo de caso que se configura por sujeitos, as mulheres e suas famílias, que estão continuamente sendo influenciados por fatores externos: socioculturais, ambientais, políticos, técnicos e econômicos, e com isso compartilham *habitus* e *campos*, que vão sendo ampliados e mesmo, modificados, de acordo com as mudanças de cenário. Essa articulação de teorias pode ser experimentada para a análise de outros casos de redes alimentares alternativas, em estudos complementares, ou mesmo, inéditos.

Outro importante fator que pode ser enfatizado é a descoberta de resultados diferentes do esperado, como o fato de acharmos que as agricultoras e agricultores, que participam de propostas de mercado em cadeias curtas acreditassem que são propostas alternativas de produção/consumo consolidadas, apesar da existência paralela do mercado convencional. Mas, não, as agricultoras e consumidores do grupo ainda se encontram em posição de resistência ao mercado convencional, caracterizando um consumo político dos alimentos, aquele pautado por Portilho, Castañeda e Castro (2011).

Para que essa situação possa ser esclarecida, em termos de uma amostra maior, em um estudo quantitativo e formulando essa hipótese, poderíamos afirmar que, em nível municipal, ou estadual, ou mesmo em todo o Brasil, de acordo com a amplitude dos casos encontrados, há um consumo político, expressivamente consolidado, e comprovado em números. Gostaríamos de destacar que nosso estudo apresenta essa lacuna que pode ser objeto de futuras investigações pela academia.

Essa pesquisa também encontrou limitações relativas ao fator tempo e condições financeiras para o seu desenvolvimento. Acreditamos que para realizar uma pesquisa qualitativa e quantitativa, como havíamos pretendido no início, seria necessária uma total dedicação, com prazo suficiente para sua execução e recursos satisfatórios disponíveis. Porém não foi assim que o estudo foi desenvolvido, foi necessário trabalhar para custear os dois últimos anos do Doutorado e não houve tempo e recursos financeiros para o custeio da avaliação de outros casos de produção/consumo responsável, encontrados no Rio Grande do Sul.

Mesmo assim, sublinhamos a importância desse tema, em termos de novas iniciativas que podem ser exploradas pelos agricultores familiares de todo o Brasil, a

fim do incremento, ou alternativa de renda para comunidades locais, promovendo o desenvolvimento rural dessas comunidades.

E, ainda, há uma contribuição relevante para a academia no sentido de ser um estudo que apresenta a composição de unidades produtivas familiares, separando o sistema social, ou sistema família e o sistema de produção, como elementos teóricos, que se relacionam e se movimentam de acordo com a influência de fatores internos e externos.

Ainda gostaríamos de destacar que o sistema social e o sistema de produção das UPA's, afetados por diversos fatores externos, mas também pelos internos, agem modificando as estratégias de reprodução social familiares, e podem ser elencados de acordo com o caso, ou casos que forem estudados. Um contexto de um município, pode ser totalmente diverso do outro. Às vezes encontramos problemas comuns aos mais variados grupos, mas o contrário também pode ocorrer, no curso dos diferentes fatores emergentes do contexto local.

Finalmente, gostaríamos de apontar limitações, de cunho teórico, em relação à amplitude das teorias e trabalhos científicos que abordam os principais temas da tese. Procuramos atender essa amplitude, mas sabemos que existem outros teóricos estudando os temas, além dos citados nesse trabalho. Porém, procuramos selecionar os que mais se identificam com esse estudo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Alimentos versus população: está ressurgindo o fantasma malthusiano? **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 62, n. 4, p. 38-42, 2010. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v62n4/a13v62n4.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2017.
- ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o Diabo: mercados e interação humana em ciências Sociais. *Tempo Social*. **Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 35-64, 2004.
- AIMIN, H. Uncertainty, Risk Aversion and Risk Management in Agriculture. **Agriculture and Agricultural Science Procedia**, Netherlands, p. 152–156, 2010.
- ALBAGLI, S.; MARIA, L. M. Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 3, p.9-16, 2004.
- ALLEN, P., FITZSIMMONS, M., GOODMAN, M.; WARNER, K. Shifting Plates in the Agrifood Landscape: the Tectonics of Alternative Food Initiatives in California, **Journal of Rural Studies**, n. 19, p. 61–75, 2003.
- ALMEIDA, M. W. Barbosa de. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n.1, p. 66-93, 1986. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_01/rbcs01_06.htm Consultado em: 03 jan 2016.
- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.
- ALTIERI, M. A. El “estado del arte” de la agroecología y su contribución al desarrollo rural en América Latina. *In*: CADENAS MARÍN, A. (ed.). **Agricultura y desarrollo sostenible**. Serie Estudios, Madrid: MAPA, p.151-203, 1995.
- AMBROSINI, L. B. **Sistema agroalimentar do queijo serrano**: estratégia de reprodução social dos pecuaristas familiares dos Campos de Cima da Serra-RS. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- ANDREATTA, T. **Bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul**: um estudo a partir do perfil dos pecuaristas e organização dos estabelecimentos agrícolas. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- ARAÚJO WAGNER, S.; GIASSON, E.; MIGUEL, L. A.; DESSIMON MACHADO, J. A. **Gestão e Planejamento de Unidades de Produção Agrícola**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

ARAUJO, L. A.; GIEHL, A. L.; FELICIANO, A. M. Gestão de Unidades de Produção Familiar no Planalto Norte Catarinense: Percepções sobre o Ambiente Externo e Interno. *In: Jornada Nacional de Políticas Públicas, 1.; Seminário de Ciências Sociais Aplicadas, 5, 2016, Anais [Debates para a Superação das Desigualdades Socioeconômicas].* Criciúma: UNESC, 2016.

ARCE, A. State policy intervention in an era of civic participation. In: LONG, N.; JINGZHONG, Y.; YIHUAN, W. (ed.) **Rural Transformation and Development: China in Context. The everyday Lives of Policies and Peoples.** Cheltenham, UK and Northampton, MA: Edward Elgar, p. 279-311, 2010.

ARCE; A.; SHERWOOD; S.; PAREDES; M. Repositioning Food Sovereignty between Ecuadorian Nationalist and Cosmopolitan Politics. **ResearchGate**, p. 125 – 142, 2015.

BAGNASCO, A.; TRIGLIA, C. **La construction sociale du marché: le défi de la Troisième Italie.** Paris: Juillet, Editions de l'ENS Cachan, 1993. (Collection Sciences Sociales).

BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: questões conceituais e metodológicas. **REVISTA DEBATES.** NUPESAL / UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, p. 69 – 84, 2005.

BARBOSA JUNIOR, R. C.; COCA, E. L. de F. Conflitos entre o campesinato e o agronegócio no Brasil: os planos-safra 2015-2016. **Eutopia**, n. 8, p. 13-27, 2015. Disponível em: <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/eutopia/article/view/1828/1425> Acesso em: 20 mar 2019.

BARQUERO, A. V. **Desarrollo, redes e innovación.** Madrid: Pirámide, 1999.

BATALHA, M. O. (org.). **Gestão agroindustrial.** São Paulo: Atlas, 1997.

BELING, H. M. **O arroz orgânico como estratégia de produção e reprodução social: o caso do assentamento filhos de Sepé, Viamão/RS.** Dissertação (Mestrado) da Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2017.

BIASSIO, A. de.; SILVA, I. C. Análise SWOT como Ferramenta para Avaliação da Agrobiodiversidade em Sistemas Tradicionais de Produção nos Municípios de Antonina e Morretes/PR. **Revista Scientia Agraria**, Curitiba, v.16, n.2, p.71-76 , 2015.

BOJANIC, A. **A importância das mulheres rurais no desenvolvimento sustentável do futuro**, 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/artigo-a-importancia-das-mulheres-rurais-no-desenvolvimento-sustentavel-do-futuro/> Acesso em: 07 maio 2019.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia.** São Paulo: FFLCH - USP, 2017. Disponível em:

<http://conexaoagua.mpf.mp.br/arquivos/agrotoxicos/05-larissa-bombardi-atlas-agrotoxico-2017.pdf> Acesso em: 18 maio 2019.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, P. Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction. **Annales**, n. 27, p. 1105-1127, 1972.

BOURDIEU, P. Stratégies de reproduction et modes de domination. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 105, p. 253-267, 1994.

BRANDÃO, C. R. "Parentes e parceiros, relações de produção e relações de parentesco entre camponeses de Goiás". In: Almeida, S. K. et al. **Colcha de Retalhos**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRANDT, S. A. **Comercialização agrícola**. Piracicaba: Livroceres, 1980.

BRASIL. Blog do Planalto/Presidência da República. **Desempenho da Agricultura Familiar do Brasil/Plano SAFRA 2015-2016**. Disponível em: <http://blog.planalto.gov.br/assunto/plano-safra-da-agricultura-familiar-2015/> Consultado em: 30 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. 2017. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos> Acesso em: 14 maio 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 05 maio 2019.

BRASIL. Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. **Conheça o Plano Safra da Agricultura Familiar 2017/2020**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/plano-safra-da-agricultura-familiar-20172020> Acesso em: 14 maio 2019.

BROSSIER, J. Système et système de production – note sur ces concepts. **Cahiers des Sciences Humaines**, Paris, v. 23, n.3-4, p. 377-390, 1987.

BROSSIER, J.; CHIA, E.; MARSHALL, É.; PETIT, M. Recherches en gestion: vers une théorie de la gestion de l'exploitation agricole. In: BROSSIER, J.; VISSAC, B.; BRUMER, A.; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA** (UNESP), v. 11, p.1-12, 2008.

BRUNORI, G. Local food and Alternative Networks: A Communication Perspective. **Anthropology of Food**, p. 1-15, 2007.

BRUNORI, G.; ROSSI, A.; MALANDRIN, V. Co-producing Transition: Innovation Processes in Farms Adhering to Solidarity-based Purchase Groups (GAS) in Tuscany, Italy, **Int. Journal. of Soc. of Agr. & Food**, v. 18, n. 1, p. 28 – 53, 2010.
 BURCH, D. LAWRENCE, G. Supermarket Own Brands, Supply Chains and the Transformation of the Agri-Food System. **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, v. 13, July, p. 1-18, 2005.

BUY, A. **Técnicas de pesquisa**: observação, questionário e entrevista. 2005. Disponível em: http://www.slideshare.net/SaritaMercedesFernandez/savedfiles?s_title=técnicas-de-pesquisa-observao-questionario-e-entrevista&user_login=narf2916. Acesso em: 10 out. 2015.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural**: Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER/IICA, v.1 , 2004. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/agroecologia%20e%20extensao%20rural%20contribuicoes%20para%20a%20promocao%20de%20desenvolvimento%20rural%20sustentavel.pdf Acesso em: 04 maio 2019.

CAPRA, F. **As conexões ocultas**: Ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, p. 679-684, 2006.

CASTRO, J. **Fome**: um tema proibido - últimos escritos de Josué de Castro / Anna Maria de Castro (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTRO, J. **Geopolítica da Fome**: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959. 1º e 2º Volume.

Centro de Inteligência em Florestas (CI FLORESTAS). Sistemas Agroflorestais. Disponível em: <http://www.ciflorestas.com.br/texto.php?p=sistemas> Acesso em: 01 Mai 2019.

Centro Internacional de Mejoramiento de Maíz y Trigo - CIMMYT. El Enfoque de Sistemas Agrícolas y la Participación de los Agricultores en el Desarrollo de una Tecnología Apropriada. Personal del Programa de Economía. *In*: EICHER y STAATZ (Comp.). **Desarrollo Agrícola en el Tercer Mundo**, México: Fondo de Cultura Económica, p. 443-463, 1991.

Centrum Für Evaluation Universität Des Saarlandes – CEVAL. El impacto del Comercio Justo en la reducción de la pobreza a través del desarrollo rural. **Informe CEVAL**, Saarbrücken, v. 2, p. 1-8, 2013. Disponível em: http://comerciojusto.org/wp-content/uploads/2013/02/resumen_EstudiolImpacto_CEval.pdf Acesso em: 20 Abr 2017.

CHAITIN, G. J. On the length of programs for computing finite binary sequences. **Journal of the ACM (JACM)**, v. 13, n. 4, p. 547-569, 1966.

CHIA, E.; HAMDAN, V. Como Estudar el comportamiento de los productores agrícolas en una perspectiva de desarrollo? *In: Reunión de la Asociación Argentina de Economía Agrária*, 30, 1999, Bahía Blanca. Anales Bahía Blanca: AAEA, 1999.

COLLADO, A. C.; MONTIEL, M. S.; SANCHÉZ, I. V. La desafección al sistema agroalimentario: ciudadanía y redes sociales. *In: I Congreso Español de Sociología de la Alimentación*, Gijón, 28 y 29 de mayo p. 1-23, 2009.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Cresce participação das mulheres no PAA**, 2017. https://www.conab.gov.br/component/k2/item/download/17417_4b331bfd304f48b58e83dba1f579f78e Acesso em: 03 maio 2019.

CRUZ, F. T. Qualidade dos Alimentos e Escalas de Produção: Em Defesa de Critérios e Normas para Legitimação dos Produtos Artesanais/Tradicionais. *In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)*, Porto Alegre, 26 a 30 de julho, 2009. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/13/846.pdf> Acesso em: 31 mar. 2017.

DAVIS, M. W. **Applied Decision Support**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1988.

DEERE, C. D. Objetivos de desenvolvimento sustentável, igualdade de gênero e a distribuição de terra na América Latina. **Cadernos Pagu**, n. 52 Campinas, 2018.

DEFFONTAINES, J. P. Analyse du paysage et étude regionale des systèmes de production agricole. **Economie Rurale**, Paris, v. 98, n. 1, p.3-13,1973.

DESCARTES, R. **Discurso do Método**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DIEL, R. **Gerenciamento de recursos hídricos: um estudo de caso no assentamento Filhos de Sepé, Viamão (RS)**, Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, 2011.

DOUGLAS, M. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, jul./dez., 2007, p. 17-32.

DOWBOR, L. **A Reprodução Social: Propostas para uma Gestão Descentralizada**. Petrópolis: Vozes, 1998.

DUFUMIER, M. Agriculture comparée et développement agricole. **Revue Tiers Monde**, p.611–626, 2007.

DUFUMIER, M. Caracterização dos Sistemas de Produção Agrícola. **Projetos de Desenvolvimento Agrícola: Manual para Especialistas**. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 83-116.

DUFUMIER, M. Diversité des exploitations agricoles et pluriactivité des agriculteurs dans le Tiers Monde. **Cahiers Agricultures**, v. 15, p. 584–588, 2006.

DUFUMIER, M. Importancia de la tipología de unidades de producción agrícolas en el análisis de diagnóstico de realidades agrarias. *In*: ESCOBAR, G. ;BERDEGUÉ, J. “**Tipificación de sistemas de producción agrícola**”, Santiago de Chile: *RIMISP*, 1990.

DUFUMIER, M. **Les projets de développement agricole**: Manuel d’expertise. Paris: Karthala CTA, 1996.

DURAND, D. La Systémique. Paris: PUF, Coll. **Que sais-je**, n. 1795, 1979.

DUTRA, Alberto Silva; MACHADO, João Armando Dessimon; RATHMANN, Régis. Alianças Estratégicas e Visão Baseada em Recursos: Um Enfoque Sistêmico do Processo de Tomada de Decisão nas Propriedades Rurais. *In*: **XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**, Rio Branco, Acre, 20 a 23 de julho de 2008. Disponível em: <http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/109727/2/11.pdf> Acesso em: 28 mar. 2017.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - FIESP. **A Mesa dos Brasileiros**: Transformações, Confirmações e Contradições. São Paulo: FIESP/CIESP, 2017. Disponível em: <http://hotsite.fiesp.com.br/amesadosbrasil/amesadosbrasil.pdf> Acesso em: 22 jun. 2019.

FEDRIZZI, T. Z.; MÜLLER, H. de L.; CAMPANI, D. B. Dimensionamento Energético para o Assentamento Filhos de Sepé no Município de Viamão (RS) Utilizando a Energia Solar como Fonte. *In*: **VII Congresso Brasileiro de Energia Solar**, Gramado, 17 a 20 de abril de 2018. Disponível em: <https://anaiscbens.emnuvens.com.br/cbens/article/view/557/557> Acesso em: 10 out. 2018.

FEIRA ECOLÓGICA DA AGRONOMIA. **Fotos da Página da Feira Ecológica da Agronomia**. [2019]. Disponível em: <https://www.facebook.com/feiraecologicadaagronomia/photos/a.929045880619891/929045837286562/?type=3&theater> Acesso em: 16 abr. de 2019.

FEIRA DA FAE. **Nossa história**. [2019]. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/FAEfeiradosagricultoresecologistas/> Acesso em: 20 maio 2019.

FEIRA MULHERES DA TERRA retorna para o segundo semestre. **Blog do Contraponto**, 05 ago. 2012. Disponível em: <https://contrapontoufrgs.wordpress.com/2012/08/05/feira-mulheres-da-terra-3/>. Acesso em: 15 abr. 2019.

FERNANDEZ, S. M. **A trajetória do fumo em Sobradinho/RS**: da diversificação à especialização dos sistemas produtivos. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento

Rural) –Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FERREIRA, I. L. **Redes alternativas de produção e consumo de alimentos:** estudo de caso do Movimento de Integração Campo-Cidade (MICC/SP), 159 p., 2015. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/RJ.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO. Declaración de Roma sobre la Seguridad Alimentaria Mundial. **Cumbre Mundial sobre la Alimentación**, 13 al 16 de noviembre, Roma, 1996. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/003/w3613s/w3613s00.htm> Acesso em: 10 jul. 2015.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO. **Agricultura Familiar en América Latina y el Caribe:** Recomendaciones de Política. Santiago (Chile): Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura, 2014.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO. **Seguridad alimentaria:** Informe de políticas, n. 2, 2006. Disponível em: ftp://ftp.fao.org/es/esa/policybriefs/pb_02_es.pdf Acesso em: 10 jul. 2015. Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAOSTAT). **Dados mundiais sobre titulação de terras agrícolas**, 2019. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/en/#home> Acesso em: 10 abr. 2019.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FREITAS, M. C.V.; FERREIRA, D. A. A. **Aspectos e Reflexões Conceituais sobre Informação, Sistemas e Teoria de Sistemas**. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/11958> Acesso em: 26 Ago 2016.

FRIDAN, B. **Mística Feminina**. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

FRIEDAN, B. **A Mística Feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.

FRIEDMANN, H.; McMICHAEL, P. Agriculture and the state system: the rise and fall of national agricultures, 1870 to the present, **Sociologia Ruralis**, n. 29, v.2, p. 93–117, 1987.

FROEHLICH, J. M. A novelesca reforma curricular das ciências agrárias e a sustentabilidade: novas demandas, velhos problemas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, n. 5, v.2, p. 3-15, 2010.

FRÖLICH, E. G.; FRÖLICH, C. Metodologia da Pesquisa em Estudos Rurais: investigando a partir de estudo de caso. *In*: CONTERATO, M.; RADOMSKY, G.; SCHNEIDER, S. **Pesquisa em Desenvolvimento Rural: Aportes Teóricos e Proposições Metodológicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

FURTADO, B. A.; SAKOWSKI, P. A. M. **Complexidade: Uma Revisão dos Clássicos.**, Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 1990.

GALINDO, F.; PORTILHO, F. “O Peixe Morre pela Boca”: Como os Consumidores Entendem os Riscos dos Agrotóxicos e dos Transgênicos na Alimentação. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 73-87, mai/ago, 2015.

GARCIA JUNIOR, A. R. **Terra de Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GASSON, R. **Goals and values of farmers**. England: Cambridge University Press, 1973.

GAUTIER, D.; KULL, C. A. French Research Traditions on Peasant Agricultural Systems: A convergence with political ecology? **Center for International Forestry Research**, Routledge, London, UK, p. 76-88, 2015. Disponível em: <http://www.cifor.org/library/5849/french-research-traditions-on-peasant-agricultural-systems-a-convergence-with-political-ecology/> Acesso em: 04 mar. 2017.

GELL-MANN, M.; LLOYD, S. Effective complexity. *In*: GELL-MANN, M.; TSALLIS, C. **Nonextensive entropy**. New York: Oxford University Press, 2004, p. 387-398.

GIDDENS, A. **As consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, T. L. **Coisas do caminho: Tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810)** Tese (Doutorado) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, RJ, 2009. Disponível em: <http://pct.capes.gov.br/teses/2009/31001017023P8/TES.PDF> Acesso em: 08 mar. 2018.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOMES, A. S.; TERRES, A. L.; AZAMBUJA, I. H. V. O Arroz Irrigado no Rio Grande Do Sul: Solo, Área, Produção, Produtividade e Perfil do Produtor. *In*: **Séries Culturas Arroz**, EMBRAPA. Estado do RS, Assembleia Legislativa do RS, 2002.

GOMES, M. E. S.; BARBOSA E. F. **A Técnica de Grupos Focais para Obtenção de Dados Qualitativos**. Educativa: Instituto de Pesquisas e Inovações Educacionais, 1999. Disponível em: http://www.tecnologiadeprojetos.com.br/banco_objetos/%7B9FEA090E98E949D2A6386D3922787D19%7D_Tecnica%20de%20Grupos%20Focais%20pdf.pdf Acesso em: 20 jun. 2019.

GOODMAN, D.; DUPUIS, M. E., GOODMAN, M. K. **Alternative food networks: knowledge, practice, and politics**. Abingdon: Routledge, 2012. *In*: Capítulo 2. Alternative food provisioning in the UK and Western Europe: introduction and antecedents.

GOULDNER, A. W. The Norm of Reciprocity. **American Sociological Review**, p.161-178, 1960.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, 1999.

HARDAKER, J. Brian. **Some Issues in Dealing with Risk in Agriculture**. Australia: University of New England, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/23519493_Some_Issues_in_Dealing_with_Risk_in_Agriculture Acesso em: 03 mar. 2018.

HEADEY, D.; FAN, S. Reflections on the Global Food Crisis How Did It Happen? How Has It Hurt? And How Can We Prevent the Next One? **International Food Policy Research Institute (IFPRI)**: Research Monograph, n. 165, 2010.

HEREDIA, B. M. A. de. **A Morada da Vida: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HEYLIGHEN, F.; CILLIERS, P.; GERSHENSON, C.. Complexity and Philosophy. In: BOGG, J.; GEYER, R. (ed.) **Complexity, Science and Society**, Radcliffe Publishing, Oxford, p. 117–134, 2007. Disponível em: <http://pespmc1.vub.ac.be/Papers/Philosophy-Complexity.pdf> Acesso em: 24 out. 2018.

HILGERT, M.; ZONIN, W. J.; ZONIN, V.; GREGOLIN, M. R.; MATTIA, V.; BAUERMANN, H. B. Análise de Fatores Internos e Externos de Empreendimentos de Economia Solidária Participantes da Biofach América Latina / Natural Tech. In: **2ª Jornada da Questão Agrária e Desenvolvimento**, Universidade Federal do Paraná, 06 a 07 de novembro de 2013. Disponível em: http://www.jornadaquestaoagraria.ufpr.br/trabalhos/uploads/artigo_biofach.pdf Acesso em: 01 mar. 2017.

HINRICHS, C. Embeddedness and Local Food Systems: Notes on Two Types of Direct Agricultural Market. **Journal of Rural Studies**, p. 295-303, 2000.
HINRICHS, C. The practice and politics of food system localization. **Journal of Rural Studies**, p. 33-45, 2003.

HOFFMANN, R. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil? **Rev. Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 21, p. 417-421, 2014.

HOFFMANN, R. et al. **Administração da empresa agrícola**. São Paulo: Pioneira, 1976.

HOSPES, O. Food sovereignty: the debate, the deadlock, and a suggested detour. **Agriculture and Human Values**, v. 31, n. 1, p. 119-130, 2013.

ILBERY, Brian; KNEAFSEY, Moya. Registering regional speciality food and drink products in the United Kingdom: The case of PDOs and PGIs, **Royal Geographical Society**, p. 317 – 325, 2000.

INSTITUTO AKATU. **Panorama do consumo consciente no Brasil: desafios, barreiras e motivações**, 2018. Disponível em: https://www.akatu.org.br/wp-content/uploads/2018/11/pdf_versao_final_apresenta%C3%A7%C3%A3o_pesquisa.pdf Acesso em: 17 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - IDEC. **Conceito de Grupos de Consumo**. Disponível em: <http://www.idec.org.br> Consultado em: 13 jun. 2015.

IDEC. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. **Mapa dos Grupos de Consumo Responsável no Brasil**, 2015. Disponível em: <http://www.idec.org.br> Acesso em: 13 jun. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008 – 2009**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009_e_ncaa/pof_20082009_encaa.pdf Acesso em: 20 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura Familiar, Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Primeiros Resultados. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/default.shtm Acesso em: 18 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2010**. Agricultura Familiar, Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Primeiros Resultados. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/> Acesso em: 18 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Resultados preliminares Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21905-censo-agro-2017-resultados-preliminares-mostram-queda-de-2-0-no-numero-de-estabelecimentos-e-alta-de-5-na-area-total>. Acesso em: 18 maio 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul: Mapa das famílias assentadas no Rio Grande do Sul até 2016**. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/assentamentos-rurais> Acesso em: 17 maio 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA - FAO. **Guia Metodológico – Diagnóstico de sistemas agrários**.

Brasília: INCRA, 1999.

INSTITUTO KAIRÓS. **Apresentação da ONG**. Disponível em: <http://www.institutokairos.org.br/institucional/apresentacao> Acesso em: 27 nov. 2015.

INSTITUTO KAIRÓS. **Consumo como intervenção** – Um olhar sobre as experiências de consumo coletivo no Brasil. São Paulo: Instituto Kairós, 2010. Disponível em: www.institutokairos.net Acesso em: 28 jun. 2015.

INSTITUTO KAIRÓS; BADUE, A. F. B.; CHMIELEWSKA, D. **Controle Social na Alimentação Escolar** / Instituto Kairós; [elaboração de textos] Ana Flávia Borges Badue, Danuta Chmielewska. -- São Paulo: O Instituto, 2011.

INSTITUTO KAIRÓS; CAPINA (Organizadores) **Práticas de Comercialização: uma proposta de formação para a economia solidária e agricultura familiar**. – São Paulo: O Instituto, 2013.

INSTITUTO KAIRÓS; PISTELLI, R. S. S.; MASCARENHAS, T. S. **Organização de Grupos de Consumo Responsável**. Série Caminhos para as práticas de consumo responsável. São Paulo, O Instituto, 2011. Disponível em: www.institutokairos.net Acesso em: 28 jun. 2015.

JACOMINI, J. **Os primórdios da história da Santa Isabel**. Viamão: Ed. do Autor, 1999. Disponível em: <http://acidadedesantaisabel.blogspot.com.br/p/os-primordios-da-historia-da-santa.html> Acesso em: 05 mar. 2019.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001.

KIND, L. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 124-136, 2004.

KOLMOGOROV, A. N. Three approaches to the definition of the concept “quantity of information”, **Probl. Peredachi Inf.**, v. 1, n. 1, p. 3 –11, 1965.

KUHN, F. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

LA VIA CAMPESINA. **Conceito de Soberania Alimentar**, 2003. Disponível em: <http://viacampesina.org/es/index.php/organizaciainmenu-44> Acesso em: 08 out. 2015.

LA VÍA CAMPESINA. **La voz de las campesinas y de los campesinos del mundo: Unidad entre campesinos y campesinas**, 2011. Disponível em: <http://www.viacampesina.org/es/index.php/organizaciainmenu-44> Acesso em: 08 jun. 2016.

LADURIE, E. L. R. Structures familiales et coutumes d'héritage en France au XVIe siècle: système de la coutume. *In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 27^e année, n. 4-5, p. 825-846, 1972.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LANDAIS, E.; LHOSTE, P.; MILLEVILLE, P. **Points de vue sur la zootechnie et les systèmes d'élevage tropicaux**. Montpellier: Institut National de la Recherche Agronomique (INRA-LECSA), 1987.

LANGTON, C. G. Studying artificial life with cellular automata. **Physica D**, v. 22, n. 1-3, p. 120-149, 1986.

LE MOIGNE, J.-L. Modélisation systémique et système agraire. **Actes du Séminaire SAD**. Paris: INRA, p. 65-92, 1990.

LEITE, M. G. **Análise espaço temporal da dinâmica da vegetação no Banhado Grande, Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí, RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

LÉVI-STRAUSS, C. Introduction à l'œuvre de Marcel Mauss. 7ème éd. *In*: MAUSS, M. **Sociologie et Anthropologie**. Paris: PUF, 1977.

LIMA, M. A. D. S. Análise de conteúdo: estudo e aplicação. **Rev. Logos**, p. 53-58, 1993.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M., E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986.

LUXEMBURG, R. de. **The Accumulation of Capital**. London and New York: Routledge, 2003.

MACHADO, D. C. M.; VIGNOLO, A. M.; NEUMANN, P. S.; SANTOS, S. D. dos. Rede de Unidade de Observação Pedagógica: A Experiência da ATES com uma Família de Camponeses no Assentamento Filhos de Sepé, Viamão-RS. *In*: **XI Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**, Universidade Católica de Pelotas (UCPel), 06 a 08 de Julho de 2016. Disponível em: http://www.sbsp.org.br/z1files/pub/146841914171146_Dayana-Cristina-Machado.pdf Acesso em: 03 dez. 2018.

MAESTRI, M. **Breve História do Rio Grande do Sul: da Pré-história aos Dias Atuais**. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2010.

MARTELETO, R. M. Informação: elemento regulador dos sistemas, fator de mudança social ou fenômeno pós-moderno? **Ci. Inf.**, Brasília, n. 16, p. 169-180, 1987.

MARTÍNEZ TORRES; M. E.; ROSSET, P. M. Soberanía Alimentaria, Agroecología y Recampesinización, p. 11-134, 2015. *In*: BEZERRA, I.; PEREZ-CASSARINO, J.

(org.). **Soberania Alimentar – SOBAL/ e Segurança Alimentar e Nutricional – SAN - na América Latina e Caribe**. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

MAUSS, M. Essai sur le Don. *In: Sociologie et Anthropologie*. Paris: PUF, 1950.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **Historie des agricultures du monde: du néolithique à la crise contemporaine**. Paris: Seuil, 1998.

MCMICHAEL, P. A food regime genealogy. *Journal of Peasant Studies*, n.36, p. 139–169, 2009.

MEMORIAL DA MULHER GAÚCHA. **Entrevista com Matilde Cecchin**, em 18 março de 2018 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ALxUAIzgek> Acesso em: 05 mar. 2019.

MEYER, D. R. **A Terra do Santo e o Mundo dos Engenhos: Estudo de uma Comunidade Rural Nordestina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MIGUEL, L. A. Da abordagem Cartesiana à Abordagem Sistêmica, Cap. I. *In: MIGUEL, L. de A. (Organizador). Dinâmica e Diferenciação de Sistemas Agrários*, 2009. Coordenado pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MIGUEL, L. A. Considerações teórico-metodológicas acerca da abordagem sistêmica da Unidade de Produção Agrícola. *In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO*, 10, Foz do Iguaçu, 2014. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu: SBSP, 2014. Disponível em: <http://www.sbspanais.com.br/> Acesso em: 09 jun. 2019.

MIGUEL, L. de A.; MAZOYER, M.; ROUDART, L. **Abordagem sistêmica e sistemas agrários**. *In: MIGUEL, L. A. Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2009, p. 11-17.

MINSKY, M. Steps toward artificial intelligence. **Proceedings of the IRE**, Cambridge, v. 49, n. 1, 1961, p. 8-30.

MIOR, L. C. Desenvolvimento rural: contribuição da abordagem das redes sociais e sociotécnicas. *In: SCHNEIDER, Sergio (org.). A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. da Universidade (UFRGS), 2006, p. 268-293.

MITCHELL, M. **Complexity: A Guided Tour**. New York: Oxford University Press, Inc, 2009.

MORGAN, K.; SONNINO, R. Rethinking School Food: The Power of the Public Plate. *In: State Of The World 2010*. Transforming Cultures: From Consumerism to Sustainability. New York: London: 2010, p. 69-74.

MORIN, E. Da necessidade de um pensamento complexo. *In: Para navegar no século XXI: Tecnologias do Imaginário e Cibercultura*. Disponível em: <http://escoladeredes.net/group/bibliotecaedgarmorin> Consultado em: 24 ago. 2016.

MORIN, E. **O Método: a natureza da natureza**. Portugal: Publicações Europa – América, 1977.

MORIN, E.; LE MOIGNE, J. L. **A Inteligência da Complexidade: Epistemologia e Pragmática**. Tradução de Nurimar Maria Falci, São Paulo: Editora Peirópolis, 2000.

MOURA, M. M. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo: Hucitec, 1978.

Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST. **Cooperativa do MST aposta em planejamento estratégico para enfrentar crise econômica**, 03 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2017/08/03/cooperativa-do-mst-aposta-em-planejamento-estrategico-para-enfrentar-crise-economica.html> Acesso em: 05 maio 2019.

MULEJ, M. Systems Theory: A Worldview and/or a Methodology Aimed at Requisite Holism/Realism of Humans' Thinking, Decisions and Action. **Systems Research and Behavioral Science**, n.24, p.347-357, 2007.

MURDOCH, J., MARSDEN, T., BANKS, J. Quality, Nature, and Embeddedness: Some Theoretical Considerations in the Context of the Food Sector. **Economic Geography**, 76, n.2, p. 107-125, 2000.

MURDOCH, J.; MARSDEN, T. The Spatialization of Politics: Local and National Actor-Spaces in Environmental Conflict. **Transactions of the Institute of British Geographers**, New Series, v. 20, n. 3, p. 368-380, 1995.

MURDOCH, J.; MIELE, M. "Back to Nature": Changing "Worlds of Production" in the Food Sector', **Sociologia Ruralis**, n. 39, p. 465–83, 1999.

NASCIMENTO, M.; BRANT, F. **Música Maria, Maria**. Intérprete e produtor: Milton Nascimento. *In: Álbum Clube da Esquina 2*. Rio de Janeiro: estúdios Level Cine Stúdio, 1978. 1 disco vinil, lado 4, faixa 2.

NELSON, A. G. **Teaching Agricultural Producers to Consider Risk in Decision Making**. Texas: College Station, Texas A&M University, 1997.

NEVES, D. P. **Lavradores e Pequenos Produtores de Cana - Estudo das Formas de Subordinação dos Pequenos Produtores Agrícolas ao Capital**, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

NOVO VÁZQUEZ, A. “Consumocracia”. El consumo político como forma de participación de la ciudadanía”. **Política y Sociedad**, v. 51, n. 1, p. 121-146, 2014.
NUNES, N. F.; MUNIZ, A. L. P. Os Desafios na Administração dos Empreendimentos Rurais: Um Estudo Exploratório. **Revista CEPPG - CESUC - Centro de Ensino Superior de Catalão**, v. 15, n. 27, p. 126-145, 2012.

NYÉLÉNI. **Forum for Food Sovereignty**, Sélingué, Mali, February 23 - 27, 2007. Disponível em: http://nyeleni.org/DOWNLOADS/Nyelni_EN.pdf Acesso em: 10 jul. 2015.

OCAMPO, S. D.; PERDOMO-ORTIZ, J.; CASTAÑO, L. E. V.. El concepto de consumo socialmente responsable y su medición. Una revisión de la literatura. **Estudios Gerenciales**, v. 30, p. 287–300, 2014.

OLIVEIRA, D. **Mercados e reprodução social: um estudo comparativo entre agricultores ecologistas e não ecologistas de Ipê-RS**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2007.

OLIVEIRA, M. C. F. A. Notas acerca da família nos estudos demográficos. **Cadernos**, n. 18, 1983, São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU), p. 131-146, 1983.

ONGEVAL, K. V. **Que Rico Es!**: Bringing Forth Food Sovereignty in Ecuador. MSc Thesis, The Netherlands, Wageningen University, 2012.

ORGANICS NET. **Conheça mais sobre a Agricultura Biodinâmica**, 2016. Disponível em: <http://www.organicsnet.com.br/2016/03/conheca-mais-sobre-a-agricultura-biodinamica/> Acesso em: 01 maio 2019.

ORGANIS (Organizadora). **Consumo de produtos orgânicos no Brasil: Primeira pesquisa nacional sobre o consumo de orgânicos**. Disponível em: https://www.organicsnewsbrasil.com.br/wp-content/uploads/2017/06/Pesquisa-Consumo-de-Produtos-Org__nicos-no-Brasil-Palestra-07Jun-1.pdf Acesso em: 07 abr. 2019.

PAREDES, M.; SHERWOOD, S.; ARCE, A. La contingencia del cambio social en la agricultura y la alimentación en América Latina: Presentación del dossier. **Revista de Ciencias Sociales Íconos**, n. 54, p. 11-25, 2016.

PASQUALI, L. **Psicometria: Teoria dos testes na psicologia e na educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

PAULA, I. C. de; VAN DER LINDEN, J. C. de S.; PORTO, R. G.; BUSS, A. S. Suporte ao Desenvolvimento de Produtos e Serviços em Comunidades Vulneráveis. *In*: PAULA, I. C. de; (org.). **Suporte ao grupo Mulheres da Terra no desenvolvimento de identidade, produto e serviço: uma experiência na produção de hortaliças orgânicas**, 2015. Disponível em:

http://www.ufrgs.br/producao/admin/Upload/25032015_114337.pdf Acesso em: 03 mar. 2017.

PICOLOTTO, E. L. Movimentos sociais rurais no sul do Brasil: novas identidades e novas dinâmicas. **Revista IDeAS**, v. 1, n. 1, p. 60-77, 2007.

PINHEIRO, S. L. G. O papel do enfoque sistêmico de pesquisa e extensão rural voltadas a agricultura familiar. **Revista Agropecuária Catarinense**, v.5, n.4, 1992.

PNUMA. **Perspectivas do Meio Ambiente Mundial-2002/GEO-3: Passado, Presente e Futuro**. IBAMA, 2004. Disponível em: http://www.wiiuma.org.br/geo_mundial_arquivos/capa_pretexto.pdf Acesso em: 04 nov. 2015.

POLANYI, K. **The Tacit Dimension**. New York: Doubleday & Company, 1966.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTAL DO CONSUMO RESPONSÁVEL. **Mapa das feiras orgânicas brasileiras**, 2019. Disponível em: <http://consumoresponsavel.org.br/> Acesso em: 17 maio 2019.

PORTAL DO CONSUMO RESPONSÁVEL. **Mapa dos grupos de consumo responsável no Brasil**, 2019. Disponível em: <http://consumoresponsavel.org.br/> Acesso em: 17 maio 2019.

PORTILHO, F.; CASTAÑEDA, M.; CASTRO, I. R. R. de C. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n.1, p. 99-106, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIAMÃO. **Leite de qualidade em Viamão**, 2014. Disponível em: <https://viamao.rs.gov.br/portal/noticias/0/3/1051/Leite-de-qualidade-em-Viam%C3%A3o> Acesso em: 10 jan. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIAMÃO - Rio Grande do Sul – **Histórico**, 2011. Disponível em: <https://www.familysearch.org/service/records/storage/das-mem/patron/v2/TH-904-71002-86-41/dist.txt?ctx=ArtCtxPublic> Acesso em: 23 abr. 2018.

RAUBER, M. 'Mulheres da Terra' inaugura feira de orgânicos e coloniais na UFRGS. **Sul21**, Porto Alegre, 12 set. 2018. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/movimentos/2018/09/mulheres-da-terra-inaugura-feira-de-organicos-e-coloniais-na-ufrgs/>. Acesso em: 16 abr. 2019.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning A**, v. 35, p. 393-411, 2003.

RIBEIRO, R. Tacit knowledge management. Phenomenology and the cognitive sciences. **Phenom Cogn Sci**, v. 12, p.337-366, 2013. Disponível em : http://pesquisas.dep.ufmg.br/gestaodotacito/conteudo/bibliografia/17_1.pdf Acesso em: 30 ago. 2016.

RIO+20. **Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: http://www.rio20.gov.br/clientes/rio20/rio20/sobre_a_rio_mais_20/sobre-a-rio-20.html Acesso em: 15 out. 2015.

ROCHA, M. R. T. da. **A Rede Sociotécnica do Babaçu no Bico do Papagaio-TO: Dinâmicas da Relação Sociedade-Natureza e Estratégias de Reprodução Social Agroextrativista**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Tese de Doutorado da UFRGS). Porto Alegre (RS): UFRGS, 2011.

RODRÍGUEZ OCAÑA, A. **Propuesta metodológica para el análisis de la toma de decisiones de los agricultores: aplicación al caso del regadío extensivo cordobés**. 221 f. Tesis Doctoral – Escuela Técnica Superior de Ingeniería Agronómica y de Montes, Universidad de Córdoba, Córdoba, 1996.

ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil, 2002.

SABOURIN, E. Práticas de reciprocidade e economia da dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. **Raízes**, v. 18, n. 20, p. 41-49, 1999.

SABOURIN, E. Teoria da Reciprocidade e socioantropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 27, p. 24-51, 2011.

SACHS, I. Qual desenvolvimento para o século XXI? *In*: BARRÈRE, M. (coord.) **Terra, patrimônio comum: a ciência a serviço do meio ambiente e do desenvolvimento**. São Paulo: Nobel, 1992.

SAGE, C. Social embeddedness and relations of regard: alternative 'good food' networks in south-west Ireland. **Journal of Rural Studies**, p. 47-60, 2003.

SALCEDO, S.; DE LA O, A. P.; GUZMÁN, L. El concepto de agricultura familiar en América Latina y el Caribe. *In*: **Agricultura Familiar en América Latina y el Caribe: Recomendaciones de Política**. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura, Santiago, Chile, 2014.

SAMSEL, A.; SENEFF, S. **Interdisciplinary Toxicology**, v. 6, n. 4, p 159– 184, 2013. Disponível em: <https://www.degruyter.com/downloadpdf/j/intox.2013.6.issue-4/intox-2013-0026/intox-2013-0026.pdf> Acesso em: 18 maio 2019.

SANTOS, J. V. J. T. dos. **Colonos do Vinho - Estudo sobre a Subordinação do Trabalho Camponês ao Capital**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

SANTOS, R. P. - Complexidade e Transdisciplinaridade - Parte 1. *In: Física Interessante*. 17 Abr. 2017. Disponível em: <http://www.fisica-interessante.com/aula-historia-e-epistemologia-da-ciencia-13-complexidade-transdisciplinaridade-1.html> . Acesso em: 17 de mar. 2019.

SCHÄFER, A. E. (Coord.); LANZER, R.; SCUR, L. **Atlas Socioambiental dos municípios de Cidreira, Balneário Pinhal e Palmares do Sul**. Caxias do Sul: EDUCS, 2013. Disponível em: https://www.google.com.br/search?q=vegeta%C3%A7%C3%A3o+plan%C3%ADcie+costeira+do+RS&source=lnms&sa=X&ved=0ahUKEwj42Y2L76rhAhXIEbkGHemCB_0Q_AUICSgA&biw=1280&bih=610&dpr=1.5# Acesso em: 30 mar. 2019.

SCHIAVO, M. R.; MOREIRA, E. N. **Glossário social**. Rio de Janeiro: Comunicarte, 2005.

SEBILLOTTE, M. Système de culture, un concept opératoire pour les agronomes. *In: COMBE, L.; PICCARD, D. (org.) Les systèmes de culture*. Paris: INRA, p. 165-196, 1990.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERRANA-CASTILLO, X. G. de la. **La Soberanía Alimentaria: un nuevo paradigma**. Colección Soberanía Alimentaria de Veterinarios sin Fronteras, documento 1, Documento para la Federació Catalana d'ONGD, 2003. Disponível em: https://vsf.org.es/sites/default/files/docs/doc1_soberania_alimentaria_generalidades.pdf Acesso em: 03 jan. 2016.

SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar camponesa. **Boletim do Museu Nacional**. Nova Série, n. 52, maio, 1985.

SHANNON, C. E. A mathematical theory of communication. **The bell system technical journal**, v. 27, p. 379-656, 1948.

SHOR, I.; FREIRE, P. **Medo e Ousadia: O Cotidiano do Professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SIENA, O. **Método para Avaliar Progresso em Direção ao Desenvolvimento Sustentável**. Universidade Federal de Santa Catarina (Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção). Florianópolis: UFSC, 2002.

SIGAUD, L. Trabalho assalariado e trabalho familiar no Nordeste. **Anuário Antropológico**, 79, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1981.

Significado de SWOT. **SIGNIFICADOS**, 2018. Disponível em: <https://www.significados.com.br/swot/> Acesso em: 01 out. 2019.

SILVA, C. B. de C.; SCHNEIDER, S. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. *In*: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. e MENEZES, M. (Organizadores). **Gênero e geração em contextos rurais** – Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 183-207.

SILVA, V. I. da; MARTÍN, F. Soberanía alimentaria y cambio climático. **Revista Biodiversidad**, 2016. Disponível em: http://www.biodiversidadla.org/Documentos/Soberania_alimentaria_y_cambio_climatico Acesso em: 08 set. 2018.

SIMMEL, G. Comment les formes sociales se maintiennent. **L'Année sociologique**, année 1, p. 71-109, 1896-1897.

SIMON, H. A. **Administrative Behavior**: a Study of Decision-Making Processes in Administrative Organization. New York: Macmillan Co., 1ª ed., 1947.

SIMON, H. A. **Comportamento Administrativo**: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1970.

SIMON, H. A. Models of Man: Social and Rational. New Jersey, **John Wiley and Sons**, p. 196-206, 1957.

SIMON, H. A. The Architecture of Complexity. **Proceedings of the American Philosophical Society**, v. 106, n. 6, p. 467-482, 1962.

SIMON, H. A. The organization of complex systems. *In*: Pattee, H. H. **Hierarchy theory: the challenge of complex systems**. New York: George Braziller, 1973.

SMUTS, J.C. **Holism and Evolution**. London: MacMillan, 1926. Disponível em: <https://archive.org/details/holismandevoluti032439mbp/page/n23> Acesso em: 28 jun. 2019.

SOBERANIA ALIMENTAR (Plataforma per la Sobirania Alimentària del País València). **Mapa del Consum Responsable de València**, España. Disponível em: https://experienciasobal.crowdmap.com/main?l=es_ES&l=es_CL Acesso em: 18 jun. 2015.

SOUVEGETARIANO. **História da Feira dos Agricultores Ecologistas (FAE)**, 2015. Disponível em: <http://souvegetariano.com/feiras-organicas/feira-dos-agricultores-ecologistas/> Acesso em: 20 maio 2019.

STARR, A. Local Food: A Social Movement? **Cultural Studies**, Critical Methodologies Online First, published on June 13, 2010.

STOLCKE, V. **Coffee Planters, Workers and Wives**: Class Conflict and Gender Relations on São Paulo Coffee Plantations, 1850-1980. London: Palgrave Macmillan, 1988, 344 p.

STRATE, M. F.; COSTA; S. M. Quintais produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável das mulheres rurais no RS – Brasil.

Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 4, n. 7, Edição Especial, p. 3732-3744, 2018. Disponível em: <http://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/viewFile/387/331> Acesso em: 04 maio 2019.

TORO SÁNCHEZ, F. J., GAGLIARDINI, G. La Seguridad alimentaria y la FAO: una revisión crítica sobre "El estado mundial de la agricultura y la alimentación". Biblio 3W, **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, n. 637, v. 11, 2006. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-637.htm> Acesso em: 08 jun. 2016.

TRAUGER, A. **Food Sovereignty in International Context: Discourse, Politics and Practice of Place**. New York: Routledge Studies in Food, Society and Environment, 2015.

TREGGAR, A. Progressing knowledge in alternative and local food networks: Critical reflections and a research agenda, **Journal of Rural Studies**, p. 1-12, 2011.

TREVISAN, M. O Desenvolvimento Sustentável, a Institucionalização Organizacional e a Base da Pirâmide: articulando sociedade, organização e indivíduo. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48., Campo Grande, 2010. **Anais [...]**. Campo Grande: SOBER, 2010.

TURING, A. M. Computing machinery and intelligence. **Mind**, p. 433-460, 1950.

TURING, A. M. The chemical basis of morphogenesis. **Biological Sciences**, London, v. 237, n. 641, p. 37-72, 1952.

ULRICH, S. et alii. **MAPA: Manual de Planeamento e Avaliação de Projectos**. Cascais: Editora Principia, 2002.

UTÒPIKA. **Conclusões sobre a investigação da participação social de grupos de consumo responsável de Valência**, Espanha, 2013. Disponível em: <http://www.utopika.upv.es/2013/10/conclusiones-del-proceso-de-investigacion-sobre-participacion-social-en-los-grupos-de-consumo-responsable-de-valencia/#sthash.s63u9VmM.dpuf> Acesso em: 18 set. 2015.

VAN DER PLOEG, J. D. Dez qualidades da agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, n. 1, Número extra, 2014. Disponível em: <https://biblioteca.consumoresponsavel.org.br/files/original/1a6923c0d4005e08e54c6b53415d80cf.pdf> Acesso em: 14 maio 2019.

VAN DER PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

VAN PASSEL, S. Food Miles to Access Sustainability: A Revision. **Sustainable Development**, v. 17, p. 1- 17, 2013. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/sd.485> Acesso em: 05 maio 2019.

VERDUM, R.; FONTOURA, L. F. M. **Temáticas rurais: do local ao regional**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. (Série Educação a Distância).

VIRET, J. L. La Reproduction Familiale et Sociale en France sous L'ancien Régime: Le rapport au droit et aux valeurs. **Histoire et Sociétés Rurales**, n. 29, p. 165-188, 2008.

VIVAS, E. **A crise alimentar ataca novamente**. Site alimento para pensar, matéria de 25 novembro de 2011. Disponível em: <http://alimentoparapensar.com.br/2011/11/25/a-crise-alimentar-ataca-novamente/> Acesso em: 20 dez. 2016.

VIVERO-POL, J. Food as Commons or Commodity? Exploring the Links between Normative Valuations and Agency in Food Transition. **Preprints**, 2017. Disponível em: <http://www.preprints.org/manuscript/201701.0073/v1> Acesso em: 14 fev. 2017.

WADDINGTON, C. H. Canalization of development and the inheritance of acquired characters. **Nature**, London, v. 150, n. 3.811, p. 563-565, 1942.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: **XX Encontro Anual da ANPOCS**, Gt 17, Processos Sociais Agrários. Caxambu: Minas Gerais, Outubro, 1996.

WEATHERELL, C.; TREGGAR, A.; ALLINSON, J. In: Search of the Concerned Consumer: UK Public Perceptions of Food, Farming and Buying Local. **Journal of Rural Studies**, n. 19, p. 233–244, 2003.

WEAVER, W. Science and Complexity, **American Scientist**, n. 36, p. 536-544, 1948.

WINTER, M. Embeddedness, The New Food Economy and Defensive Localism. **Journal of Rural Studies**, p. 23-32, 2003.

WISKERKE, J. S. C. On regions lost and regions regained: reflections on the alternative food geography and sustainable regional development. **International Planning Studies**, 14, p.369-387, 2010.

WIVES, D. G. **Fatores influentes na tomada de decisão e organização dos sistemas de produção de base ecológica da banana no litoral norte do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2013.

WOLFRAM, S. Universality and complexity in cellular automata. **Physica D**, v. 10, n. 1, p. 1-35, 1984.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **Com parente não se negueia**: o campesinato como ordem moral. Brasília: Editora da UnB, 1990. (Anuário Antropológico, n. 87).

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. A comida, a família e a construção do gênero feminino. **ANPOCS**, Encontro Anual, 1984.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora da UnB, 1997.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (org.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000.

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA O ESTUDO DAS UPA'S

1. Identificação e Localização

Agricultora: Nome ocultado como garantia de preservação da identidade.

Cód.: MT (Mulheres da Terra)

Data: /_/_/

Contato : Telefone e e-mail

Município: Viamão

Localização: Setor C do Assentamento Filhos de Sepé

Vias de acesso e distância da sede do município de Porto Alegre: O setor C do assentamento é acessado pela RS 040, Parada 95 A, a 40 km do centro de Porto Alegre.

2. História/Origem das experiências como agricultora

Nesse item, por favor, descrevam como se tornaram agricultoras, falem da sua família e da ligação de vocês com a agricultura. Também destaquem quais foram os principais movimentos de introdução/abandono de cultivos e criações e das práticas desenvolvidas na propriedade, se praticam agricultura convencional ou orgânica/agroecológica. E, citem quais são seus projetos para o futuro.

3. Grupo de variáveis socioculturais familiares (internas)

1. Escolaridade

(1) Ensino básico (2) Ensino básico incompleto (3) Ensino médio (4) ensino médio incompleto (5) Graduação (6) Graduação incompleta (7) Pós- graduação (8) Pós graduação incompleta

2. Anos de estudo:

3. Estado civil: (1) casado (2) viúva (3) divorciado (4) relação estável

4. Há quanto tempo você é agricultora? _____ anos

5. Seus pais também eram agricultores? (1) Sim (2) Não

6. Na mesma região? (1) Sim (2) Não

7. Seus filhos pretendem continuar na agricultura (Sucessão)? (1) Sim (2) Não

8. Na sua propriedade, ou eles têm terras próprias? (1) Sim (2) Não

9. Composição da família

GP*	Idade	Atividade Produtiva

*(GP) Grau de Parentesco: (1) Próprio, (2) Cônjuge, (3) Filho, (4) Neto, (5) Dependente

4. Grupo de variáveis socioculturais familiares (externas)

10. Vocês têm acesso à escolarização no município? (1) Sim (2) Não

11. Ou, precisam buscar escolas em outros municípios? (1) Sim (2) Não

12. Vocês têm acesso à saúde no município? (1) Sim (2) Não

13. Ou, precisam buscar atendimento médico em outros municípios? (1) Sim (2) Não

14. Vocês têm acesso a serviços básicos (água, luz, telefone, internet)? (1) Sim (2) Não

5. Unidade de Produção Agrícola

15. Qual a área total da sua propriedade?

16. Como é o relevo da propriedade?

17. Qual a área útil da sua propriedade?

18. Qual a área útil, destinada ao cultivo de alimentos em sua propriedade?

19. Qual porcentagem da propriedade foi obtida a partir de:

Herança: _____% Compra: _____% Arrendamento: _____%

Lote de reforma agrária: _____%

20. Qual tem sido a contribuição econômica das seguintes atividades?

Mercado convencional (venda indireta) _____%

Grupos de consumo _____% Feira _____%

Venda direta ao consumidor (propriedade) _____%

Venda pela cooperativa _____%

Rendas não agrícolas: _____% Outros: _____(%).

21. Dentre as modalidades de venda dos seus produtos por que vocês escolheram a venda direta ao consumidor (diretamente na propriedade, feiras e grupos de consumo responsável) ao invés de entregar seus produtos para venda pelo sistema tradicional?

22. Dentre as modalidades de venda direta ao consumidor, como as feiras, venda na propriedade, etc., por favor, descrevam como e por que se integraram à modalidade de venda direta para **grupos de consumo responsável**.

23. Quantos dias você gasta (trabalho) por mês na produção dos alimentos?
____dias/mês

24. Quantos dias você gasta (trabalho) por mês na produção de outros cultivos e criações?

25. Você utiliza mão de obra contratada? (1) Sim (2) Não Por quê?

26. Em caso de contratação de mão de obra externa, quantos dias por mês?

27. Você faz uso de planilhas e apontamentos para organização do escalonamento da produção? (1) Sim (2) Não

28. Você realiza o controle de qualidade dos lotes produzidos para as entregas semanais de alimentos? (1) Sim (2) Não

29. Você faz o controle financeiro da UPA tendo em vista uma programação para ter capital de giro? (1) Sim (2) Não

30. Retirando os custos para os cultivos e criações, e desconsiderando as rendas não agrícolas, qual seria a sua renda mensal aproximada, com base no salário mínimo regional*?

0,0 a 1,0 salário mínimo	
2,0 a 3,0 salários mínimos	
4,0 a 5,0 salários mínimos	
6,0 a 7,0 salários mínimos	
8,0 a mais salários mínimos	

* 1 Salário mínimo nacional = R\$ 937,00 (em abril de 2017).

31. Qual seria, aproximadamente, o valor em R\$, economizado pela família, pelo autoconsumo de alimentos produzidos na propriedade?

32. O que significa o trabalho da mulher, no lote, em termos da renda familiar?

33. Quais são as suas atividades de produção vegetal?

Destino da produção				
Atividade	Superfície (ha)	Rendimento /produção	Venda direta	Autoconsumo
Vegetação nativa				
Reflorestamento				
Benfeitorias				
Sem aproveitamento				
Área total				

34. Quais são as suas atividades de produção animal?

Criações	Nº animais	Quantidade vendida/ ano	Quantidade Autoconsumo
Gado corte			

Gado leite			
Touros reprodução			
Aves			
Suínos			
Ovinos			
Ovos			
Lã			
Outros produtos			

35. Quais são as suas atividades não agrícolas e produtos de transformação da produção de plantas e animais?

Atividade	Nº pessoas	Período	Remuneração (Sal. Mínimo)	Pessoa da família executora/beneficiada pela atividade
Aposentadoria				
Pensão				
Produção queijo				
Produção de salame				
Produção de pães e outros				
Artesanato				
Outras				

10. Grupo de variáveis técnicas e econômicas da UPA (externas)

36. A família, ou seus representantes, participam de cooperativa/associação?

(1) Sim (2) Não

37. A família, ou seus representantes, têm acesso a informações técnicas e de mercado (assist. técnica), dentro e fora de cooperativas? (1) Sim (2) Não

38. A família tem disponibilidade de mão de obra dentro da comunidade?

(1) Sim (2) Não, por quê?

39. Os serviços de mecanização na UPA são subsidiados por órgão público, ou cooperativa?

(1) Sim (2) Não, temos máquinas próprias.

40. O transporte de produtos é realizado por cooperativa/associação? (1) Sim (2) Não

41. Ou é realizado pela família até os pontos de venda? (1) Sim (2) Não

42. A produção familiar dos alimentos é orgânica? (1) Sim (2) Não

43. Está em transição para o sistema agroecológico? (1) Sim (2) Não

44. Os produtos, se orgânicos/agroecológicos, têm certificação local ou externa?

(1) Sim, qual?

(2) Não

Para as questões em que a gradação é realizada com base na escala de Likert considera-se: 1 como muito baixo, 2 baixo, 3 médio, 4 alto e 5 muito alto.

Grupo de variáveis ambientais da UPA (externas)

45. Qual é o nível de importância que você atribui, no uso, das seguintes fontes para fornecer informações sobre a preservação da natureza e de práticas agrícolas sustentáveis?

Experiências anteriores	1	2	3	4	5
Agricultores orgânicos de fora do assentamento	1	2	3	4	5
Escritórios especializados	1	2	3	4	5
Cooperativa	1	2	3	4	5
Mídia (TV, internet, jornal, etc)	1	2	3	4	5

46. Quais são os principais riscos e variações locais do clima, solos, vegetação?

Riscos externos à propriedade que causam impacto interno na UPA?

Chuvas	1	2	3	4	5
Geadas	1	2	3	4	5
Temperatura	1	2	3	4	5
Ventos	1	2	3	4	5
Desmatamento	1	2	3	4	5

47. Como se dá o acesso a recursos hídricos na propriedade?

(1) fonte própria (nascentes) (2) Companhias estatais ou privadas

48. Se você possui nascentes de água na propriedade, procura preservá-las? (1) Sim
(2) Não

49. Você utiliza agrotóxicos e adubos químicos para a produção de alimentos na UPA?

(1) Sim (2) Não Por quê?

Grupo de variáveis políticas (internas)

50. Você participa de programas governamentais (PRONAF, PAA, PNAE)?

(1) Sim (2) Não

51. Existe influência de forças políticas locais que possam atrapalhar o desempenho da UPA? (1) Sim (2) Não Quais?

Grupo de variáveis políticas (externas)

52. Qual o nível de influência que você observa nas estratégias de reprodução social familiar em relação aos aspectos políticos externos listados a seguir?

Retirada de políticas públicas de incentivo à Agricultura Familiar	1	2	3	4	5
Resistência ao modelo de produção de commodities	1	2	3	4	5
Aceitação ao modelo de produção de commodities	1	2	3	4	5
Participação em lutas sociais de Soberania Alimentar (Via Campesina, MST)	1	2	3	4	5
Influência das mudanças políticas nacionais no contexto produtivo da UPA	1	2	3	4	5

53. Em ordem de importância, em quais estratégias de reprodução social você concentra mais suas escolhas?

Estratégias familiares (ligadas à família)	1	2	3	4	5
Estratégias técnicas (ligadas ao sistema de produção)	1	2	3	4	5

Variáveis de Comportamento (Estratégias de Reprodução Social)

Orientação Instrumental (a agricultura é vista como um meio de obter renda e

segurança em condições de trabalho agradáveis)

54. Como você classificaria a importância das seguintes afirmativas nas suas estratégias?

Fatores internos					
Maximizar lucro	1	2	3	4	5
Obter renda satisfatória	1	2	3	4	5
Condições agradáveis de trabalho	1	2	3	4	5
Expansão do negócio (empreendedorismo)	1	2	3	4	5
Garantir renda para o futuro	1	2	3	4	5
Fatores de influência externos					
Ter condições de acesso ao mercado	1	2	3	4	5
Ter condições de acesso ao crédito agrícola	1	2	3	4	5

Orientação Social (a agricultura em benefício das relações interpessoais no trabalho)

55. Como você classificaria a importância das seguintes afirmativas nas suas estratégias?

Fatores internos					
Prestígio social (status)	1	2	3	4	5
Relação com a comunidade	1	2	3	4	5
Continuar a tradição da família	1	2	3	4	5
Trabalho em família	1	2	3	4	5
Bom relacionamento com os trabalhadores	1	2	3	4	5
Fatores de influência externos					
Retrabalha a desconfiança dos consumidores em relação aos seus produtos (valorização das relações)	1	2	3	4	5
Participa de cooperativa/associação	1	2	3	4	5

Orientação Expressiva (a agricultura é um meio de autoexpressão, ou realização)

pessoal)

56. Como você classificaria a importância das seguintes afirmativas nas suas estratégias?

Fatores internos					
Satisfação em trabalhar na sua propriedade	1	2	3	4	5
Poder ser criativo no trabalho	1	2	3	4	5
Flexibilidade em termos de um calendário	1	2	3	4	5
Alcançar os objetivos da família na UPA	1	2	3	4	5
Orgulho/satisfação em produzir alimentos	1	2	3	4	5
Fatores de influência externos					
Orgulho/satisfação de participar de propostas produtivas que incluem o contato direto com os consumidores (GPCR's,	1	2	3	4	5
Orgulho/satisfação de passar seus conhecimentos, seu saber fazer, para outros grupos de agricultores	1	2	3	4	5

Orientação Intrínseca (a agricultura é valorizada como uma atividade justa)

57. Como você classificaria a importância das seguintes afirmativas nas suas estratégias?

Fatores internos					
Satisfação com o trabalho	1	2	3	4	5
Desfrutar com o trabalho agrícola e ao ar livre	1	2	3	4	5
Valorizar o trabalho duro	1	2	3	4	5
Independência nas decisões	1	2	3	4	5
Aceitar e controlar situações de risco do meio interno	1	2	3	4	5
Fatores de influência externos					
Aceitar e controlar situações de risco do meio externo	1	2	3	4	5
Ser reconhecido na comunidade (meio externo) por	1	2	3	4	5

APÊNDICE B - QUADRO RESUMO DAS ENTREVISTAS COM AS FAMÍLIAS DO GRUPO “MULHERES DA TERRA”

Características SS e SP	MT1	MT2	MT3	MT4	MT5	MT6	MT7	MT8	MT9	MT10
Município Origem (RS)	Uruguaiana	Passo Fundo	Três Passos	Nonoai	Nonoai	Arroio dos Ratos	Braga	Braga	Piratini	Santiago
Casada	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Filhos (Nº)	3	2	2	2	3	1	1	1	1	1
Produto principal	Frutas, agrofloresta	Olerícolas, frutas	Olerícolas, agrofloresta	Olerícolas	Olerícolas, frutas	Olerícolas	Olerícolas	Olerícolas	Olerícolas	Olerícolas
Atividade de transformação	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
ST	18 ha	18 ha	16 ha	17 ha	18 ha	18 ha	16 ha	18 ha	18 ha	18 ha
SAU	15 ha	17 ha	2 ha	1,8 ha	12,25 ha	3 ha	16 ha	17,4	18 ha	15,5 ha
Relevo	Plano a suave ondulado	Plano	Plano	Plano	Plano	Plano	Plano a suave ondulado	Plano a suave ondulado	Plano a suave ondulado	Plano
Mão de obra	Familiar	Familiar	Familiar	Familiar	Familiar	Familiar	Familiar	Familiar	Familiar	Familiar
Renda familiar (Salários Mínimos)	4 a 5	2 a 3	4 a 5	4 a 5	4 a 5	2 a 3	2 a 3	2 a 3	2 a 3	2 a 3
Capital de giro	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Planilhas controle produção	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Tipo Agricultura	Familiar	Familiar	Familiar	Familiar	Familiar	Familiar	Familiar	Familiar	Familiar	Familiar
Mecanizada	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sist. Produção	Orgânico	Orgânico	Orgânico	Orgânico	Orgânico	Orgânico	Orgânico	Orgânico	Orgânico	Orgânico
Práticas agrícolas	Sustentáveis	Sustentáveis	Sustentáveis	Sustentáveis	Sustentáveis	Sustentáveis	Sustentáveis	Sustentáveis	Sustentáveis	Sustentáveis
Reaproveitamento resíduos	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Produção/ Consumo	Responsável	Responsável	Responsável	Responsável	Responsável	Responsável	Responsável	Responsável	Responsável	Responsável
Tipo Mercado	Cadeia curta	Cadeia curta	Cadeia curta	Cadeia curta	Cadeia curta	Cadeia curta	Cadeia curta	Cadeia curta	Cadeia curta	Cadeia curta
Venda direta	Feiras e GPCR's	Feiras e GPCR's	Feiras e GPCR's	Feiras e GPCR's	Feiras e GPCR's	Feiras e GPCR's	Feira	Feira	Feira	Feira
Certificação	OCS	OCS	OCS	OCS	OCS	OCS	OCS	OCS	OCS	OCS
Participa cooperativa	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Fatores internos e externos	modificam as estratégias de reprodução social	modificam as estratégias de reprodução social	modificam as estratégias de reprodução social	modificam as estratégias de reprodução social	modificam as estratégias de reprodução social	modificam as estratégias de reprodução social	modificam as estratégias de reprodução social	modificam as estratégias de reprodução social	modificam as estratégias de reprodução social	modificam as estratégias de reprodução social
Plano futuro	Agricultura biodinâmica	Agricultura biodinâmica	Incremento produção	Incremento produção	Incremento produção	Incremento produção	Incremento produção	Incremento produção	Criação gado corte	Incremento produção

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados das entrevistas da pesquisa de campo, 2019.

ANEXO A - REPORTAGEM SOBRE O EFEITO DO PNAE PARA O ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ

23/03/2019

Pnae viabiliza produção orgânica em assentamento da reforma agrária em Viamão-RS - Portal do FNDE

[Imprimir esta página](#)

2014

Pnae viabiliza produção orgânica em assentamento da reforma agrária em Viamão-RS

- Escrito por Assessoria de Comunicação Social do FNDE
- Quarta, 25 Junho 2014 16:55

- [Tweeter](#)
-
-



Eduardo Aigner

O assentamento da reforma agrária Filhos de Sepé, criado em 1998, em Viamão, a 30 km de Porto Alegre, passou por maus bocados nos primeiros tempos. As 376 famílias assentadas se envolveram até em disputa judicial.

O motivo da polêmica era o modelo econômico a ser adotado na área de 9.600 hectares, incluindo uma unidade de conservação do Estado: o Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos. Parte dos assentados queria se dedicar à produção orgânica. Outra parte, à produção convencional.

- [Veja mais fotos.](#)

O grupo dos orgânicos acabou prevalecendo, mas os anos de peleia prejudicaram a estrutura produtiva do assentamento. Embora na região metropolitana da capital gaúcha, os assentados encontravam dificuldades para escoar a produção.

As coisas começaram a mudar em 2009, com a aprovação da Lei 11.947/2009, que determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE para alimentação escolar na compra de produtos da agricultura familiar. A lei ainda estabelece prioridade para assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

A partir de então, o que parecia uma utopia passou a se tornar realidade: estudantes da rede pública passaram a receber produtos fresquinhos, direto da agricultura familiar e produzidos sem a utilização de agrotóxicos ou qualquer insumo químico, de acordo com as regras da produção orgânica.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), executado pelo FNDE, passou a ser o maior cliente do assentamento, junto com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Ministério do Desenvolvimento Social.

Organizados na Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão (Coperav) e ajudados pela lei, os assentados do Filhos de Sepé entregam a cada mês para as escolas da região uma produção que se